

**Corregedoria-Geral
da Justiça Federal**

**RELATÓRIO
DE INSPEÇÃO
ORDINÁRIA**

Tribunal Regional Federal da
2ª REGIÃO

2016



Ministro OG FERNANDES
Corregedor-Geral da Justiça Federal

ELABORAÇÃO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

Sumário

A.	ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	6
B.	APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	7
C.	OBSERVAÇÕES GERAIS.....	9
D.	UNIDADES JURISDICIONAIS.....	21
I.	GABINETES DO CORPO DIRETIVO	21
	GABINETE DA PRESIDÊNCIA.....	21
	Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND.....	21
	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	27
	Desembargador Federal REIS FRIEDE	27
	GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL	37
	Desembargador Federal GUILHERME COUTO	37
II -	GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS.....	42
	GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA	42
	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPÍRITO SANTO	42
	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO IVAN ATHIÉ	50
	DESEMBARGADOR FEDERAL ABEL GOMES.....	60
	GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA	72
	DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES	72
	DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO.....	86
	DESEMBARGADORA FEDERAL SIMONE SCHREIBER.....	97
	GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA	110
	DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA.....	110
	DESEMBARGADORA FEDERAL CLÁUDIA NEIVA	121
	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM.....	131
	GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA	141
	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES	141
	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES	152
	DESEMBARGADORA FEDERAL LETICIA DE SANTIS MELLO	161
	GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA	174
	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO	174
	DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO MENDES.....	189
	DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO PERLINGEIRO	198

GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA	209
DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON	209
DESEMBARGADORA FEDERAL SALETE MACCALÓZ	221
DESEMBARGADORA FEDERAL NIZETE LOBATO CARMO	232
GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA	243
DESEMBARGADOR FEDERAL SÉRGIO SCHWAITZER.....	243
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ ANTONIO NEIVA.....	255
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO ARAÚJO.....	266
GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA	278
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA.....	278
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA	293
DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER	303
E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO	314
ASSESSORIA DE RECURSOS.....	314
SECRETARIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS.....	324
SUBSECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÕES ESPECIALIZADAS	327
SUBSECRETARIA DA 1ª TURMA	336
SUBSECRETARIA DA 2ª TURMA	342
SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA	348
SUBSECRETARIA DA 4ª TURMA	354
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA	361
SUBSECRETARIA DA 6ª TURMA	368
SUBSECRETARIA DA 7ª TURMA	376
SUBSECRETARIA DA 8ª TURMA	384
DIVISÃO DE PRECATÓRIOS	391
DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO, REGISTRO E AUTUAÇÃO	394
F. UNIDADES ESPECIAIS	398
COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	398
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	402
ESCOLA DE MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	407
ESTATÍSTICA.....	424
SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS	428

G.	CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	431
H.	ANEXOS	432

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE- INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei 11.798/2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento 1/2009 e da Portaria CJF-POR-2016/00099, de 10 de março de 2016, todos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, determinou-se a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, abrangendo as áreas: 1) unidades jurisdicionais, 2) unidades processantes e 3) órgãos de apoio jurisdicional.

A inspeção foi realizada no período de 11 a 20 de abril de 2016, tendo sido designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais Nino Oliveira Toldo (3ª Região); Ricardo Teixeira do Valle Pereira e Sebastião Ogê Muniz (4ª Região); Paulo Machado Cordeiro (5ª Região); bem como os Juízes Federais Ciro Brandani Fonseca (em auxílio à Corregedoria-Geral); Francisco Donizete Gomes (4ª Região) e José Maximiliano Machado Cavalcanti (5ª Região).

Foram designados, para auxiliar na inspeção, os servidores Bruno Lacerda Pinheiro, Cássio Heydt Sangoi, Denis Renato dos Santos Cruz, Daniela de Cássia Santos da Rocha, Denise Guimarães Tângari, Divailton Teixeira Machado, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Felipe Feijó Rubim, Kleb Amâncio e Silva da Gama, Laura Maria Lima Fonseca, Lena Auto Fairstein, Livia Heinzmann, Márcia Cristina Abbud, Renato de Oliveira Paes, Sandra Mara Cornelius da Rocha e Vanessa Pereira de Figueiredo e Melo.

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos desembargadores federais e às unidades processantes, bem como a listagem de todos os processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção utilizou-se sistema de controle com acesso pela *internet* para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente *web*, os questionários previamente enviados pela Corregedoria-Geral, que foram preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as comunicações e convites ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao Ministério Público Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil – nas seções judiciárias em que o TRF 2ª Região possui jurisdição, quais sejam, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 2ª da Região prosseguissem normalmente.

B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

As inspeções nos tribunais regionais federais sofreram evolução desde a edição da Lei 11.798, de 29/10/2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das cortes federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e para corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando ao máximo os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos tribunais regionais federais, com continuidade nas autoinspeções, e destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, à eficiência e à celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários, entrevistas, visitas e inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativa e processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição e permita formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, nivelando e democratizando o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros, de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção, gerando relatórios com uma ampla gama de informações das unidades jurisdicionais, que são analisados pela Corregedoria-Geral, servindo de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da nova inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no Tribunal, a partir da análise, um a um, de processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, levando-se em consideração importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no Tribunal.

A partir da análise de processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes.

Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, no tocante especialmente à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do Tribunal, a título de “observações gerais”, levantando dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 2ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, que devem ser consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos e para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separa os gabinetes do corpo diretivo, com atribuições muito específicas, dos demais gabinetes vinculados a seções e turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete dentro da respectiva seção e turma, para permitir exposição baseada em condições semelhantes de trabalho com eventuais ressalvas cabíveis (ex.: relativamente a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando análise fundada em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais básicos do magistrado com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete, turma e seção; dados administrativos da unidade, em particular os atinentes ao quadro funcional; e os relativos à atividade-fim, que são analisados sob a perspectiva estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são pesquisadas e registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, em cada processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual com o intuito de levantar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo também ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório seguiu um padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital e decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando inclusive a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos tribunais regionais federais. Nesse espaço, tem atuado e trabalhado constantemente a Corregedoria-Geral, objetivando o aprimoramento

de metodologias e técnicas aplicáveis não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado que ora se apresenta retrata as informações e dados colhidos na verificação de aproximadamente 1.586 processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, buscando fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

C. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sediado no Rio de Janeiro - RJ, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 11 a 20 de abril de 2016. Na ocasião, compunham o quadro diretivo do TRF da 2ª Região os Desembargadores Federais Poul Erik Dyrland (Presidente), Reis Friede (Vice-Presidente) e Guilherme Couto (Corregedor Regional). Conforme a especialização por seção, os demais 24 cargos de Desembargador Federal estavam assim ocupados:

1ª Seção – Direito Penal e Previdenciário:

- PAULO ESPIRITO SANTO
- ANTONIO IVAN ATHIÉ
- ANDRÉ FONTES
- ABEL GOMES
- MESSOD AZULAY NETO
- SIMONE SCHREIBER

2ª Seção – Tributário

- LUIZ ANTONIO SOARES
- LANA REGUEIRA
- FERREIRA NEVES
- MARCUS ABRAHAM
- CLÁUDIA NEIVA
- LETICIA DE SANTIS MELLO

3ª Seção – Direito Administrativo

- GUILHERME COUTO
- VERA LÚCIA LIMA
- SERGIO SCHWAITZER
- SALETE MACCALÓZ
- GUILHERME CALMON
- JOSÉ ANTONIO NEIVA
- NIZETE LOBATO CARMO
- LUIZ PAULO ARAÚJO
- ALUISIO MENDES
- GUILHERME DIEFENTHAELER
- MARCELO PEREIRA

- RICARDO PERLINGEIRO
- MARCELLO GRANADO

Além dos gabinetes dos 24 desembargadores federais, foram inspecionadas ou visitadas as seguintes unidades: Secretaria Judiciária, Assessoria de Recursos, Subsecretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seções Especializadas, Subsecretarias das Turmas, Divisão de Precatórios, Divisão de Distribuição, Registro e Autuação, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Escola da Magistratura, além dos setores responsáveis pelas estatísticas e pelos sistemas judiciais eletrônicos.

Ficou a cargo da Secretaria de Controle Interno, órgão sistêmico da Justiça Federal e diretamente vinculado à Presidência do Conselho da Justiça Federal, a auditoria nas áreas administrativas do Tribunal, de sorte que suas respectivas observações não integram este relatório.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos das seções especializadas da Corte.

A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados aproximadamente 1.586 processos, nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas, e cujo exame físico ou eletrônico coube a equipes formadas por um magistrado e dois servidores.

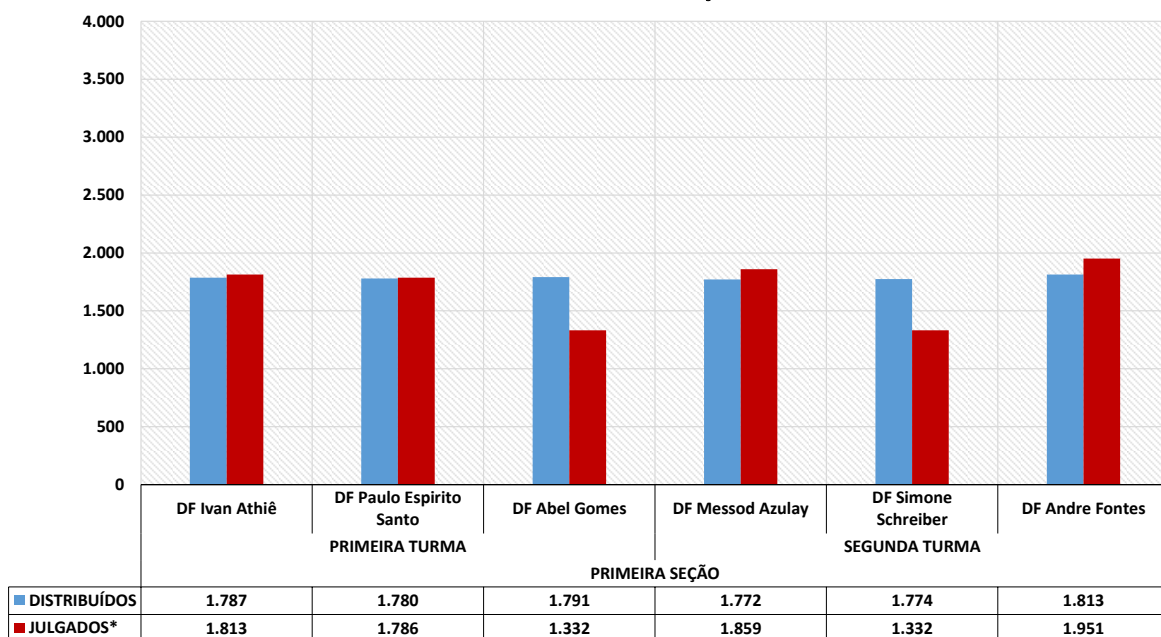
O resultado da avaliação concreta de cada acervo, por amostragem, consta dos relatórios individuais das unidades, no qual se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão de pessoas e processual, boas práticas, observações gerais e recomendações. Por seu turno, a avaliação conjunta da equipe, ao apreciar pontos de divergência e convergência – por meio de reuniões e troca de experiências durante a inspeção – resultou nesta parte geral do relatório, onde se buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das unidades.

Adotou-se, como referência, o período de abril/2015 a março/2016, últimos 12 meses. Os dados constantes nas tabelas e gráficos apresentados nos relatórios das unidades são oficiais, porquanto fornecidos pelo Núcleo de Estatística (NUEST), vinculado à Presidência do Tribunal, e extraídos do sistema de acompanhamento processual físico (Siapro) e do eletrônico (Apolo).

A avaliação da gestão foi verificada, primeiramente, no tocante ao índice de produtividade, em face da distribuição nas quatro diferentes seções do TRF da 2ª Região, as quais possuem competências especializadas.

Os gráficos abaixo demonstram essa dinâmica processual nos gabinetes integrantes das 1ª, 2ª e 3ª Seções do Tribunal:

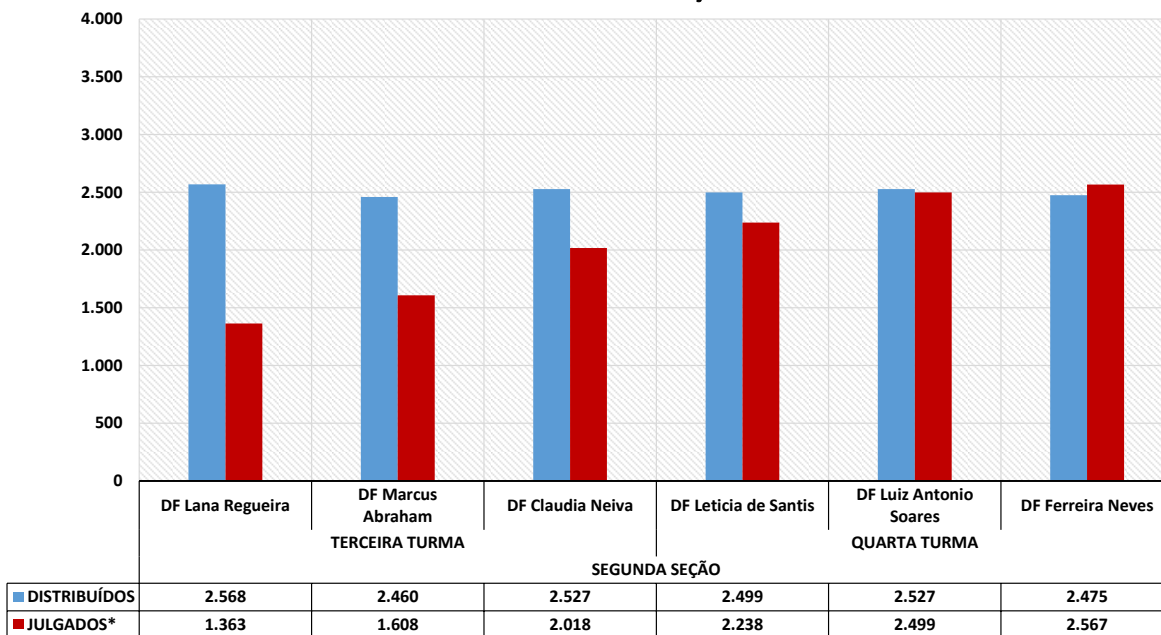
TRF2 - Número de processos distribuídos e julgados nos gabinetes da PRIMEIRA SEÇÃO
 Período: abril de 2015 a março de 2016



Nota: *excluídos os embargos e agravos

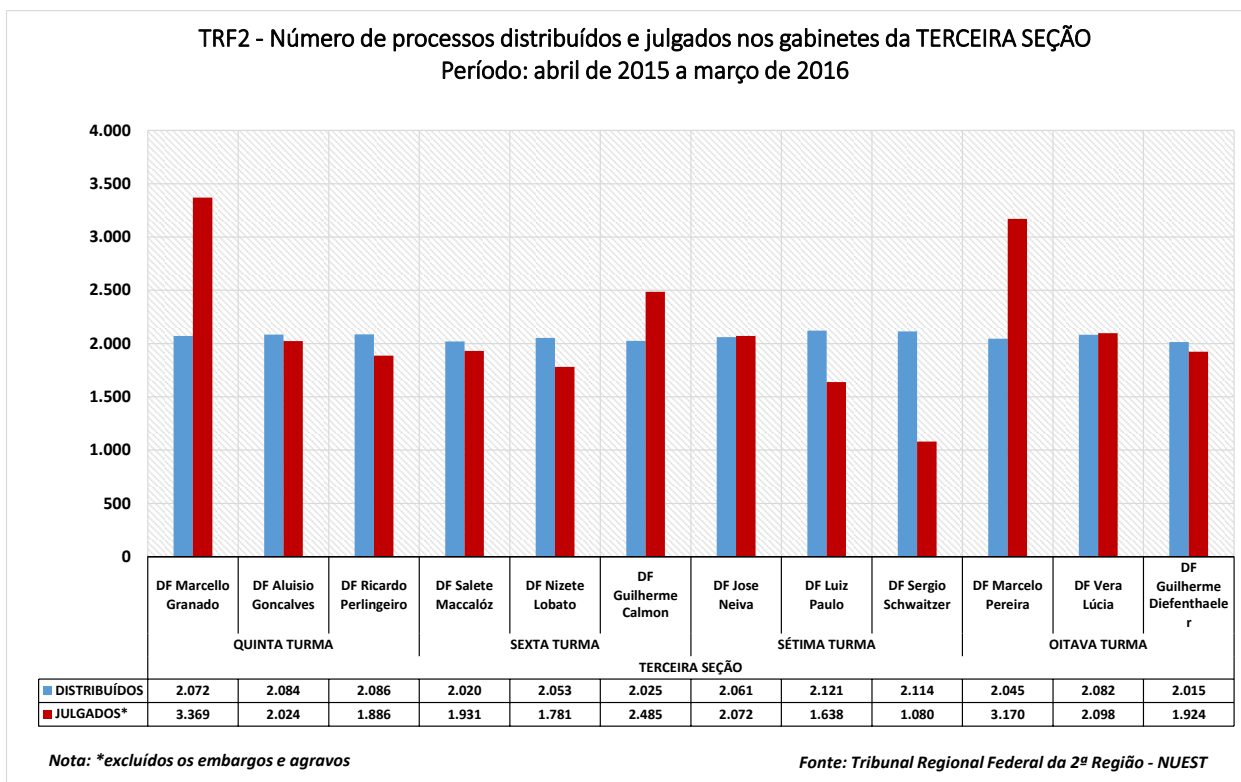
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - NUEST

TRF2 - Número de processos distribuídos e julgados nos gabinetes da SEGUNDA SEÇÃO
 Período: abril de 2015 a março de 2016



Nota: *excluídos os embargos e agravos

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - NUEST

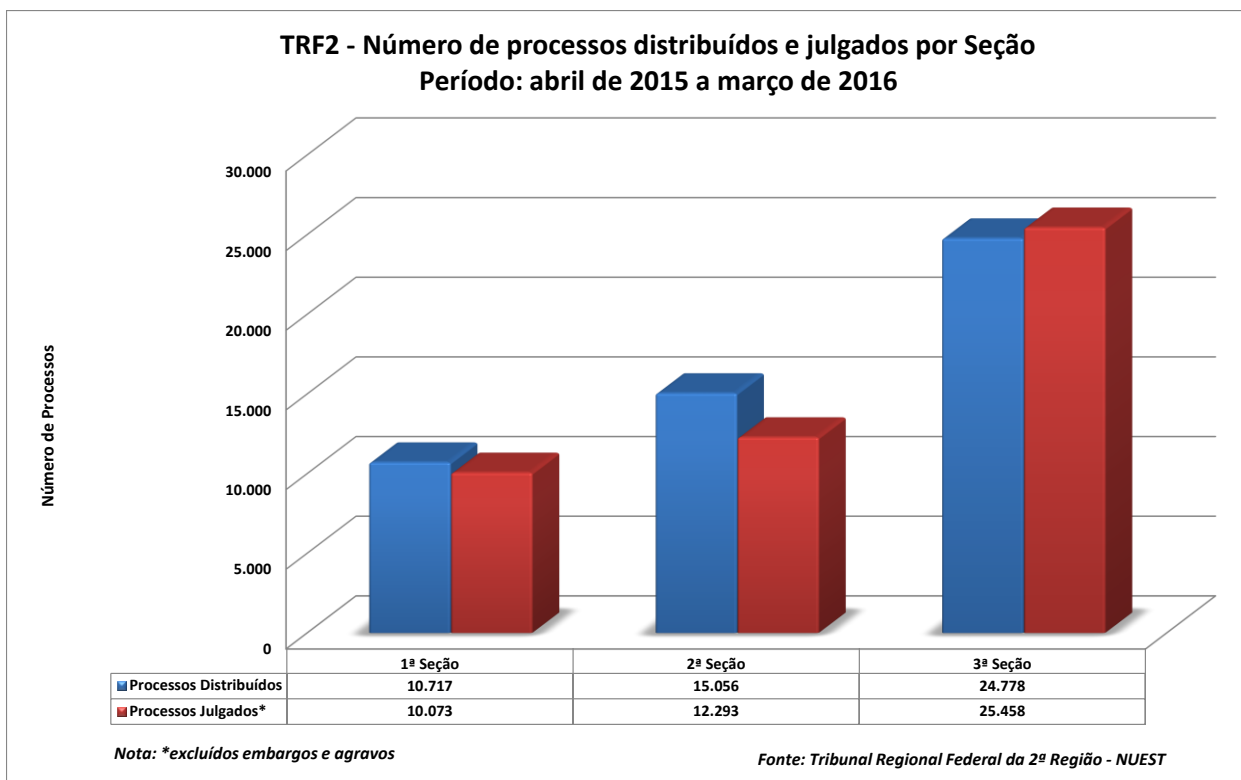


Verifica-se que, no período considerado, a distribuição processual concentrou-se na 3ª Seção (Direito Administrativo), que recebeu 49,02% de todo o volume distribuído no Tribunal, enquanto a 1ª Seção recebeu 21,20%, e a 2ª Seção os demais 29,78%.

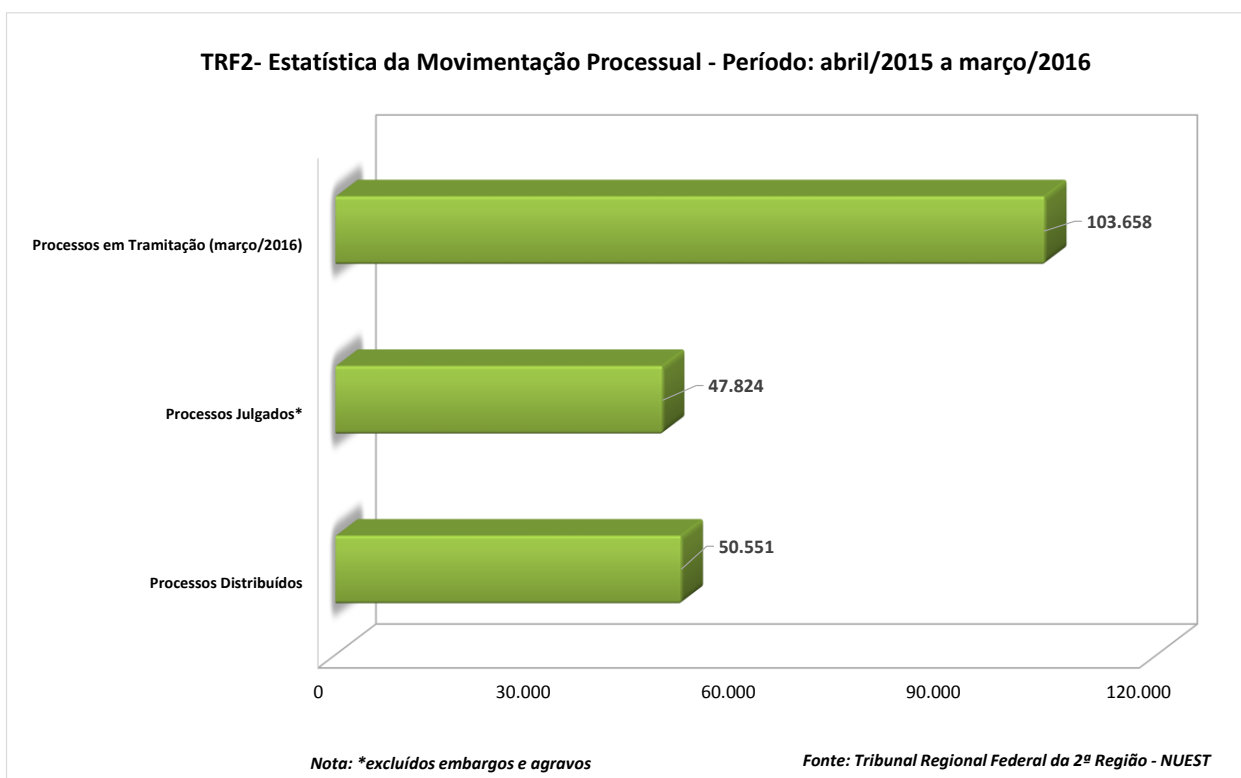
Em produtividade média – considerando que o percentual retrata a média e não significa que todas as unidades estejam em situação idêntica, existindo casos extremos em relação à média, conforme evidenciado nos gráficos acima –, a 1ª Seção julgou 94% da distribuição, a 2ª Seção julgou 82%, e a 3ª Seção julgou 103%.

O objetivo da análise de desempenho geral por seções, a partir de critérios objetivos definidos, por exemplo, pelo Conselho Nacional de Justiça, é o de identificar boas práticas a serem disseminadas e eventuais problemas de gestão, que devem ser igualmente conhecidos pela Corregedoria-Geral para encaminhar sugestões de aperfeiçoamento e indicar soluções efetivas por parte do próprio Tribunal, antes de qualquer medida interventiva externa.

A relação entre distribuição e julgamento nas três seções do TRF 2ª Região é mostrada a seguir:



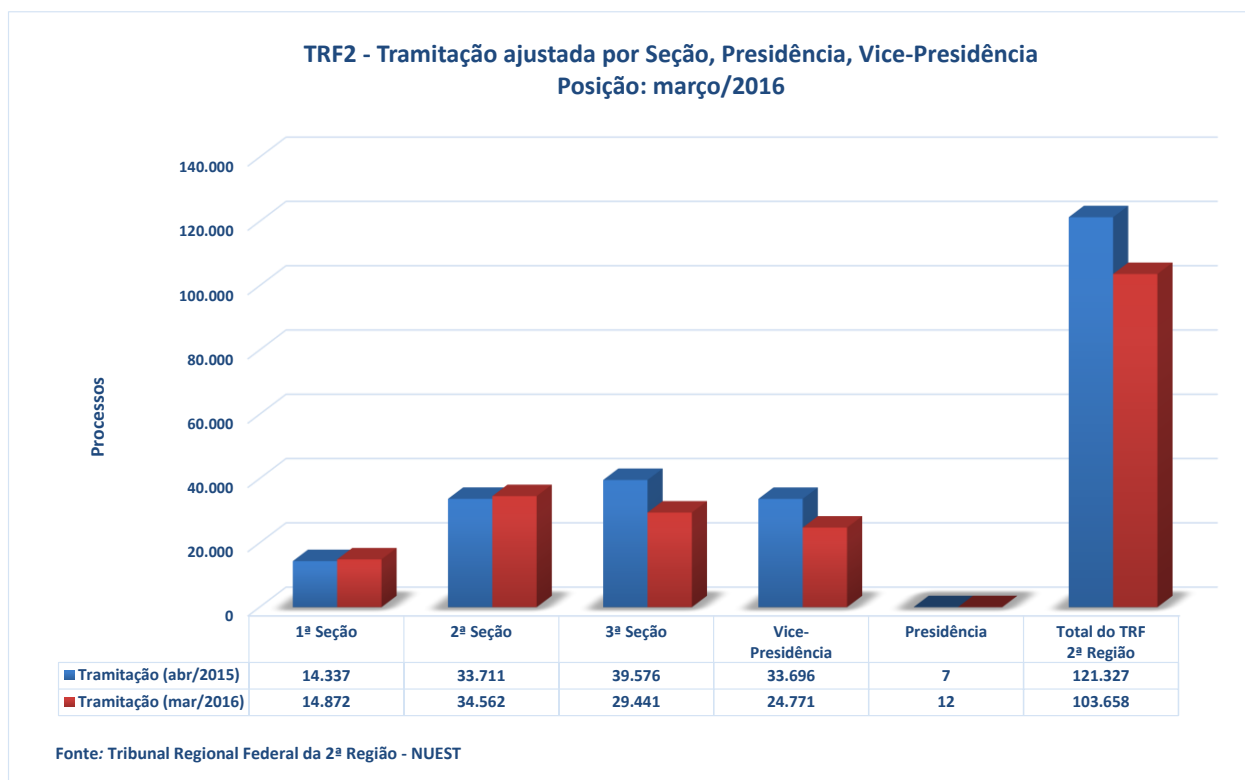
A produtividade média e geral do TRF da 2ª Região nos últimos doze meses é de aproximadamente 94,61% do volume distribuído, ou seja, dentre os 50.551 processos que entraram, 47.824 foram julgados, conforme demonstra o gráfico abaixo.



Se comparada à inspeção de 2014, quando a distribuição (69.648 processos) superava em 5.280 feitos o número de julgados (64.368), percebe-se que a curva da produtividade em face da distribuição permaneceu inferior.

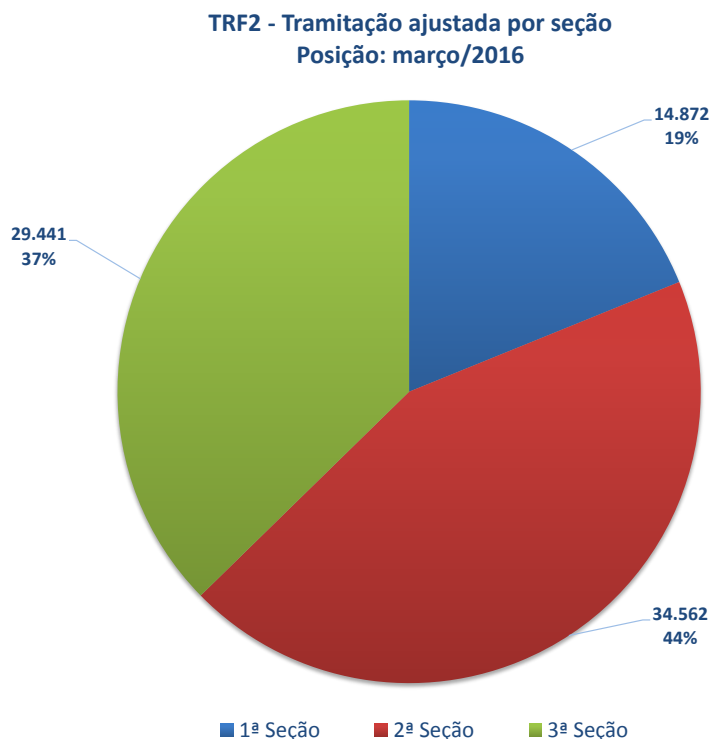
A análise correlata à da produtividade trata do efeito gerado pelo fluxo processual sobre o acervo preexistente, tendo em vista que a produção média nas três seções, no período analisado, é 5,39% inferior à distribuição. Esse resultado, em tese, contribuiria para um viés de aumento no acervo do Tribunal. Porém, quando incluídos os processos da Vice-Presidência, o cenário, cuja tendência seria de leve crescimento, se inverte significativamente com relevante redução de 15% nos processos em tramitação em todo o TRF2. Esse efeito é resultado do fluxo processual verificado na Vice-Presidência onde, no período, houve entrada de 12.931 processos e saída de 26.159 decorrentes de decisões em exame de admissibilidade de Resp e RE. Tal resultado, em conjunto com o bom desempenho da 3ª Seção que reduziu seu estoque em 26%, foi preponderante na redução do acervo em todo o Tribunal como visto no gráfico abaixo.

Outro ponto relevante é a análise dos feitos em tramitação em todo o Tribunal, bem como nas seções, Presidência e Vice-Presidência, em março de 2016. O gráfico abaixo demonstra que, do acervo em tramitação, cerca de 14% (14.872) representa estoque da 1ª Seção; 33% (34.562), estoque da 2ª Seção; 28% (29.441), estoque da 3ª Seção; e 24% (24.771), estoque da Vice-Presidência.



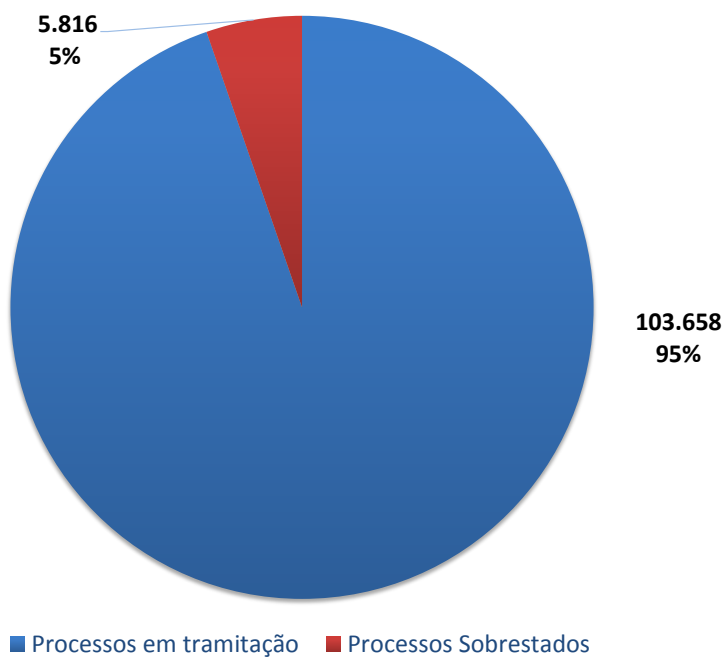
Ressalte-se que, para esses dados de tramitação, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os feitos que estão suspensos ou sobrestados.

Considerando-se apenas os processos que se encontram em tramitação nas seções, temos as estimativas apresentadas no gráfico abaixo:



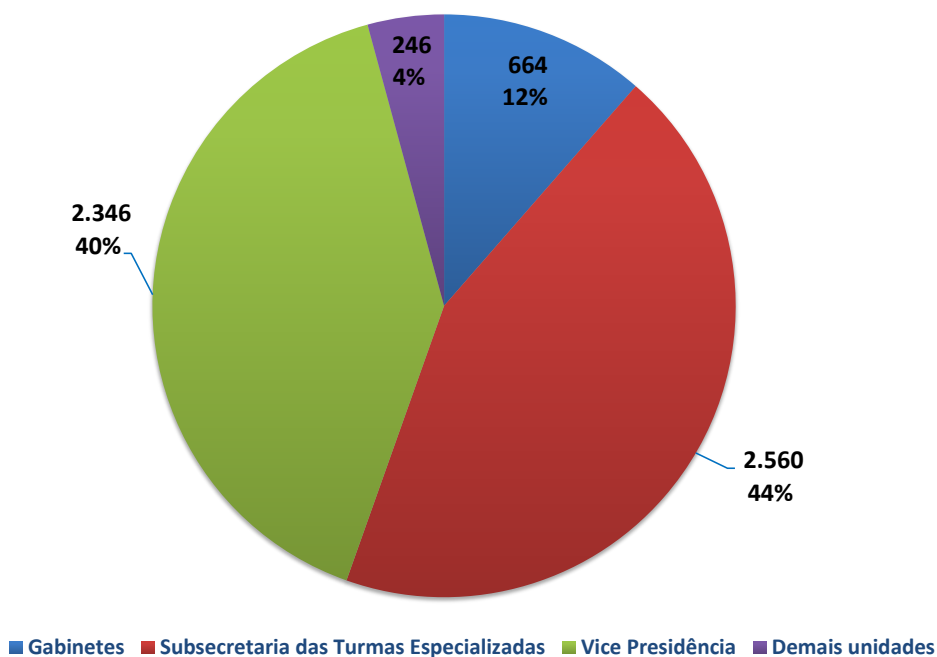
Atualmente o Tribunal possui o total de 109.474 processos em tramitação, dos quais 5.816 (5%) estão suspensos/sobrestados:

TRF2 - Processos em tramitação e sobrestados no tribunal
Posição: março/2016

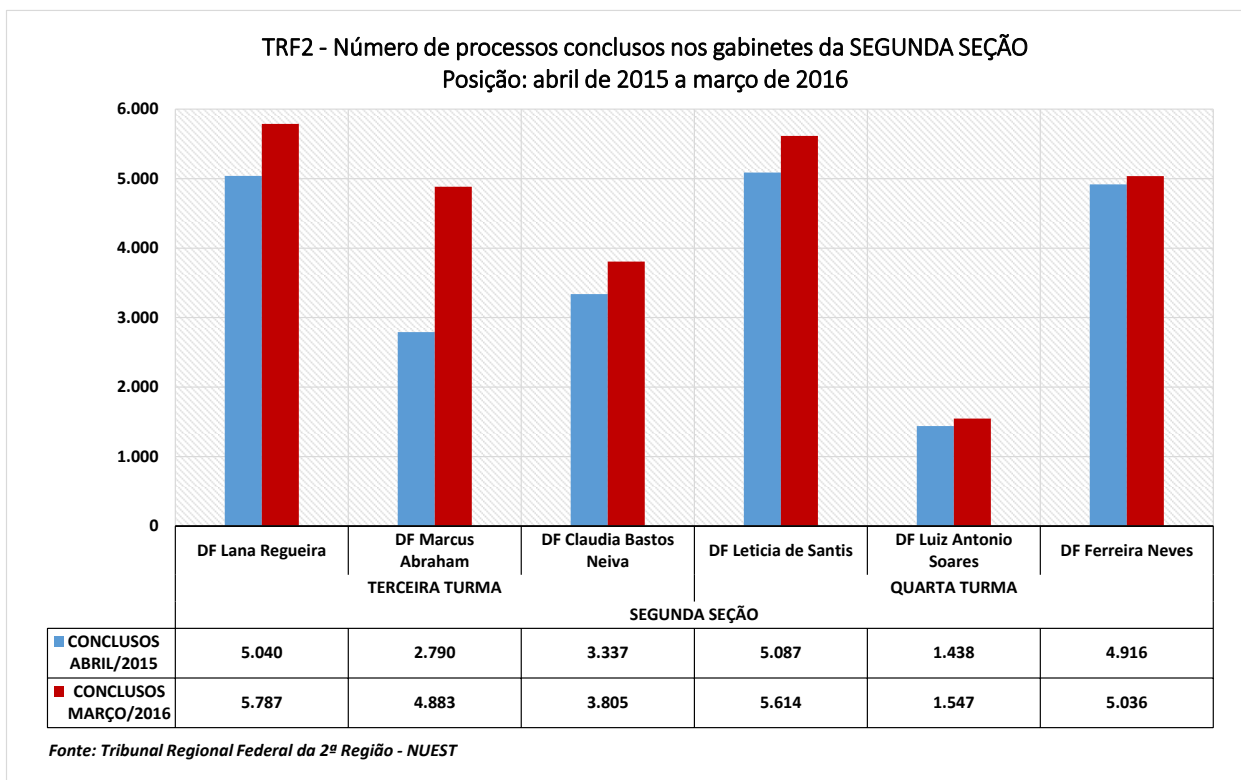
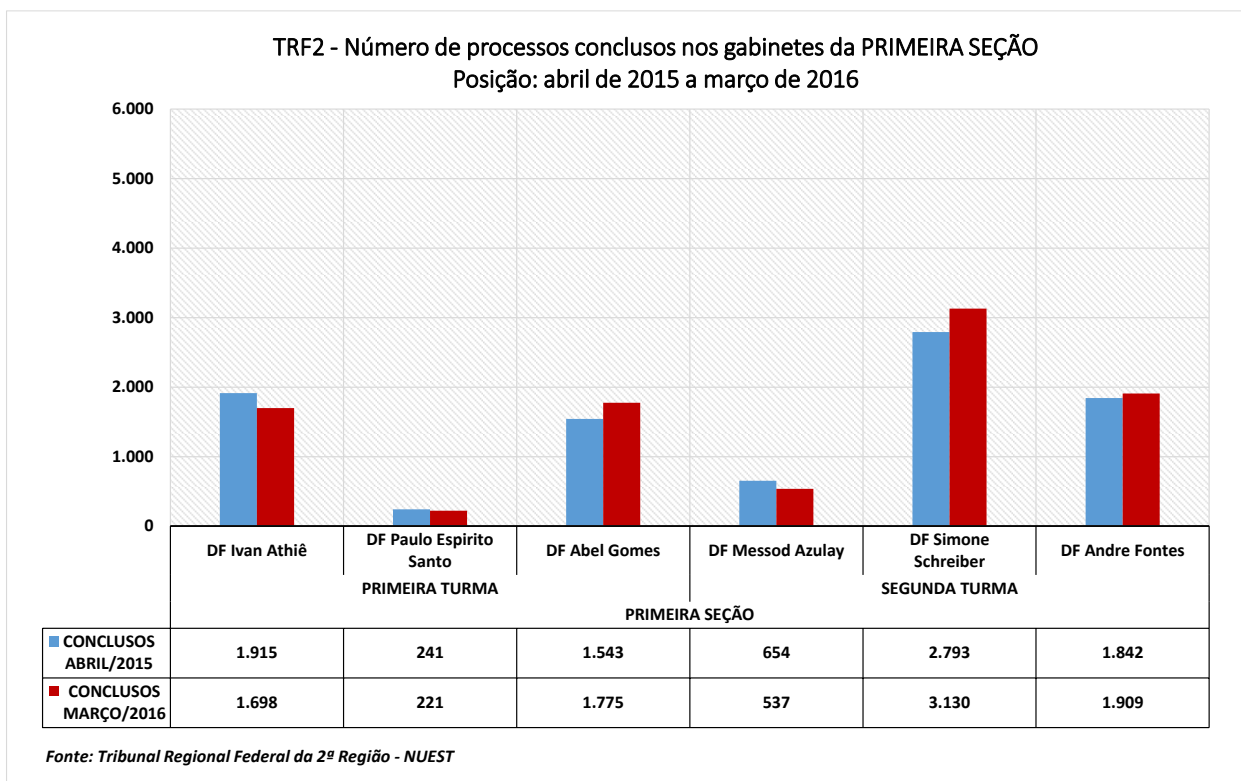


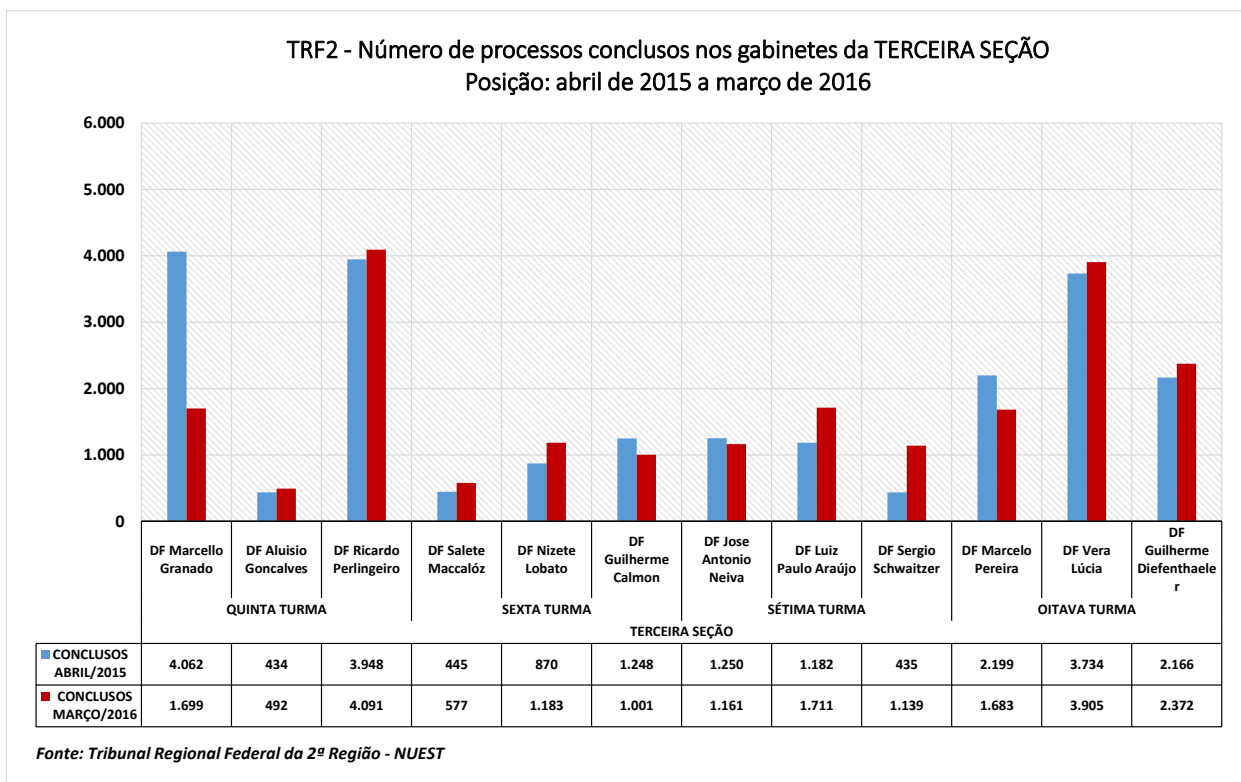
Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 40% (2.346) estão localizados na Vice-Presidência, 44% (2.560) nas turmas especializadas, 12% nos gabinetes dos desembargadores, e 4% em outras unidades.

TRF2 - Processos sobrestados nas Turmas, Vice-Presidência, gabinetes e demais unidades
Posição: março/2016



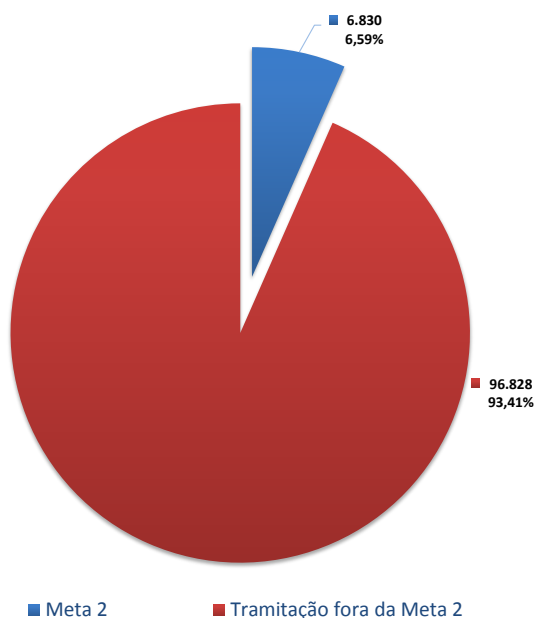
Os gráficos a seguir ilustram a situação do acervo de processos concluídos por seções, nas posições de abril/2015 e março/2016, demonstrando o aumento ou a diminuição do acervo em cada gabinete.





Outro aspecto de importância da gestão processual diz respeito ao perfil do acervo e, em particular, por tempo de tramitação, considerada a data de distribuição originária no Tribunal e que ainda não teve seu primeiro julgamento. O dado mais importante diz respeito a feitos da Meta 2 do CNJ (processos distribuídos até 2012), que, em março/2016, somavam 6.830 feitos em tramitação, equivalentes a 6,59% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados, conforme gráfico abaixo:

TRF2 - Número de Processos de Meta 2 em Tramitação
 Excluídos os processos suspensos/sobrestados



A inspeção não se ateve simplesmente à tarefa de apontar problemas, mas buscou elaborar um diagnóstico da situação geral do TRF da 2ª Região, quanto a alguns aspectos importantes, para orientar a discussão das soluções respectivas.

No campo estatístico, houve significativa evolução no desenvolvimento dos relatórios estruturados aplicados ao sistema eletrônico, conhecido por Apolo. Na última inspeção, ocorrida em março de 2014, o Tribunal contava com ótima ferramenta de controle de acervo para processos físicos (Portal de Estatística), que permitia a gabinetes e unidades processantes a produção dos mais diversos tipos de relatórios dinâmicos. Porém, com a implantação do processo eletrônico, o Núcleo de Estatística – NUEST envidou esforços e adaptou a mesma aplicação para o sistema Apolo. Os resultados desse trabalho são positivos e hoje contribuem para a boa gestão dos órgãos julgadores e unidades processantes que compõem o TRF 2ª Região. O próximo passo é a unificação dessas ferramentas para que as atuais consultas aos processos físicos e eletrônicos, que atualmente ocorrem de maneira separada, sejam obtidas de forma agregada e a partir de uma mesma interface.

Sem prejuízo das recomendações contidas nos relatórios feitos por unidade, a Corregedoria-Geral determina também à Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo de 90 dias:

a) adotar providências relativas às dificuldades enfrentadas no sistema Apolo, realidade constatada no momento da inspeção, especialmente no que tange à morosidade na juntada de petições nos processos eletrônicos diante da impossibilidade de inserção direta das peças processuais pelos advogados e procuradores;

b) resolver a discrepância existente entre os dados do SIAPRO e a realidade física dos processos que, embora estejam em Secretaria, constam como tendo sido remetidos a uma unidade externa (tais processos são objeto da Resolução nº 14/2014, da Presidência do TRF2, que trata dos Juízes designados para atuar em auxílio ao Tribunal);

c) adotar mecanismos de identificação e de controle de processos com migração de sistemas, a fim de efetivar tempestivamente as anotações e registros de fase pertinentes, especialmente quanto à baixa, para evitar a coexistência de informações contraditórias nos sistemas Siapro e Apolo e adotar providências para correção das inconsistências;

d) aperfeiçoar os mecanismos de triagem processual, quando da distribuição eletrônica dos processos, especialmente em relação aos autos físicos migrados para o sistema Apolo, a fim de registrar corretamente os dados necessários à tramitação regular dos feitos junto às unidades competentes para o seu processamento e julgamento, notadamente em relação ao registro de existência de medidas liminares e de hipóteses de prioridade de tramitação processual, e adotar providências para correção das inconsistências;

e) institucionalizar o sistema de distribuição de incidentes de demandas repetitivas e de conflitos de competência, de forma a racionalizar na medida do possível a expressiva demanda de trabalho que esses processos acarretam ao sistema de distribuição;

f) apresentar à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico – Pje;

g) adotar rotinas de trabalho que simplifiquem procedimentos com vistas a reduzir o acervo do Tribunal, principalmente nos feitos de relatoria de outros magistrados (pedido de vistas, revisão); e

h) informar à Corregedoria-Geral, no prazo de 90 dias, as medidas e providências adotadas para o cumprimento das determinações acima, com a devida comprovação por meio de relatório impresso, quando for o caso.

D. UNIDADES JURISDICIONAIS

I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal Poul Erik Dyrlund
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Órgão Especial, Conselho de Administração e Conselho da Justiça Federal.
- 1.3. **Tempo de atuação:** desde 9/4/2015.
- 1.4. **Órgãos vinculados:** Durante a entrevista junto à Chefia de Gabinete da Presidência, em que pese a indagação a respeito, esse quesito não foi respondido.

Há 2 juízes federais em auxílio à Presidência, convocados pelos Atos TRF2 ATP 2015/00181, de 1º/4/2015, e TRF2 ATP 2015/00181, de 1º/4/2015 (Flávio Oliveira Lucas e Carlos Guilherme Lugones).

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Presidente no momento da sua abertura.

1.5. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Gabinete Presidência	Gabinete Desembargado	TOTAL
Servidores efetivos	15	13	28
Servidores sem vínculo	-	01	01
Servidores requisitados	-	02	02
Servidores prestando serviços em outros setores	-	-	-
Terceirizados	-	-	-
Vagas não ocupadas	-	-	-
Estagiários	-	-	-
TOTAL	15	16	31
Servidores em área-fim	02	-	02

1.5.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 30, assim distribuídas:

Cargos/Funções	Gabinete Presidência	Gabinete Desembargador	Total
CJ-3	-	01	01
CJ-2	01	02	03
CJ-1	01	-	01
FC-6	02	-	02
FC-5	08	02	10
FC-4	02	04	06
FC-3	01	01	02
FC-2	-	05	05
FC-1	-	-	-

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

Objetivos específicos da Presidência (art. 22 do Regimento Interno do TRF2):

Art. 22. São atribuições do Presidente:

I - representar o Tribunal;

II - velar pelas prerrogativas do Tribunal, cumprindo e fazendo cumprir o seu Regimento Interno;

III - dirigir os trabalhos do Plenário, do Órgão Especial e do Conselho de Administração, presidindo suas sessões;

IV - convocar as sessões do Plenário, do Órgão Especial e do Conselho de Administração;

V - manter a ordem nas sessões do Plenário, do Órgão Especial e do Conselho de Administração;

VI - submeter questões de ordem ao Plenário, ao Órgão Especial e ao Conselho de Administração;

VII - executar e fazer executar as ordens do Plenário, do Órgão Especial e do Conselho de Administração, ressalvadas as atribuições das Seções Especializadas, das Turmas Especializadas e dos Relatores;

VIII - proferir voto, nos julgamentos do Plenário e do Órgão Especial, observado o disposto no artigo 155;

IX - relatar o agravo interposto de suas decisões, proferindo voto;

X - assinar as cartas rogatórias;

XI - supervisionar a distribuição dos feitos aos membros do Tribunal;

XII - designar dia para julgamento dos processos de competência do Plenário, do Órgão Especial e do Conselho de Administração;

XIII - proferir os despachos de expediente;

XIV - dar posse aos Desembargadores Federais do Tribunal durante o recesso ou em caso de urgência e conceder-lhes transferência de Turma Especializada;

XV - expedir os atos de convocação de Juizes Federais para atuarem no Tribunal, nas hipóteses pertinentes;

XVI - escolher os Juizes Federais que deverão exercer os encargos de Diretor do Foro e o respectivo vice-Diretor, das Seções Judiciárias que compõem a região, cujos mandatos serão de 2 (dois) anos e coincidirão com o da Administração do Tribunal, bem como deliberar sobre o afastamento do exercício da jurisdição, caso necessário, no período de cumprimento do respectivo mandato;

XVII - decidir sobre:

a) as reclamações por erro da ata do Plenário, do Órgão Especial e do Conselho de Administração e da publicação de acórdãos;

b) os pedidos de suspensão da execução de medida liminar em processos de mandado de segurança e de ação civil pública, ou das sentenças proferidas nos primeiros, além das demais hipóteses previstas em lei;

c) os pedidos de liminar em mandado de segurança, durante o recesso do Tribunal, podendo, ainda, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão e demais medidas que reclamem urgência;

d) os pedidos de livramento condicional, bem assim os incidentes de indulto, anistia e graça;

e) a expedição de ordens de pagamento devido pela Fazenda Pública Federal, nos termos do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal, despachando os precatórios e ordenando, se for o caso, o seqüestro de quantias;

f) a avocação dos autos de processo com sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição, nos casos em que não tenha sido interposta apelação no prazo legal e o juiz não ordenado a remessa ao Tribunal.

g) lavrar as conclusões e a ementa e mandar publicar o acórdão, nos termos do art. 97, §1º deste Regimento.

XVIII - aprovar a escala de férias dos Desembargadores Federais, bem como dos Juizes Federais Convocados, sendo que no caso destes últimos, depois de o período pretendido receber a anuência do Presidente da Turma integrada pelo magistrado;

XIX - baixar resoluções e ordens de serviço referentes a deliberações do Plenário, do Órgão Especial e do Conselho de Administração;

a) de membro do Tribunal, em cumprimento de deliberação ou decisão do Órgão Especial, ou de ofício, ou por provocação do vice-Presidente do Tribunal;

b) de Juiz Federal de Primeiro Grau, mediante provocação do Corregedor ou do Conselho de Administração.

XX - nomear curador especial a paciente nas hipóteses do inciso anterior, em se tratando de incapacidade mental, bem assim praticar os demais atos previstos neste Regimento;

XXI - baixar resoluções e ordens de serviço referentes a deliberações do Plenário, do Órgão Especial e do Conselho de Administração;

XXII - expedir atos indispensáveis à disciplina dos serviços e à segurança institucional do Tribunal;

XXIII - adotar as providências necessárias à elaboração da proposta orçamentária do Tribunal e da Justiça Federal de Primeira Instância e encaminhar pedidos de abertura de créditos;

XXIV - resolver as dúvidas que se suscitarem na classificação dos feitos e expedientes registrados na Secretaria do Tribunal, baixando as portarias necessárias;

XXV – Determinar o imediato cumprimento da decisão que julgar procedente a reclamação.

XXVI - assinar os atos de provimento e vacância dos cargos e empregos da Secretaria Geral e dos serviços auxiliares do Tribunal, dando posse aos servidores, bem assim das secretarias e dos serviços auxiliares dos Juízos que lhe são vinculados;

XXVII - assinar os atos de licença e demais atos relativos à vida funcional dos servidores da Secretaria Geral, secretarias e serviços auxiliares referidos no inciso anterior;

XXVIII - impor penas disciplinares aos servidores da Secretaria Geral do Tribunal e serviços auxiliares, sem prejuízo das atribuições dos Presidentes de Seções Especializadas, Turmas e dos Desembargadores Federais, estes quanto aos respectivos Gabinetes;

XXIX - delegar, nos termos da lei, competência ao Diretor Geral para a prática de atos administrativos de gestão referentes aos servidores da Secretaria Geral;

XXX - velar pela regularidade e exatidão das publicações das estatísticas sobre os trabalhos do Tribunal;

XXXI – autorizar a inclusão de dependente no Plano de Saúde;

XXXII - apresentar ao Tribunal o Relatório de Atividades e mapa dos Julgados, na primeira sessão ordinária do mês de março. Colocando-os na Rede Corporativa (Intranet) do Tribunal.

XXXIII - promover e organizar concurso público para provimento dos cargos de secretaria do Tribunal e das Seções Judiciárias;

XXXIV – conceder aos Desembargadores Federais afastamento para frequência a cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos jurídicos, cujo período seja inferior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Em caso de questão controvertida, poderá o Presidente submeter matéria de sua competência ao Conselho de Administração.

Quanto às funções jurisdicionais, a Presidência não aprecia a admissibilidade de recursos dirigidos à instância superior, atribuição integralmente delegada à Vice-Presidência.

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	7
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	12
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	4
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

O acervo judicial conta com 12 processos, sendo que não remanesce pendência da inspeção anterior. Pode-se observar pela tabela abaixo a evolução do acervo, de acordo com a classificação/localização.

Estatísticas complementares de Março/2016 da Presidência

ACERVO EM TRAMITAÇÃO	abr-15	mar-16
Avocatória	0	0
Carta de ordem/ Precatório	0	0
Suspensão Liminar/ antecipação de tutela	2	1
Suspensão Execução de Sentença	0	0
Exceção Suspeição Criminal	0	0
Cautelar	0	0
Outros	3	1
Total	5	2

Fonte: TRF 2ª Região

No momento da inspeção, foram constatados naquela unidade apenas dois processos, um físico (revisão de processo administrativo disciplinar em fase de encaminhamento ao arquivo) e um eletrônico (agravo regimental em decisão de suspensão de liminar, com data de conclusão de 30/3/16).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015 - que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

No TRF 2ª Região, a atividade da Presidência é afeta, principalmente, a processos administrativos.

Em face do número ínfimo de feitos que tramitam na unidade inspecionada no momento da inspeção, somente 2, não há de se falar em: *triagem inicial de processos, classificação e sua separação física, especialização de servidores por matéria ou fase*

processual, tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, controle dos feitos sobrestados, medidas de conciliação e desistência de recursos, priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento, trâmite e digitalização de processos para remessa às cortes superiores, fixação de metas de trabalho, planejamento e avaliação periódica de atividades, produtividade e metas.

Considerando o reduzido número de feitos que tramitam na unidade inspecionada, o desempenho dos servidores que atuam na área judicial é excelente (apenas dois).

Logo após a conclusão do processo ao Gabinete da Presidência, é levado a julgamento na próxima sessão do Pleno/órgão competente.

Vale registrar que, segundo informação colhida junto à Chefia de Gabinete, os advogados que ali chegam são prontamente atendidos.

Por outro lado, sobreleva consignar que inexistem pendências relativas às inspeções anteriores e não há recomendações específicas para esta unidade.

Por fim, como boa prática da unidade inspecionada, verificou-se no site do TRF2 que, por meio da Resolução 31, publicada em 25/9/2009, foi instituído o encontro anual dos servidores do Tribunal, compreendendo os seguintes projetos: homenagem por mérito institucional, exposição "*Data Venia* Eu Sou Artista", comemorações do dia do servidor público e homenagem por tempo de serviço, sendo relevante assinalar o fato de que a data e o local de cada um dos eventos ficam a critério da Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial da Presidência - AREP.

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
Desembargador Federal REIS FRIEDE**

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal Reis Friede
1.2. Órgãos de atuação: Plenário, Órgão Especial e Conselho de Administração
1.3. Tempo de atuação: desde 9/4/2015.
1.4. Órgãos vinculados: Gabinete da Vice-Presidência, Gabinete Des. Federal e AREC

Há 7 juízes federais em auxílio à Vice-Presidência, convocados pelos Atos ATP 2015/00180, de 26/3/2015 (sem prazo), ATP 2015/00601, de 6/11/2015 (até 15/5/2016).

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Vice-Presidente.

1.5. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Gabinete Vice-Presidência	Gabinete Desembargador	TOTAL
Servidores efetivos	05	14	19
Servidores sem vínculo	01	-	01
Servidores requisitados	02	04	06
Terceirizados	01	-	01
Vagas não ocupadas	-	-	-
Estagiários	03	04	07
TOTAL	08	25	33
Servidores em área-fim	02	20	22

1.5.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 24, assim distribuídas:

Cargos/Funções	Gabinete Vice-Presidência	Gabinete Desembargador	Total
CJ3	01	01	02
CJ2	-	02	02
CJ1	01	-	01
FC6	-	-	-
FC5	02	03	05
FC4	01	04	05
FC3	02	01	03
FC2	01	05	06
FC1	-	-	-

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

A Vice-Presidência aprecia a admissibilidade de recursos dirigidos à instância superior quanto às matérias de competência das seções, a saber: 1ª Seção: especializada em Direito Penal e Previdenciário; 2ª Seção: especializada em Direito Tributário; e 3ª Seção: especializada em Direito Administrativo.

O processamento desses recursos é feito pelo órgão denominado AREC, e, no exame de admissibilidade, auxiliam os servidores dos órgãos: Gabinete da Vice-Presidência e Gabinete do Desembargador.

Em relação ao acervo relativo à admissibilidade de recursos, tem-se a seguinte análise:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO* (Apenas para admissibilidade de recursos)	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	33.696
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	24.771
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	5.381
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	3.181
Acervo de sobrestados (abril/2015)	11
Acervo de sobrestados (março/2016)	84

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

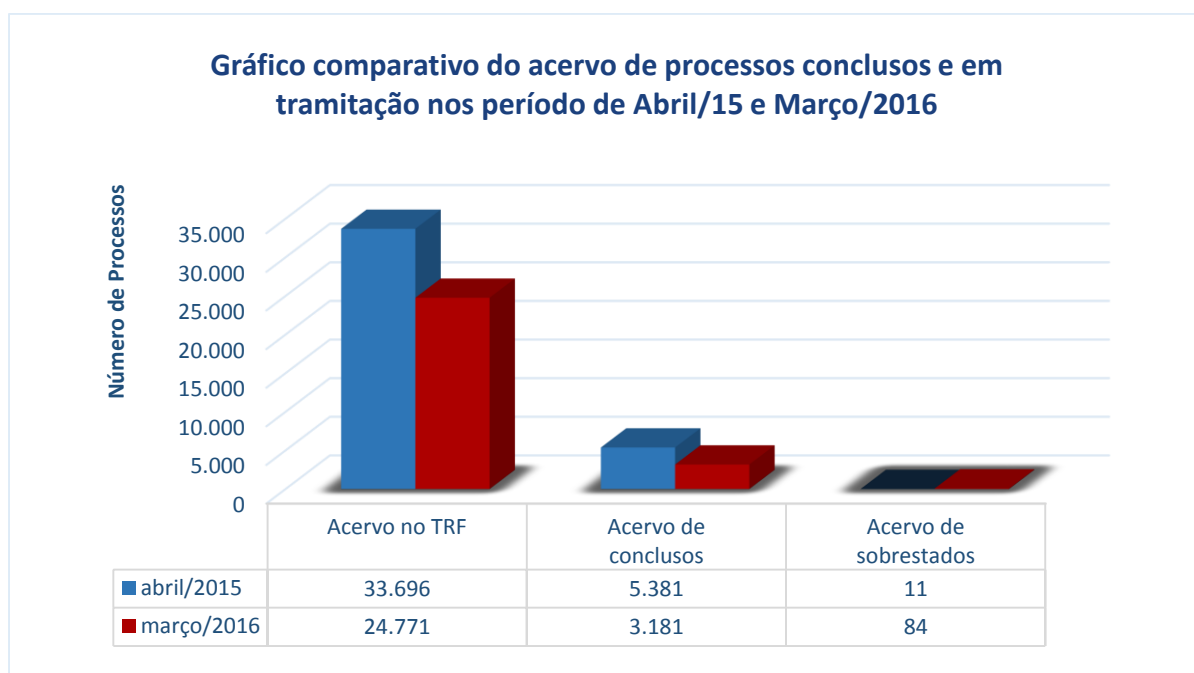
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de conclusos diminuiu em 2.200 e o número de processos sobrestados subiu em 73.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal desaprovação.

O Gabinete da Vice-Presidência apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação, de 3.181 processos conclusos, que quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 176,72 processos por servidor.

O histórico estatístico da unidade está representado no gráfico a seguir.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)	12.931
Total de Processos (saídas)	26.159
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	-13.228
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: Para efeito de cálculo do fluxo e considerando que na vice-presidência um processo recebido para exame de admissibilidade de recurso normalmente apresenta mais de uma decisão em recursos diferentes, considerar para o item "Total de processos (saída)" somente a unidade do processo julgado, independente do número de decisões incidente sobre ele.

Segundo dados informados pela Estatística, extraídos do sistema, no período de doze meses, houve entrada de 12.931 processos e saída de 26.159 decorrentes de decisões em exame de admissibilidade de Resp e RE, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria-Geral como boa prática de gestão processual e administrativa.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados:

DECISÕES PROFERIDAS (abril/2015 a março/2016)	
Decisão monocrática terminativa	2.094
Decisão homologatória de desistência de recursos	77
Decisão em exame de admissibilidade de Resp e Rext	30.101
Embargos de Declaração	83
Agravos Legais e Regimentais	8
Demais decisões	5.785
TOTAL	38.148

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Verifica-se que foram proferidas 38.148 decisões nos últimos doze meses, enquanto o volume de processos (entradas) foi de 12.931.

Tendo em vista que, em geral, um único processo pode conter mais de um recurso, resultando, portanto, em mais de uma decisão, a prolação de 38.148 decisões não significa que a mesma quantidade de feitos tenha sido subtraída do acervo da Vice-Presidência, como visto na tabela acima.

No que diz respeito às recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 - que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque reuniões periódicas que o Desembargador vem realizando com a Assessoria, no sentido de atualizar padrões de decisões e alterar procedimentos quanto às prioridades legais, a fim de se promover a adequação às novas normas legais.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 52 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 47 são físicos e 5 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com alguns registros processuais desatualizados.

Não havia processos tramitando em unidades externas ou fisicamente indisponíveis.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, com despachos/decisões prontos na contracapa.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, igualmente não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) regularizar o andamento mediante publicação de despacho/decisão em 10 dias:

00021433320014020000	00021433320014020000	00071685120064020000
00028952720074025001	00244875520064025101	05275223420044025101
00462560920004020000	08016670420094025101	00069340220054025110
00113255720124020000	00063444220114025101	00042327620064025101
00061933720014025001	00339917220004020000	00135185020094020000
00120773420094020000	201251010442133	

b) julgar em 60 dias:

00017762220074025101	00017762220074025101
00098955420024025001	00131572320154020000

c) regularizar a situação, mediante juntada do despacho aos autos, registro pertinente no sistema e intimação às partes em 15 dias:

00018965120104025104	00143452720104020000	00172735320124029999
00077053120104025101	00025605719974025001	00100224720084020000
05527073519994025106	00141929020054025101	00077221420034025101
00190215120044025101	08085344220114025101	08083144420114025101
08013506920104025101	00273354420084025101	00237658920044025101
00533748919964025104	00068999320104025101	00120898220084020000
00124791720044025101	00178416420104020000	08070249620084025101
00211372020104025101	00095129720094020000	00124791720044025101

d) dar andamento ao processo mediante cumprimento de decisão proferida no prazo de 15 dias:

00169163920084020000	03032381319994025103	0001874-60.2014.4.02.5101
----------------------	----------------------	---------------------------

e) outras situações:

00119449720044025001	julgar agravo regimental em 90 dias.
00093090720084025001	regularizar a situação do processo, mediante a intimação da parte agravada para contrarrazões, no prazo de 10 dias.
01034431620144025001	regularizar o andamento processual mediante lançamento de fase de suspensão/sobrestamento, bem como devolver à origem, no prazo de 15 dias.
00053818720044025001	dar andamento ao processo em 15 dias.
00080545020064020000	regularizar a situação do processo, juntando despacho da contracapa e julgando o agravo em 60 dias.

00053818720044025001	dar andamento ao processo em 15 dias.
----------------------	---------------------------------------

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação razoavelmente célere do acervo em geral, mas alguns feitos da amostragem se encontravam sem movimentação processual há mais de um ou dois anos, exigindo plano de trabalho dirigida à melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, observando-se a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A triagem inicial de processos é feita mediante a separação por assunto e prioridade e a respectiva localização interna registrada no sistema.

Os processos remetidos ao gabinete são separados por assunto e prioridade no mesmo dia e, considerando o grande volume, são alocados nos respectivos armários, separando-se, imediatamente, questões de maior urgência, com o respectivo registro no sistema.

Quanto à classificação e separação física de processos, a organização do gabinete é feita de modo a priorizar a celeridade no andamento dos feitos de acordo com ordem cronológica, metas do CNJ e prioridades legais. Os processos conclusos são separados por assunto, localizados no sistema e, posteriormente, distribuídos entre os servidores.

A alteração da localização dos processos físicos e eletrônicos dentro da unidade é registrada no sistema de forma a não se perder a localização atualizada do processo.

O atendimento a advogados é feito por servidores da atividade-meio e, caso necessário o atendimento pelo Magistrado, a Assessoria efetua o agendamento. Toda a produção do gabinete (decisões e votos), independente de constar no Portal de Jurisprudência do Tribunal, é arquivada em computador da unidade e compartilhada entre todos os servidores, de forma a facilitar a consulta e evitar decisões conflitantes.

Há especialização de servidores por matéria ou fase processual. Cada servidor fica responsável por um assunto específico, sendo que, há sempre mais de um servidor apto a analisar cada assunto a fim de cobrir eventuais afastamentos por motivo de férias ou licenças. Ressalte-se que, considerando que determinados assuntos possuem uma quantidade maior de processos em relação a outros, nesses casos a Assessoria destaca mais servidores para trabalhar nos referidos feitos, criando grupos específicos de trabalho.

Os processos com prioridade legal ou meta estabelecida pelo CNJ são identificados logo que chegam ao gabinete, orientando-se o servidor responsável a lhes dar a

necessária urgência. A Assessoria acompanha o andamento desses feitos a fim de garantir a prioridade de julgamento.

O controle dos feitos sobrestados é feito mediante relatórios estatísticos elaborados pela AREC.

Nesta fase, o setor não se utiliza de medidas de conciliação, havendo poucos pedidos de desistência de recursos.

Eventuais feitos adiados e pendentes de julgamento são priorizados, ficando a cargo da Assessoria.

O trâmite e digitalização de processos para remessa às cortes superiores é feito inicialmente pela AREC, que faz o processamento dos recursos. Após, o processo é enviado ao Núcleo de Digitalização.

Na Unidade, não se verificou um controle de prazo para julgamento de feitos, apenas para lavratura de acórdãos, liberação de decisões proferidas e declaração de voto. O gabinete registrou que para análise dos feitos procuram observar a ordem cronológica de chegada, respeitadas as prioridades legais e, eventualmente, algum pedido de preferência.

A lavratura e liberação de acórdãos relativos aos processos físicos ocorre imediatamente após a sessão de julgamento. As decisões monocráticas, após a assinatura, são imediatamente liberadas.

No que tange aos processos físicos, há um servidor responsável pela liberação, no dia seguinte à sessão, do inteiro teor dos votos e acórdãos já assinados pelo Desembargador. No que concerne aos processos eletrônicos, este mesmo servidor solicita aos servidores responsáveis pelos processos julgados que efetuem a inclusão dos textos no sistema e remete ao Desembargador para assinatura eletrônica, liberando de imediato para a respectiva Subsecretaria.

Observa-se, ainda, que há fixação das metas de trabalho pelo magistrado. A meta individual de produtividade é, em média, 150 minutos de decisões de admissibilidade, estabelecida de acordo com o grau de complexidade dos processos em análise por mês. Os recursos incidentes (agravos internos e embargos de declaração) são remetidos ao mesmo servidor que elaborou a minuta de decisão.

A avaliação periódica de atividades é feita semanal, mensal, semestral e anualmente. O controle mensal é feito mediante relatório elaborado pelo próprio servidor.

As avaliações semestrais e anuais permitem que se visualize a produtividade global do gabinete e de cada servidor individualmente, compensando-se eventuais baixas de produtividade em determinados períodos.

A gestão de pessoas e recursos materiais é feita pela própria Assessoria, com a ajuda de dois servidores, que fazem os pedidos pertinentes, controle de recebimento etc.

Para o gozo de férias é elaborada uma escala, respeitando-se as substituições necessárias de acordo com a tarefa desempenhada, de forma a não prejudicar a produtividade do gabinete.

Os assessores e o Chefe de Gabinete são substituídos por servidores treinados para desempenhar tais funções durante o período de férias dos titulares, de modo que não ocorra a descontinuidade do serviço.

O atendimento de advogados é efetuado por um servidor que, quando necessário, aciona a Assessoria para dirimir eventual dúvida do advogado. Caso o advogado queira despachar com o Magistrado, efetua-se agendamento prévio em dias e horários específicos, a fim de não prejudicar a atividade jurisdicional.

O acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores é feito pela própria Assessoria, que informou inexistir processo da autoinspeção anterior pendente de regularização pela Unidade.

Finalmente, como boas práticas a Unidade ressaltou: controle periódico do acervo, a fim de se evitar a demora injustificada no julgamento dos feitos; criação de um grupo de e-mail, por meio do qual são passadas orientações, atualizações jurisprudenciais, alterações de leis e entendimentos, de maneira a informar toda a equipe; reuniões com a Assessoria a fim de se discutir processos considerados mais complexos, bem como a fim de criar padrões em temas repetitivos; especialização interna do trabalho; incentivo à produtividade pela implantação do sistema de meritocracia, consistente na distribuição das funções gratificadas de acordo com o desempenho de cada servidor; constante diálogo entre a Assessoria, juízes auxiliares e servidores, no intuito de acompanhar o desenvolvimento das atividades, visando o incremento da produtividade; o trabalho em equipe é incentivado, primordialmente na solução de casos mais complexos, em que se debate conjuntamente com a Assessoria a melhor solução para a questão em análise.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe apurou, dentre outras coisas, a necessidade urgente de adoção de um processo eletrônico mais rápido e simples, que possa atender à demanda por celeridade e eficácia.

As informações apresentadas no sistema eletrônico atual têm uma apresentação truncada, além de inexistir atalho para consulta ao processo de origem, o que é muito importante, especialmente nos casos de agravos de instrumento.

A existência de três frentes de trabalho (com processos físicos, eletrônicos e mistos/híbridos) sem dúvida acarreta uma demora no processamento dos feitos. Os processos mistos ou híbridos são trabalhados de um lado virtualmente e, de outro, manualmente, com inclusão de cópias do quanto produzido virtualmente, acarretando

injustificado retrabalho. As entrevistas, a propósito, indicaram problemas com os sistemas, com lentidão inclusive para assinatura de documentos.

Da mesma forma, é recomendável a priorização da lotação de servidores na área judicial, pois se constatou necessário o preenchimento da lotação da Assessoria, que é, em verdade, verdadeira secretaria voltada à atividade-fim do Tribunal.

Nesse sentido, poder-se-ia organizar uma comissão de estudo dos diversos setores, a fim de realizar um cotejo das atividades desenvolvidas com a força de trabalho, com vistas ao eventual remanejamento dos servidores de áreas administrativas para as áreas judiciais.

Embora o prédio do Tribunal seja antigo e apresente alguns problemas, o espaço do gabinete apresenta-se amplo, iluminado e organizado. Há necessidade de providenciar mobiliário ergonômico, hábil ao cumprimento da carga horária.

Observou-se, pela análise dos processos relacionados, uma prática de circulação de processos com decisões proferidas e não juntadas aos autos, com risco de perdas, que é agravado pela demora nos períodos interfases, o que deve ser evitado.

A Vice-Presidência, de maneira geral, e considerando ainda o excessivo acervo, está em situação razoável, com bom fluxo processual, adequada organização e controle do estoque de processos.

Apesar dos progressos e dos esforços do Vice-Presidente e dos servidores, que vêm realizando um bom trabalho e estão conseguindo reduzir o acervo, a tramitação ainda é demorada, principalmente em razão dos problemas relacionados à natureza dos processos - pois muitos são físicos -, e ao sistema de informática, que apresenta problemas.

6) RECOMENDAÇÕES:

- a) regularizar a situação dos processos relacionados no item 3 acima;
- b) informar em 60 dias sobre a existência de processos analisados na inspeção anterior e ainda não impulsionados, esclarecendo, se for o caso, as providências tomadas;
- c) observar a imediata anexação de decisões e outros incidentes aos autos, com a atualização processual respectiva, evitando extravios;
- d) envidar esforços para aperfeiçoar a gestão do acervo em geral (os processos especificamente inspecionados representam uma pequena parcela do acervo do gabinete), com o objetivo de reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade, pois na amostra foram detectados processos com mais de um ano de tramitação, sempre priorizando, na medida do possível, os mais antigos;

e) instituir uma forma de controle para priorizar o andamento de processos que já contenham decisões/despachos;

f) considerando que em processos inspecionados na Assessoria de Recursos constatou-se que muitos estavam aguardando efetivo envio à Vice-Presidência, recomenda-se seja determinado àquele órgão o envio imediato dos feitos àquela unidade sempre que for caso de conclusão para despacho/decisão;

g) tomar medidas para procurar agilizar as publicações, que atualmente são feitas no prazo médio de 16 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça;
e

h) realizar ou propor a realização de estudos para adoção de um processo eletrônico mais rápido e simples, que possa atender à demanda por celeridade e eficácia. No âmbito da Vice-Presidência e órgãos a ela vinculados, a existência de processo eletrônico com ferramentas adequadas para triagem e movimentação de feitos certamente agilizaria em muito a tramitação dos processos.

**GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL
Desembargador Federal GUILHERME COUTO**

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal GUILHERME COUTO DE CASTRO.
- 1.2. Órgãos de atuação:** Corregedoria Regional
- 1.3. Tempo de atuação:** desde 19/11/2014, de forma interina em virtude da renúncia da corregedora anterior, conforme Ata número 417, da Subsecretaria do Tribunal Pleno. E, desde 19/4/2015, de forma efetiva.

Há 2 juízas federais em auxílio à Corregedoria, convocadas pelos Atos n. TRF2-ATP-2015/00182, de 26/3/2015 (Juíza Federal Andrea Cunha Esmeraldo) e n. TRF2-ATP-2016/00066, de 3/3/2016 (Juíza Federal Karla Nanci Grandó).

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Corregedor Regional.

1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Corregedoria	Gabinete Des. Federal	TOTAL
Servidores efetivos	8	6	14
Servidores sem vínculo	1	1	2
Servidores requisitados	2	11	13
Servidores prestando serviços em outros setores	-	-	
Terceirizados	3	-	3
Vagas não ocupadas	-	2	2
Estagiários	4	-	4
TOTAL	18	20	38
Servidores em área-fim	11	18	29

1.4.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 30, assim distribuídas:

	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Corregedoria	1	1	-	-	6	4	-	1	1
Gabinete do Des. Fed.	1	2	-	-	3	4	1	5	-
Total	2	3	-	-	9	8	1	6	1

2) ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Corregedoria (abril/2015)	136
Processos em tramitação na Corregedoria (março/2016)	172

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	3
Processos sobrestados (março/2016)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Além dos feitos específicos da Corregedoria, o Desembargador recebe distribuição de feitos de natureza jurisdicional, enquanto membro da Corte Especial, além de feitos administrativos do Plenário.

A Unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições: Setor de Procedimentos Administrativos, Setor de Correição e Setor de Magistrados.

O critério para organização do acervo e controle de movimentação interna observa as necessidades. Diariamente, de acordo com a chegada dos processos, é feita a triagem, divisão de tarefas e efetuado controle mediante planilha eletrônica criada pela chefia para tal finalidade.

Os processos de relatoria do Desembargador estão acondicionados nas mesas das assessoras.

Os procedimentos administrativos pertinentes às atividades correccionais em curso encontram-se cadastrados eletronicamente no Sistema SIGA, que controla os prazos de sua tramitação, verificando eventuais extrapolações.

Quanto aos processos físicos, têm sua tramitação acompanhada pelo sistema SIGA, bem como a elaboração das peças processuais nesse sistema, para posterior juntada aos respectivos autos.

O controle estatístico da unidade é feito diariamente.

A distribuição interna das atividades ocorre da seguinte maneira: assim que os processos chegam à unidade são incluídos na planilha eletrônica de acompanhamento, e prontamente dirigidas aos chefes dos setores responsáveis, de acordo com a matéria tratada. O chefe de setor é o responsável por distribuir aos servidores da unidade os novos processos/procedimentos administrativos.

A Meta 10/2010 do CNJ vem sendo cumprida pela unidade, pois pequena parte das comunicações é feita por meios físicos.

Não há realização de mutirões, tendo em vista a inexistência de acúmulo de processos no acervo.

Em relação às inspeções nas unidades jurisdicionais, estas são realizadas, em geral, nos mesmos moldes das inspeções das gestões anteriores.

Há formulários padronizados. Não há no formulário item sobre a alienação antecipada de bens (conforme orientação do Fórum de Corregedores), porém ocorre a verificação diretamente com os responsáveis pelas unidades no momento da correição/inspeção. Há atualização dos formulários em conformidade com os normativos e metas do CJF e do CNJ, sempre que tais informações chegam ao conhecimento da equipe de correição;

Quanto às correições nas unidades jurisdicionais, estas são realizadas obedecendo ao critério cronológico, como já ocorria em gestões anteriores, porém com a inclusão dos juizados especiais federais e das turmas recursais, havendo previsão de conclusão dentro dos dois anos da gestão do atual Corregedor.

Não foram listados processos para inspeção na unidade.

Há recomendação pendente da inspeção anterior, relativa ao Processo administrativo 0000144-25.2013.4.02.0000 (T2-ADM-2012/00241), tendo a Assessoria informado o seguinte:

Segundo andamento do Sistema SIGA, o processo foi encaminhado pela gestão anterior, em 18/11/2014, com minuta de resolução para a Presidência. O referido processo retornou a esta Corregedoria, com despacho da atual Presidência, para manifestação desta gestão. Está pronto para ser levado em pauta próxima, no Conselho de Administração, com a finalidade de adaptar o Ato Normativo do Tribunal (Resolução 28) às mudanças advindas da Resolução 64, do CNJ.

Quanto às boas práticas, foi destacado:

- manutenção do acervo sem acúmulo de processos; e
- reformulação do site do Tribunal, com a inclusão de mapas das subseções, que facilitam o acesso dos jurisdicionados às competências das varas, bem como o conhecimento da abrangência territorial das respectivas jurisdições, com vistas à rápida identificação do local adequado para a propositura das ações.

3) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) não há acúmulo de trabalho, o que demonstra o comprometimento da equipe, bem como que as metodologias empregadas pela chefia na condução do trabalho da unidade se mostram adequadas à tramitação dos processos recebidos;

b) há discrepância do número total do acervo da unidade apurada pela estatística do Tribunal e o real quantitativo de processos ativos identificados pela Assessoria. Foi informado que existem atualmente: 1) 82 processos administrativos em trâmite, relacionados às correições que foram realizadas no corrente ano e às que ainda serão realizadas, pois a autuação dos autos de correição se dá de forma conjunta e prévia para todas as unidades a serem visitadas pela equipe da Corregedoria, independente do calendário estabelecido; 2) 76 feitos já concluídos, com encerramento de tramitação, mas que aguardam digitalização para serem arquivados definitivamente; 3) 11 processos a serem julgados na próxima sessão do Conselho de Administração em 5/5/2016; e 4) 4 feitos que estão em fase de análise junto à assessoria; e

c) atualmente há 29 processos de vitaliciamento em tramitação, os quais estão atuados eletronicamente no sistema SIGA.

De acordo com o Relatório referente às atividades da Corregedoria Regional no ano de 2015, foram instauradas onze sindicâncias para apurar possíveis infrações à Lei Orgânica da Magistratura e ao Código de Ética da Magistratura por parte de juízes federais da região.

Destas sindicâncias, 10 foram concluídas e submetidas ao Órgão Especial do Tribunal, sendo que 8 resultaram em instaurações de processos disciplinares e 2 foram arquivadas. Apenas uma sindicância, aberta em dezembro de 2015, ficou pendente para o ano de 2016, pois não concluída.

Consta que havia procedimentos da gestão anterior pendentes (3 representações e 5 comunicações), os quais foram submetidos ao Órgão Especial e arquivados; e 4 comunicações foram arquivadas monocraticamente por decisão do Corregedor Regional.

Foram despachadas cerca de 150 reclamações por alegado excesso de prazo ou morosidade, tendo sido dada solução a todos os casos.

Ainda segundo constatado no citado Relatório, a Corregedoria Regional realizou, entre abril e dezembro de 2015, 32 correições ordinárias presenciais e 45 correições ordinárias eletrônicas em unidades (varas federais e unidades administrativas) do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Para o ano de 2016 há um cronograma estabelecido (o cronograma de 2017 também já foi estabelecido e consta na página da Corregedoria Regional), que vem sendo cumprido com regularidade, tendo sido levadas a efeito mais de trinta correições até a data da inspeção.

4) RECOMENDAÇÕES:

A Corregedoria Regional da 2ª Região está em boa situação, não tendo sido constatados problemas em relação aos processos em tramitação e às rotinas da unidade.

II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPÍRITO SANTO

Especialidade: DIREITO PENAL, PREVIDENCIÁRIO E DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargador Federal PAULO ESPÍRITO SANTO

1.2. Órgãos de atuação: Pleno, Órgão Especial, 1ª Seção Especializada (D. Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial) e 1ª Turma.

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 7 de abril de 2011.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas nem recebeu auxílio de juízes federais ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	13	1	3	0	4	21	13
Inspeção/2016	13	1	4	0	1	19	13

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a menos e não houve incremento ou redução de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	1.199
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	1.220
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	241
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	221
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

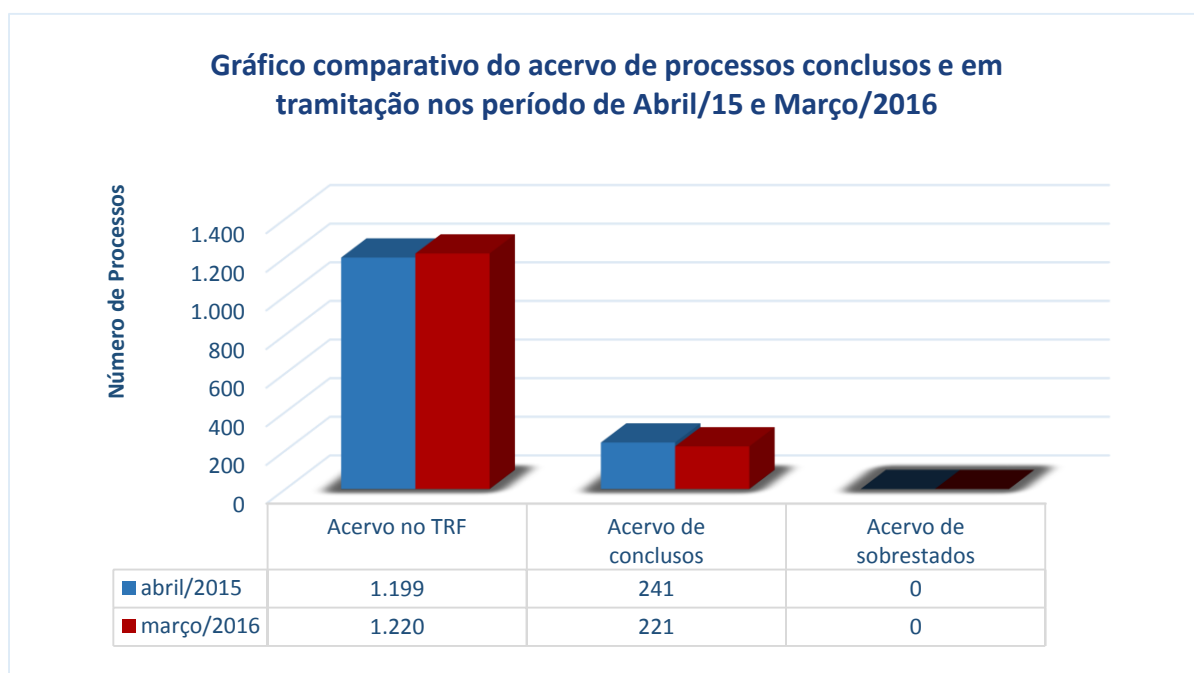
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 20 e o número de sobrestados manteve-se inalterado, não havendo nenhum nesta situação.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 221 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou 17 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 21 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	1.892
Total de Processos (saídas)**	1.857
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	35
Processos distribuídos	1.780

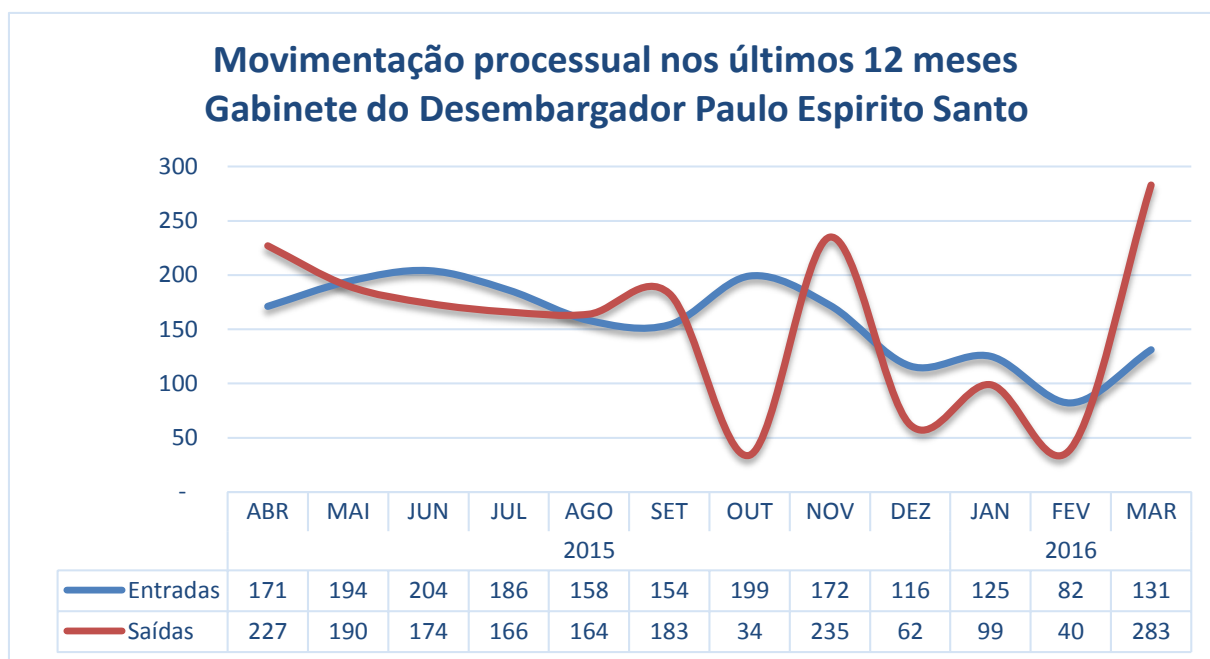
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.892 e saída de 1.857 processos, resultando, assim, em aumento do acervo. Todavia, diante do quadro geral do gabinete, este aumento de apenas 35 processos não é relevante. Ademais, segundo informações da Chefe de Gabinete, o aumento também decorre da ausência de uma servidora (que assessora o Desembargador nos feitos de natureza criminal), que se encontra em licença maternidade desde setembro de 2015.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.389
Total de processos julgados em mesa	350
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	47
TOTAL	1.786
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	13%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.786 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 1.780, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 350 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 47 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 13%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	38
b. Agravo Legal/Regimental	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 38 embargos de declaração e nenhum agravo legal/regimental.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (março/2016)	
Casos novos criminais	54
Processos criminais baixados	29
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 1 processo, representando 0,45% do acervo de processos conclusos na unidade (221 processos).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos de 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Paulo Espirito Santo

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	1
2004	-	-	-
2005	3	-	-
2006	-	-	-
2007	1	-	-
2008	1	1	1
2009	-	1	-
2010	1	1	-
2011	-	2	1
2012	1	1	1
2013	20	7	6
2014	127	93	10
2015	-	135	108
2016	-	-	93
Total	154	241	221

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 154. Atualmente, há 221, mas houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2005. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2015 e 2016, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2016, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha, basicamente, com processos distribuídos nos anos de 2015 e 2016, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, bem como quanto à Meta 6/2016, não havia processo.

Em relação às Metas específicas 7 e 8/2016, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	37
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	5
TOTAL	45

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que há 37 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 1 feito que aguarda voto-vista e declaração de voto.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	7
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	1
TOTAL	10

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 7 processos conclusos para revisão, 1 para voto-vista e nenhum para declaração de voto.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 8 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 2 são físicos e 6 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não havia, na listagem da inspeção, processos que tramitavam em unidades externas ou que não estavam fisicamente disponíveis.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram autos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados extravios sem restauração.

Em relação aos processos listados, não há recomendações. Apesar de o acervo geral ter aumentado, o acervo de conclusos diminuiu.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo. Nesse aspecto, apesar de o acervo total ter aumentado, o número de feitos conclusos diminuiu, o que revela continuidade na redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A metodologia de trabalho observada na Inspeção de 2014 ainda se encontra em prática. Assim, a unidade estabelece triagem inicial dos processos, com análise dos autos logo após a distribuição. Os servidores são divididos em setores, de acordo com a

matéria a ser julgada: (i) Criminal, com 4 servidores, supervisionados pela Chefe de Gabinete (CJ-2); (ii) Propriedade Industrial, em que a Assessora de Metas (CJ-1) é a responsável; e (iii) Previdenciário, composto pelos demais servidores do gabinete, supervisionados pelo Assessor Judiciário (CJ-2).

A Chefe de Gabinete é responsável pela elaboração de minutas de decisão liminar, especialmente de natureza criminal, e despacha diretamente com o Desembargador. Já a Assessora (CJ-3) recebe as minutas de decisões, votos e acórdãos elaborados pelos demais servidores, e as submete à apreciação do Desembargador.

Há separação dos feitos criminais em razão da prioridade legal relativa a réu preso, bem como tendo em conta o prazo de prescrição. As ações previdenciárias também são separadas quando se trata de idosos e doentes graves. De todo modo, como o gabinete está trabalhando basicamente com a distribuição (não há feitos em estoque), tal separação não se faz mais tão necessária como antes.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

O Gabinete do Desembargador Paulo Espírito Santo continua em ordem e tem um excelente nível de produtividade, trabalhando basicamente com os processos distribuídos nos anos de 2015 e 2016. É significativo o fato de que não há acervo acumulado, ao contrário de outras unidades do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Isso demonstra a continuidade boa gestão do gabinete e o trabalho integrado por parte dos servidores e do Desembargador, que orienta o trabalho da equipe.

A introdução do processo eletrônico, a despeito das dificuldades relatadas, referente à manipulação dos processos, especialmente aqueles julgados em sessão, é fator negativo, pois exige precioso tempo que poderia ser despendido nas atividades precípuas dos servidores. De todo modo, sua inserção foi bem acolhida e ele tem sido bem utilizado como forma eficaz de agilização dos julgamentos. O trabalho do gabinete é, novamente, merecedor de elogio, não havendo qualquer recomendação a ser feita.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO IVAN ATHIÉ

Especialidade: DIREITO PENAL, PREVIDENCIÁRIO E DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargador Federal ANTONIO IVAN ATHIÉ

1.2. Órgãos de atuação: Pleno, Órgão Especial, 1ª Seção Especializada (D. Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial) e 1ª Turma.

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 1º de dezembro de 2011.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas, nem recebeu auxílio de juízes federais ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	1	0	0	4	22	13
Inspeção/2016	17	1	0	0	4	22	13

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com o mesmo número de auxiliares. Houve manutenção do número de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	2.558
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	2.454
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	1.915
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1.698
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

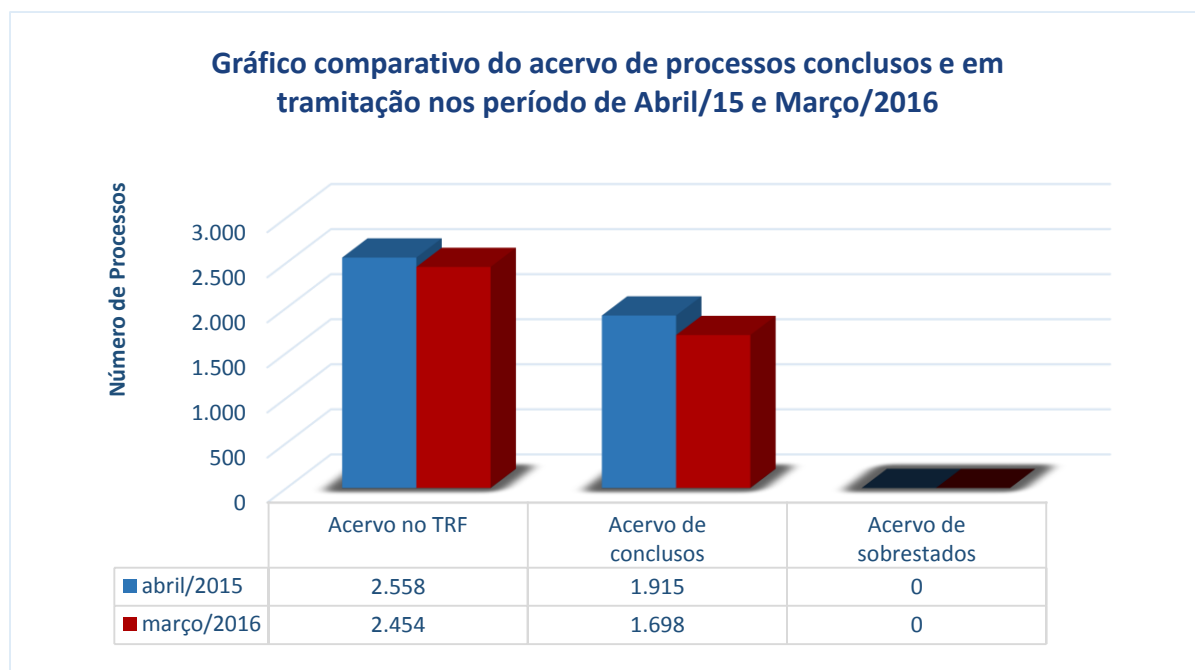
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 104. O número de sobrestados manteve-se inalterado, não havendo nenhum nesta situação.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.698 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 130,61 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve redução de 104 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	1.879
Total de Processos (saídas)**	1.913
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	-34
Processos distribuídos	1.787

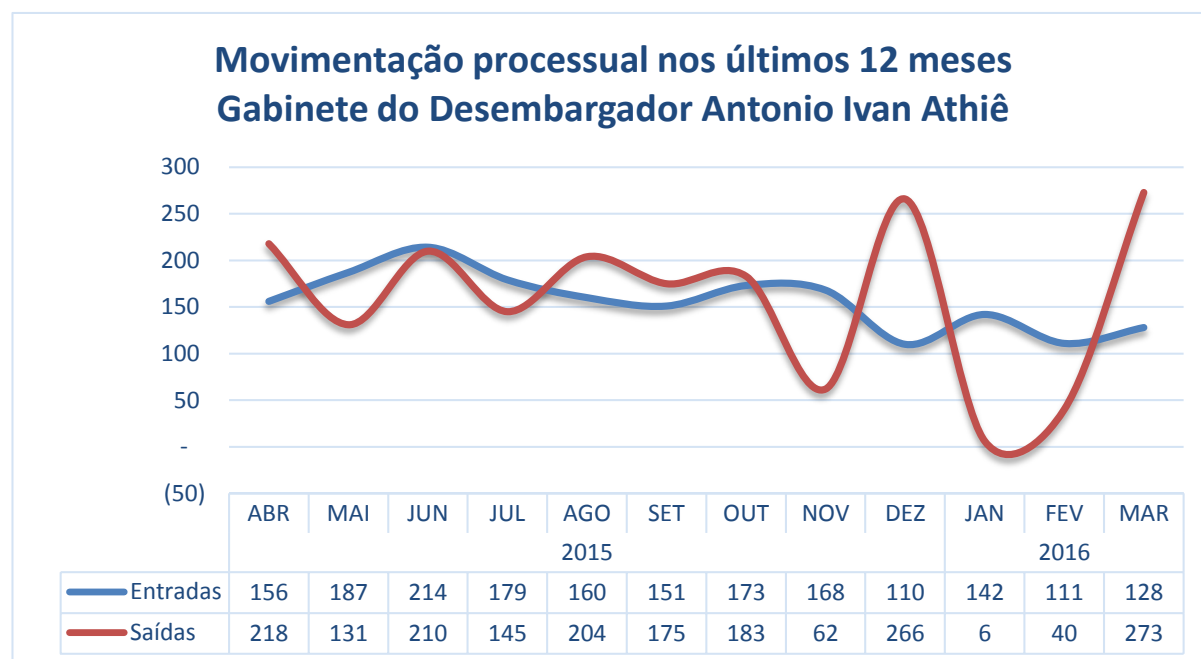
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.879 e saída de 1.913 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.346
Total de processos julgados em mesa	214
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	253
TOTAL	1.813
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	18%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.813 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 1.781, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 214 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 253 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 18%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	99
b. Agravo Legal/Regimental	20

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 99 embargos de declaração e 20 agravos legais/regimentais. Não foram identificados, na amostragem, processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (março/2016)	
Casos novos criminais	57
Processos criminais baixados	39
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	6

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 2 processos, representando 0,12% do acervo de processos conclusos na unidade (1.698).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Antonio Ivan Athiê

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	1	1
2003	-	1	1
2004	1	1	-
2005	-	-	1
2006	-	-	-
2007	1	1	-
2008	1	-	1
2009	2	2	2
2010	10	4	2
2011	20	2	2
2012	206	32	4
2013	1.114	270	19
2014	306	1.287	231
2015	-	314	1.190
2016	-	-	244
Total	1.661	1.915	1.698

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 1.661. Atualmente, há 1.698, mas houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2007, bem como do acervo existente em março de 2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos, basicamente, nos anos de 2014 a 2016, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, bem como quanto à Meta 6/2016, não havia processo.

Em relação às Metas específicas 7 e 8/2016, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	14
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	9
Outras situações	7
TOTAL	32

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que há 14 processos liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 2 feitos que aguardam voto-vista e declaração de voto.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	37
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	5
TOTAL	42

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 37 processos conclusos para revisão, e nenhum para voto-vista ou declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 34 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não havia, na listagem da inspeção, processos que tramitavam em unidades externas ou que não estavam fisicamente disponíveis.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 3 feitos criminais com réus presos, todos vinculados a recursos, a saber: apelações criminais ns.

00000396920124025113 e 00034940320024025110; e embargos infringentes e de nulidade n. 00076185020114025001.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, não há recomendações. Fazendo-se um cotejo entre os números no último ano (entre abril de 2015 e março de 2016), verifica-se que o acervo geral e o acervo de conclusos diminuíram, demonstrando esforço do gabinete na sua redução.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar a tendência de redução do acervo, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, com certo acúmulo, porém redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A metodologia de trabalho observada na Inspeção de 2014 ainda se encontra em prática. A unidade é organizada em três setores: a) setor administrativo, supervisionado pela Chefe de Gabinete (CJ-2); b) setor de processos cíveis (direito previdenciário e propriedade intelectual), supervisionado pela Assessora Judiciária (CJ-1); e c) setor criminal, supervisionado pelo Assessor de Juiz (CJ-3).

O setor administrativo é responsável pelas atividades burocráticas do gabinete, como requisição de materiais, estrutura e gestão de pessoas, além de cuidar da agenda do Desembargador, da estatística e das pautas, especialmente a liberação dos documentos relativos aos processos julgados e produção de resumos de pauta, de todas as sessões realizadas em cada mês.

O setor de processos cíveis é composto por 2 Assessores (CJ-2 e CJ-1) e 6 servidores, sendo responsável pela elaboração de minutas em processos previdenciários e de propriedade industrial e intelectual.

O setor criminal é composto por 1 Assessor (CJ-3) e 4 servidores, sendo responsável pela elaboração de minutas em processos criminais, além da revisão de feitos dessa natureza.

A triagem inicial dos processos recebidos, sua classificação (seguindo data de entrada, prazo de prescrição e prioridades legais, como réu preso, idosos e portadores

de doenças graves) é feita pelos assessores de cada setor e, no cível, também por um servidor da área administrativa. Os processos são separados e distribuídos aos servidores de acordo com o tipo penal imputado, nos processos criminais, e o benefício previdenciário, nos processos previdenciários. A separação física dos processos segue esses mesmos critérios, sendo guardados nos armários existentes no gabinete. Dividem-se os feitos eletrônicos do mesmo modo, com a formação de escaninhos virtuais, facilitando inclusive a busca pelos processos por ordem de antiguidade, o que configura boa prática.

No caso dos processos de competência originária, a divisão do trabalho também se dá de acordo com o tipo de procedimento.

As minutas relativas a medidas urgentes, de natureza criminal ou cível, ficam a cargo dos assessores, que informaram que o prazo para sua apreciação não excede 48 horas. Também foi informado que os *habeas corpus*, especialmente aqueles em que há preso, são julgados, no máximo, na segunda sessão após o recebimento dos autos com parecer do Ministério Público Federal (cerca de 15 dias). Os embargos de declaração e agravos internos são incluídos em mesa no prazo de 30 a 60 dias.

Além disso, segundo informações prestadas pela Chefe de Gabinete e os assessores, há apenas 1 processo criminal com réu preso, datado de 2016, e os processos mais antigos, pendentes de elaboração de minutas, relacionam-se às seguintes datas de conclusão:

- a) feitos criminais com réus soltos: setembro de 2014;
- b) feitos previdenciários: final de 2014; e
- c) feitos relativos a propriedade industrial: 2014.

Percebe-se, então, que os julgamentos tem se dado em prazos razoáveis, especialmente aqueles criminais em que há réu preso, o que merece ser elogiado.

A regra é o julgamento dos feitos por voto, de sorte que as decisões monocráticas são pouco utilizadas, apenas para reconhecimento de prescrição em concreto após julgamento colegiado quanto ao mérito, bem como negativa de seguimento de agravo de instrumento. Isso porque o julgamento por voto demonstrou maior racionalidade e celeridade na resolução dos feitos. As ementas já são elaboradas junto com os relatórios e votos. Ademais, os votos vencidos são elaborados fazendo remissão às notas taquigráficas dos fundamentos declarados na sessão de julgamento, garantindo maior celeridade. Essas providências também representam boas práticas a serem elogiadas.

Há controle periódico (mensal) de produtividade, realizado pelos assessores e pelo Chefe de Gabinete, com a estipulação de metas setoriais.

As metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça têm sido observadas, tanto que há apenas 2 processos incluídos na Meta 2/2009.

Os advogados e partes que comparecem ao balcão são atendidos por um servidor previamente designado para desempenhar tal função. O Desembargador atende advogados sem necessidade de agendamento prévio de horário.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o gabinete encontra-se em situação regular. A situação negativa observada na Inspeção de 2014 foi equacionada, com a crescente redução do acervo, demonstrando a retomada do controle estatístico pela unidade;

b) a Chefe de Gabinete e os assessores reforçaram que a existência de diversos sistemas processuais atrapalha o andamento dos trabalhos, especialmente o Apolo, que demonstra inúmeras inconsistências, inclusive quanto aos feitos julgados em sessão de julgamento, exigindo tempo e esforço que poderiam ser utilizados em outras atividades, principalmente na elaboração de minutas; e

c) a unidade está organizada e trabalha na redução contínua do acervo, bem como, de maneira geral, prioriza as preferências legais e as metas fixadas pelo CNJ e pelo CJF.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) priorizar a resolução dos dois processos incluídos na Meta 2/2009 do CNJ; e

b) utilizar as planilhas de cálculo da prescrição disponibilizadas no *site* do Conselho Nacional de Justiça.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ABEL GOMES

Especialidade: DIREITO PENAL, PREVIDENCIÁRIO E DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargador Federal ABEL GOMES.

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, Órgão Especial (suplente), 1ª Seção Especializada (D. Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial) e 1ª Turma.

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 30 de março de 2005.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas, nem recebeu auxílio de juízes federais ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	1	0	0	3	21	11
Inspeção/2016	16	1	0	0	3	20	11

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com um servidor a menos. Existe 1 vaga a ser preenchida. Houve manutenção do número de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim. Porém, registre-se que dois servidores auxiliam nessas atividades, ainda que esta não seja a atribuição principal.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	2.076
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	2.479
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	1.543
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1.775
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

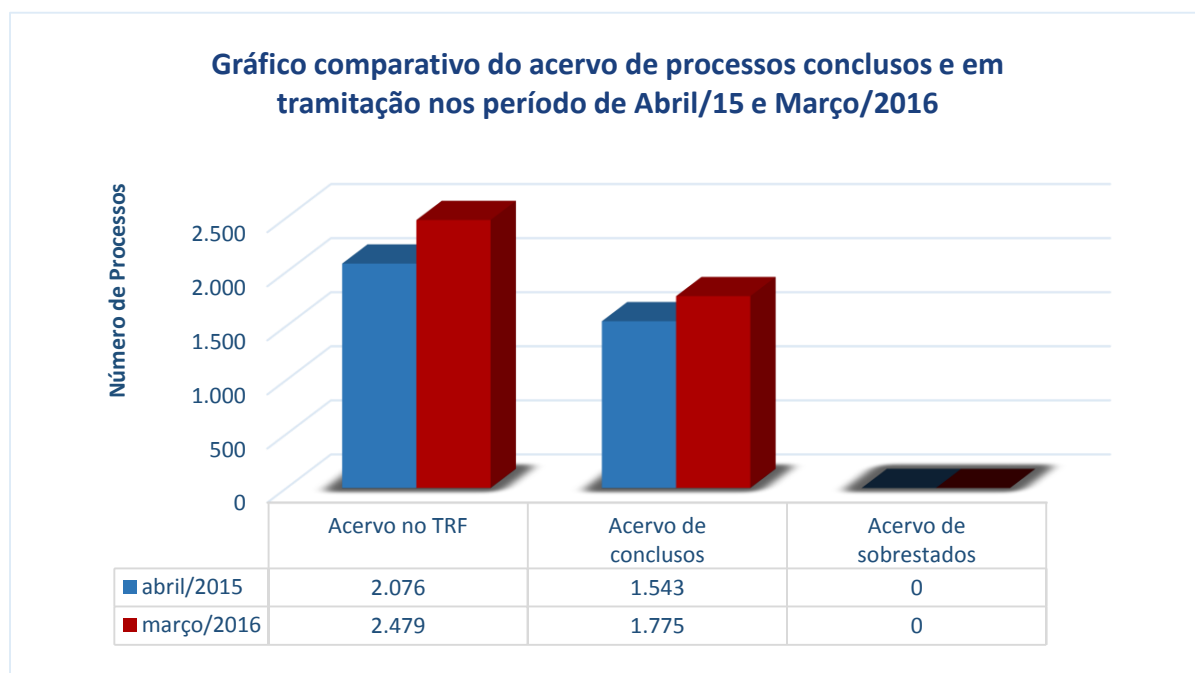
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos aumentou em 232. O número de sobrestados manteve-se inalterado, não havendo processo nesta situação.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.775 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 161,36 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no tribunal teve aumento de 403 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	1.904
Total de Processos (saídas)**	1.405
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	499
Processos distribuídos	1.791

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

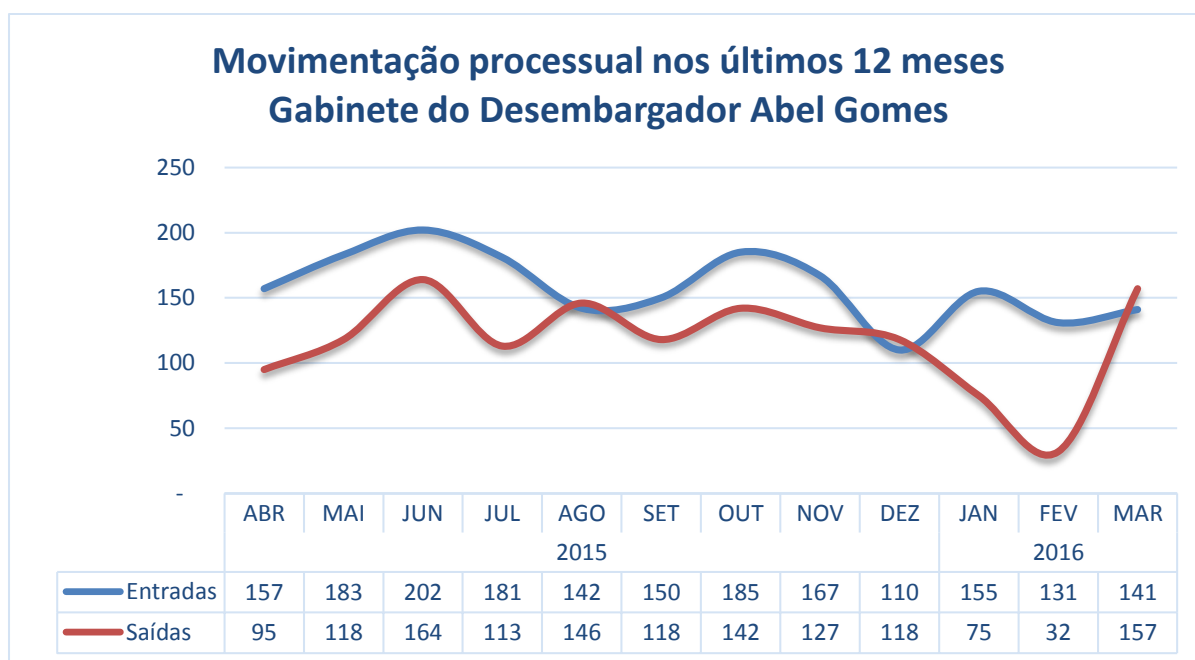
**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.904 e saída de 1.405 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual, visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

Quanto a isso, importante registrar que, segundo a equipe do gabinete, tal situação se deve, principalmente, pela dificuldade na adaptação ao processo eletrônico. Foi relatado que a imensa maioria dos casos é julgada por voto, mas o sistema Apolo não permite, por exemplo, a assinatura de votos em lote, apenas dessas decisões. Assim, os processos julgados em sessão têm de ser marcados para assinatura individualmente. Tal sistema também não facilita o controle estatístico da unidade, pois as metas tem que ser verificadas manualmente. Tudo isso demanda tempo e esforço que poderiam ser utilizados na elaboração de minutas, visando à redução do acervo.

De qualquer modo, foi dito que a equipe já está melhor adaptada ao processo eletrônico, e que após a última autoinspeção foi implementada mudança na metodologia de trabalho, para aumento da produtividade, com o auxílio de mais dois servidores cujas atribuições não são exclusivas da área-fim e a realização de triagem mais minuciosa, a fim de facilitar a elaboração de minutas.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	997
Total de processos julgados em mesa	277
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	58
TOTAL	1.332
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	12%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.332 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 1.791, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 277 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 58 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 12%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	187
b. Agravo Legal/Regimental	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 187 embargos de declaração e 5 agravos legais/regimentais. Não foram identificados, na amostragem, processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	7
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (março/2016)	
Casos novos criminais	55
Processos criminais baixados	59
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	19

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era 7, representando 0,39% do acervo de processos conclusos na unidade (1.775).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Abel Gomes

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	1	-	-
2000	1	-	-
2001	-	-	-
2002	-	2	1
2003	-	1	-
2004	-	-	1
2005	1	-	1
2006	1	-	-
2007	2	3	-
2008	2	2	-
2009	3	5	3
2010	12	1	4
2011	13	11	7
2012	89	29	16
2013	481	176	45
2014	245	1.014	447
2015	-	299	1.007
2016	-	-	243
Total	851	1.543	1.775

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 851. Atualmente, há 1.775, mas houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2006. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, o que se revela um dado positivo. Todavia, houve aumento dos feitos conclusos, devendo o gabinete prosseguir na implementação de providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos, basicamente, nos anos de 2014 a 2016, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, bem como quanto à Meta 6/2016, não havia processo.

Em relação às Metas específicas 7 e 8/2016, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	9
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	5
TOTAL	17

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que há 9 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, 2 feitos que aguardam voto-vista, 1 que aguarda lavratura de acórdão e 5 listados como “outras situações”. Neste universo, há 6 processos que aguardam providências há mais de 30 dias (200951040010819, 201051090003590, 201151090002060, 201500001020610, 201151014901180 e 201151018029457), configurando pendência externa a ser sanada.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	14
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	8
Outras situações	9
TOTAL	32

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 14 processos conclusos para revisão, 1 para voto-vista e 8 para lavratura de acórdão, bem como 9 listados como “outras situações”. Nesse aspecto, há 15 feitos sem movimentação há mais de 30 dias. Recomenda-se sua movimentação em 60 dias:

201400001068017	201251010352053	201500000124662
201500001015790	200750020002107	201151010054153
201402010077164	201502019003870	201102010179002
201102010173231	201350010067968	200751018077254
200951018105910	200851020019801	200451015144553

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 52 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 33 são físicos, e 19 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não havia, na listagem da inspeção, processos que tramitavam em unidades externas ou que não estavam fisicamente disponíveis.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 1 feito criminal com réus presos, vinculado a recurso, a saber: apelação criminal nº 08158180920084025101.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias, os seguintes feitos remanescentes da autoinspeção:

08030444420084025101	08066675320074025101	08067312920084025101
08068918820074025101	08068927320074025101	08115521320074025101
08116327420074025101	08147453620074025101	

b) apreciar o pedido efetuado à fl. 291 dos autos n. 08098312120104025101, relativo à própria interposição do recurso de apelação. Apesar de se tratar de feito complexo, com sentença de mais de 1.500 laudas proferida em autos que tiveram de ser restaurados, o pedido aguarda apreciação há bastante tempo; e

c) dar andamento adequado, no prazo de 60 dias, aos seguintes feitos de outros relatores:

201400001068017	201251010352053	201500000124662
201500001015790	200750020002107	201151010054153
201402010077164	201502019003870	201102010179002
201102010173231	201350010067968	200751018077254
200951018105910	200851020019801	200451015144553

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral. Porém, em termos de fluxo processual, não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, situação que, segundo relatado pela unidade, está sendo equacionada, com implementação de nova metodologia de trabalho, para reduzir o estoque processual.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A metodologia de trabalho observada na Inspeção de 2014 ainda se encontra em prática. A unidade organiza-se basicamente em dois setores: criminal e cível, sendo este subdividido em dois: previdenciário e propriedade industrial. Os setores criminal e previdenciário são compostos por 5 servidores, enquanto 1 servidor trabalha com propriedade industrial. Há também um setor administrativo, responsável pelo atendimento a partes e advogados, recebimento e remessa de autos, requisição de material, gestão de pessoas, expedição de ofícios, entre outras atividades burocráticas.

A triagem inicial dos processos recebidos é feita por um servidor, responsável pelo atendimento do balcão e recebimento dos autos, que faz uma primeira separação de acordo com a matéria, os tipos de recurso e de procedimento. Os processos eletrônicos também são triados dessa forma.

Os servidores do setor criminal separam os processos e passam à sua classificação (seguindo data de entrada, prazo de prescrição – que já é calculada ou recalculada – e prioridades legais, como réu preso, além das metas do CNJ). Neste setor, a triagem é dividida por final. Nos processos físicos, são apostas etiquetas nas capas, com anotações relativas à prioridade (principalmente réu preso) e prescrição, controle que também é feito em arquivo à disposição dos servidores do setor, o que configura boa prática.

O trabalho no setor criminal é coordenado pela Chefe de Gabinete (CJ-2), da seguinte maneira: 1 servidor é responsável pela elaboração de minutas relativas a *habeas corpus* e mandado de segurança; 1 servidor elabora minutas relativas a processos de menor complexidade em que há réus presos ou prescrição iminente; 1 servidor é responsável pelos demais feitos; e a Chefe de Gabinete e o Assessor de Metas (CJ-1) tem a atribuição de elaborar minutas nos feitos de maior complexidade, inclusive operações policiais e processos criminais de competência do Tribunal Pleno. Os relatórios submetidos à revisão são atribuídos aos estagiários do setor, para análise e elaboração das minutas do despacho de peço dia. São estipuladas metas coletivas do setor, aferidas mensalmente.

No previdenciário, o Assessor Judiciário (CJ-2), responsável pela coordenação do setor, organiza os processos físicos e eletrônicos por assunto, repassando-os a cada um dos servidores.

Os processos do Pleno são recebidos pela Assessora do Desembargador (CJ-3), que lhes dá andamento. Ela também é responsável pelo controle dos processos eletrônicos em que é feita minuta e pela organização geral do gabinete e acompanhamento das metas.

Normalmente há a elaboração de minutas por data de ingresso no Tribunal, especialmente no setor cível. Há um servidor destacado para elaboração de minutas de agravo de instrumento. A imensa maioria dos casos é julgada por voto, ante a maior recorribilidade das decisões monocráticas que resolvem o mérito das demandas. Assim, essas decisões são utilizadas, basicamente, em casos de negativa de seguimento por inobservância de formalidade processual, indeferimento liminar de *habeas corpus* e mandado de segurança, declaração de extinção de punibilidade, arquivamento de inquérito policial, homologação de desistência de recurso. Essa estratégia tem dado resultado, haja vista o baixo grau de recorribilidade (12%) dessas decisões, merecendo, portanto, elogio e reconhecimento como boa prática.

A unidade informou que as minutas relativas a medidas urgentes, de natureza criminal ou cível, são apreciadas em até 48 horas. Também foi informado que os *habeas corpus*, especialmente aqueles em que há réu preso, são julgados, no máximo, na segunda sessão após o recebimento dos autos com parecer do Ministério Público Federal (cerca de 15 dias). Os embargos de declaração e agravos internos são incluídos em mesa entre 30 e 60 dias, tendo havido significativa redução desse acervo observado na inspeção de 2014, o que merece ser reconhecido e elogiado.

Segundo informações prestadas pela unidade, os processos criminais com réu preso são de 2016, e os processos mais antigos, pendentes de elaboração de minutas, relacionam-se às seguintes datas de conclusão:

- a) feitos criminais com réus soltos: 2014 (há apenas um processo de 2013, relativo a uma operação policial denominada “Operação Furacão”); e
- b) feitos cíveis (D. Previdenciário e Propriedade Industrial): 2014, havendo apenas 1 de 2013, de propriedade industrial.

Percebe-se, então, que embora tenha havido aumento no acervo, os julgamentos têm se dado em prazos razoáveis, especialmente aqueles criminais em que há réu preso, o que também merece elogio.

A separação física dos processos se dá por assunto e tipo de recurso/procedimento, ficando separados e identificados os agravos legais/regimentais e os embargos de declaração, sendo todos os físicos guardados nos armários existentes no gabinete e os eletrônicos organizados por setor. A unidade informou que, preferencialmente, quem elaborou as minutas de relatório e voto é responsável pelos

embargos de declaração, bem como que os prazos médios de julgamento são de 30 dias para os feitos criminais e 90 dias para os feitos de natureza cível.

Há controle periódico (mensal) de produtividade, realizado pela Assessora do Desembargador, utilizando especialmente o portal de estatísticas e tendo por base as metas de cada setor. Porém, sendo necessário faz-se mutirão para redução de acervo e enfrentamento de situações específicas, como a redução do número de agravos internos e embargos de declaração.

As metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça têm sido observadas, tanto que há apenas 17 processos pendentes de julgamento, 1 na Meta 18/2013 e 16 na Meta 4/2014.

Os advogados e partes que comparecem ao balcão são atendidos por um servidor previamente designado para desempenhar tal função, sendo que a consulta dos autos é feita na respectiva Subsecretaria. Procura-se sempre atender aos pedidos de preferência.

O Desembargador atende advogados mediante agendamento prévio realizado pela Assessora.

Não há pendências de inspeções anteriores.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o gabinete encontra-se em situação de atenção. Desde a inspeção de 2014 percebe-se aumento do acervo, decorrente, inclusive, do acúmulo de funções do Desembargador Federal Abel Gomes no Tribunal Regional Federal da 2ª Região e no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, sem auxílio de juízes federais. A existência de uma vaga de servidor também é prejudicial. Assim, é necessária a retomada do controle estatístico pela unidade, existente antes dessas intercorrências;

b) a unidade reforçou que os sistemas de produção de textos e dos processos eletrônicos (Texto Web e Apolo) apresentam diversas inconsistências, especialmente dos feitos julgados em sessão de julgamento, exigindo tempo e esforço que poderiam ser utilizados em outras atividades, especialmente a elaboração de minutas, visando à redução do acervo; e

c) a unidade está organizada e mostra conhecimento do seu acervo, tendo sido afirmado que a partir da autoinspeção foram tomadas providências a fim de aumentar a produtividade e reduzir o acervo. Não obstante, de maneira geral, as preferências legais e as metas fixadas pelo CNJ e pelo CJF são priorizadas e percebeu-se relevante redução dos agravos internos e embargos de declaração.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) julgar, no prazo de 90 dias, os seguintes processos, remanescentes da autoinspeção:

08030444420084025101	08066675320074025101	08067312920084025101
08068918820074025101	08068927320074025101	08115521320074025101
08116327420074025101	08147453620074025101	

b) apreciar o pedido efetuado à fl. 291 dos autos n. 08098312120104025101, relativo à própria interposição do recurso de apelação. Apesar de se tratar de feito complexo, com sentença de mais de 1.500 laudas, proferida em autos que tiveram de ser restaurados, o pedido aguarda apreciação há bastante tempo;

c) dar andamento adequado, no prazo de 60 dias, aos seguintes feitos de outros relatores:

201400001068017	201251010352053	201500000124662
201500001015790	200750020002107	201151010054153
201402010077164	201502019003870	201102010179002
201102010173231	201350010067968	200751018077254
200951018105910	200851020019801	200451015144553

d) priorizar a resolução dos 7 processos incluídos na Meta 2 do CNJ;

e) priorizar o julgamento dos 19 processos incluídos na Meta 8 do CJF; e

f) utilizar as planilhas de cálculo da prescrição disponibilizadas no *site* do Conselho Nacional de Justiça.

g) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES

Especialidade: DIREITO PENAL, PREVIDENCIÁRIO E DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargador Federal ANDRÉ FONTES.

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, Órgão Especial, 1ª Seção Especializada (D. Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial) e 1ª Turma.

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 6 de abril de 2013.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas, mas a assunção do acervo se deu após o término de seu mandato como Corregedor Regional. O gabinete não recebeu auxílio de juízes federais.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	2	1	0	4	22	13
Inspeção/2016	15	2	0	0	3	20	13

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com um servidor e um estagiário a menos. Contudo, houve manutenção do número de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	2.718
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	2.769
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	1.842
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1.909
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

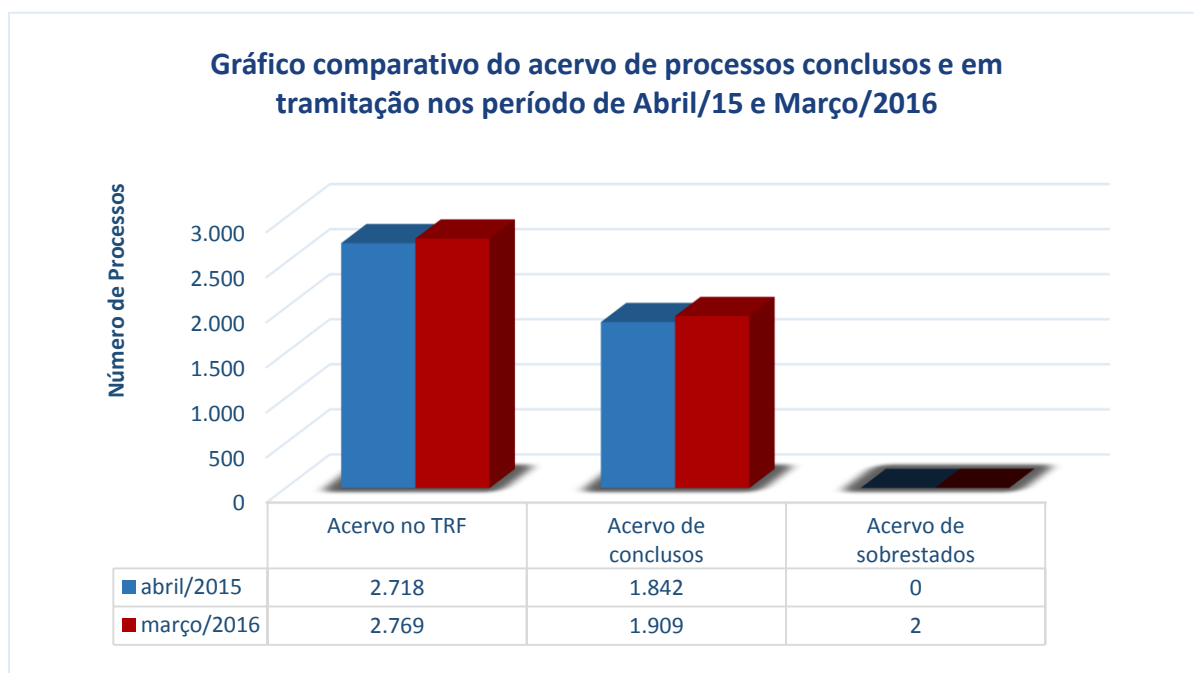
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos aumentou em 67. O número de sobrestados também aumentou, havendo 2 processos nesta situação.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.909 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos alocados em atividade-*efim*, resultou em 146,84 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 51 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	1.911
Total de Processos (saídas)**	2.073
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	-162
Processos distribuídos	1.813

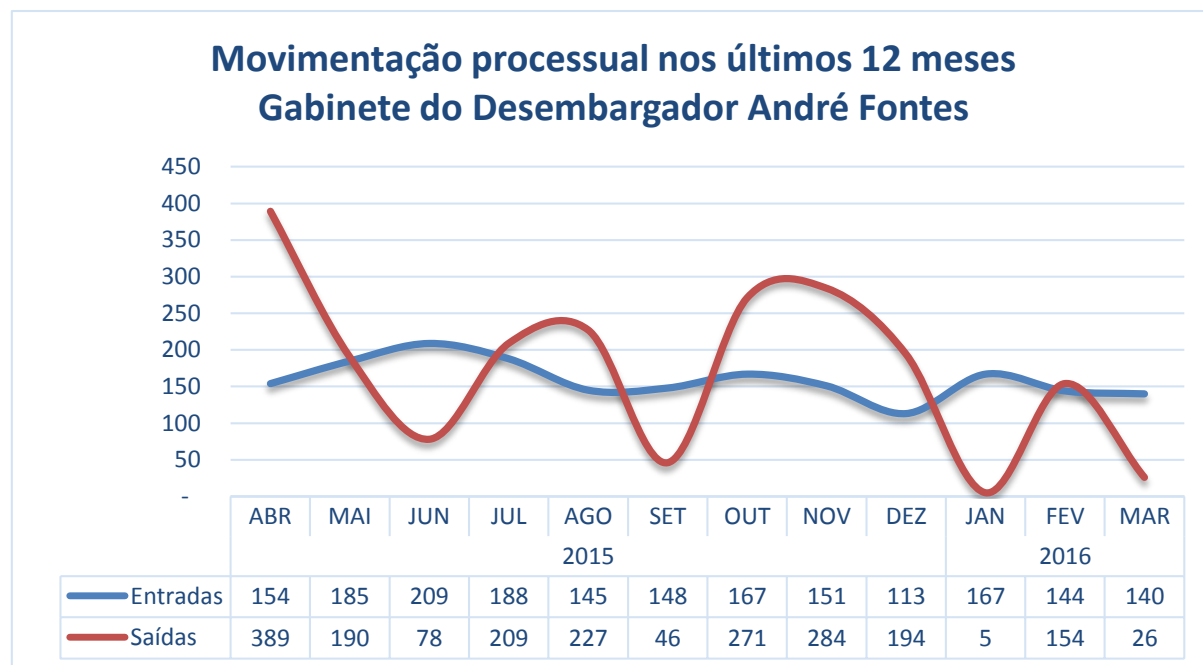
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.911 e saída de 2.073 processos, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.828
Total de processos julgados em mesa	104
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	19
TOTAL	1.951
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	11%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.951 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 1.813, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 104 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 19 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 11%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	424
b. Agravo Legal/Regimental	10

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Os processos vistos por amostragem indicam que, em regra, as petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Todavia, existe um número relevante desses recursos pendentes de julgamento, consistindo em 424 embargos de declaração e 10 agravos legais/regimentais, que devem ser priorizados.

Não foram identificados, na amostragem, processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela concedida há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	2
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	12
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (março/2016)	
Casos novos criminais	49
Processos criminais baixados	40
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	23

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 18 processos, representando 0,94% do acervo de processos conclusos na unidade (1.909).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador André Fontes

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	1	-
2002	1	-	-
2003	2	1	-
2004	-	-	1
2005	-	-	1
2006	1	1	3
2007	1	1	-
2008	-	3	2
2009	9	7	3
2010	35	17	9
2011	67	23	7
2012	195	73	30
2013	723	360	124
2014	150	1.109	504
2015	-	246	977
2016	-	-	248
Total	1.184	1.842	1.909

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 1.184. Atualmente, há 1.909, mas houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2002. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2014 e 2015, o que se revela um dado positivo. Todavia, houve aumento dos feitos conclusos, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos, basicamente, nos anos de 2013 a 2016, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, bem como quanto à Meta 6/2016, não havia processo.

Em relação às Metas específicas 7 e 8/2016, a unidade informou que tem procurado atingi-las, apesar do volume de processos existentes no acervo e das dificuldades no cumprimento não só destas metas, mas também da Meta 2 do CNJ.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	50
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	14
TOTAL	67

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que há 50 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, 3 feitos que aguardam lavratura de acórdão e 14 listados como “outras situações”. Neste universo, há 55 processos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser sanada:

201500000135568	201451101050820	201451101015005
201451040005790	201451011564206	201251010582873
201251010393237	201051018015831	199351100367449
201302010001441	201351018003039	201251010385460
200951018057720	200951018083895	201551105002708
201551015100079	201551015036845	201551015000437
201451010324698	201451010224310	201451010203214
201450030001487	201351040035662	201350010107127
201251140005547	201251010351243	201151190005964
201051120004231	201051120002544	201051100013081
201050050008639	200751018072189	200051070005264
201051018055002	200851018037285	200850040001277
200251020017255	201250010006537	201251100018026
200950020000624	200751018140122	200351015158640
201251010201622	200950010019879	201351010160545
201250010051555	201151018117802	200551030009438
201151150001315	200951018044660	200850010125626
200951018004016	200851018155968	200451015278879

199851010490414		
-----------------	--	--

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	77
Recebidos para voto-vista	9
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	5
Outras situações	28
TOTAL	119

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 77 conclusos para revisão, 9 para voto vista e 5 para lavratura de acórdão, bem como 28 listados como “outras situações”. Nesse aspecto, há 97 feitos sem movimentação há mais de 30 dias. Recomenda-se a movimentação em 60 dias:

201500000086855	201500000082254	201500000079619
201400001072392	201351010315528	201351010197234
201351010130309	201350010020666	201251020007863
201251011038860	201250020014014	201150040003868
200851018148411	200750010029220	201051018082108
201151020031230	201051090003590	200751018143561
200351030029775	201251010200265	201302010072381
201151090002060	201250010074208	200951040010819
200351030022689	201251010170686	201302010107711
200951020052547	200851020024298	201551015093490
201551015070348	201551015000176	201451010273952
201451010248805	201451010192599	201451010188675
201450010049909	201450010041698	201450010016011
201351100057449	201351080000403	201351020082257
201351020080467	201350020001220	201350010099660
201350010034744	201251170020447	201251170017930
201251170015610	201251160002357	201251090006940
201251014902862	201251010571668	201251010317727
201250510022453	201250050004321	201250020013770
201250010006574	201151070005547	201151018104959
201151014900629	201051018104840	201050030004264
200951018142360	200951018087426	200950030004638
200950030003695	200851040028042	200851018112842

200851014901799	200850020016688	200751170003820
200751030011545	200651100018695	200551080011167
200451040031473	200450010136450	200450010064980
200350010090183	200250010001170	201250030007596
201450040001861	201351018015480	201250030007584
201250030007559	201250010075079	201250030007523
201250030007560	201151018117735	201250030007572
199651010647835	200751018018560	201500001009017
201451011078452	201451010033813	201151018029457
200751018089657.		

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 60 processos selecionados para inspeção, apenas 2 não foram inspecionados, pois os autos estavam com carga externa. Dentre os inspecionados, 33 são físicos e 27 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidade externa não foram inspecionados (00019879620094025001 e 201351010336880), devendo ser incluídos na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 2 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2012.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 2 feitos criminais com réus presos, dos quais 1 está vinculado a processo originário (*habeas corpus* n. 00017878120144020000) e 1 a recursal (apelação criminal n. 00203530420144025101).

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias, os seguintes feitos remanescentes da autoinspeção: 00002109020074025116, 00038686620154020000, 00053427220154020000, 00138309420124029999, bem como os embargos de declaração opostos no

habeas corpus n. 00017878120144020000 e a apelação criminal n. 00203530420144025101, em que há réus presos;

b) priorizar a apreciação dos pedidos formulados pelo MPF e pela defesa no processo n. 05271023420014025101, bem como o próprio julgamento do feito, que também é remanescente da autoinspeção; e

c) dar andamento adequado, no prazo de 60 dias, aos seguintes feitos de outros relatores:

201500000086855	201500000082254	201500000079619
201400001072392	201351010315528	201351010197234
201351010130309	201350010020666	201251020007863
201251011038860	201250020014014	201150040003868
200851018148411	200750010029220	201051018082108
201151020031230	201051090003590	200751018143561
200351030029775	201251010200265	201302010072381
201151090002060	201250010074208	200951040010819
200351030022689	201251010170686	201302010107711
200951020052547	200851020024298	201551015093490
201551015070348	201551015000176	201451010273952
201451010248805	201451010192599	201451010188675
201450010049909	201450010041698	201450010016011
201351100057449	201351080000403	201351020082257
201351020080467	201350020001220	201350010099660
201350010034744	201251170020447	201251170017930
201251170015610	201251160002357	201251090006940
201251014902862	201251010571668	201251010317727
201250510022453	201250050004321	201250020013770
201250010006574	201151070005547	201151018104959
201151014900629	201051018104840	201050030004264
200951018142360	200951018087426	200950030004638
200950030003695	200851040028042	200851018112842
200851014901799	200850020016688	200751170003820
200751030011545	200651100018695	200551080011167
200451040031473	200450010136450	200450010064980
200350010090183	200250010001170	201250030007596
201450040001861	201351018015480	201250030007584

201250030007559	201250010075079	201250030007523
201250030007560	201151018117735	201250030007572
199651010647835	200751018018560	201500001009017
201451011078452	201451010033813	201151018029457
200751018089657.		

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que, a despeito de a maior parte do acervo datar de período não superior a 5 anos, não existe tramitação célere do acervo em geral, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A metodologia observada na Inspeção de 2014 continua vigente. O gabinete possui um sistema de triagem inicial de processos, realizado por um servidor, no momento do recebimento da distribuição. Em seguida, a depender da matéria (penal, previdenciário ou propriedade industrial), o processo é destinado a uma equipe de servidores especializados na matéria. É dado tratamento específico para feitos incluídos nas metas do CNJ, bem como, de acordo com informações prestadas pela unidade, existe controle de prazo para julgamento de feitos. Nos processos criminais, é contada a prescrição e há separação e identificação dos feitos com réus presos. Os feitos que necessitam ser despachados já o são. Tais medidas representam boas práticas.

Há fixação das metas de trabalho por grupos de servidores, proporcionalmente a dificuldade dos assuntos, planejamento e avaliação periódica de atividades, desempenho, produtividade e metas, inclusive com a elaboração de quadro estatístico do próprio gabinete, mês a mês, o que é elogiável.

O setor criminal é composto por um assessor e 4 servidores. O Assessor é responsável pela elaboração de minutas relativas a pedidos de liminar (apreciados em até 48 horas), bem como a elaboração de votos em mandado de segurança, *habeas corpus*, recurso em sentido estrito, revisão criminal, embargos infringentes e de nulidade, agravo em execução penal e demais incidentes. Os outros servidores e estagiários ficam responsáveis pelas minutas de ações penais originárias e apelações criminais.

O setor cível é composto por um assessor e 7 servidores, sendo 1 destacado para os feitos em fase de execução, bem como por estagiários, que também auxiliam na elaboração de minutas.

Os incidentes criminais, como recurso em sentido estrito, agravo em execução penal etc., são incluídos em pauta de forma célere, para evitar seu acúmulo. O mesmo ocorre com os *habeas corpus*, que são, em regra, incluídos na mesa da primeira sessão possível (nestes casos, o gabinete informa aos impetrantes, por telefone, a data de julgamento). Os processos com réus presos e com prescrição próxima também recebem a devida preferência no julgamento.

Nos feitos criminais de outros relatores, em que o Desembargador figura como revisor, o Assessor prepara relatórios internos, com todos os pontos do processo, para subsidiar o voto revisor, procedimento complexo que consome tempo não só para inclusão do feito em pauta, como verificado na amostragem, mas também esforço dos servidores do gabinete e do próprio Magistrado.

Os votos vencidos são lavrados, não sendo feita remissão às notas taquigráficas da sessão de julgamento, o que também consome tempo e esforço do gabinete.

Segundo informações da unidade, os processos cíveis são, em sua maioria, de 2014, havendo poucos de 2013. Já os feitos criminais com réus soltos também datam de 2014, havendo apenas 8 de 2013. Existem apenas 11 processos com réus presos, sendo o mais antigo de abril de 2015, o que demonstra celeridade no julgamento destes feitos, devendo ser elogiado.

Os servidores realizam teletrabalho, em regime de rodízio, o que tem gerado bons resultados, com aumento da produtividade, o que também deve ser reconhecido como boa prática e elogiado.

A imensa maioria dos casos é julgada por voto, ante a maior recorribilidade das decisões monocráticas que resolvem o mérito das demandas essa estratégia tem dado resultado, haja vista o baixo grau de recorribilidade – 11% – dessas decisões, merecendo, portanto, elogio e reconhecimento como boa prática.

Os embargos de declaração criminais são, normalmente, julgados na primeira sessão possível. Quando da assunção do gabinete, em 2013, havia cerca de 1.500 agravos internos e embargos de declaração pendentes de apreciação, que foram reduzidos ao longo do tempo.

É realizada reunião mensal a fim de verificar o andamento dos trabalhos, passar *feedback* e estreitar a convivência entre os servidores, os estagiários e o Magistrado.

O atendimento a advogados é realizado sem protocolos formais, facultando-se o agendamento pelos interessados.

Não foram identificadas pendências de inspeções anteriores.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o gabinete encontra-se em situação delicada, pois possui acervo expressivo, que vem aumentando. A unidade informou que na assunção do gabinete, em 2013, foi verificado um acúmulo de 6 meses, decorrente da aposentadoria do desembargador anterior, que buscou ser equacionada ao longo do tempo. Todavia, é necessária a adoção de medidas para retomada do controle estatístico pela unidade, inclusive o auxílio de juízes federais, a fim de alcançar este objetivo; e

b) a unidade é organizada e tanto a Chefe de Gabinete quanto os assessores demonstram conhecimento do acervo, que, entretanto, é elevado. Pode-se dizer que, de maneira geral, tem-se atendido às preferências legais, especialmente nos feitos criminais.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) adotar práticas que simplifiquem procedimentos, especialmente em feitos da relatoria de outros desembargadores, a fim de concentrar esforços na redução do acervo do gabinete;

b) julgar, no prazo de 90 dias, os seguintes processos, remanescentes da autoinspeção, 00002109020074025116, 00038686620154020000, 00053427220154020000, 00138309420124029999, bem como os embargos de declaração opostos no *habeas corpus* n. 00017878120144020000 e a apelação criminal n. 00203530420144025101, em que há réus presos;

c) priorizar a apreciação dos pedidos formulados pelo MPF e pela defesa no processo n. 05271023420014025101, bem como o próprio julgamento do feito, que também é remanescente da autoinspeção;

d) dar andamento adequado, no prazo de 60 dias, aos seguintes feitos de outros relatores:

201500000086855	201500000082254	201500000079619
201400001072392	201351010315528	201351010197234
201351010130309	201350010020666	201251020007863
201251011038860	201250020014014	201150040003868
200851018148411	200750010029220	201051018082108
201151020031230	201051090003590	200751018143561
200351030029775	201251010200265	201302010072381

201151090002060	201250010074208	200951040010819
200351030022689	201251010170686	201302010107711
200951020052547	200851020024298	201551015093490
201551015070348	201551015000176	201451010273952
201451010248805	201451010192599	201451010188675
201450010049909	201450010041698	201450010016011
201351100057449	201351080000403	201351020082257
201351020080467	201350020001220	201350010099660
201350010034744	201251170020447	201251170017930
201251170015610	201251160002357	201251090006940
201251014902862	201251010571668	201251010317727
201250510022453	201250050004321	201250020013770
201250010006574	201151070005547	201151018104959
201151014900629	201051018104840	201050030004264
200951018142360	200951018087426	200950030004638
200950030003695	200851040028042	200851018112842
200851014901799	200850020016688	200751170003820
200751030011545	200651100018695	200551080011167
200451040031473	200450010136450	200450010064980
200350010090183	200250010001170	201250030007596
201450040001861	201351018015480	201250030007584
201250030007559	201250010075079	201250030007523
201250030007560	201151018117735	201250030007572
199651010647835	200751018018560	201500001009017
201451011078452	201451010033813	201151018029457
200751018089657		

e) utilizar as planilhas de cálculo da prescrição disponibilizadas no *site* do Conselho Nacional de Justiça.

f) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO

Especialidade: DIREITO PENAL, PREVIDENCIÁRIO E DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO.

1.2. Órgãos de atuação: Pleno, Órgão Especial, 1ª Seção Especializada (D. Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial) e 1ª Turma.

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 6 de julho de 2005.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas nem recebeu auxílio de juízes federais ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	1	0	0	4	21	12
Inspeção/2016	18	1	0	0	3	22	13

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais, integrado na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	1.810
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	1.714
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	654
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	537
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	1
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

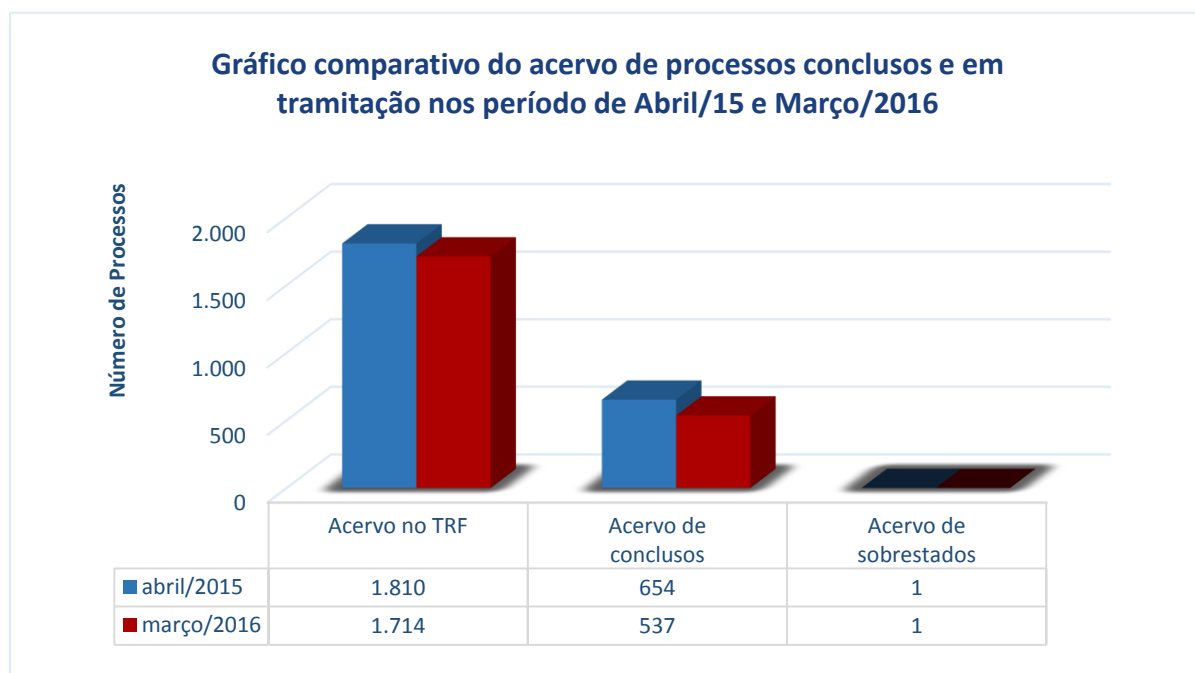
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 117 e o número de sobrestados manteve-se inalterado, com 1 processo nesta situação.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 537 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou 41 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve redução de 96 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	1.868
Total de Processos (saídas)**	1.942
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	-74
Processos distribuídos	1.772

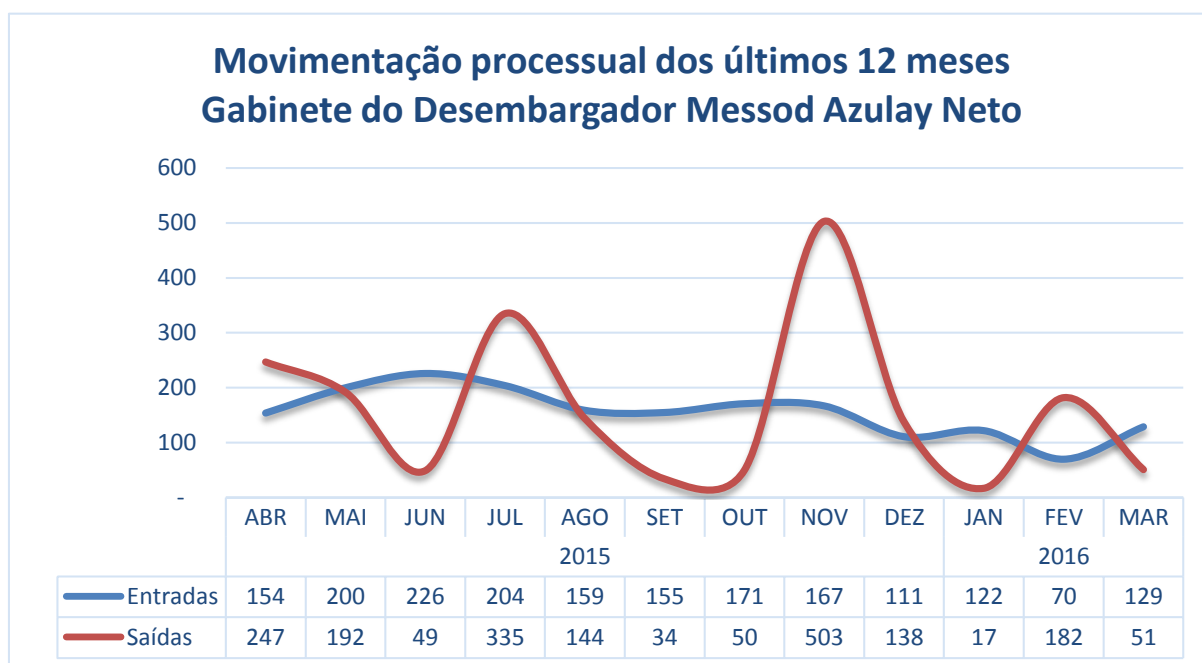
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.868 e saída de 1.942 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.664
Total de processos julgados em mesa	101
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	94
TOTAL	1.859
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	37%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.859 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 1.772, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 101 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 94 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 37%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	243
b. Agravo Legal/Regimental	25

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Os processos vistos por amostragem indicam que as petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Todavia, existe um número relevante desses recursos pendentes de julgamento, consistindo em 243 embargos de declaração e 25 agravos legais/regimentais, que devem ser priorizados.

Não foram identificados, na amostragem, processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (março/2016)	
Casos novos criminais	71
Processos criminais baixados	46
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 2 processos, representando 0,37% do acervo de conclusos na unidade (537).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Messod Azulay Neto

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	1	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	1	-
2001	1	-	-
2002	1	-	-
2003	1	-	1
2004	2	-	-
2005	1	-	-
2006	-	1	-
2007	3	1	1
2008	2	2	-
2009	6	3	3
2010	9	5	5
2011	5	8	6
2012	11	14	8
2013	182	17	14
2014	161	372	42
2015	-	231	307
2016	-	-	150
Total	386	655	537

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 386. Atualmente, há 537, mas houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2007, bem como do montante existente em março de 2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos, basicamente, nos anos de 2015 e 2016, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, bem como quanto à Meta 6/2016, não havia processo.

Em relação à Meta específica 7/2016, verificou-se que a unidade está buscando atendê-la satisfatoriamente. Não existem processos incluídos na Meta específica 8/2016, o que também é elogiável.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	76
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	26
TOTAL	107

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que há 76 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 3 feitos que aguardam voto-vista, além de outros 2 aguardando lavratura de acórdão e 26 listados como “outras situações”. Neste universo, há 89 processos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser sanada:

20150000082254	20150000079619	201351021370880
201351011280923	201351010335758	201351010315528
201351010246993	201351010245010	201351010218020
201351010130309	201350010020666	201251020007863
201251010370894	201250020014014	201150040003868
200851018148411	200851018140473	200750010029220
201250010074208	201051018082108	200351030029775
200751018143561	201151020031230	200851020024298
201551015093490	201551015070348	201551015000176
201451010273952	201451010248805	201451010192599
201451010188675	201450010049909	201450010041698
201450010016011	201351100057449	201351080000403
201351020082257	201351020080467	201350020001220
201350010099660	201350010034744	201251170020447
201251170017930	201251170015610	201251160002357
201251090006940	201251014902862	201251010571668
201251010317727	201250510022453	201250050004321
201250020013770	201250010006574	201151070005547
201151018104959	201151014900629	201051018104840
201050030007370	201050030004264	200951018142360

200951018087426	200950030004638	200950030003695
200851040028042	200851018112842	200851014901799
200850020016688	200751170003820	200751030011545
200651100018695	200551080011167	200451040031473
200450010136450	200450010064980	200350010090183
200250010001170	201250030007596	201151018117735
201250030007559	199651010647835	200751018018560
201450040001861	201250030007572	201250010075079
201250030007584	201250030007523	201351018015480
201250030007560	201451010033813	

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	19
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	5
TOTAL	25

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 19 processos conclusos para revisão, 1 para declaração de voto e 5 listados como “outras situações”. Nesse aspecto, há 16 feitos sem movimentação há mais de 30 dias. Recomenda-se a movimentação em 60 dias.

201500000109442	201351018003039	201551015081164
201551015052620	201500001020610	201451010202635
201450010074266	201450010041200	201250040007842
201151100014820	201051014900583	200951030012560
201151014901180	200250010024820	200451015278879
201151018073872.		

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 14 processos selecionados para inspeção, apenas 1 não foi inspecionado, pois os autos estavam em carga externa. Dentre os inspecionados, 4 são físicos e 9 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

O processo que tramitava em unidade externa não foi inspecionado (00041871520124029999), devendo ser incluído na próxima autoinspeção.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réus presos.

Na unidade, não se constataram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à revisão e inclusão em pauta para julgamento do processo n. 05052627420154025101, paralisado desde 10/12/2015.

Fazendo-se um cotejo entre os números no último ano (entre abril de 2015 e março de 2016), verifica-se que o acervo geral e o acervo de conclusos diminuíram, demonstrando esforço do gabinete na sua redução.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar a tendência de redução do acervo, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, com redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A metodologia de trabalho observada na Inspeção de 2014 ainda é aplicada. O gabinete possui um sistema de triagem inicial de processos, no momento do recebimento da distribuição, especialmente quanto aos processos criminais, em que há identificação dos feitos com réus presos e controle da prescrição, cujas datas são inclusive lançadas no SIAPRO, a configurar boa prática a ser reconhecida e elogiada.

Em seguida, em relação aos processos criminais, um servidor é responsável por impulsioná-los. Quando os feitos criminais retornam do Ministério Público Federal, é atribuída uma pontuação a cada processo, de acordo com sua complexidade (vários apelantes, matéria etc.), sendo distribuídos ao setor responsável, composto por 6 servidores. Há um assessor destacado para a análise específica de *habeas corpus* e mandados de segurança criminais.

Quanto aos processos previdenciários, a distribuição é feita aleatoriamente entre 5 servidores do setor, sem meta individual quantitativa. É dado tratamento prioritário para feitos com meta do CNJ, bem como há fixação de meta geral, sendo os servidores responsáveis por incluir, na pauta de cada mês, os processos distribuídos até certo marco temporal. Em regra, há boa gestão de pessoas e de recursos materiais.

A unidade informou que a média de tramitação dos processos criminais no gabinete gira em torno de 60 a 90 dias, bem como que os habeas corpus são incluídos na mesa da primeira sessão possível, o que também é elogiável.

A regra é o julgamento dos feitos por voto, de sorte que as decisões monocráticas não estão sendo muito utilizadas, visto que o julgamento por voto demonstrou maior racionalidade e celeridade na resolução dos feitos, especialmente diante da recorribilidade dessas decisões (37%). As ementas já são elaboradas junto com os relatórios e votos. Ademais, os votos vencidos são elaborados fazendo remissão às notas taquigráficas dos fundamentos declarados na sessão de julgamento, garantindo maior celeridade. Essas providências também representam boas práticas, a serem elogiadas.

O atendimento a advogados é realizado sem protocolos formais pelo Desembargador, sem que haja agendamento prévio pelos interessados.

Não foram identificadas pendências de inspeções anteriores e deve ser reconhecido e elogiado o empenho do gabinete na redução contínua do acervo, bem como na priorização dos feitos incluídos nas metas do Poder Judiciário.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o gabinete encontra-se em situação regular. Há crescente redução do acervo, demonstrando controle estatístico da unidade;

b) a unidade relatou a necessidade de aprimoramento do Setor de Informática do Tribunal, que, infelizmente, não atende às necessidades do gabinete, com um atendimento demorado às demandas dos usuários. Além disso, foram sugeridas melhorias nos sistemas processuais, como: numeração de itens da pauta virtual e padronização dos atos e peças no sistema eletrônico (mediante o uso de nomenclatura comum e cores diversas), a fim de facilitar a visualização dos processos; permissão de acesso a todas as peças juntadas nos processos eletrônicos; permissão da inserção de imagens no sistema Texto Web/Apolo Web, providência reclamada especialmente nos feitos relativos a propriedade industrial; e autorização de inserção de arquivos audiovisuais no sistema Apolo, facilitadora do processamento dos processos criminais.

Isso tudo exigiria menos tempo e esforço por parte dos servidores, que poderiam utilizá-los em outras atividades, especialmente a elaboração de minutas; e

c) a unidade está organizada e trabalha na redução contínua do acervo, bem como prioriza as preferências legais e as metas fixadas pelo CNJ e pelo CJP.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) priorizar a resolução dos dois únicos processos incluídos nas Meta 2/2009 e 2/2016 do CNJ;

b) proceder à revisão e inclusão em pauta para julgamento, no prazo de 60 dias, do processo n. 05052627420154025101, de outro relator;

c) utilizar as planilhas de cálculo da prescrição disponibilizadas no *site* do Conselho Nacional de Justiça;

d) Cumprir as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL SIMONE SCHREIBER

Especialidade: DIREITO PENAL, PREVIDENCIÁRIO E DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargadora Federal SIMONE SCHREIBER.

1.2. Órgãos de atuação: Pleno, 1ª Seção Especializada (D. Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial) e 2ª Turma.

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 5 de julho de 2014 como Desembargadora, tendo atuado como Juíza Federal Convocada de 31 de janeiro a 4 de julho de 2014.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas. Há, atualmente, apenas 1 juiz federal em auxílio ao gabinete, que recebeu, a partir de agosto de 2014, auxílio de outros 3 juizes, que receberam 130 processos do gabinete, nos termos da Resolução n. 14/2014, de 22/7/2014.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	1	0	0	4	20	11
Inspeção/2016	17	2	0	0	4	23	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 3 servidores a mais. Houve incremento do número de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	3.976
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	4.236
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	2.793
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	3.130
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

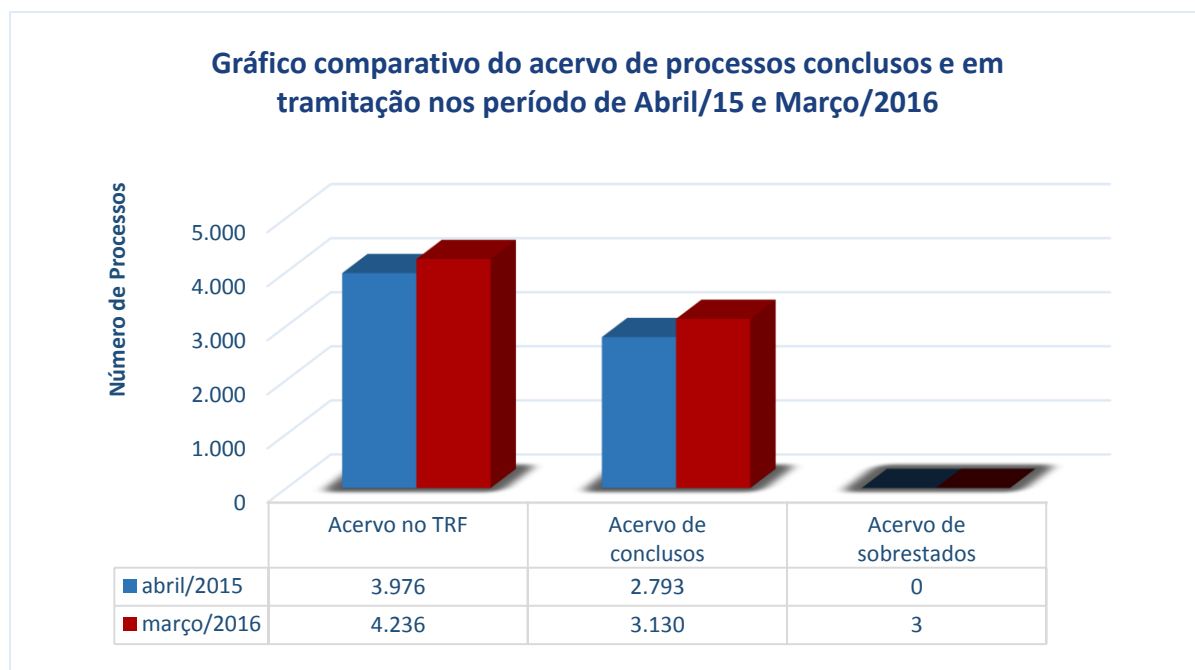
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos aumentou em 337. O número de sobrestados também aumentou, havendo 3 feitos nesta situação.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.130 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 223,57 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 223 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	1.913
Total de Processos (saídas)**	1.435
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	478
Processos distribuídos	1.774

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

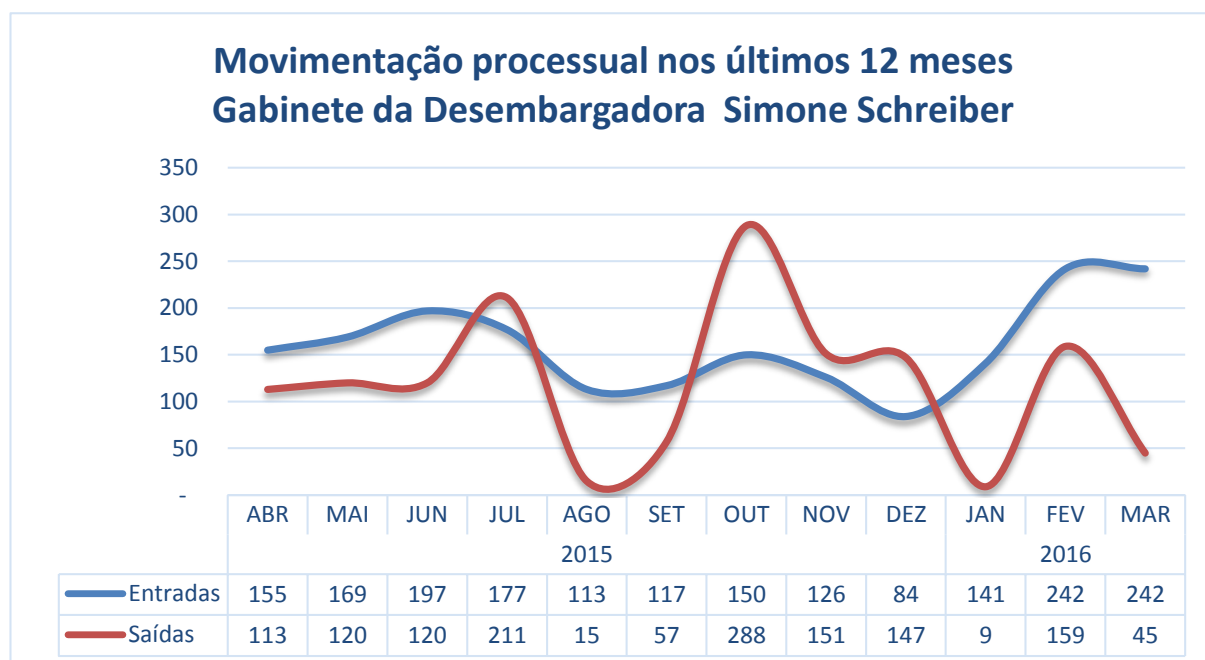
Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 1.913 processos e saída de 1.435, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual, visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

Nesse aspecto, importante registrar que, segundo a Chefe do Gabinete, tal situação se deve, principalmente, pela ausência de familiaridade e experiência, da equipe que assumiu o gabinete, com as matérias de sua competência. De qualquer modo, foi dito que hoje o gabinete encontra-se melhor estruturado, mas a situação ainda não é satisfatória, o que reflete nos números.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.187
Total de processos julgados em mesa	87
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	58
TOTAL	1.332
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	9%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.332 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 1.774, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 87 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 58 decisões monocráticas terminativas cujo grau de recorribilidade foi identificado em 9%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	163
b. Agravo Legal/Regimental	26

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são, em geral, levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 163 embargos de declaração e 26 agravos legais/regimentais. Não foram identificados, na amostragem, processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	3
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	35
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	105
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	125
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (março/2016)	
Casos novos criminais	54
Processos criminais baixados	47
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	28

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 268 processos, representando 8,56% do acervo de processos conclusos na unidade (3.130).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete da Desembargadora Simone Schreiber

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	1	-	-
2000	-	1	-
2001	-	-	-
2002	2	-	1
2003	2	1	1
2004	2	1	1
2005	3	2	-
2006	3	-	-
2007	3	1	-
2008	26	-	-
2009	120	9	6
2010	290	168	42
2011	350	250	130
2012	461	306	172
2013	879	525	352
2014	163	1.373	1.010
2015	-	156	1.077
2016	-	-	338
Total	2.305	2.793	3.130

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de conclusos em março/2014 era de 2.305. Atualmente, há 3.130, mas houve diminuição dos processos conclusos a partir de 2002. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2014 e 2015, o que se revela um dado positivo. Todavia, houve aumento dos feitos conclusos, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os processos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos, basicamente, nos anos de 2013 a 2016, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, bem como quanto à Meta 6/2016, não havia processo.

Em relação às Metas específicas 7 e 8/2016, foi relatado que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente, apesar do volume de processos existentes no acervo e das dificuldades em atingir não só estas metas, mas também a Meta 2 do CNJ.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	16
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	41
TOTAL	61

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que há 16 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, 3 feitos que aguardam voto-vista, 1 que aguarda declaração de voto e 41 listados como “outras situações”. Neste universo, há 54 processos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser sanada:

201500000109442	201500000086855	201400001072392
201351010197234	201251011038860	200951018059777
200902010169233	200851050006328	200751018132265
200651100046411	200550010014384	200902010147079
200850010140550	200751018107659	200351510109304
200902010158181	200902010008717	200851018044873
200651015241816	199251010039052	200902010105048
200750010160932	200351060021470	200851018044885
200451100011552	201251010200265	200902010169210
200451040008414	200851018115387	200751018038996
200551015063223	200451100029982	200351030022689
200902010177424	200851170010578	200850010124579
200751040008889	200750010156631	200551015275676
201551015081164	201551015052620	201500001015790
201451010202635	201450010074266	201450010041200
201250040007842	201151100014820	201051014900583
200951030012560	200250010024820	200751018077254

201151018073872	201451011078452	200751018089657
200951040010819	201051090003590	201151090002060
201500001020610	201151014901180	201151018029457

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	48
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	20
TOTAL	71

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 48 processos conclusos para revisão e 3 para lavratura de acórdão, bem como 20 listados como “outras situações”. Nesse aspecto, há 59 feitos sem movimentação há mais de 30 dias. Recomenda-se a movimentação em 60 dias:

201500000135568	201451101050820	201451101015005
201451040005790	201451011564206	201351021370880
201351011280923	201351010335758	201351010246993
201351010245010	201351010218020	201251010582873
201251010393237	200851018140473	201051018015831
199351100367449	201251010385460	200951018057720
200951018083895	201551105002708	201551015100079
201551015036845	201551015000437	201451010324698
201451010224310	201451010203214	201450030001487
201351040035662	201350010107127	201251140005547
201251010351243	201151190005964	201051120004231
201051120002544	201051100013081	201050050008639
200850040001277	200951018004016	201351010160545
201250010051555	201151018117802	200950010019879
200551030009438	201250010006537	200751018072189
200950020000624	200850010125626	201251100018026
201151150001315	200951018044660	200751018140122
200851018155968	199851010490414	201051018055002
200851018037285	201251010201622	200351015158640
200251020017255	200051070005264	

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 49 processos selecionados para inspeção, 7 não foram inspecionados, pelos seguintes motivos: 4 já haviam baixado à origem, em virtude de trânsito em julgado; e 3 não se encontravam na unidade por se tratarem de feitos incluídos no acervo da Desembargadora Simone Schreiber enquanto Juíza Convocada e, segundo extratos processuais fornecidos pelo gabinete, os autos já se encontravam baixados à origem. Dentre os inspecionados, 31 são físicos e 11 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem revelou a existência de 3 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2014.

Não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réus presos.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema dos seguintes processos, incluídos no acervo da Desembargadora Simone Schreiber enquanto Juíza Convocada: 00100107720014020000, 00367890620004020000 e 00726920520004020000;

b) julgar, no prazo de 90 dias, o processo n. 00001963620024025002, remanescente da autoinspeção, bem como os seguintes processos, que aguardam andamento desde sua distribuição/redistribuição: 00037484720094025104, 00202807720124020000 e 00000181920114029999;

c) dar andamento adequado, no prazo de 60 dias, aos seguintes feitos de outros relatores:

201500000135568	201451101050820	201451101015005
201451040005790	201451011564206	201351021370880
201351011280923	201351010335758	201351010246993
201351010245010	201351010218020	201251010582873
201251010393237	200851018140473	201051018015831
199351100367449	201251010385460	200951018057720
200951018083895	201551105002708	201551015100079

201551015036845	201551015000437	201451010324698
201451010224310	201451010203214	201450030001487
201351040035662	201350010107127	201251140005547
201251010351243	201151190005964	201051120004231
201051120002544	201051100013081	201050050008639
200850040001277	200951018004016	201351010160545
201250010051555	201151018117802	200950010019879
200551030009438	201250010006537	200751018072189
200950020000624	200850010125626	201251100018026
201151150001315	200951018044660	200751018140122
200851018155968	199851010490414	201051018055002
200851018037285	201251010201622	200351015158640
200251020017255	200051070005264	

d) priorizar a lavratura do acórdão relativo ao processo n. 00007676820064025001.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que a despeito de a maior parte do acervo datar de período não superior há 5 anos, não existe tramitação célere do acervo em geral, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A metodologia de trabalho observada na Inspeção de 2014 foi aprimorada. Segundo informado, o gabinete possui um sistema de triagem inicial de processos realizado por um servidor, no momento do recebimento da distribuição. Todavia, a ideia é a indicação de novo servidor para exercer tal atividade, que possua maior qualificação, a fim de dar andamento aos feitos, especialmente elaborando minutas de despachos, desonerando assim os demais servidores, que poderão concentrar-se na elaboração de minutas de votos.

De qualquer modo, após a triagem, o processo é destinado a uma equipe específica de servidores especializados na respectiva matéria (penal, previdenciário ou propriedade industrial). Há 1 assessor responsável exclusivamente por temas correlatos à propriedade industrial, 1 assessor e mais 3 servidores cuidam dos feitos de natureza criminal, sendo que 1 assessor e mais 9 servidores dedicam-se aos processos de

natureza previdenciária, destacando-se que 1 deles cuida apenas dos feitos em fase de execução.

De acordo com a Chefe de Gabinete, hoje há tratamento específico para as metas do CNJ, porém a situação ainda não se encontra equacionada, diante do volume de feitos nessa situação. Foi informado, também, que comparativamente hoje há poucos processos aguardando julgamento de agravo interno e embargos de declaração, tendo sido concentrado esforço no seu julgamento. Além disso, tais recursos são encaminhados ao servidor que elaborou a minuta da decisão ou voto, o que representa boa prática, pois acelera e facilita seu julgamento.

Os pedidos de antecipação de tutela recursal formulados em recursos de apelação são priorizados, com rápida inclusão em pauta o quanto antes. Os pedidos liminares de natureza criminal ou cível, que não se enquadram na categoria anterior são, em geral, apreciados em até 48 horas.

Os feitos criminais são separados de acordo com a prioridade legal relativa a réus presos, bem como pelas datas de prescrição. Para tanto, utiliza-se a planilha disponibilizada no *site* do Conselho Nacional de Justiça, adotando-se sempre a pena mínima, o que deve ser reconhecido como boa prática e elogiado. Atualmente, trabalha-se com processos em que a prescrição ocorrerá nos anos de 2017 e 2018.

Os incidentes criminais, como recurso em sentido estrito, agravo em execução penal etc., são incluídos em pauta de forma célere, para evitar seu acúmulo. O mesmo ocorre com os *habeas corpus*, que são, em regra, incluídos na mesa da primeira sessão possível. Os processos com réus presos também recebem a devida preferência no julgamento.

Nos feitos criminais de outros relatores, em que a Desembargadora figura como revisora, é sempre elaborado voto de revisor, procedimento que, apesar de ter sido simplificado, consome tempo não só para inclusão do feito em pauta, como verificado na amostragem, mas também esforço dos servidores do gabinete e da própria Magistrada.

Os votos vencidos são lavrados, não sendo feita remissão às notas taquigráficas da sessão de julgamento, o que também consome tempo e esforço do gabinete.

Segundo informações da unidade, os processos cíveis cujo assunto é propriedade industrial são, em sua maioria, de 2015, havendo poucos de 2014. Já os feitos previdenciários são de 2012, sendo que aqueles em fase de execução datam de 2013.

Os processos previdenciários são divididos por assunto, sendo que, atualmente, dois servidores vêm fazendo teletrabalho, gerando ótimos resultados, pois estes têm sido os mais produtivos do gabinete, com a elaboração média mensal de 40 minutas de votos para cada um, o que também deve ser reconhecido como boa prática.

A imensa maioria dos casos é julgada por voto, ante a maior recorribilidade das decisões monocráticas que resolvem o mérito das demandas. Essa estratégia tem dado

resultado, haja vista o baixo grau de recorribilidade – 9% – dessas decisões, merecendo, portanto, elogio e reconhecimento como boa prática.

Os embargos de declaração criminais são, normalmente, julgados em 15 dias, enquanto os cíveis levam até 60 dias para serem julgados.

O atendimento a advogados é realizado sem protocolos formais pela Magistrada, facultando-se o agendamento pelos interessados.

Não foram identificadas pendências de inspeções anteriores.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o Gabinete encontra-se em situação delicada, pois possui o acervo mais expressivo da Seção, que vem aumentando. É certo que a Desembargadora Simone Schreiber é titular do acervo há pouco mais de 2 anos e que, pelo informado, a situação tende a melhorar. Todavia, é necessária a adoção de medidas para retomada do controle estatístico pela unidade, inclusive a convocação de mais juízes federais, a fim de alcançar este objetivo; e

b) a unidade está se organizando e a Chefe de Gabinete e os assessores demonstram conhecimento do acervo, que, entretanto, é expressivo. Pode-se dizer que, de maneira geral, tem-se buscado atender às preferências legais e às metas fixadas pelo CNJ e pelo CJF, bem como foi informado acerca da redução dos agravos internos e embargos de declaração pendentes de julgamento.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) adotar práticas que simplifiquem procedimentos, especialmente em feitos da relatoria de outros desembargadores, a fim de concentrar esforços na redução do acervo do gabinete;

b) proceder à baixa no sistema dos seguintes processos incluídos no acervo da Desembargadora Simone Schreiber enquanto Juíza Federal convocada: 00100107720014020000, 00367890620004020000 e 00726920520004020000;

c) julgar, no prazo de 90 dias, o processo n. 00001963620024025002, remanescente da autoinspeção, bem como os seguintes processos que aguardam andamento desde sua distribuição/redistribuição: 00037484720094025104, 00202807720124020000 e 00000181920114029999;

d) dar andamento adequado, no prazo de 60 dias, aos seguintes feitos de outros relatores:

201500000135568	201451101050820	201451101015005
201451040005790	201451011564206	201351021370880
201351011280923	201351010335758	201351010246993
201351010245010	201351010218020	201251010582873
201251010393237	200851018140473	201051018015831
199351100367449	201251010385460	200951018057720
200951018083895	201551105002708	201551015100079
201551015036845	201551015000437	201451010324698
201451010224310	201451010203214	201450030001487
201351040035662	201350010107127	201251140005547
201251010351243	201151190005964	201051120004231
201051120002544	201051100013081	201050050008639
200850040001277	200951018004016	201351010160545
201250010051555	201151018117802	200950010019879
200551030009438	201250010006537	200751018072189
200950020000624	200850010125626	201251100018026
201151150001315	200951018044660	200751018140122
200851018155968	199851010490414	201051018055002
200851018037285	201251010201622	200351015158640
200251020017255	200051070005264	

e) priorizar a lavratura do acórdão relativo ao processo n. 00007676820064025001.

f) Cumprir as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA

Especialidade: DIREITO TRIBUTÁRIO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. Identificação:** Desembargadora Federal LANA MARIA FONTES REGUEIRA.
- 1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Órgão Especial, 3ª Turma e 2ª Seção Especializada.
- 1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 14/11/2012.

No período de cinco anos, a Magistrada requereu remoção interna em 14/11/2012, da 4ª para a 3ª Turma Especializada.

Há uma Juíza Federal em auxílio ao TRF2, convocada pelo Ato TRF2 ATP 2015/00679, de 15/12/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	7	00	10	00	04	21	10
Inspeção/2016	7	00	11	00	03	21	10

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, permanecendo atualmente com 21 auxiliares. Não houve incremento nem redução na força de trabalho destinada à atividade-fim.

Registre-se que há divergência no quadro de pessoal acima em relação ao que consta do Relatório de Inspeção/2014, uma vez que à época foram considerados servidores requisitados da SJRJ como efetivos.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	6.967
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	6.995
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	5.040
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	5.787
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 747, permanecendo em zero o número de sobrestados, conforme quadro acima.

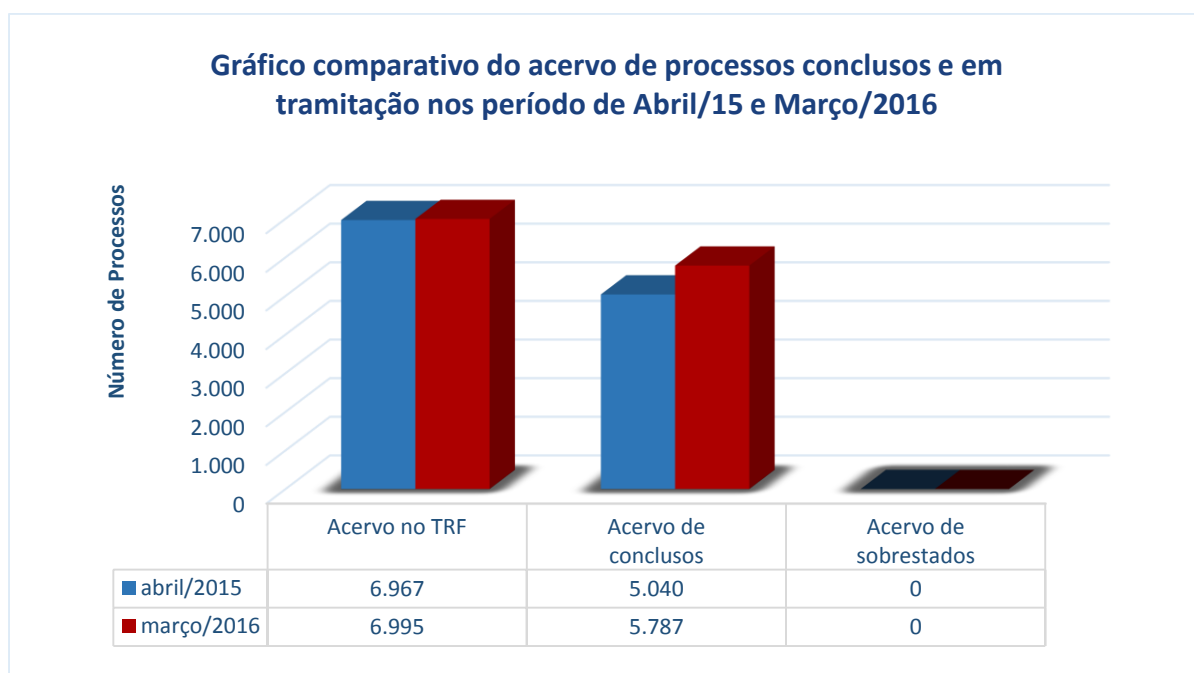
Todavia, no exame dos processos inspecionados, detectou-se um feito físico sobrestado desde fevereiro/2009 (00379080719974020000), em virtude de decisão do STF na ADPF n. 77.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que, conforme informação prestada pelo Chefe de Gabinete, não há prática de sobrestar feitos nessa unidade.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 5.787 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 578,7 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 28 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.704
Total de Processos (saídas)**	1.514
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	1.190
Processos distribuídos	2.568

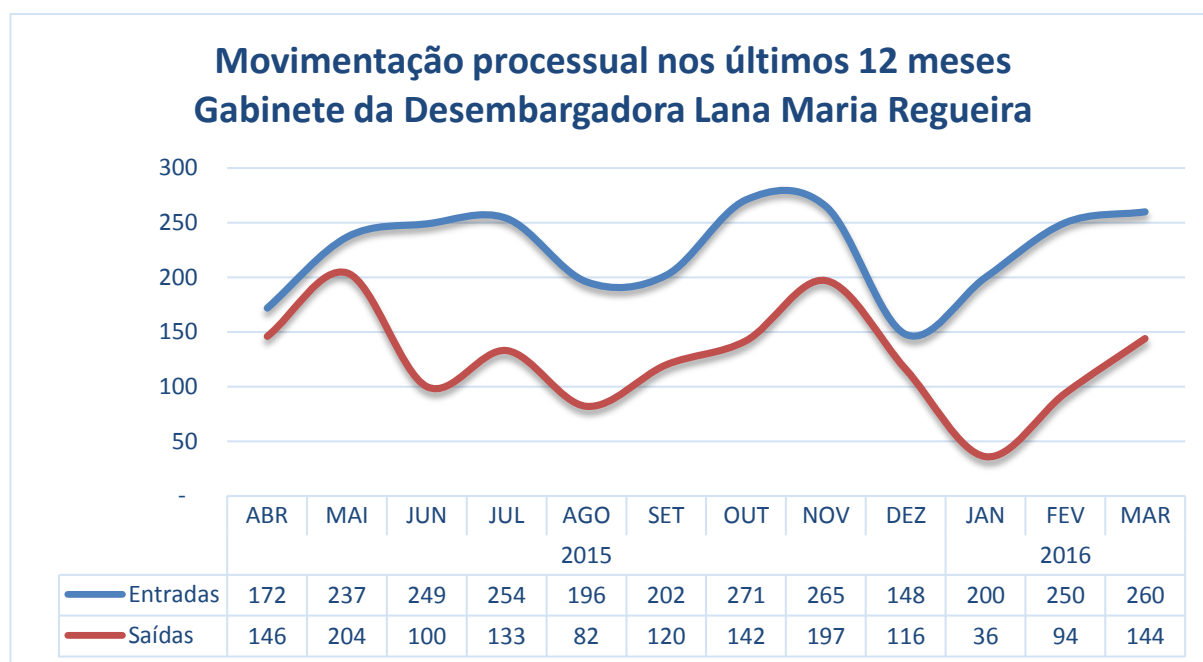
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.704 e saída de 1.514 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	999
Total de processos julgados em mesa	145
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	219
TOTAL	1.363
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	22%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.363 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.568, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 145 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 219 decisões monocráticas terminativas cujo grau de recorribilidade foi identificado em 22%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	478
b. Agravo Legal/Regimental	256

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são incluídas em pauta para julgamento, conforme determinação constante do NCPC. Existem pendentes de julgamento 478 embargos de declaração e 256 agravos legais/regimentais.

Existem 9 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	3
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	27
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	54
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	63
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	337
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	299
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	371
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 1.154 processos, representando 19,94% do acervo de processos conclusos na unidade (5.787).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete da Desembargadora Lana Maria Regueira

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	1	1
1996	-	1	1
1997	2	2	2
1998	1	-	-
1999	7	4	3
2000	3	2	1
2001	-	1	2
2002	3	2	6
2003	9	10	8
2004	4	4	3
2005	8	4	7
2006	17	8	9
2007	159	98	44
2008	312	206	95
2009	413	256	119
2010	534	446	383
2011	509	434	384
2012	665	548	431
2013	1.561	1.008	735
2014	416	1.667	1.373
2015	-	338	1.770
2016	-	-	410
Total	4.623	5.040	5.787

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 4.623. Atualmente, há 5.787. Não houve diminuição dos feitos conclusos, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, os processos mais antigos no Gabinete foram destinados a exame pela Juíza em auxílio ao Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, não havia processos. Os da Meta 6/2016 eram 3. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	3
TOTAL	10

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Há 6 feitos que aguardam voto-vista e nenhum para declaração de voto. 3 processos que aguardam voto-vista foram incluídos em pauta para julgamento em 13/4/2016. São eles: 20100201006714-1, 20130201017252-1 e 20095101008744-9. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	10
TOTAL	14

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão e para declaração de voto e a existência de 1 processo para voto-vista. Ressalte-se, porém, que muito embora conste da tabela apenas 1 voto-vista pendente, o Chefe de Gabinete informou que há 2 feitos sem movimentação há mais de 30 dias (01016536220144020000 e 01088619720144020000), recomendando-se a movimentação em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque: inclusão dos embargos de declaração e agravos regimentais em pauta; e prolação de decisão não surpresa, dando oportunidade ao contraditório (providência antes já adotada).

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 108 processos selecionados para inspeção, 106 foram inspecionados (2 deixaram de ser objeto de inspeção porque estavam à disposição de Juiz que havia atuado como convocado à época do julgamento). Desses, 92 são físicos e 14 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que não estavam fisicamente disponíveis (baixados) foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou que a grande maioria dos processos estava sem movimentação desde a conclusão no TRF2, remontando a conclusão mais antiga ao ano de 2007, sendo digno de registro que a Desembargadora Lana Regueira somente assumiu o acervo do Gabinete em novembro/2012, por força de remoção interna.

Na unidade, não se verificaram, em geral, discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 12 processos remanescentes da inspeção/autoinspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber:

00004023820024025103	00040105920024025001	00048825019974025001
00064443320074025102	00065463620044025110	00092549520044025001
00101569720084025101	001436262200104025101	00225793120044025101
0710401419934025103	01001890320144020000	01028305019924025103

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados.

Em relação aos processos listados abaixo, recomenda-se:

a) Julgar, no prazo de 90 dias:

00001851220134025102	00003065320074025101	00004023820024025103
00006062020044025101	00008155220054025101	00014874420114025103
00021227020074025101	00021385920114020000	00030119620084025001
00031239220044025102	00031261220134020000	00036088719954020000
00040105920024025001	00041495720064025102	00048825019974025001
00054541120084025101	00056741020134020000	00058112520074025101
00059146720114020000	00063419320134020000	00064443320074025102
00065463620044025110	00067186420134020000	00068981120104025101
00073713120094025101	00079118420064025101	00079170420004025101
00086135920084025101	00089275320044025001	00090224020054025101
00092549520044025001	00093815320064025101	00097180820074025101
00098191220134020000	00101569720084025101	00106748720084025101

00110476920044025001	00114994020084025001	00119324920054025001
00121584120134020000	00121823920064025101	00124148020084025101
00127632520044025101	00130726719974020000	00137095520084025101
00137509620084020000	00143626220054025101	00147809220084025101
00157777520084025101	00162141420114025101	00162653120134020000
00166302720094020000	00186846320094020000	00225793120044025101
00239604020054025101	00243923020034025101	00254621420054025101
00710401419934025103	01028305019924025103	05015040520064025101
05406436620034025101	05974827819844025101	00213130520124020000

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral (muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil).

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) Triagem inicial de processos feita por matéria, sendo utilizado o critério de valor da execução fiscal. São priorizados os julgamentos de idosos e os que retornam da Vice-Presidência após julgamento de recursos repetitivos/repercussão geral. Busca-se seguir as metas;

b) Classificação e separação física de processos ocorre por matéria;

c) Especialização de servidores por matéria: tributária e trabalhista, e esta, de forma residual. A Desembargadora participa do Órgão Especial e, por esse motivo, há um servidor que a auxilia nos processos criminais. A Magistrada acompanha o encaminhamento por matéria para cada servidor.

d) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ: a produção da equipe é definida em 10 processos por semana, com a busca pelo cumprimento das metas. Há grande número de processos por conta do acervo recebido. Busca-se cumprir as metas tentando apreciar cada processo e buscando a qualidade do julgamento;

e) Medidas de conciliação e desistência de recursos: agilizam-se pedidos de desistência. Não há conciliação;

f) Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: procede-se a adiamentos por motivos de saúde de advogado, mas o julgamento é realizado na sessão imediatamente posterior;

g) Controle de prazo para julgamento de feitos: existe acervo de 6.000 processos, aproximadamente, ressaltando que o Gabinete busca a equidade entre as partes, o que torna o cumprimento dos prazos muito difícil;

h) Fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores: a Desembargadora fixa, juntamente com os servidores, os critérios de divisão das tarefas, fixando as metas individuais;

i) Planejamento e avaliação periódica de atividades: avalia-se periodicamente as atividades, observando casos especiais, principalmente doenças geradoras de desmotivação no trabalho;

j) Desempenho: promove-se atualização técnica dos servidores, motivando-os a atualizar os processos eletrônicos e a verificar os eventualmente sobrestados;

k) Produtividade e metas: há acompanhamento da situação do Gabinete no início, no meio e no final de cada ano, buscando-se a atualização e o cumprimento das metas, no entanto, nem sempre isso é possível;

l) Gestão de pessoal e recursos materiais: um funcionário trabalha especificamente em gestão de pessoal e controla as férias e licenças;

m) Atendimento a advogados por ordem de chegada, sem marcar hora. São recebidos todos os dias, exceto dias de sessão da Turma, Pleno e Corte especial; e

n) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores. Levantou-se a seguinte dúvida: caso um processo de meta seja julgado, os embargos de declaração terão prioridade em relação a embargos de declaração opostos em data anterior?

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Processos conclusos há anos, aguardando o julgamento do mérito do recurso. Encontram-se pendentes de exame embargos de declaração e agravos regimentais antigos.

Demora na abertura de vista à parte embargada para manifestação acerca dos aclaratórios.

Prática reiterada de vista ao Ministério Público Federal fora das hipóteses legais.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Priorizar o julgamento dos feitos já indicados neste Relatório, dando atenção especial aos embargos de declaração e agravos regimentais pendentes de exame;

b) Evitar o envio de processos ao Ministério Público Federal quando não há previsão legal para tanto;

c) Em relação aos processos de outros relatores que se encontram com pendências no gabinete há mais de 30 dias, movimentá-los em 60 dias;

d) Priorizar o cumprimento das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, uma vez que existe um acervo acentuado de processos incluídos na Meta 2 do CNJ;

e) Incluir na próxima autoinspeção os processos que não foram inspecionados por estarem à disposição do Juiz que havia atuado como convocado na unidade (01016536220144020000 e 01008629320144020000).

f) Cumprir as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL CLÁUDIA NEIVA

Especialidade: DIREITO TRIBUTÁRIO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargadora Federal CLAUDIA MARIA BASTOS NEIVA.

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, 3ª Turma e 2ª Seção Especializada.

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 5/4/2013.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Há uma Juíza Federal em auxílio ao TRF 2ª Região, convocada pelo Ato TRF2 ATP 2015/00679, de 15/12/2015. Todavia, conforme informado pela Chefe de Gabinete da unidade inspecionada, não atende a esse Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	12	0	6	0	4	22	12
Inspeção/2016	12	0	6	0	0	18	12

A força de trabalho em exercício sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 4 auxiliares a menos. O próprio Gabinete, diante da ausência de número considerável de processos de rotina, entendeu por bem não recorrer à força de trabalho de estagiários. Não houve incremento nem redução do número de servidores dedicados à atividade-fim.

Registre-se que há divergência no quadro de pessoal acima em relação ao que consta do Relatório de Inspeção/2014, uma vez que, à época, foram considerados servidores requisitados de seções judiciárias como efetivos.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	5.317
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	5.211
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	3.337
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	3.805
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

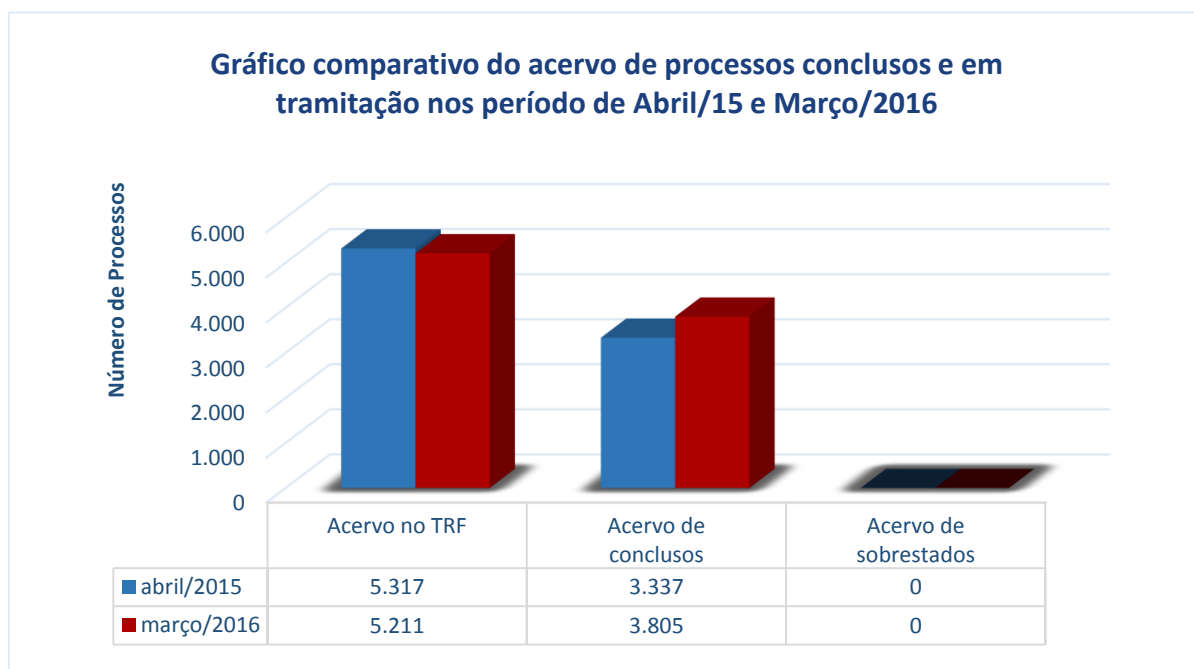
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 468, permanecendo em zero o número de sobrestados, conforme quadro acima.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que, conforme informação prestada pela Chefe de Gabinete, não há prática de sobrestar feitos nessa unidade.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.805 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 317,08 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 106 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.682
Total de Processos (saídas)**	2.200
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	482
Processos distribuídos	2.527

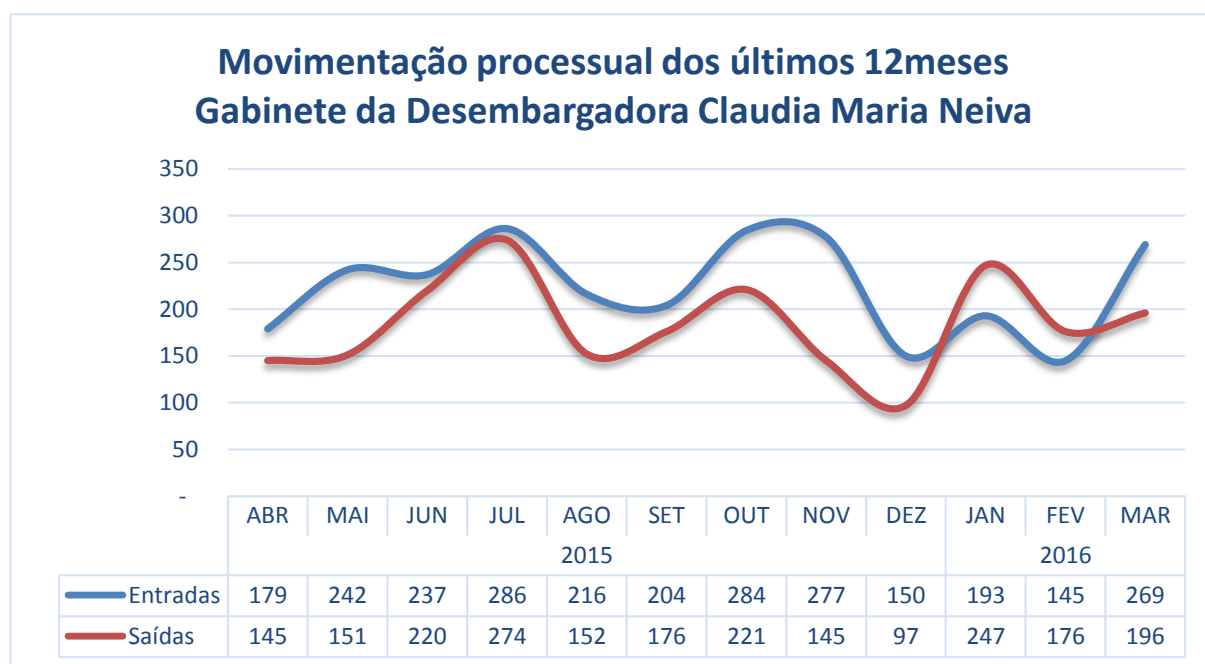
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.682 e saída de 2.200 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.351
Total de processos julgados em mesa	211
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	456
TOTAL	2.018
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	11%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.018 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.527; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 211 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 456 decisões monocráticas terminativas cujo grau de recorribilidade foi identificado em 11%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	89
b. Agravo Legal/Regimental	36

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são incluídas em pauta para julgamento, conforme determinação constante do NCPC. Existem pendentes de julgamento 89 embargos de declaração e 36 agravos legais/regimentais.

Existem 3 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do Colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	2
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	22
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	182
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	267
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 473 processos, representando 12,43% do acervo de processos conclusos na unidade (3.805).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete da Desembargadora Claudia Maria Bastos Neiva

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	1	-	-
1995	1	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	1
1999	-	-	-
2000	1	-	-
2001	1	-	1
2002	3	1	1
2003	6	-	-
2004	3	1	-
2005	5	-	1
2006	9	1	3
2007	11	1	2
2008	21	3	2
2009	59	11	6
2010	275	132	35
2011	535	369	194
2012	685	442	281
2013	1.448	719	496
2014	453	1.365	1.046
2015	-	292	1.389
2016	-	-	347
Total	3.517	3.337	3.805

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 3.517; atualmente há 3.805. Houve aumento dos feitos conclusos a partir de 2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores a 2009, inclusive, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, não havia processo. Quanto à Meta 6/2016, havia apenas um feito. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	4
TOTAL	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão nem para declaração de voto. Há 3 feitos que aguardam voto-vista, conforme controle próprio da Chefe do Gabinete, embora a planilha acima indique um total de apenas 2. Todos encontram-se sem movimentação há mais de 30 dias (200850010110799, 200651015226803 e 201402010024925), configurando pendência externa a ser cobrada.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	11
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	5
TOTAL	17

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processo concluso para revisão e para declaração de voto e 11 para voto-vista. Há 1 processo aguardando voto-vista há mais de 30 dias (2001.50.02.000080-7), recomendando-se a movimentação em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque: inclusão dos embargos de declaração e agravos regimentais em pauta; prolação de decisão não surpresa, dando oportunidade ao contraditório.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 67 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 52 são físicos, 14 eletrônicos e 1 híbrido.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não havia processos que tramitavam em unidades externas, tendo todos os feitos sido inspecionados com base no exame dos autos.

A amostragem revelou que a grande maioria dos processos estava sem movimentação desde a conclusão no Tribunal, remontando a conclusão mais antiga ao ano de 2010, sendo digno de registro que a Des. Federal Cláudia Neiva somente assumiu o acervo do Gabinete em abril/2013.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 9 processos remanescentes da inspeção/autoinspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber:

00000593920024025104	00014670220124020000	00018779420114020000
00048554420114020000	00072882920064025001	01024834820144025102
05139844420084025101	05163546420064025101	05196307420044025101

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

00000593920024025104	00004606720154020000	00004809720114020000
00008518720074025113	00008932120064025001	00014670220124020000
00020606320034025103	00043528619874025101	01013946720144020000

00043991120074025117	00050976720044025102	00072882920064025001
00074294020114020000	00097602420134020000	00122395220094025101
00129840720104025001	00131097720074025001	00133562120104020000
00135395520114020000	00157572220124020000	00217902220104025101
00634144219964025101	01043107420144020000	05059146720104025101
05064375520054025101	05083824320064025101	05139844420084025101
05141066720024025101	05156384220034025101	05196307420044025101
05256213620014025101	05260852120054025101	05434672720054025101
00177628020134020000	00067072420144025101	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral. Muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Triagem inicial dos processos: é designado um servidor para fazê-la e é realizada por matéria e ano de distribuição, participando também a Desembargadora, o que facilita pelo conhecimento que tem das matérias objeto dos processos do acervo. Os processos que entram no Gabinete passam por triagem por servidor para saneamento/processamento/distribuição. Os feitos conclusos para despacho/decisão são encaminhados diretamente para a assessoria, que elabora as respectivas minutas.

Classificação e separação física dos processos: os critérios internos observados para organização do acervo são: idosos, antiguidade, Meta 2 do CNJ (1ª e 2ª instâncias), urgências e prioridades de julgamento. Os autos ficam nos armários do gabinete, classificados por classe, assunto e data de autuação. Nas execuções fiscais envolvendo prescrição, há separação por vara de origem.

Especialização de servidores por matéria ou fase processual: são distribuídos em equipes (execuções fiscais e embargos à execução, agravos de instrumento, ações ordinárias, mandados de segurança e ações diversas).

Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta: há prioridade para Meta 2 do CNJ, incidentes processuais, data de autuação mais antiga e objeto de recurso idêntico.

Medidas de conciliação e desistência de recursos: não há adoção dessas medidas, em face da matéria da competência do gabinete (tributária).

Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: em geral, são julgados na sessão imediatamente posterior, bem como agravos internos e embargos de declaração.

Controle de prazos para julgamento dos feitos: os processos são separados por ano e a avaliação do controle é feita mensalmente.

Fixação das metas de trabalho pela Magistrada com participação dos servidores. Vale salientar que a equipe é bem motivada e conta com a participação dos servidores nos procedimentos do Gabinete. As metas individuais de produtividade são adequadas ao tipo do processo em que cada equipe trabalha.

Planejamento e avaliação periódica das atividades: ocorre de modo a priorizar Meta 2 do CNJ, incidentes processuais, data de autuação mais antiga e identidade do objeto do recurso.

Desempenho avaliado pelas minutas de votos, mensalmente.

Produtividade e metas: acórdãos lavrados, decisões liberadas e acórdãos para publicação no prazo máximo de 10 dias. Controles estatísticos feitos a partir do portal do TRF 2ª Região. A estatística do Tribunal não fornece elementos capazes de dar segurança a uma análise eficiente;

Gestão de pessoal e recursos materiais: realizado por servidor designado – e acompanhado – pela Desembargadora.

Atendimento a advogados feito por agendamento, no entanto, havendo advogados no balcão, são recebidos por ordem de chegada, independentemente de prévio agendamento.

Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: estão sendo providenciadas medidas para atendimento das recomendações e julgamento dos processos pendentes.

Gabinete com a equipe bastante motivada, que participa e sugere medidas junto com a Magistrada.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) Processos conclusos desde 2010, pendentes de julgamento do mérito do recurso; e

b) Prática de abertura de vista ao Ministério Público Federal fora das hipóteses legais.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Priorizar o julgamento dos feitos já indicados neste Relatório;

b) Evitar o envio de processos ao Ministério Público Federal quando não há previsão legal para tanto;

c) Em relação ao processo de outro relator que se encontra com pendência no gabinete há mais de 30 dias (2001.50.02.000080-7), para voto-vista, movimentá-lo em 60 dias;

d) Quanto aos Processos 200850010110799, 200651015226803 e 201402010024925 da unidade inspecionada, que estão em outros gabinetes ao aguardo de votos-vista, sem movimentação há mais de 30 dias, cobrar providências;

e) Priorizar o cumprimento das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, uma vez que existe um acervo acentuado de processos incluídos na Meta 2 do CNJ;

f) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM

Especialidade: DIRETO TRIBUTÁRIO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM.
- 1.2. Órgãos de atuação:** 3ª Turma, 2ª Seção Especializada, Órgão Especial e Plenário.
- 1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 7/1/2016.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu duas remoções internas, a saber: da 3ª para a 5ª Turma (em 16/10/2012) e da 5ª para a 3ª Turma (em 7/1/2016).

Há um Juiz Federal em auxílio ao Tribunal, convocado pelo Ato TRF2 ATP 2015/00679, de 15/12/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	14	01	02	00	04	21	11
Inspeção/2016	13	01	04	00	02	20	12

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com um auxiliar a menos. Houve incremento de um servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

Registre-se que na inspeção/2014 o quadro de pessoal responsável pelo acervo era formado pelos servidores que compunham a equipe do Des. Federal Marcello Granado, titular do Gabinete naquela época.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	4.787
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	6.314
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	2.790
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	4.883
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	1
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

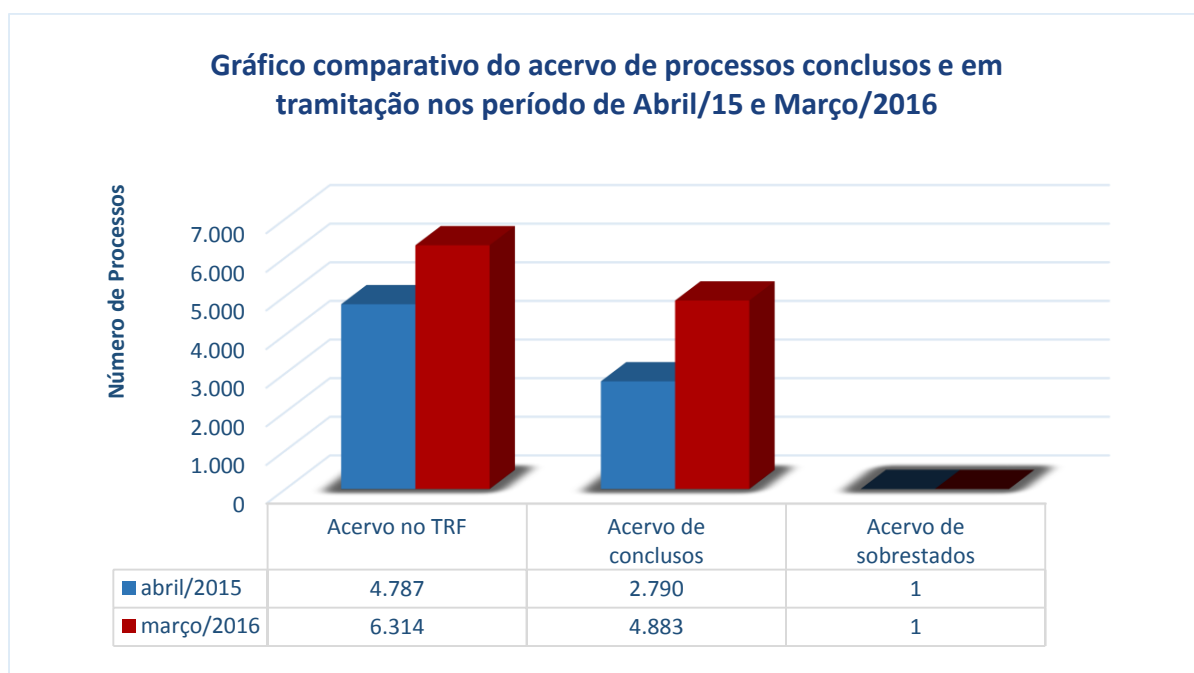
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 2.093, permanecendo em 1 o número de sobrestados, conforme quadro acima.

Importante destacar que o Processo 20105101005475-6 encontra-se sobrestado para aguardar julgamento de Repercussão Geral (art. 543-B, CPC/73), tendo sido remetido, pela Vice-Presidência, à unidade inspecionada para exercer eventual juízo de retratação (art. 543-C, CPC/73) quanto a recurso especial interposto.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 4.883 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 406,91 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 1.527 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.606
Total de Processos (saídas)**	1.680
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	926
Processos distribuídos	2.460

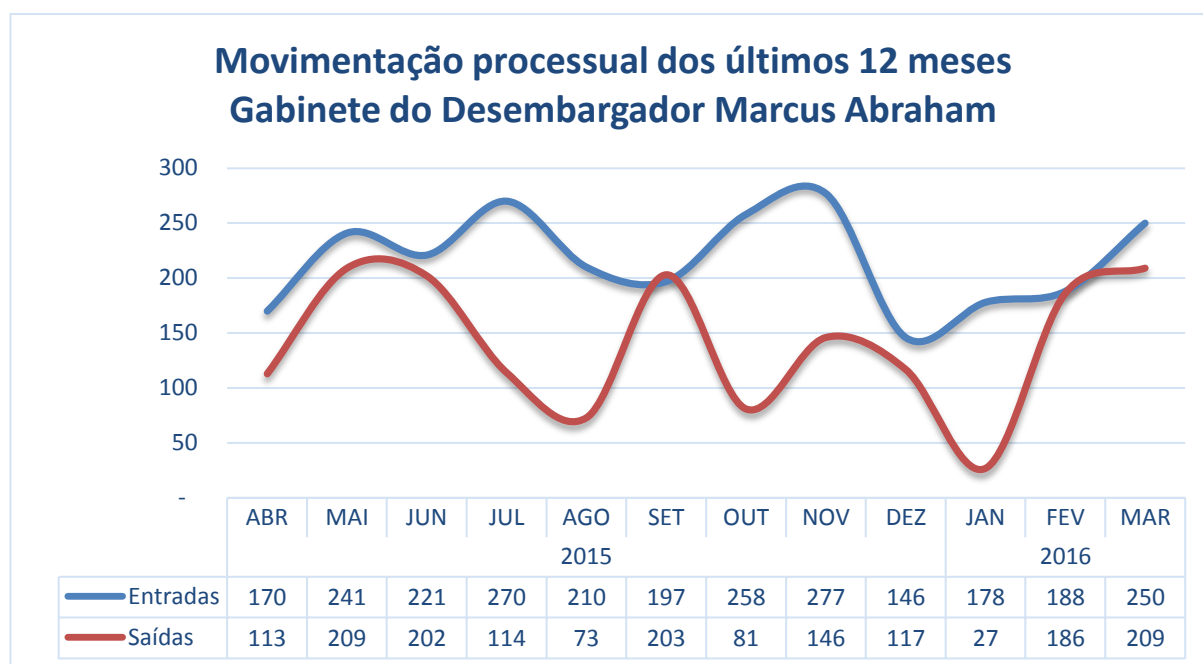
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.606 e saída de 1.680 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	635
Total de processos julgados em mesa	134
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	839
TOTAL	1.608
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	32%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.608 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.460; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 134 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 839 decisões monocráticas terminativas cujo grau de recorribilidade foi identificado em 32%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	204
b. Agravo Legal/Regimental	112

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são incluídas em pauta para julgamento, conforme determinação constante do NCPC. Existem pendentes de julgamento 204 embargos de declaração e 112 agravos legais/regimentais.

Existem 5 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do Colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	3
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	2
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	208
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	349
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	366
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 928 processos, representando 19% do acervo de processos conclusos na unidade (4.883).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Marcus Abraham

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	1
1999	2	-	-
2000	-	-	-
2001	5	-	1
2002	-	1	2
2003	3	2	6
2004	2	3	2
2005	3	2	3
2006	7	2	5
2007	57	5	2
2008	160	8	3
2009	246	16	3
2010	368	97	209
2011	373	177	366
2012	442	342	392
2013	641	636	913
2014	247	1.183	1.254
2015	-	316	1.439
2016	-	-	282
Total	2.556	2.790	4.883

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que os efeitos antigos estão sendo priorizados. O acervo de processos concluídos em março/2014 era de 2.556. Atualmente, há 4.883. Houve aumento do número dos feitos concluídos, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, não havia processos distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016. Tampouco havia processos da Meta 6/2016.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	7
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	4
Outras situações	6
TOTAL	17

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Há 7 feitos que aguardam voto-vista e nenhum para declaração de voto. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	67
TOTAL	68

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão e para declaração de voto e a existência de um processo para voto-vista. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque: inclusão dos embargos de declaração e agravos regimentais em pauta; prolação de decisão não surpresa, dando oportunidade ao contraditório.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 46 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 5 são físicos e 41 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não havia processos que tramitavam em unidades externas, tendo todos sido inspecionados com base no exame dos autos.

A amostragem revelou que a grande maioria dos processos estava sem movimentação desde a conclusão no Tribunal, remontando a conclusão mais antiga ao ano de 2010, sendo digno de registro que o Desembargador Marcus Abraham somente assumiu o acervo do Gabinete em janeiro/2016, por força de remoção interna.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

00003975820124025105	00022199620094025102	00063927020144020000
01009711020144020000	00558140820124025101	00066196020144020000
05269877120054025101	01010023020144020000	01010031520144020000
01010261820134025101	01023212720124025101	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral. Muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução e sim crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade, em que pese o fato de o Desembargador Marcus Abraham ter assumido o acervo apenas em janeiro/2016.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) Triagem inicial de processos: há triagem do acervo físico realizada por dois servidores e dos processos eletrônicos feita pela Assessora do Desembargador;

b) Classificação e separação física de processos: por classes (ação rescisória, embargos infringentes em apelação cível, conflitos de competência, agravos de instrumento, apelação cível e embargos declaratórios). São triados por ordem cronológica;

c) Especialização de servidores por matéria ou fase processual: acompanha a triagem e a classificação e separação física dos processos;

d) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: há cuidado com as prioridades legais, no caso de doença e idosos, bem como constante preocupação com metas do CNJ. Os processos da meta 2 são priorizados;

e) Medidas de conciliação e desistência de recursos: não há, em razão da especialização do Gabinete (Direito Tributário);

f) Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: prioriza os feitos adiados, para julgamento na sessão subsequente. São priorizados os julgamentos de embargos declaratórios e agravos;

g) Controle de prazo para julgamento de feitos: obteve-se da assessora a informação de que havia controle em 2010. Os processos somente são incluídos em pauta após a elaboração da minuta, razão pela qual basta a assinatura do Desembargador após o julgamento;

h) Fixação das metas de trabalho pelo Magistrado, com participação dos servidores: fixação de meta de julgamento, com produção mínima de 10 processos, por semana, por servidor, com flexibilização, em razão da dificuldade do processo;

i) Planejamento e avaliação periódica de atividades: a Assessora do Desembargador, com o auxílio dos demais assessores e respeitando as determinações do Magistrado, estabelece os fluxos de trabalho e define as atribuições específicas de cada membro da equipe, permanecendo atenta ao surgimento ou ao crescimento de certas demandas, promovendo a alocação da força de trabalho adequada para supri-las e, sempre que necessário, a revisão de rotinas até então adotadas. São adotadas medidas para que os servidores do Gabinete apresentem sugestões e colaborações voltadas ao aprimoramento dos serviços prestados;

j) Desempenho: o Desembargador, com o auxílio da assessora, vale-se dos critérios definidos para aferir a produtividade de cada servidor;

k) Produtividade e metas: o Desembargador estabelece produção semanal de votos em 10 processos por servidor. Esse quantitativo, contudo, é flexibilizado em razão da complexidade das questões tratadas no processo;

l) Gestão de pessoal e recursos materiais: há prestígio ao empenho e à produtividade na distribuição dos cargos em comissão e de suas substituições;

m) Atendimento a advogados: previamente agendado. O Desembargador recebe os causídicos todos os dias, entre 12h e 17h;

n) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: em relação às pendências identificadas na inspeção de 2014, já foram apreciadas e sanadas, faltando a solução de 6 pendências.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou apenas a seguinte situação existente na unidade inspecionada: processos paralisados desde a primeira conclusão. A amostragem revelou que a grande maioria dos feitos estava sem movimentação desde a conclusão no Tribunal, remontando a mais antiga ao ano de 2010, sendo digno de destaque que o Desembargador Marcus Abraham somente assumiu o acervo do Gabinete em janeiro/2016, por força de remoção interna.

6) RECOMENDAÇÕES:

- a) Priorizar o julgamento dos feitos já indicados neste Relatório;
- b) Apreciar petição pendente de exame no processo 00411056520124025101;
- c) Priorizar o cumprimento das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, uma vez que existe um acervo acentuado de processos incluídos na Meta 2 do CNJ.
- d) Cumprir as recomendações do item 3.

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES

Especialidade: DIREITO TRIBUTÁRIO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargador Federal FERREIRA NEVES.

1.2. Órgãos de atuação: Quarta Turma Especializada.

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 2/8/2011.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu remoção interna, a saber:

- Terceira Turma Especializada – 5/7/2010 até 1/8/2011 (remanejamento para a Quarta Turma Especializada) - Ato n. 422, de 2/8/2011.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	0	0	0	2	20	14
Inspeção/2016	18	0	0	0	1	19	13

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014. Houve redução de um servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	6.386
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	6.210
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	4.916
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	5.036
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

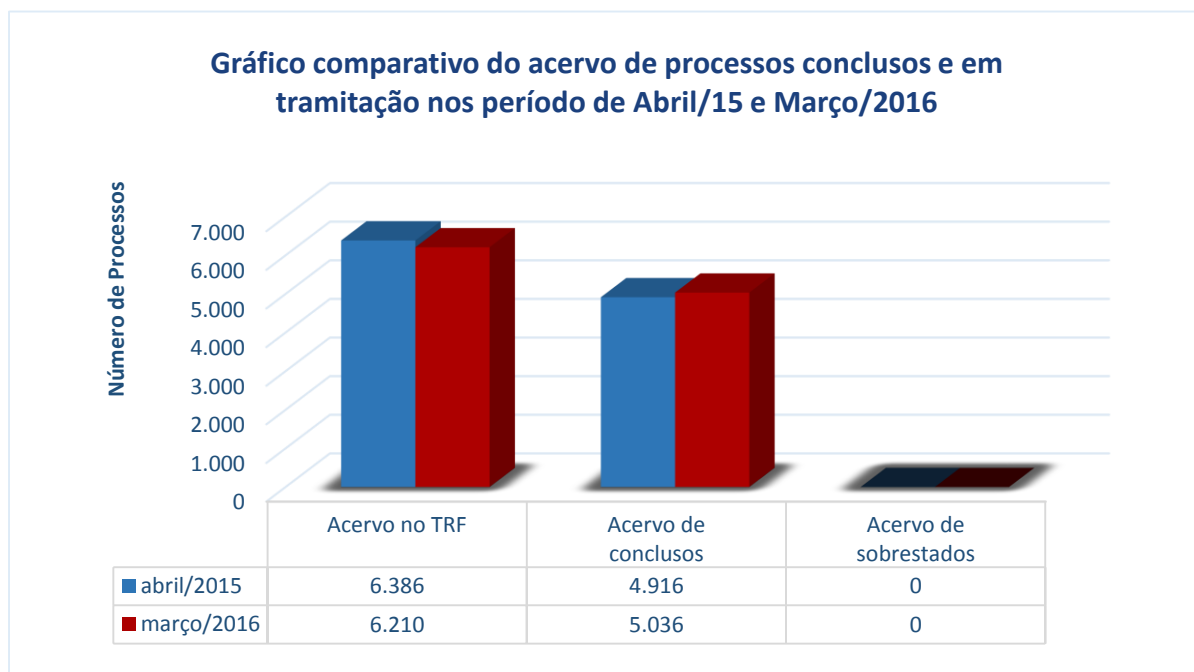
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 120 e o de sobrestados continuou zerado.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 5.036 processos conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 387,38 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 176 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.564
Total de Processos (saídas)**	2.647
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	-83
Processos distribuídos	2.475

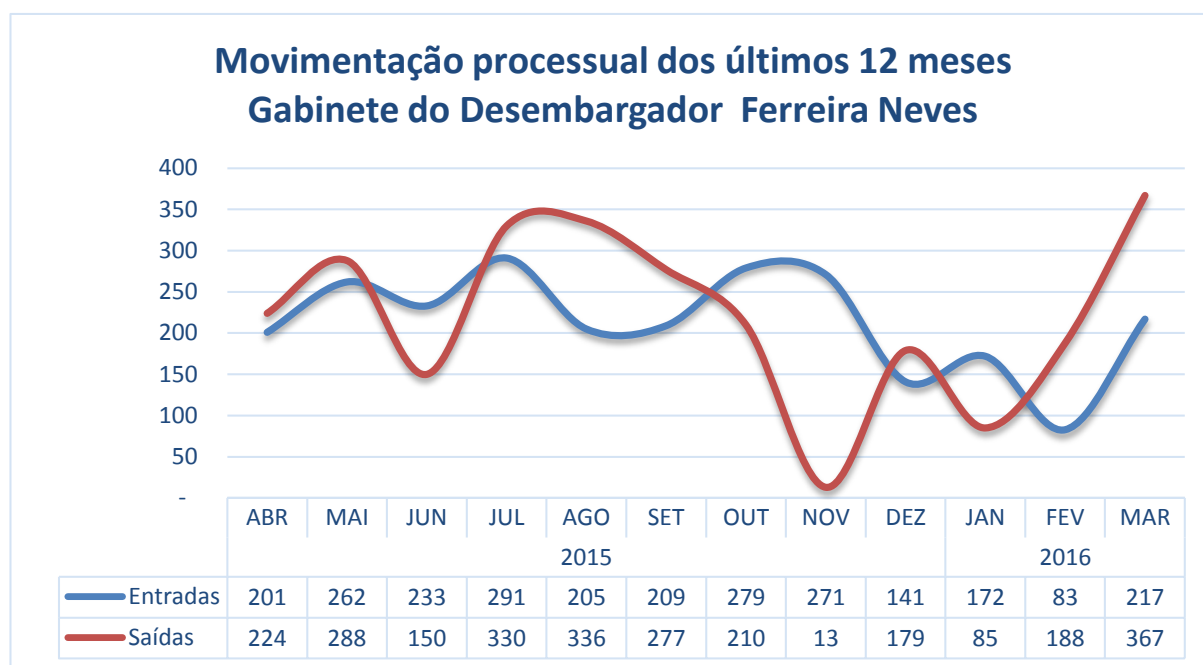
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.564 processos e saída de 2.647, resultando, assim, em ligeira redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa, a qual pode ainda ser ampliada.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a processos “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.741
Total de processos julgados em mesa	280
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	546
TOTAL	2.567
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	9%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.567 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.475; ou seja, o número de processos julgados superou o número de processos distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 280 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 546 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 9%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	273
b. Agravo Legal/Regimental	51

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e de agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 273 embargos de declaração e 51 agravos legais/regimentais.

Existe um processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela proferida há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	19
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	122
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	349
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	6

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 493 processos, representando 9,79% do acervo de processos concluídos na unidade, que é de 5.036.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUIDOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Ferreira Neves

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	1	2
1997	-	-	-
1998	-	2	1
1999	1	2	2
2000	1	1	1
2001	4	3	2
2002	4	4	4
2003	1	1	5
2004	2	3	4
2005	2	5	5
2006	9	9	5
2007	23	8	10
2008	80	22	17
2009	155	13	13
2010	299	124	49
2011	1.047	420	166
2012	956	704	398
2013	2.029	1.304	855
2014	558	2.001	1.357
2015	-	289	1.883
2016	-	-	257
Total	5.171	4.916	5.036

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados, com alguma prioridade para os primeiros. O acervo de processos concluídos em março/2014 era de 5.171; atualmente, há 5.036 concluídos. No acervo de concluídos em março de 2016, há uma redução dos processos distribuídos antes de 2015. Embora a maior parte do acervo existente em 31/3/2016 seja dos anos de 2014 e 2015, restam ainda 1.539 feitos anteriores ao ano de 2014, o que deve ser enfrentado.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e, em parte, são julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 3.497

processos distribuídos em 2014, 2015 e 2016, e com 1.539 processos distribuídos antes de 2014.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ (prioridade no julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa), em março de 2016 não havia feitos distribuídos até 31/12/2014; quanto à Meta 6/2016 do CNJ (prioridade no julgamento de ações coletivas), em março de 2016 havia 6 processos distribuídos até 2012. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente do número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	13
Recebidos para declaração de voto	2
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	26
TOTAL	43

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Há 15 feitos que aguardam voto-vista e declaração de voto. Nesse universo há 2 processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	4
Outras situações	11
TOTAL	19

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, e a existência de 4 recebidos para a elaboração de votos-vista. Dentre os últimos, há 2 feitos sem movimentação há mais de 30 dias: 00098955920134025101 e 00002697920144025101.

Recomenda-se, por conseguinte, que os referidos processos sejam adequadamente movimentados.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 88 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 64 são físicos e 24 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem revelou a existência de 10 processos sem movimentação desde sua distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2014.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 4 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber: 00010419220094020000, 00017096220044025101, 00205729020094025101 e 00069676420034020000.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) realizar, com brevidade, a lavratura de acórdão relativo ao processo 201451010001137.

b) julgar, com prioridade, os embargos de declaração relativos aos processos: 00079282420114020000, 00091915120104025101, 00166603320074020000 e 00166707720074020000.

c) apreciar, prioritariamente, os processos pendentes de decisão liminar/antecipação de tutela: 01016683120144020000, 01034559520144020000, 01046796820144020000 e 01054253320144020000.

d) atender às recomendações feitas na inspeção de 2014, no que tange aos processos: 00010419220094020000, 00017096220044025101, 00205729020094025101 e 00069676420034020000.

e) elaborar os votos-vista relativos aos feitos: 00098955920134025101 e 00002697920144025101.

f) dar andamento ao processo 00066796820054025102, que já foi incluído em pauta e dela retirado em 29/10/2013.

g) regularizar o processo 05003914520084025101, concluso para despacho há algum tempo.

h) observar a prioridade legal, no que tange ao andamento e julgamento dos processos: 00106087920114020000 e 00069676420034020000.

i) tomar, no prazo mais expedito possível, as providências necessárias para o devido andamento ou julgamento dos seguintes processos:

00000317620104020000	00000407120094025109	00002289120054025113
00005588020034025106	00007427420144025001	00007842520074025113
00008238820144020000	00009789620114020000	00014130220134020000
00016726520114020000	00019976920134020000	00020783420014025110
00031232820104025120	00036302620084025001	00041481720024025101
00077726520134020000	00078453720134020000	00085252220134020000
00116656419884025101	00121064520134020000	00128155520034025101
00142742020134020000	00156065620124020000	00156588620114020000
00162711220094025001	00163534020114020000	00244197120074025101
00286494519964025101	00328221519964025101	00455716919934025101
00466143619964025101	00487839819934025101	00804773119974025106
00807016619974025106	00827109819974025106	00846067919974025106
00853792719974025106	00853836419974025106	02693837919814025101
05161511020034025101	05221206920044025101	05320254020004025101
05929284619004025101		

Em conclusão, no que tange à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que a tramitação do acervo ainda não é suficientemente célere, como o demonstram o acervo de feitos distribuídos até 31/12/2012 e as recomendações acima, que abrangem parte significativa dos 88 processos incluídos na amostragem sobre a qual recaiu a inspeção.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Inicialmente, embora se trate de matéria que, a rigor, se insere no âmbito da Secretaria de Atividades Judiciárias, cabe fazer o registro de uma questão que, ao fim e ao cabo, produz reflexos nas rotinas de trabalho do Gabinete.

É que o sistema de processo eletrônico utilizado no Tribunal, chamado de Apolo, é diverso dos utilizados, por exemplo, no TRF1 (PJe), no TRF5 (PJe) e no TRF4 (eProc).

Ademais, o acervo em trâmite na unidade inspecionada abrange processos físicos, virtuais e híbridos.

Feito esse registro inicial, prossegue-se quanto às demais constatações.

No que tange à metodologia e às boas práticas de trabalho, destacam-se:

- a) o sistema de especialização, por matéria, dos servidores que compõem a equipe de trabalho, seja no que tange às minutas de decisões monocráticas, seja no que tange às minutas de relatórios, votos e acórdãos;
- b) a fixação de metas de trabalho, por meio de planejamento coordenado pelos assessores e pelo chefe de gabinete;
- c) a adoção do sistema de teletrabalho, o qual, atualmente, conta com a adesão de duas servidoras.

No que tange à especialização da equipe de trabalho, merece registro a divisão em três áreas principais: a) agravos de instrumento; b) processos de execução fiscal; e c) recursos diversos. A primeira e a última áreas são coordenadas por um assessor; a segunda é coordenada por um supervisor.

Além disso, a análise e a elaboração de minutas de decisões e de votos, nos processos de competência da Seção Especializada e do Plenário, ficam a cargo de um dos assessores.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

Como resultado da visita *in loco* à unidade inspecionada e das entrevistas realizadas com os assessores e chefes de gabinete, verificou-se que:

- a) a organização física do espaço de trabalho é adequada;
- b) os recursos materiais utilizados pela referida unidade são considerados suficientes;
- c) a gestão de pessoal é feita pela chefia de gabinete;
- d) o planejamento global das atividades do gabinete é feito pelos assessores e pelo chefe de gabinete, em conjunto com o Desembargador;
- e) não obstante as válidas preocupações com a qualidade do trabalho, as metas individuais dos servidores incumbidos de analisar processos e de lavrar minutas de decisões e de votos comportam sua revisão, para mais, ainda que de forma gradativa;
- f) em termos de organização processual, não foram constatados problemas dignos de nota; merece registro o fato de ser geralmente célere a inclusão de processos para julgamento em mesa;
- g) os processos físicos estão organizados por matéria e por assunto, e os processos eletrônicos estão organizados em mesas de trabalho; a triagem dos processos físicos é feita por um servidor, e a dos eletrônicos, por um estagiário; os

processos sobre os quais recaíram observações, em autoinspeções ou em inspeções realizadas na unidade, são colocados como prioridade;

h) o atendimento a advogados, para a veiculação de pleitos específicos, é realizado pelo Chefe do Gabinete; quando feita solicitação de atendimento pelo Desembargador, este os recebe.

6) RECOMENDAÇÕES:

Como decorrência da análise feita na amostragem que constituiu objeto da inspeção, recomenda-se:

a) elaborar plano para a redução do acervo que busque o aprimoramento da gestão dos trabalhos do gabinete; devendo buscar a redução específica do acervo mais antigo de agravos legais/regimentais, agravos de instrumento e medidas cautelares. O projeto deve:

- incluir a troca de experiências com outros tribunais;
- abranger a realização de cursos de capacitação profissional;
- motivar toda a equipe no sentido de aumentar suas metas coletivas e individuais de produção e produtividade;
- aprimorar os graus de especialização dos servidores, dentro de cada área, de modo a permitir o fluxo mais tranquilo dos feitos relativos a matérias repetitivas;
- concentrar esforços na alocação da quantidade máxima possível de servidores na atividade-fim de elaboração de minutas de decisões, relatórios, votos e acórdãos;

b) ampliar o grau de enfrentamento das pendências mais antigas e de maior complexidade, para que o acervo do gabinete gradativamente se torne mais recente e menos complexo;

c) ajustar o sistema de triagem, a fim de permitir a separação dos processos que envolvem, exclusivamente, a discussão de matérias de direito que podem ser julgadas mais rapidamente;

d) julgar os processos contendo agravos legais/regimentais com conclusão superior a 90 dias;

e) regularizar as pendências atualmente existentes, relativas a julgamentos de embargos de declaração e à prolação de votos e de declarações de votos, observando-se, doravante, os prazos fixados na legislação processual civil;

f) priorizar a regularização dos processos que, incluídos na amostragem, constituíram objeto de recomendações específicas, a eles pertinentes, bem como

velando para que questões semelhantes, uma vez detectadas, sejam desde logo resolvidas.

- g) Cumprir as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES

Especialidade: DIREITO TRIBUTÁRIO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES.

1.2. Órgãos de atuação: Tributário.

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 10/6/2005.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	2	0	0	4	23	15
Inspeção/2016	15	2	0	0	3	20	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos. Não houve alteração na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	2.728
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	2.537
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	1.438
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1.547
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	2
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

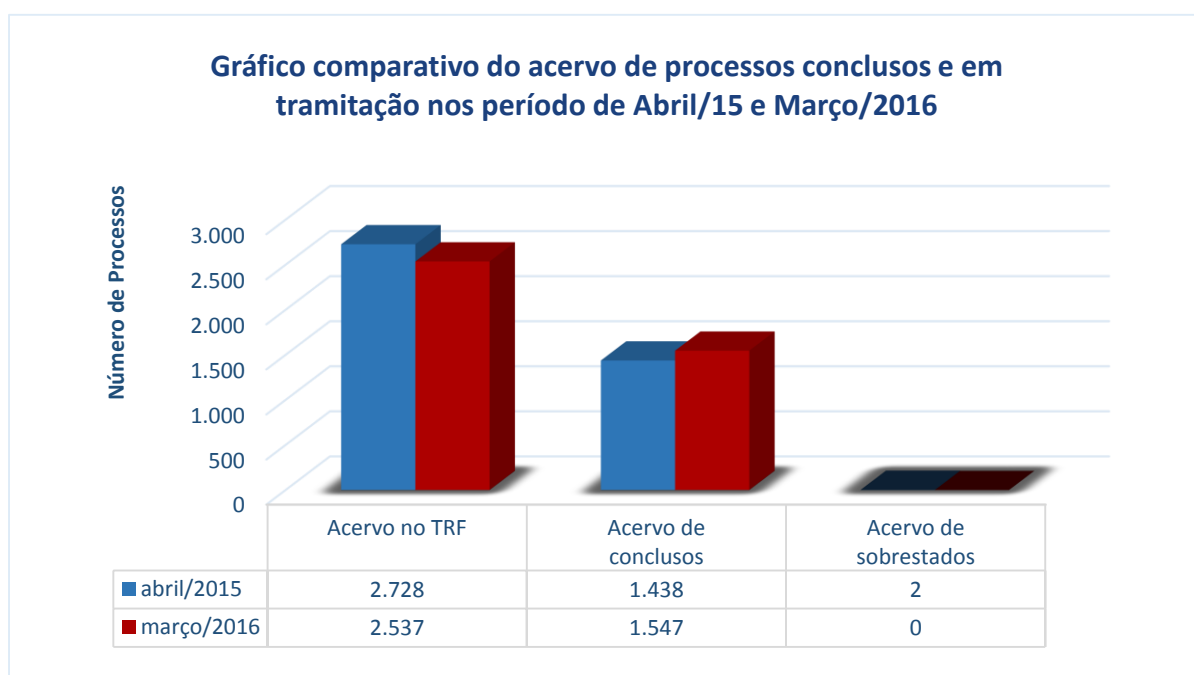
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 109 processos e o número de sobrestados foi reduzido em 2.

Importante destacar que, atualmente, não existem processos sobrestados.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.547 processos conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 103,1 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 191 feitos .

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.595
Total de Processos (saídas)**	2.569
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	26
Processos distribuídos	2.527

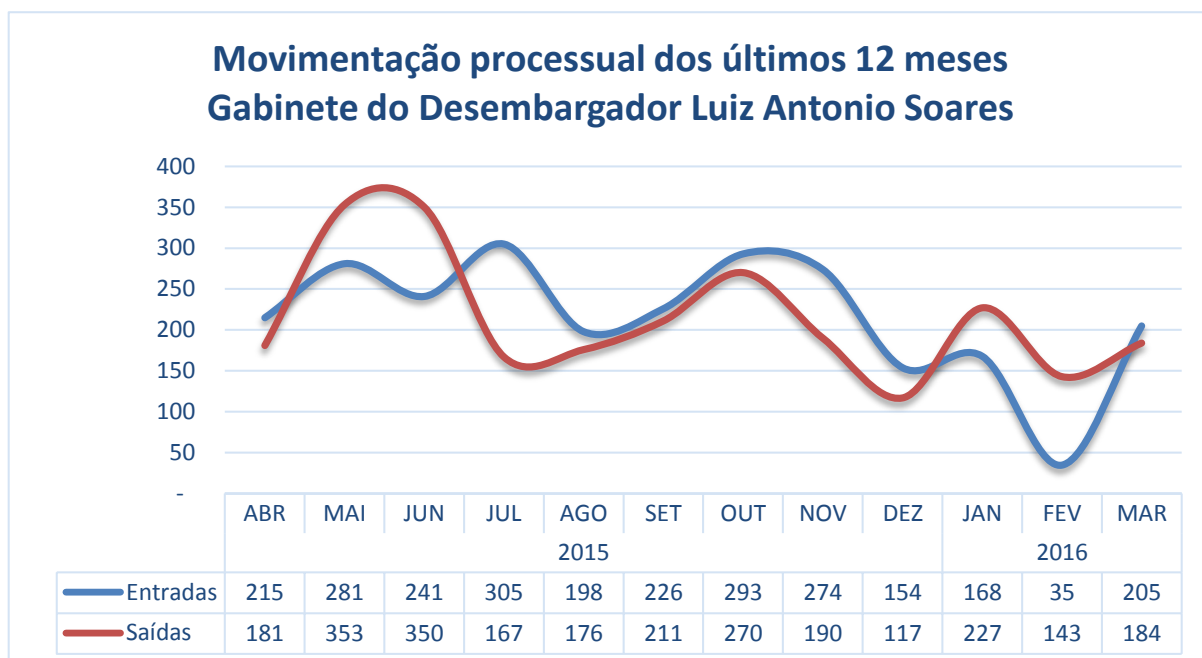
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.595 processos e saída de 2.569, resultando, assim, em ligeiro aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.985
Total de processos julgados em mesa	411
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	103
TOTAL	2.499
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	19%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.499 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.527; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 411 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 103 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 19%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	415
b. Agravo Legal/Regimental	23

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 415 embargos de declaração e 23 agravos legais/regimentais.

Existem 14 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela proferida há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	5
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 10 processos, representando 0,65% do acervo de conclusos na unidade, que é de 1.547.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo existente nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Luiz Antonio Soares

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	2	1	-
1997	2	-	1
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	1	1	1
2001	3	1	1
2002	5	4	3
2003	1	2	-
2004	5	2	-
2005	3	5	4
2006	8	8	-
2007	10	6	2
2008	10	5	3
2009	24	13	13
2010	41	30	11
2011	44	22	11
2012	135	51	20
2013	904	184	59
2014	467	815	218
2015	-	288	939
2016	-	-	261
Total	1.665	1.438	1.547

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de conclusos em março/2014 era de 1.665 processos; atualmente, há 1.547 feitos conclusos. No acervo de conclusos em março de 2016, é sensível a diminuição dos processos distribuídos antes de 2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2014, o que se revela como um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e, de regra, julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha, em sua maior parte, com processos distribuídos no ano 2015, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ (prioridade no julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa), em março de 2016 não havia processos distribuídos até 31/12/2014; quanto à Meta 6/2016 do CNJ (prioridade no julgamento de ações coletivas), em março de 2016 o acervo de distribuídos até 2012 era de 1 processo.

Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente do número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	50
Recebidos para declaração de voto	8
Recebidos para lavratura de acórdão	63
Outras situações	73
TOTAL	194

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Há 58 feitos que aguardam voto-vista e 8 declaração de voto. Neste universo não há processos aguardando providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	6
TOTAL	6

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências existentes em 31/3/2016, na unidade inspecionada, em relação a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, para voto-vista ou para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 50 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 27 são físicos e 23 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e continham os registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de 2 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2015.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foi identificado 1 processo remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual, n. 00018244520134020000, que foi incluído na pauta de 17/11/2015, tendo seu julgamento adiado por indicação do relator. Não há registro de novas movimentações.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) realizar, com brevidade, a lavratura de acórdão: 201450010035390;

b) julgar, com prioridade, os embargos de declaração: 00008000720104025102 e 00011483720104025001.

c) regularizar para despacho/decisão:

00002144220124025120	00023022720004025103	00034214020114025102
00053988120104020000	00077630620134020000	00084741620104020000
00099900820094020000	00099927520094020000	00099936020094020000
00132138120004020000	00223246820074025101	00227983420104025101
00231586620104025101		

d) tomar, no prazo mais expedito possível, as providências necessárias para o devido andamento ou julgamento:

00010061920114025156	00014382020084025002	00014390520084025002
00014408720084025002	00014417220084025002	00014425720084025002
00024322820114025104	00056143120114025101	00062702220104025101
00143660220054025101	00177097920004025101	00229991719964025101
00234920820074025101	00302664420134025101	01023499820144020000
01024478320144020000	01067284220134025101	01077386420144020000
05001203120114025101	05018756620064025101	05115589320074025101

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação de regra célere do acervo em geral, havendo apenas problemas pontuais (por exemplo, em relação a prazos para prolação de alguns despachos/decisões, para apreciação de alguns embargos de declaração e, num caso

específico, para a lavratura de acórdão) exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida para regularizá-los.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo digno de nota.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Inicialmente, embora se trate de matéria que, a rigor, se insere no âmbito da Secretaria de Atividades Judiciárias, cabe fazer o registro de uma questão que produz reflexos nas rotinas de trabalho do Gabinete.

É que o sistema de processo eletrônico utilizado no Tribunal, chamado de Apolo, é diverso daquele utilizado, por exemplo, no TRF1 (PJe), no TRF5 (PJe) e no TRF4 (eProc).

Ademais, o acervo de processos em trâmite na unidade inspecionada abrange processos físicos, virtuais e híbridos.

Feito esse registro inicial, prossegue-se quanto às demais constatações.

A triagem inicial dos processos é feita por um servidor, que não atua na área-fim, o qual realiza uma primeira separação dos feitos por natureza e data de distribuição.

Após a triagem inicial, os processos são repassados ao assessor, que os distribui aos servidores, observando os critérios de antiguidade dos feitos e de especialização por matéria de alguns servidores, embora estes últimos também atuem na elaboração de minutas de votos e de decisões relativas a matérias diversas daquelas nas quais são especializados.

Processos com prioridade legal ou incluídos em meta do CNJ têm tratamento específico, sendo o controle desse acervo feito pelo chefe de gabinete, a partir dos dados do portal estatístico do Tribunal.

De regra, os feitos adiados e os pendentes de julgamento em mesa têm prioridade e, dentro do possível, são desde logo levados a julgamento.

A maior parte do acervo do Gabinete é relativa ao ano de 2015.

As metas individuais de trabalho são estipuladas pelo Desembargador, de acordo com a função de cada servidor e a natureza dos processos sob sua atribuição.

O planejamento e a avaliação periódica de atividades são feitos em conjunto pelo chefe de gabinete e pelos assessores.

A gestão do pessoal é feita pelo chefe de gabinete e pelo próprio Desembargador.

Os recursos materiais do Gabinete são considerados suficientes para o desempenho de suas atividades.

Os advogados são atendidos pelo servidor incumbido do atendimento das demandas de balcão. Quando solicitado, o Desembargador os recebe.

O acompanhamento das recomendações das inspeções é feito em conjunto pela chefia de gabinete e pela assessoria do Desembargador.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

Embora o desempenho do Gabinete esteja próximo de uma situação ideal, foram apuradas, em resumo, as seguintes situações dignas de nota:

- excessos de prazo para a prolação de certos despachos;
- atrasos pontuais na apreciação de embargos de declaração;
- atraso na lavratura de um acórdão;
- detecção de dois processos sem movimentação, desde sua distribuição, em 2015;
- existência de processos conclusos para julgamento há mais de um ano.

6) RECOMENDAÇÕES:

Como decorrência da análise feita na amostragem que constituiu objeto da inspeção, recomenda-se:

- a) priorizar o julgamento dos processos nos quais foi proferida, há mais de 90 dias, decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela;
- b) rever o sistema de triagem e de análise de petições, de modo a agilizar a prolação dos despachos/decisões pertinentes, e a permitir a regularidade no andamento dos processos;
- c) atender às recomendações específicas relativas aos processos inspecionados, tendo suas tramitações atentamente acompanhadas; e
- d) Cumprir as recomendações do item 3.

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL LETICIA DE SANTIS MELLO

Especialidade: DIREITO TRIBUTÁRIO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1 Identificação: Desembargadora Federal LETÍCIA DE SANTIS MELLO.

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, 4ª Turma, 2ª Seção Especializada, Conselho de Administração.

1.3. Tempo de atuação no acervo: 4/4/2014.

A Desembargadora atua neste Gabinete desde 4 de abril de 2014, quando tomou posse no Tribunal, não tendo requerido remoções internas.

No período da inspeção, a Magistrada se encontrava em período de férias. A equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Juiz Federal Mauro Lopes, que a substituiu.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	13	4	0	0	4	21	13
Inspeção/2016	14	4	0	0	6	24	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliar a mais. Houve incremento de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	7.526
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	7.295
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	5.087
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	5.614
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

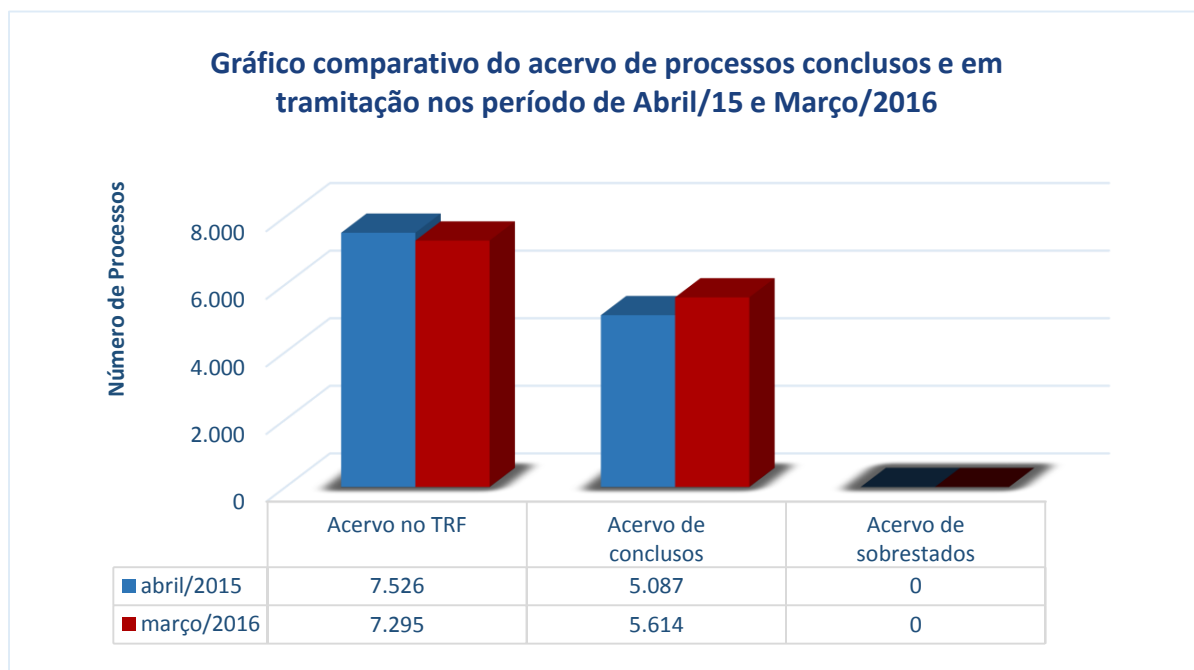
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 527 e o de sobrestados não se alterou.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 5.614 processos conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividades-fim, resultou em 374,26 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 231 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.597
Total de Processos (saídas)**	2.385
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	212
Processos distribuídos	2.499

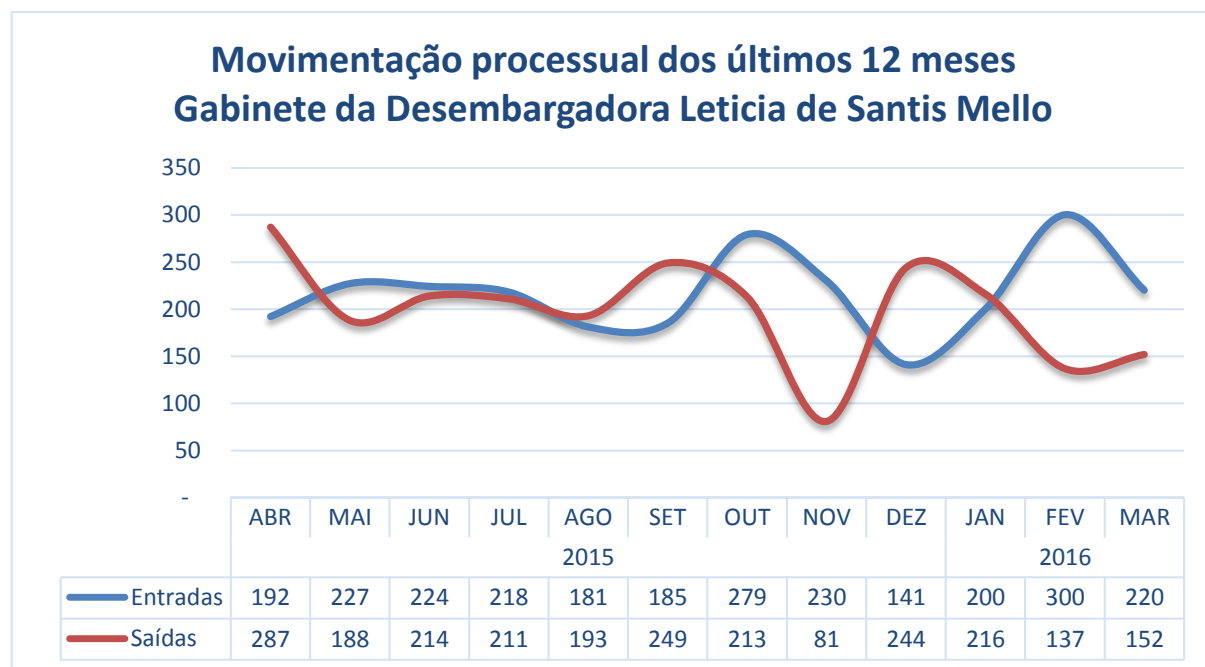
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.597 e saída de 2.385 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando ao do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a processos “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.468
Total de processos julgados em mesa	319
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	451
TOTAL	2.238
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	14%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.238 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.499; ou seja, o número de processos julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 319 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 451 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 14%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	592
b. Agravo Legal/Regimental	229

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 592 embargos de declaração e 229 agravos legais/regimentais.

Existem 25 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela proferidas há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	3
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	3
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	10
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	10
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	344
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	341
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	352
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 1.063 processos, representando 18,93% do acervo de processos conclusos na unidade, de 5.614 processos.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete da Desembargadora Letícia de Santis Mello

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	1
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	1	1	-
1993	1	-	1
1994	-	1	1
1995	-	3	2
1996	1	5	4
1997	1	3	3
1998	1	2	-
1999	1	3	3
2000	4	15	10
2001	11	16	14
2002	27	44	28
2003	39	59	38
2004	87	44	29
2005	149	52	30
2006	191	66	46
2007	283	62	44
2008	365	67	40
2009	412	57	36
2010	507	479	401
2011	560	520	412
2012	579	534	418
2013	927	890	714
2014	344	1.836	1.289
2015	-	328	1.510
2016	-	-	540
Total	4.491	5.087	5.614

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados, com alguma prioridade para os primeiros. O acervo de conclusos em março/2014 era de 4.491 processos; atualmente, há 5.614 feitos conclusos. No acervo de conclusos em março de 2014, havia 4.147 feitos distribuídos antes de 2014; no acervo de conclusos em março de 2015, havia 2.923 feitos distribuídos antes de 2014; no acervo de conclusos em março de 2016, há 2.275 processos distribuídos antes de 2014. No acervo de conclusos em março de 2016, há alguma redução dos processos distribuídos antes de 2015. Embora a maior parte do acervo existente em 31/3/2016 seja dos anos

de 2014 e 2015, resta ainda um número considerável de feitos anteriores ao ano de 2014 (2.275), o que deve ser enfrentado.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e, em geral, mas nem sempre, são julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com 3.339 processos distribuídos em 2014, 2015 e 2016, e com 2.275 distribuídos antes de 2014.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ (prioridade no julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa), em março de 2016 não havia processos distribuídos até 31/12/2014; quanto à Meta 6/2016 do CNJ (prioridade no julgamento de ações coletivas), em março de 2016 havia somente 1 processo distribuído até 2012. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente do número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	6
TOTAL	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processo do gabinete liberados para revisão, bem como que inexistente feito aguardando a prolação de voto-vista ou declaração de voto.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	63
Recebidos para declaração de voto	10
Recebidos para lavratura de acórdão	66
Outras situações	94
TOTAL	233

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, 63 processos para prolação de voto-vista, 10 para declaração de voto e de 66 processos para lavratura de

acórdão. Nesse conjunto, que totaliza 139 processos. Há 125 feitos sem movimentação há mais de 30 dias, recomendando-se sua movimentação em 60 dias. São eles:

VOTO-VISTA		
05307648820104025101	05021677520114025101	05000833820104025101
01375273420144025101	01123264020144025101	01123117120144025101
01097638220144025001	01045367920144020000	01015912220144020000
01005701120144020000	00464033820124025101	00456135420124025101
00452125520124025101	00254331720124025101	00214073920134025101
00124932920124025001	00099224720104025101	00069751520134025101
00056812520134025101	00052693120124025101	00047468220134025101
00029967920124025101	00011110220154020000	00008416620134025102
00007194520124025116	00002319720104025104	00000094520134025001
201402010024925	200651015226803	201202010185663
200951010023320	201151060002057	201051060007233
201302010168414	201402010072117	201002010180292
200951040027285	200551015105709	199951010656667
200651015087104	199702010011104	200051010042580
200851060012106	201051015023208	200650010101765
200951060000250	201151010128148	201302010168098
201402010023313	201051020035345	200951010111439
200751020018658	201102010021560	200851010280968
201102010030997	200851010283430	200751040038067
201102010030948		

DECLARAÇÃO DE VOTO		
05046074420114025101	04024102219994025104	01013435620144020000
00135856220144025101	00044397420124025001	00032424720154020000
00010460720154020000	201202010049251	200951010220745
201202010148721		

LAVRATURA DE ACÓRDÃO		
05027501220014025101	01680199120144025106	01666801220144025102
01369633220134025120	01326118820134025101	01087049320134025001

01084658020134025101	01083758120134025001	01075004520144020000
01071834720144020000	01052423120134025001	01051638320144020000
01044856820144020000	01042275820144020000	01042059720144020000
01041245120144020000	01034253820144025116	01022846320134025101
01013400420144020000	01008992320144020000	01002791120144020000
00481874520154025101	00191694720134025101	00165926720114025101
00157172920134025101	00139099220154020000	00106967820154020000
00072595720124025101	00067428120144025101	00059766220134025101
00053164320144025001	00043362920104025101	00038385620124025102
00036131120154020000	00028777420054025001	00027734920104025117
00025181220144025001	00022506320124025118	00014036320084025001
00013228620144025104	00011768820134025101	00006614720134025006
00005702320144025102	198351015165794	200851010202593
200851100028570	201051100051173	201402010031139
201151010066532	201251010026484	200751010083897
200951120005439	200151015322028	200751015145420
201251010089111	200951010284875	200851100021680
201102010133579		

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 97 processos selecionados para inspeção, sendo 72 físicos e 25 eletrônicos, 96 foram diretamente inspecionados.

Os autos físicos, localizados na unidade inspecionada, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

O processo físico que tramitava em unidade externa e que não estava disponível na unidade foi inspecionado com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de 7 processos sem movimentação desde sua distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2014. São eles:

01006836220144020000	01006844720144020000	01006861720144020000
01016259420144020000	01022846320134025101	01024817820144025102
01149361520134025101		

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foi identificado um processo remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual: 00283435620084025101

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) a lavratura dos acórdãos:

00021689520084025110	00031137620144020000	00089111220124025101
00605965820124025101	01002791120144020000	01008992320144020000
01051638320144020000		

b) a lavratura dos votos-vista, dos votos-vencidos ou dos votos divergentes:

00010964320144029999	00011104719974020000	00021568020114020000
00026928620144020000	00030999720114020000	00059336820144020000
00168412420134020000	00225628220104025101	00283435620084025101
00409852220124025101	00449951220124025101	05105704320054025101

c) a tomada das providências cabíveis (reconsideração da decisão agravada ou inclusão do agravo legal em mesa, para julgamento):

00001740520074025001	00030396520024025101	00101103302007402000
00124670320044025101	00698132520004020000	

d) a apreciação do pedido de concessão do efeito colimado pela parte agravante, cujo exame está pendente desde 5/5/2014, no agravo de instrumento: 000523881720144020000;

e) a apreciação dos embargos de declaração pendentes de julgamento (alguns deles desde 2008), interpostos de acórdãos proferidos:

00001766120014025105	00002736120014025105	00005836520044025104
00019177019954025001	00024760220014025103	00062473920044029999
00097716220024025101	00110160720104020000	00111365420024025101
00115609120054025101	00117701620034025101	00121828920014020000
00129037520004020000	00135941520004025101	00143846220014025101

00191814720024025101	00254244120014025101	00334645220024020000
00334653720024020000	00524355620004020000	05096602120024025101

f) a apreciação das petições, ainda pendentes: 00108230720014020000, 00222653320024020000 e 00245360920004025101.

g) o encaminhamento devido (julgamento ou outra medida porventura cabível) dos processos sem movimentação há mais de 2 anos:

00011104719974020000	00036120620024025101	00055955919964025001
00057591919994025001	00078681120104025101	00081499319984025001
00093635620114025101	00132899020094020000	00158043520134029999
00185262819974020000	00251859020084025101	00325881019964020000
00428793320124025101	00471293820024020000	00655366320004020000
00002395720134025108	00011236920114025104	00015345520104025102
00018660620124025117	00021033120134020000	00075915320004025001
00103419620124025101	00131357520074025001	00144401220124025101
00154434220134020000	00165944320134020000	00166516120134020000
00229187220134025101	01000167620144020000	01022695720144025102
05269371120064025101	05353577820014025101	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que, no geral, a tramitação do acervo de processos não é suficientemente célere, e que muitos dos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há bastante tempo. Faz-se necessária, portanto, a adoção de plano de trabalho ou de estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e à melhora de seu perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade demanda atenção, em face do crescimento contínuo do acervo de processos, tornando necessária a adoção de medidas para reduzi-lo, assim como para reduzir o tempo médio de tramitação de processos na unidade.

Anote-se que, consoante informações colhidas junto aos assessores e à chefia de gabinete, o crescimento do acervo de processos e as características de seu perfil decorrem, em parte, da anulação, pelos tribunais superiores, de uma quantidade expressiva de julgamentos realizados ainda antes da posse da atual titular do Gabinete. Decorre, também, de tarefas inadiáveis, ligadas especificamente a dois processos disciplinares relativos a fatos graves, que demandaram trabalhos extraordinários, por parte da relatora.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Inicialmente, embora se trate de matéria que, a rigor, se insere no âmbito da Secretaria de Atividades Judiciárias, cabe fazer o registro de uma questão que produz reflexos nas rotinas de trabalho do Gabinete.

É que o sistema de processo eletrônico utilizado no Tribunal, chamado de Apolo, é diverso daquele utilizado, por exemplo, no TRF1 (PJe), no TRF5 (PJe) e no TRF4 (eProc).

Ademais, o acervo de processos em trâmite na unidade inspecionada abrange processos físicos, virtuais e híbridos.

Feito esse registro inicial, prossegue-se quanto às demais constatações.

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, destacam-se:

a) o sistema de triagem inicial de processos que ingressam no gabinete é adequadamente feito por um servidor habilitado;

b) o sistema de classificação e de separação dos processos físicos em armários, por tema e segundo sua antiguidade;

c) o sistema de classificação, temática e por antiguidade, dos processos virtuais, os quais são localizados na área de trabalho virtual;

d) o tratamento específico dado aos processos contemplados por prioridades legais, assim como, em parte, aos processos incluídos nas metas do CNJ;

e) a fixação periódica das metas de trabalho da unidade, que é coordenada pela própria Magistrada e conta com a participação dos servidores da assessoria;

f) a implantação do regime de teletrabalho, de acordo com as regras estabelecidas pelo Tribunal.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

Como resultado da visita *in loco* à unidade inspecionada e das entrevistas realizadas com os assessores e chefes de gabinete, verifica-se que:

a) a triagem de processos distribuídos ao gabinete, que é feita por servidor que possui a bagagem necessária para realizá-la, é de boa qualidade; em termos de organização processual, não foram identificados aspectos dignos de nota;

b) o acervo de processos pendentes de julgamento é grande; em que pese as boas práticas atualmente adotadas pelo gabinete, a redução desse montante demanda medidas que propiciem o incremento da produção e da produtividade;

c) atualmente, o esforço da equipe é concentrado em duas áreas específicas: a elaboração de minutas para o julgamento dos processos mais antigos e trabalhosos, que é feita pelos próprios assessores; e a elaboração de minutas para o julgamento de processos mais recentes, feita pelos demais servidores;

d) os servidores e estagiários que atuam no gabinete são especializados por matéria: processos de execução fiscal (dois servidores e cinco estagiários, coordenados por uma assessora), agravos de instrumento (dois servidores e um estagiário) e feitos diversos (demais servidores);

e) as políticas antes mencionadas carecem de alguns ajustes, por não se terem mostrado suficientes para estancar o crescimento gradativo do acervo, tampouco para alterar satisfatoriamente seu perfil;

f) a exemplo das demais unidades do Tribunal, o gabinete enfrenta as injunções decorrentes da necessidade de aprimoramento do sistema de estatísticas.

6) RECOMENDAÇÕES:

Como decorrência da análise feita na amostragem que constituiu objeto da inspeção, recomenda-se:

a) elaborar um plano para a redução efetiva do acervo que, para além da simples busca de novos perfis estatísticos, busque o aprimoramento da gestão dos trabalhos do gabinete. Esse projeto deve:

- incluir a troca de experiências com outros tribunais;
- abranger a participação de servidores em cursos de capacitação profissional;
- ter como um de seus focos a motivação de toda a equipe no sentido de aumentar suas metas coletivas e individuais de produção e de produtividade;
- aprimorar os graus de especialização dos servidores, dentro de cada área, de modo a permitir o fluxo mais tranquilo dos feitos relativos a matérias repetitivas;

b) ampliar o grau de enfrentamento das pendências mais antigas e de maior complexidade, para que o acervo do gabinete gradativamente se torne mais recente e menos complexo;

c) ajustar fino no sistema de triagem, para que ele permita a separação dos processos que envolvem, exclusivamente, a discussão de matérias de direito, cuja inclusão em pauta para julgamento, amiúde, pode ser efetuada mais rapidamente;

d) promover o julgamento dos processos contendo agravos legais/regimentais com conclusão superior a 90 dias;

e) regularizar as pendências atualmente existentes, relativas a julgamentos de embargos de declaração e à prolação de votos e de declarações de votos, observando-se, doravante, os prazos fixados na legislação processual civil;

f) revisar as rotinas processuais, para a eliminação daquelas que não forem aplicáveis, como, exemplificativamente, a abertura de vista dos autos ao Ministério Público Federal, quando isto não é necessário

g) priorizar a regularização dos processos que, incluídos na amostragem, constituíram objeto de recomendações específicas, a eles pertinentes, bem como velando para que questões semelhantes, uma vez detectadas, sejam desde logo resolvidas.

h) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal MARCELLO GRANADO.
- 1.2. Órgãos de atuação:** 5ª Turma Especializada, 3ª Seção Especializada, Órgão Especial e Plenário.
- 1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 7 de janeiro de 2016, conforme Ato n. TRF2-ATP-2015/00659, de 7 de dezembro de 2015.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Houve, contudo, sucessivas convocações do Dr. Marcello Granado para atuação no Tribunal, na qualidade de Juiz Federal Convocado, até 11/12/2014, com prejuízo da jurisdição na 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, da qual era Titular, a seguir detalhadas:

1ª Turma Especializada: 1) 7/2/2011 a 7/4/2011, férias Dra. Maria Helena Cisne; 2) 8/4/2011 a 7/6/2011, férias Dr. Paulo Espírito Santo; 3) 4/7/2011 a 6/7/2011, férias Dr. Abel Gomes; 4) 19/10/2011 a 17/11/2011, férias Dr. Paulo Espírito Santo; 5) 9/1/2012 a 7/2/2012, 7/1/2013 a 5/2/2013, férias Dr. Abel Gomes; 6) 2/5/2013 a 31/5/2013, férias Dr. Paulo Espírito Santo; 7) 1/7/2013 a 30/7/2013, férias Dr. Abel Gomes; 8) 2/9/2013 a 1/10/2013, férias Dr. Paulo Espírito Santo; 9) 7/1/2014 a 5/2/2014, férias Dr. Abel Gomes;

2ª Turma Especializada: 1) 8/6/2011 a 28/7/2011, férias Dra. Nizete Lobato; 2) 18/6/2012 a 26/6/2012, Licença para Tratamento de Saúde Dra. Nizete Lobato; 3) 27/6/2012 a 12/7/2012, férias Dra. Nizete Lobato; 4) 6/10/2012 a 4/11/2012, afastamento Dra. Liliane Roriz;

8ª Turma Especializada: 1) 9/4/2014 a 4/5/2014, auxílio Dra. Maria Helena Cisne; 2) 5/5/2014 até 30/6/2014 - como Juiz Federal Convocado/Gabinete Dra. Maria Helena (aposentadoria);

3ª Turma Especializada: 1) 1/7/2014 (em razão de remanejamento do acervo) a 11/12/2014 - como Juiz Federal Convocado; 2) 12/12/2014 (posse como Desembargador) a 6/1/2016; 5ª Turma Especializada: a partir de 7/1/2016 (em razão de remanejamento do acervo).

Há juízes federais em auxílio ao gabinete, convocados pelo Ato n. TRF2-ATP-2015/00379 de 15 de dezembro de 2015, até 19 de dezembro de 2016.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	1	0	0	4	22	16
Inspeção/2016	15	2	0	0	2	19	12

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos. Houve redução de 4 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	6.335
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	2.441
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	4.062
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1.699
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

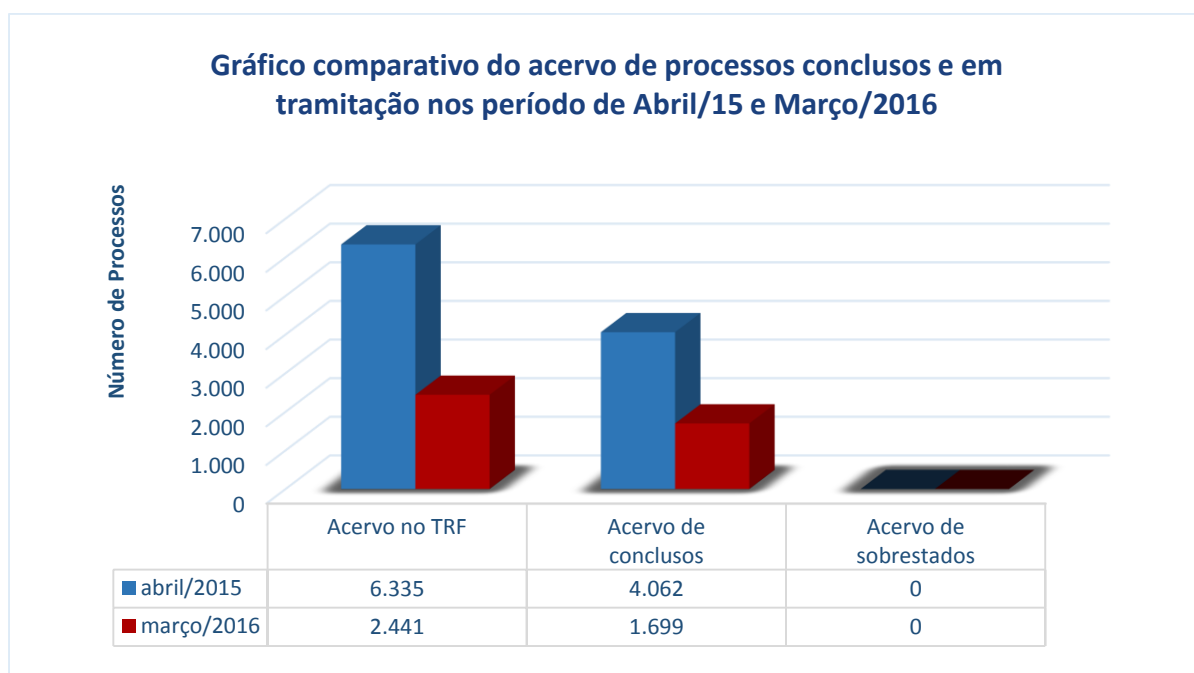
Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 2.363 e o número de sobrestados manteve-se em zero.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 3.894 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.250
Total de Processos (saídas)**	3.507
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	-1.257
Processos distribuídos	2.072

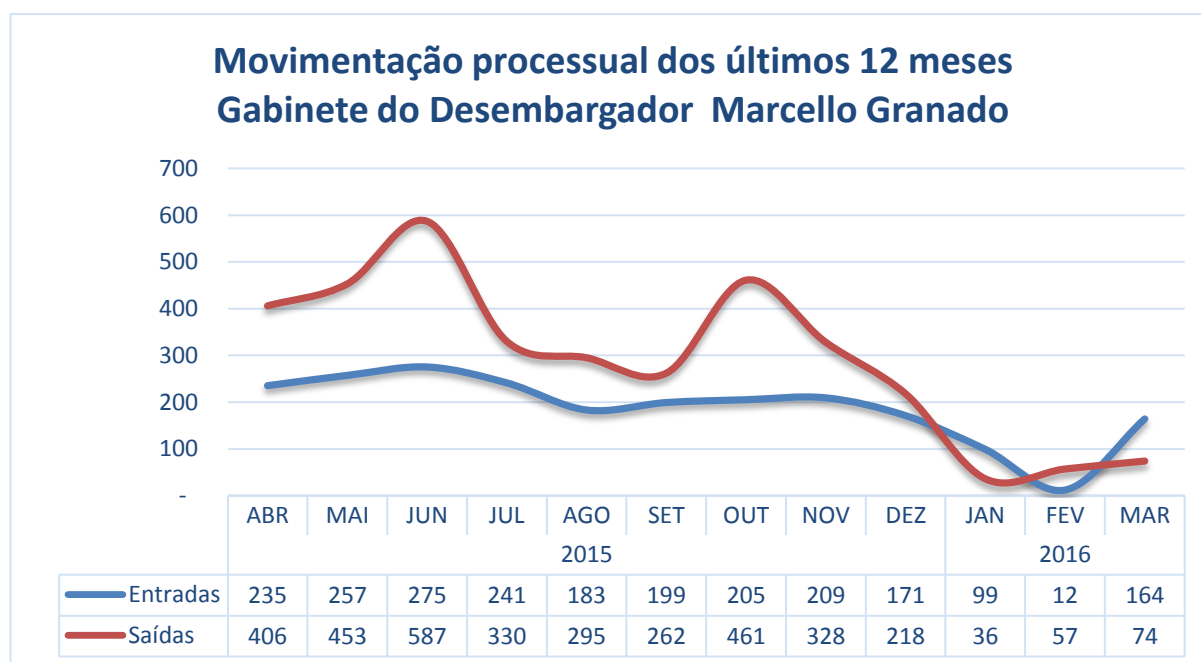
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.250 e saída de 3.507 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	2.387
Total de processos julgados em mesa	353
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	629
TOTAL	3.369
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	33%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 3.369 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.072; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 353 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 629 decisões monocráticas terminativas cujo grau de recorribilidade foi identificado em 33%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	65
b. Agravo Legal/Regimental	21

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 65 embargos de declaração e 21 agravos legais/regimentais.

Existem 2 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	2
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	47
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	77
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	77
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	13
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	42

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 206 processos, representando 12,12% do acervo de processos conclusos na unidade 1.699.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos de 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Marcello Granado

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	1	-
1997	-	-	-
1998	1	-	-
1999	-	-	-
2000	-	2	-
2001	-	-	-
2002	1	9	-
2003	-	3	2
2004	-	2	2
2005	2	1	1
2006	-	3	1
2007	3	2	6
2008	4	8	6
2009	7	7	8
2010	11	319	52
2011	11	394	80
2012	155	391	83
2013	1.038	977	130
2014	189	1.527	325
2015	-	416	865
2016	-	-	138
Total	1.422	4.062	1.699

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 1.422; atualmente, há 1.699. Houve diminuição dos feitos conclusos até 2012. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e julgados, na medida do possível, por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos a partir do ano de 2003, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, havia 13 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram em 42. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, devem ser envidados esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	18
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	79
TOTAL	99

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão e nem para declaração de voto. Há 18 feitos que aguardam voto-vista. Neste universo há 7 processos que aguardam voto-vista há mais de 30 dias: (01066999820134025001, 00190295720064025101, 00190287220064025101, 00315059320074025101, 00155533020144025101, 00250426720094025101 e 00125638120054025101), configurando pendência externa a ser cobrada.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	19
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	6
TOTAL	25

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que inexistem processos conclusos para revisão ou para declaração de voto, mas há 19 para voto-vista. Nessas situações há 2 processos que aguardam voto-vista há mais de 30 dias (00077226820154020000 e 00030265120114025101), recomendando-se a movimentação em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que alguns servidores da unidade participaram de cursos presenciais sobre o novo CPC. Outros fizeram curso on-line, enquanto outros leram livros e matérias sobre o assunto. Sendo assim, para nivelar o conhecimento, foram realizadas 2 reuniões por semana com a equipe para discutir as alterações do novo CPC que mais impactam o processamento dos feitos em segundo grau (ex.: mudanças relativas aos recursos). Além disso, os servidores compraram livros com comparativo entre o CPC-

1973 e o CPC-2015 e de doutrina (de autores que estão se destacando no assunto), tendo em conta que, em razão da restrição orçamentária deste Tribunal, apenas 1 livro foi disponibilizado para o Gabinete. O Desembargador Marcello Granado também vem esclarecendo dúvidas e orientando acerca de como se proceder em situações específicas, como por exemplo, honorários. Vários procedimentos tiveram que ser alterados em decorrência do novo CPC, tais como a necessidade de realização da admissibilidade de recurso em segundo grau, a necessidade de intimação do agravado quando interposto agravo interno, necessidade de inclusão de agravo interno em pauta ordinária (em vez de mesa), necessidade de enfrentamento de todas as teses levantadas pelas partes etc.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 46 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 1 é físico e 45 são eletrônicos. O feito físico localizado na unidade estava identificado e com registro processual pertinente.

Não havia processos tramitando em unidades externas, nem fisicamente indisponíveis.

A amostragem revelou a existência de 31 processos sem movimentação desde a atribuição ao Relator, remontando a distribuição do mais antigo ao ano de 17/2/2011.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não há processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) Publicar o acórdão/decisão em 10 dias: 00083525520124025101 e 01017566920144020000.
- b) Apreciar a petição apresentada em janeiro de 2015 (fl. 248) no prazo de 20 dias: 00411559120124025101.
- c) Regularizar a situação no prazo de 10 dias, mediante envio dos autos ao órgão correto: 00432205920124025101, 00338537420134025101 e 00487487420124025101.

d) Priorizar, buscando julgar em 60 dias:

01034281520144020000 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, trata-se de agravo de instrumento que tramita no Tribunal há mais de um ano.
01050044320144020000 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, trata-se de agravo de instrumento que tramita no Tribunal há mais de um ano.
00112649320104025101 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, trata-se de processo que tramita no Tribunal há cerca de dois anos.
00114552320074020000 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, trata-se de agravo interno que tramita no Tribunal há mais de dois anos.

e) Priorizar, buscando, na medida do possível, julgar em 90 dias:

29603020094025105 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2011.
0001080910720144020000 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, trata-se de agravo de instrumento que tramita no Tribunal há mais de um ano.
00001991320104025001 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2011.
00003382320104025111 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/01/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2013.
00004992620114025102 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2011.
00009726020124025107 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2013.
00010546120124025117 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2013.
00016233320104025117 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2012.

00220024320104025101 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2014.
00023833420134025001 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de remessa oficial que tramita no Tribunal desde 2014.
00025062320134025101 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, trata-se de processo que tramita no Tribunal há mais de dois anos.
00026683220104025001 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2012.
00393942520124025101 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, trata-se de processo que tramita no Tribunal há cerca de dois anos.
00030516120114025102 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2012.
00080567620114025001 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, trata-se de remessa oficial que tramita no Tribunal desde 2012.
00122868920104025101 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo distribuído inicialmente em 17/02/2011, tendo havido anulação e retorno à Corte em 19/11/2014.
00203456620104025101 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2012.
00168221220114025101 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2012.
01004403820144025006 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de remessa oficial que tramita desde 2014.
00205352920104025101 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de remessa oficial que tramita no Tribunal desde 2012.
05119482420114025101 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2013.
00049452720014025101 - julgar processo em 90 dias. Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2012.
00000810320024025103 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2008.

00032459720074025103 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2012.

00007907720034025111 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2011.

00092079319964025101 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2011.

00161397820134020000 - Conquanto a atribuição ao relator tenha ocorrido somente em 7/1/2016, estando regular no gabinete, trata-se de processo que tramita no Tribunal desde 2013.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A triagem inicial de processos é feita pelo servidor do balcão, tanto no que se refere aos processos físicos como eletrônicos. Uma vez triados os processos, estes são classificados por matéria e data de autuação para fins de localização nos armários (processos físicos, que são organizados por matéria e antiguidade) ou em pastas por assunto (processos eletrônicos; quanto a estes, basta a separação por assunto, pois o próprio sistema os organiza segundo a data de autuação). Há armários específicos, por exemplo, para prioridade legal de idoso, Embargos infringentes, embargos à execução; mandados de segurança, agravos de instrumento, ações coletivas, processos para juízo de retratação, todos organizados de acordo com a antiguidade.

A equipe do Gabinete é formada por 18 servidores. A Assessora supervisiona as atividades administrativas, sob a orientação do Magistrado. Os agentes de segurança atendem exclusivamente ao Magistrado, não exercendo atividade referente ao processamento dos feitos. Há 3 servidores voltados para o recebimento e envio de processos, atendimento ao público, conferência dos resultados do julgamento, controle de material, elaboração de ofícios, controle de frequência e outras tarefas administrativas.

No que tange às atividades voltadas ao processamento dos feitos, há 3 servidores que trabalham na elaboração de minutas de despachos/decisões/votos em agravo de instrumento, sendo 1 deles focado em decisões referentes à antecipação de tutela ou

atribuição de efeito suspensivo. Há 1 servidor (Assessor) para elaboração de minutas em processos julgados pela 3ª Seção Especializada (ações rescisórias e embargos infringentes), além de mandados de segurança originários e processos para juízo de retratação. Há 2 servidores para elaborar as minutas relativas às ações coletivas e 2 servidores encarregados de minutas referentes às apelações/prioridade idoso. Os demais servidores são voltados à elaboração de minutas de despachos/decisões/votos em processos variados e elaboração de votos vista. O estagiário ajuda nos conflitos de competência e nos processos mais simples.

Relativamente ao tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, o Gabinete observa as matérias prioritárias e efetua o controle das metas do CNJ. A organização dos feitos nos armários é realizada de forma que as prioridades tenham preferência na tramitação, por exemplo, há local específico no gabinete para processos de prioridade idoso, agravos de instrumento, ações coletivas, ações rescisórias, embargos infringentes, como acima referido. E a distribuição dos feitos entre os servidores respeita a ordem de prioridade, de urgência e de antiguidade (art. 12 do NCPC).

No que diz respeito à conciliação, o Gabinete faz uso, eventualmente, do Setor correspondente, a pedido das partes ou por determinação do próprio Desembargador, mas não é uma prática comum.

O Gabinete também observa a priorização de feitos adiados, retirados de pauta, pedidos de vista e pendentes de julgamento em mesa.

No acervo remanejado a este gabinete em janeiro/2016, foram priorizadas as minutas dos incidentes (embargos de declaração e agravo interno), as antecipações de tutela e os votos dos agravos de instrumento, bem como os processos das prioridades legais, como os idosos e as metas do CNJ.

Para fins de controle de prazo para julgamento de feitos, são utilizados as planilhas e gráficos do Portal de Estatísticas da 2ª Região. Nesse aspecto, os feitos são julgados por antiguidade, após as preferências legais. Há ainda arquivo para acompanhamento de processos, com pedido de vista pelo Desembargador.

Há fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores, as quais são estabelecidas de acordo com a matéria e com o grau de complexidade dos processos distribuídos a cada servidor.

A propósito, o Gabinete tem observado que a especialização (por exemplo, julgamento de ações coletivas, improbidades etc) aumenta o foco e a produtividade.

Há avaliação semanal da produtividade, baseada na quantidade de processos pautados, sendo que a produtividade mensal é controlada por meio do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

Em princípio, as metas individuais não são pré-fixadas por servidor, sendo o Gabinete avaliado como um todo ao final do mês.

Além das metas prioritárias estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e das prioridades legais, há outras metas de produtividade. Os processos pendentes de decisão, quanto a pedido de antecipação de tutela ou atribuição de efeito suspensivo, conforme informado, têm previsão para serem finalizados até 1/8/2016. Há meta, ainda, de levar a julgamento os processos com pedido de vista na sessão seguinte à data em que o processo foi disponibilizado ao gabinete. Da mesma forma ocorre para o julgamento de embargos de declaração.

A gestão de pessoal é feita pela Assessora. É elaborada uma planilha de férias na qual os servidores informam o período desejado. Os servidores entram em acordo quanto aos períodos mais requisitados, quais sejam: janeiro e julho, de forma a evitar que tenham muitos em férias na mesma época e, em especial, que saiam juntos os responsáveis pela mesma matéria. Essa sistemática tem sido bem aceita e funcionado bem.

Quanto aos recursos materiais, há uma servidora que faz os pedidos correspondentes e seu controle.

O atendimento a advogados pode ser feito pelo funcionário que atende o balcão (para questões mais simples), pela Assessora (questões mais complexas) ou pelo Magistrado. Nesta última hipótese, os advogados são recebidos prontamente nos casos de urgência, mas, sendo possível, é agendado um horário às quartas-feiras. Tal procedimento vem funcionando bem, tanto para o magistrado quanto para os advogados. As partes são atendidas pelo Desembargador, se acompanhadas de advogado ou caso atuem em causa própria. Quando o advogado deseja ter acesso aos autos que estão no gabinete, estes são encaminhados à Subsecretaria da Turma para que sejam realizados os procedimentos pertinentes, tais como: verificar a existência de procuração nos autos (quando necessário), certificar (quando necessário).

Também há acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, efetivado pela própria Assessora.

Finalmente, o Gabinete destacou as seguintes boas práticas:

- utilização constante do Portal de Estatística para controle da produtividade e elaboração do planejamento estratégico para determinado período;
- especialização de servidores por assunto, propiciando maior eficiência e efetividade na prestação jurisdicional;
- banco de dados disponível para todos os servidores do gabinete com modelos/padrões de decisões e votos já aprovados pelo Magistrado;
- realização de reuniões, que embora não tenham periodicidade definida, são usuais, para discussão e aprimoramento do trabalho dos servidores, troca de informações jurídicas e análise crítica dos resultados de produtividade;

- divulgação das informações também por e-mail aos servidores do gabinete, garantindo o nivelamento da equipe;
- triagem dos processos e arrumação dos armários de acordo com o assunto e antiguidade, para que as prioridades não se percam; e
- identificação de processos de assuntos similares, visando à redução do acervo processual do gabinete, mediante julgamento em bloco.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe apurou, dentre outras coisas, uma necessidade urgente de adoção de um processo eletrônico mais rápido e simples, que possa atender à demanda por celeridade e eficácia.

As informações apresentadas no sistema eletrônico atual têm uma apresentação truncada, além de inexistir atalho para consulta ao processo de origem, o que é muito importante, especialmente no caso de agravos de instrumento.

A existência de três frentes de trabalho (com processos físicos, eletrônicos e mistos/híbridos) sem dúvida acarreta uma demora no processamento dos feitos. Os processos mistos ou híbridos são trabalhados, de um lado, virtualmente e, de outro, manualmente, com inclusão de cópias do quanto produzido virtualmente, acarretando injustificado retrabalho.

Da mesma forma, é recomendável a priorização da lotação de servidores na área judicial, pois se constatou necessário o preenchimento da lotação do Gabinete, atividade-fim do Tribunal.

O recurso à conciliação também deveria ser incrementado. O acervo administrativo, que contempla demandas vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação, é um espaço propício para iniciativas desta natureza. Trata-se, evidentemente, de medida que depende também do setor específico, mas a Corte deveria priorizar a conciliação, com melhor estruturação do órgão responsável e, inclusive, com descentralização de atividades.

Embora o prédio do Tribunal seja antigo e apresente alguns problemas, o espaço do Gabinete apresenta-se amplo, iluminado e organizado. Há necessidade de providenciar mobiliário ergonômico, hábil ao cumprimento da carga horária.

O Gabinete, de maneira geral, está em boa situação, com fluxo processual normal, adequada organização e controle do estoque de processos.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Constatando-se que há 18 processos do Gabinete que aguardam voto vista de outros membros do Tribunal, sendo que 7 aguardam voto vista há mais de 30 dias (ver item 2 acima), e considerando o que dispõe o artigo 940 do CPC, recomenda-se acompanhamento, avaliando-se a necessidade de aplicação do § 1º do citado dispositivo.

b) Constatando-se que há 19 feitos que aguardam voto-vista no Gabinete, sendo que 2 aguardam providências há mais de 30 dias (ver item 2 acima), recomenda-se priorização, haja vista o disposto no artigo 940 do Código de Processo Civil.

c) Regularizar a situação dos processos relacionados no item 3 acima, em especial daqueles indicados nas alíneas *a*, *b*, *c* e *d*.

d) Informar em 60 dias sobre a existência de processos analisados na inspeção anterior e ainda não julgados, esclarecendo, se for o caso, as providências tomadas.

e) Envidar esforços para aperfeiçoar a gestão do acervo em geral (os processos especificamente inspecionados representam uma amostra do acervo do gabinete), com o objetivo de incrementar a redução do estoque, sempre priorizando, na medida do possível, os mais antigos.

f) Instituir uma forma de controle (para priorizar o julgamento) dos processos com pedido de liminar/tutela antecipada.

g) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO MENDES

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desemb. Federal ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

1.2. Órgãos de atuação: Quinta Turma Especializada, Terceira Seção Especializada, Conselho de Administração e Tribunal Pleno.

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde a posse no Tribunal em 12/9/2012.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	21	-	-	-	2	23	15
Inspeção/2016	19	-	-	-	2	21	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a menos. Houve redução de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	1.860
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	915
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	434
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	492
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

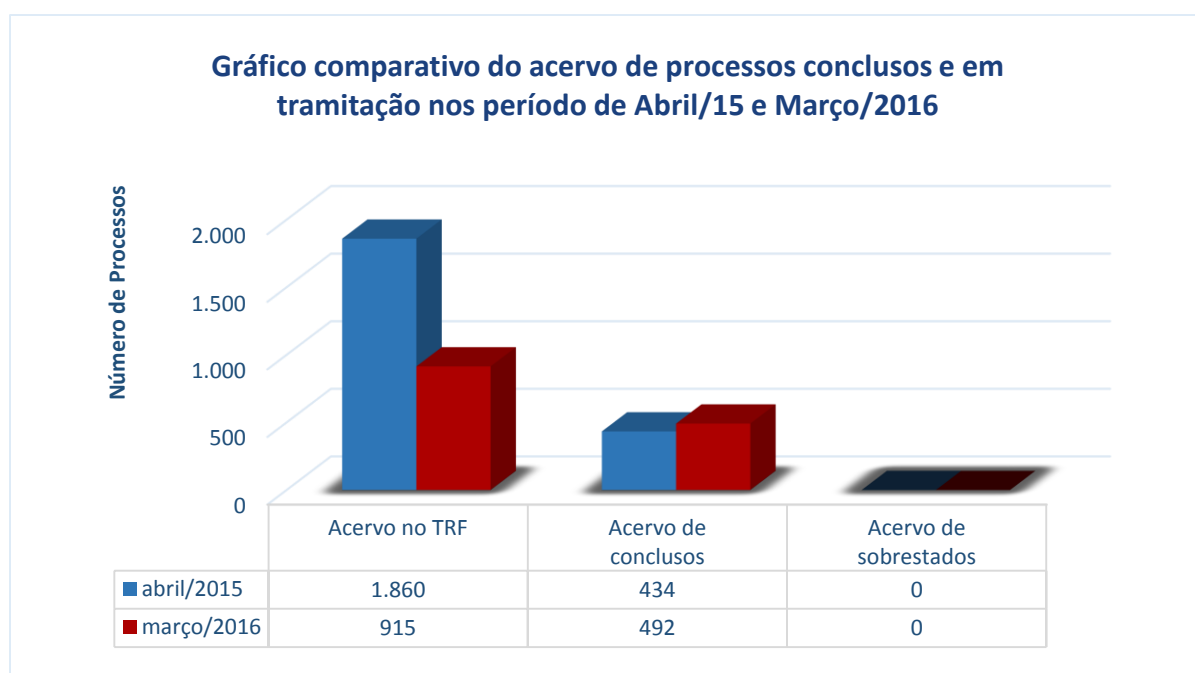
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 58 e o número de sobrestados permaneceu inalterado.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 492 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 35,14 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 945 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.251
Total de Processos (saídas)**	2.135
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	116
Processos distribuídos	2.084

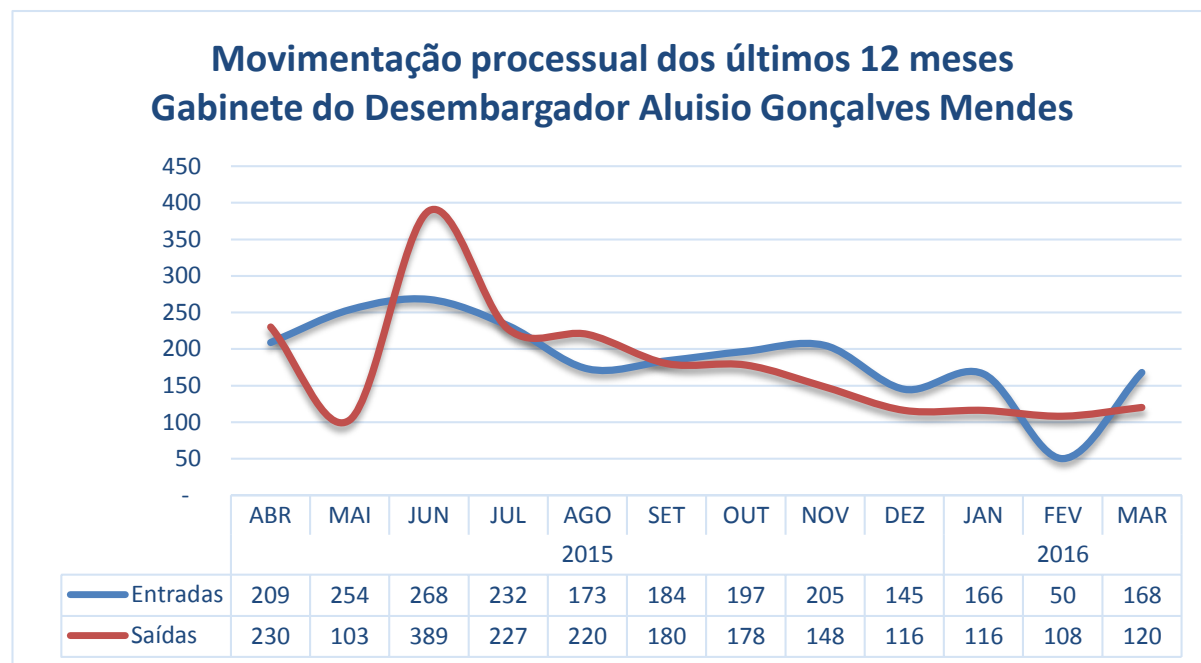
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.251 e saída de 2.135 processos, resultando, assim, em leve aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.889
Total de processos julgados em mesa	86
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	49
TOTAL	2.024
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	6%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.024 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.084; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 86 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 49 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 6%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	38
b. Agravo Legal/Regimental	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais eram levadas em mesa para julgamento, sendo que, a partir da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil (18/3/2016), passaram a ser incluídos em pauta. Existem pendentes de julgamento 38 embargos de declaração e 3 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	5
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	1
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 7 processos, representando 1,42% do acervo de processos conclusos na unidade (492).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos de 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Aluisio Gonçalves Mendes

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	1	-
2000	-	-	-
2001	1	-	-
2002	1	-	-
2003	1	1	-
2004	2	2	-
2005	-	-	-
2006	5	-	-
2007	4	-	1
2008	10	-	3
2009	37	-	1
2010	109	-	3
2011	117	1	2
2012	146	-	8
2013	381	2	6
2014	164	226	21
2015	-	201	299
2016	-	-	148
Total	978	434	492

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de conclusos em março/2014 era de 978; atualmente, há 492. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de março/2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2014, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2014, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, havia 1 processo distribuído até 31/12/2014 e apurado em março/2016; enquanto os da Meta 6/2016 eram 5. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, devem ser envidados esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	9
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	0
TOTAL	9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, não há processos conclusos para revisão ou para declaração de voto, e existem 9 processos para voto-vista. Nessas situações todos os 9 feitos estão sem andamento há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação:

201500000048842	201451011549138	201450010006110
201351130003870	201351130001598	201351010333233
201351010222757	201351010219527	200751030040223

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	19
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	0
TOTAL	20

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, havendo 19 que aguardam voto-vista e 1 para lavratura de acórdão. Neste universo há 13 feitos que aguardam providências há mais de 30 dias, e necessitam de movimentação:

01079574620134025001	01068202920134025001	01066999820134025001
01064643420134025001	00454628320154025101	00315059320074025101
00250426720094025101	00190295720064025101	00190287220064025101
00155533020144025101	00125638120054025101	00064872620144025101
00055566320154020000		

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 16 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 3 são físicos e 13 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não havia processos em trâmite em unidades externas ou fisicamente disponíveis.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se julgar em 60 dias os embargos declaratórios 00008223120114025102.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se controle adequado do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A partir da triagem do acervo, a equipe é dividida em grupos temáticos para a realização das atividades necessárias ao processamento e análise dos processos. As metas da unidade traduzem-se em manter uma produtividade maior do que o volume de processos distribuídos, visando ao cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, bem como a redução do acervo. São realizadas reuniões periódicas com a equipe, para avaliação dos aspectos quantitativos e qualitativos da produção, bem como para a implementação dos ajustes necessários.

O quadro de servidores está completo atualmente, tendo a unidade recebido 5 servidores do último concurso público, que apesar de ainda estarem em período de aprendizado, colaboram em muito para a manutenção do baixo acervo de processos. Todos os servidores ocupam cargo em comissão ou exercem função comissionada, além dos dois agentes de segurança, lotados no gabinete, que trabalham em escala de revezamento.

Relativamente à conciliação, como o acervo não é significativo, o Gabinete não faz uso do setor correspondente, o que ocorreu apenas no passado, com foco nos processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação.

Não há controle de prazo para julgamento de feitos, em razão do acervo ser baixo.

O controle do conteúdo e situação do acervo é realizado por meio do Portal de Estatísticas deste Tribunal, bem como com o uso de planilhas internas que verificam a situação do acervo e a quantidade de processos que se encontram sob a responsabilidade de cada servidor.

A ênfase é nas metas coletivas, que se resumem em produzir mais processos do que são distribuídos, com a média entre 250 e 300 feitos mensais.

Foi destacada a boa qualidade dos equipamentos de informática e do mobiliário, que são constantemente trocados e/ou reparados. O espaço físico do gabinete, apesar de satisfatório, é decorrente de realocação do setor de informática, o que ocasionou problemas iniciais quanto à presença de insetos (baratas), mas que já foram solucionados. Há previsão de mudança de localização do gabinete, mas sem data fixada.

As partes e advogados que chegam no gabinete são prontamente atendidos, sendo realizado o agendamento daqueles que fazem contato telefônico prévio, a fim de evitar qualquer colidência com compromissos previamente agendados. A consulta aos autos é feita na Subsecretaria da Turma, Seção ou Pleno, sendo os mesmos remetidos ao órgão respectivo, sempre que requerido pela parte interessada.

Como boa prática, o Gabinete destacou a alocação de 1 servidor para o processamento dos embargos declaratórios, que prontamente confecciona as minutas para julgamento, o que representa em torno de 95% dos casos. Os demais, por não serem repetitivos, são analisados pelos servidores que minutaram os respectivos acórdãos embargados.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe apurou, dentre outras coisas, uma necessidade urgente da adoção de um processo eletrônico mais rápido e simples, que possa atender à demanda por celeridade e eficácia.

As informações apresentadas no sistema eletrônico atual têm uma apresentação truncada, além de inexistir atalho para consulta ao processo de origem, o que é muito importante, especialmente no caso de agravos de instrumento.

A existência de três frentes de trabalho (com processos físicos, eletrônicos e mistos/híbridos) sem dúvida acarreta uma demora no processamento dos feitos. Os processos mistos ou híbridos são trabalhados de um lado virtualmente e, de outro, manualmente, com inclusão de cópias do quanto produzido virtualmente, acarretando injustificado retrabalho. As entrevistas, a propósito, indicaram problemas com os sistemas, com lentidão inclusive para assinatura de documentos.

Da mesma forma, recomendável a priorização da lotação de servidores na área judicial, pois se constatou necessário o preenchimento da lotação do Gabinete, atividade-fim do Tribunal. A propósito, o Desembargador, quando entrevistado, ressaltou a necessidade de incremento da força de trabalho, afirmando que a carência de pessoal, e bem assim, em especial, de servidores com formação jurídica, tem dificultado os trabalhos da unidade.

Embora o prédio do Tribunal seja antigo e apresente alguns problemas, o espaço do Gabinete apresenta-se amplo, iluminado e organizado. Há necessidade de providenciar mobiliário ergonômico, hábil ao cumprimento da carga horária.

O Gabinete, de maneira geral, está em situação muito boa, com fluxo processual normal, adequada organização e eficiente controle do estoque de processos.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Constatando-se que há 9 processos do Gabinete que aguardam voto-vista de outros membros do Tribunal, todos sem movimentação há mais de 30 dias (ver item 2 acima) e considerando o que dispõe o artigo 940 do CPC, recomenda-se acompanhamento, avaliando-se a necessidade de aplicação do § 1º do citado dispositivo.

b) Constatando-se que há 19 feitos que aguardam voto-vista no Gabinete e 1 que aguarda lavratura de acórdão, sendo que 13 processos aguardam providências há mais de 30 dias (ver item 2 acima), recomenda-se priorização, haja vista o disposto nos artigos 940, 943 e 944 do Código de Processo Civil.

c) Regularizar a situação dos embargos declaratórios opostos no processo 00008223120114025102, conforme explicitado no item 3 acima.

d) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO PERLINGEIRO

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. Identificação:** Desemb. Federal RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA.
- 1.2. Órgãos de atuação:** 5ª Turma Especializada em matéria administrativa, Plenário, 3ª Seção Especializada em matéria administrativa e Órgão Especial como suplente.
- 1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 2/7/2014

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas. Atuou como convocado anteriormente à promoção e passou a compor o quórum do Tribunal a partir de 5/8/2011 (Ato 429 da Presidência do Tribunal, de 5/8/2011), para atuar em auxílio ao Gabinete do Desembargador Sergio Feltrin Corrêa; e, a partir de 15/8/2011, em virtude do pedido de aposentadoria do referido magistrado. No período de março/2012 a 15/10/2012 integrou a 5ª Turma Especializada e a 3ª Seção Especializada (matéria administrativa). Tendo em vista redistribuição de acervo, nos termos do Ato T2-ATP-2012/00636, de 15/10/2012, integrou, de 16/10/2012 a 1/7/2014, a 3ª Turma Especializada e a 2ª Seção Especializada (matéria tributária). Em 12/9/2013 tomou posse como Desembargador Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Sérgio Feltrin, atuando inicialmente, como já esclarecido, na 3ª Turma, especializada em matéria tributária. A partir de 2/7/2014, data da publicação do Ato TRF2-ATP-2014/00268, passou a compor a 5ª Turma Especializada e a 3ª Seção Especializada.

- ACERVO ASSUMIDO EM AGOSTO/2011 NA 5ª TURMA E 3ª SEÇÃO (CONVOCAÇÃO - GAB. SÉRGIO FELTRIN): 4.595 (dados extraídos do Portal de Estatística do TRF-2R, referentes ao mês de setembro de 2011, após a redistribuição do acervo).

- ACERVO DEIXADO NA ORIGEM EM OUTUBRO/2012: 4.374 (dados extraídos do Portal de Estatística do TRF-2R, referentes ao mês de setembro de 2012, antes da redistribuição do acervo).

- ACERVO ASSUMIDO EM OUTUBRO/2012 NA 3ª TURMA E 2ª SEÇÃO: 4.158 (dados extraídos do Portal de Estatística do TRF-2R, referentes ao mês de novembro de 2012, após a redistribuição do acervo).

- ACERVO DEIXADO NA ORIGEM EM JULHO/2014: 8.519 (dados extraídos do Portal de Estatística do TRF-2R, referentes ao mês de junho de 2014; processos físicos e eletrônicos).

- ACERVO ASSUMIDO NA 5ª TURMA E 3ª SEÇÃO EM JULHO/2014: 4.521 (físicos e eletrônicos).

No período da inspeção, há juízes federais em auxílio ao gabinete (Resolução TRF2-ATP-2014/00014 de 22 de julho de 2014).

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	14	0	1	0	0	15	13
Inspeção/2016	13	1	1	0	04	19	12

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 4 auxiliares a mais. Houve redução de um servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	5.453
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	4.664
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	3.948
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	4.091
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

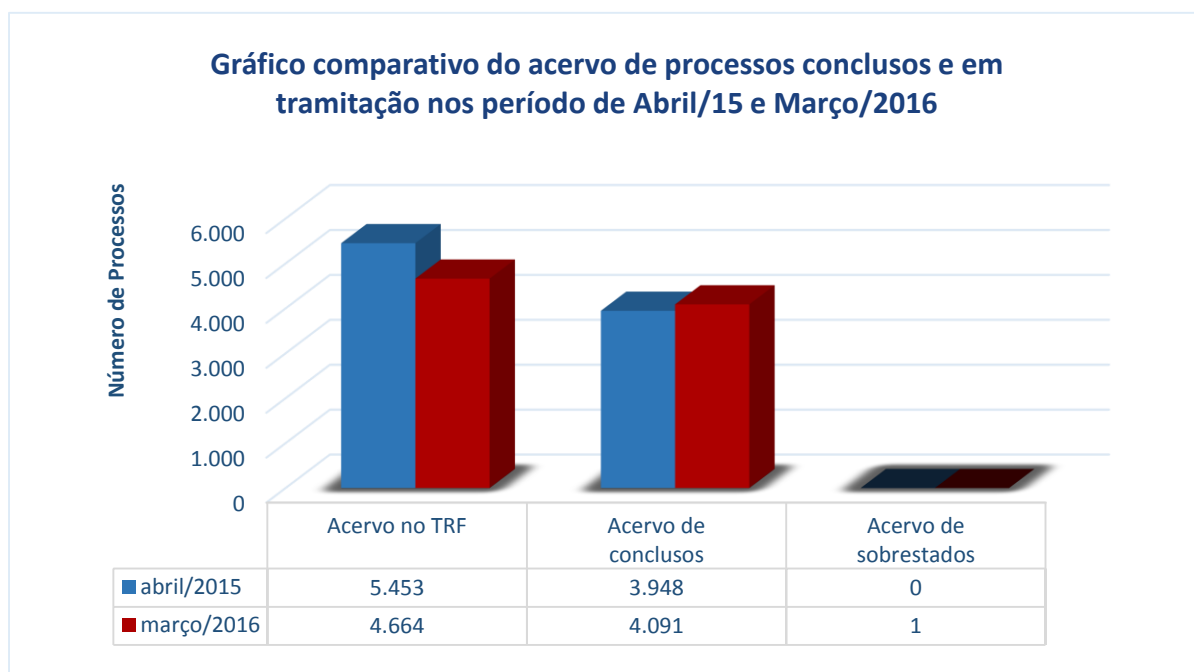
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos subiu em 143 e o número de sobrestados subiu em 1.

Importante destacar, no tocante ao processo sobrestado, que decorre de pedido de habilitação de herdeiros.

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 4.091 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 272,73 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 789 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.269
Total de Processos (saídas)**	2.043
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	226
Processos distribuídos	2.086

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

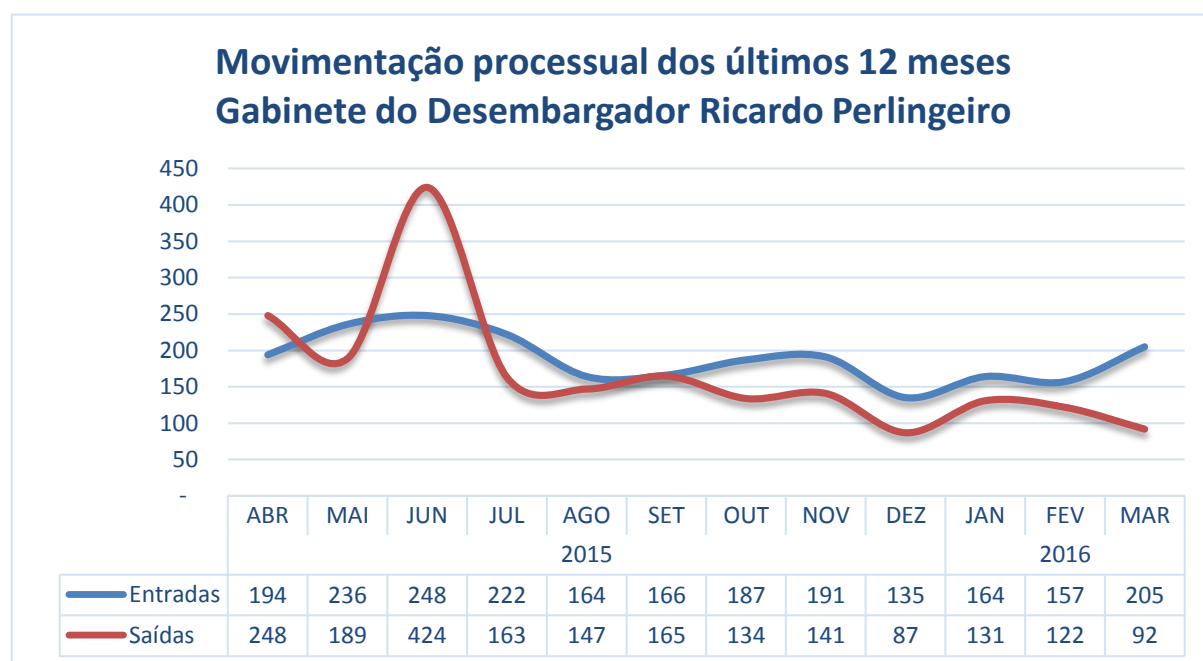
Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.269 e saída de 2.043 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas

para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.584
Total de processos julgados em mesa	260
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	42
TOTAL	1.886
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	2%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.886 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 2.086; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 260 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 42 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 2%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	102
b. Agravo Legal/Regimental	6

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 102 embargos de declaração e 6 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	4
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	106
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	312
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	396
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	10
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 823, representando 20,12% do acervo de conclusos na unidade (4.091).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Ricardo Perlingeiro

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	1	1
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	1	-	-
1996	2	-	-
1997	1	-	-
1998	1	1	-
1999	3	-	-
2000	1	-	-
2001	1	3	1
2002	12	3	4
2003	13	3	2
2004	9	7	4
2005	6	1	1
2006	28	3	4
2007	152	7	4
2008	317	12	15
2009	408	17	17
2010	502	182	128
2011	740	449	335
2012	1.147	504	438
2013	2.317	803	675
2014	376	1.407	905
2015	-	545	1.259
2016	-	-	298
Total	6.037	3.948	4.091

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 6.037; atualmente, há 4.091, a demonstrar redução; mas houve um aumento de abril/15 (3.948) para mar/16 (4.091). Houve diminuição dos feitos conclusos até 2009. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2010, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e, na medida do possível julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos basicamente a partir de 2001, havendo ainda um processo distribuído em 1989.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ (distribuídos até 31/12/2014), apurados em março/2016 havia 10 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 11. Tendo em vista

a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, devem ser envidados esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	16
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	5
TOTAL	21

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Há 16 feitos que aguardam voto-vista. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	2
TOTAL	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão e para declaração de voto, havendo 1 que aguarda voto-vista e 1 para lavratura de acórdão. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015– Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque as referentes ao novo CPC: observância das preferências legais, da ordem cronológica dos feitos, bem como a celeridade para lavratura dos votos-vista.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 59 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 52 são físicos e 7 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não havia processos tramitando em unidades externas ou fisicamente.

A amostragem revelou a existência de 40 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2010.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foi identificado um processo remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual (00040962720044020000).

Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

00484398319944025101	00038105720134025101	00065289520114025101
00008822720134025104	00034106320114025117	00070213820124025101
00007174320104025117	00133608120104025101	00097544520104025101
00097795320134025101	00094362820114025101	00205656420104025101
00214152120104025101	00414442420124025101	00310961020134025101
00470581020124025101	00002715820104025111	00047729620094020000
00024222120104025103	00055139120114025101	01093861119914025101
00368225920014020000	00493950219944025101	00380129019954025101
00026425820064025103	00380129019954025101	00380129019954025101
983420124025101	01010555620134025105	01064479520134025001
01079625920134025101	00014191520124025118	00020899020114025117
01318753620144025101	01318753620144025101	01318753620144025101
00013209320124025102		

b) Dar andamento em 10 dias:

01060220220144020000	01084063520144020000	01004791820144020000
01008290620144020000	01004791820144020000	01006186720144020000
00169296720104020000	00169296720104020000	00069622820094025110
00229768020104025101	000040962720044020000	00015516620134020000

c) Julgar em 3 dias os Conflitos de Competência 01013574020144020000 e 01055413920144020000;

d) Publicar em 10 dias o acórdão 01270611520134025101; e

e) Julgar em 60 dias os embargos de declaração 998420114025001.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que há boa tramitação do acervo em geral, mas ainda há muitos feitos da amostragem sem movimentação processual há bastante tempo, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade vem melhorando, mas ainda não se verifica a redução expressiva, a recomendar a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A triagem inicial de processos é feita pela Chefe de Gabinete, momento em que há separação daqueles que demandam alguma medida urgente bem como de matérias repetitivas, feitos que são passados diretamente para as mesas dos servidores. Nesses casos inserem-se aqueles feitos com prioridade legal ou meta do CNJ. Os demais processos são localizados em pastas (eletrônicos) ou armários (físicos) de acordo com as respectivas matérias.

Os servidores executam tarefas de acordo com matérias previamente determinadas, com o objetivo de aumentar a produtividade. Também são responsáveis pelos feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, além dos pedidos de vista, de acordo com a matéria que lhes são atribuídas, processos aos quais atribuem tratamento especial de preferência.

Relativamente à conciliação, o Gabinete não faz uso do setor correspondente, o que ocorre de forma esporádica a pedido do próprio setor.

Não há controle de prazo para julgamento de processos, além da priorização dos feitos acima relacionados. Há, isto sim, controle quanto à escolha dos processos a serem julgados, conjugando-se critérios de antiguidade e matéria.

Há fixação das metas semanais de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores, de acordo com a complexidade da matéria trabalhada. Exemplificativamente, há meta mínima de 10 processos semanais para as matérias SFH e servidores. O controle respectivo é feito pela Chefia do Gabinete, inclusive do desempenho.

A gestão do pessoal e dos recursos materiais compete à Chefe de Gabinete, a exemplo da jornada de trabalho e das férias, procurando-se liberar no máximo dois servidores por período de férias. Quanto ao material, há um servidor que realiza os pedidos pertinentes, seu recebimento e conferência ao chegar ao Gabinete. O controle do patrimônio, porém, é feito pessoalmente pela Chefe de Gabinete.

O atendimento a advogados é feito pelo servidor do balcão para questões mais simples (informações sobre o andamento, v.g.) e pela Assessora e Chefe de Gabinete para questões mais complexas. O Desembargador atende advogados das 12 às 17 horas diariamente, sem necessidade de marcar horário, salvo se o advogado assim solicitar, o que geralmente ocorre com advogados que se deslocam de outros estados.

Por fim, quanto ao acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, é feito pela Chefe de Gabinete e Assessora, sendo prontamente atendidas.

Relativamente à última inspeção, constatou-se, na análise dos processos que o único feito ainda pendente refere-se a uma execução em que há dificuldade de ser localizado o executado e bens a executar, circunstância alheia ao desempenho do Gabinete.

Como boas práticas, o Gabinete salientou a especialização dos servidores por matéria e a atribuição de metas semanais.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe apurou, dentre outras coisas, uma necessidade urgente da adoção de um processo eletrônico mais rápido e simples, que possa atender à demanda por celeridade e eficácia.

As informações apresentadas no sistema eletrônico atual têm uma apresentação truncada, além de inexistir atalho para consulta ao processo de origem, o que é muito importante, especialmente no caso de agravos de instrumento.

A existência de três frentes de trabalho (com processos físicos, eletrônicos e mistos/híbridos) sem dúvida acarreta uma demora no processamento dos feitos. Os processos mistos ou híbridos são trabalhados de um lado virtualmente e, de outro, manualmente, com inclusão de cópias do produzido virtualmente, acarretando injustificado retrabalho.

Da mesma forma, é recomendável a priorização da lotação de servidores na área judicial, atividade-fim do Tribunal, pois se constatou necessário o preenchimento da lotação do Gabinete. A propósito, o Desembargador, quando entrevistado, ressaltou a necessidade de incremento da força de trabalho, afirmando que a carência de pessoal, e bem assim de servidores com formação jurídica, tem dificultado muito os trabalhos da unidade.

O recurso à conciliação também deveria ser incrementado. O acervo administrativo, que contempla demandas vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação, é um espaço propício para iniciativas desta natureza. Trata-se, evidentemente, de medida que depende também do setor específico, mas a Corte deveria priorizar a conciliação, com melhor estruturação do órgão responsável e, inclusive, com descentralização de atividades.

Embora o prédio do Tribunal seja antigo e apresente alguns problemas, o espaço do Gabinete apresenta-se amplo, iluminado e organizado. Há necessidade de providenciar mobiliário ergonômico, hábil ao cumprimento da carga horária.

O Gabinete, de maneira geral, está bem organizado, com controle do estoque de processos e bom ambiente de trabalho, havendo necessidade apenas de planejamento para diminuição gradativa do estoque.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Constatando-se que há 16 processos do Gabinete que aguardam voto-vista de outros membros do Tribunal, e considerando o que dispõe o artigo 940 do CPC, recomenda-se acompanhamento, para avaliação da necessidade de aplicação do § 1º do citado dispositivo;

b) Constatando-se que quanto a feitos de outros relatores há 1 que aguarda voto-vista e 1 para lavratura de acórdão, recomenda-se acompanhamento, haja vista o disposto nos artigos 940, 943 e 944 do Código de Processo Civil;

c) Tomar providências em relação aos processos relacionados no item 3 acima, providenciando o julgamento, andamento ou publicação, nos termos explicitados;

d) Informar, em 60 dias, sobre a existência de processos analisados na inspeção anterior e ainda não julgados, esclarecendo, se for o caso, as providências tomadas;

e) Envidar esforços para aperfeiçoar a gestão do acervo em geral (os processos especificamente inspecionados representam uma amostra do acervo do gabinete), com o objetivo de reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade, priorizando o andamento dos processos mais antigos;

f) Instituir uma forma de controle para priorizar o julgamento dos processos com pedido de liminar/tutela antecipada;

g) Cumprir as recomendações do item 3.

GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desemb. Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA.

1.2. Órgãos de atuação: Terceira Seção Especializada e Sexta Turma Especializada - Administrativa, Execuções Fiscais tributárias dos Conselhos e matérias não compreendidas na competência das demais turmas (residual).

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 17/12/2008.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas, eis que desde a posse no Tribunal, em 17/12/2008, sempre esteve vinculado ao mesmo gabinete e à Sexta Turma e Terceira Seção.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	13	0	4	0	4	21	13
Inspeção/2016	16	0	0	0	2	18	10

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos. Houve redução de 3 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

Segundo o Magistrado, todos os cargos do gabinete estão preenchidos.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	2.264
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	1.716
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	1.248
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1.001
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

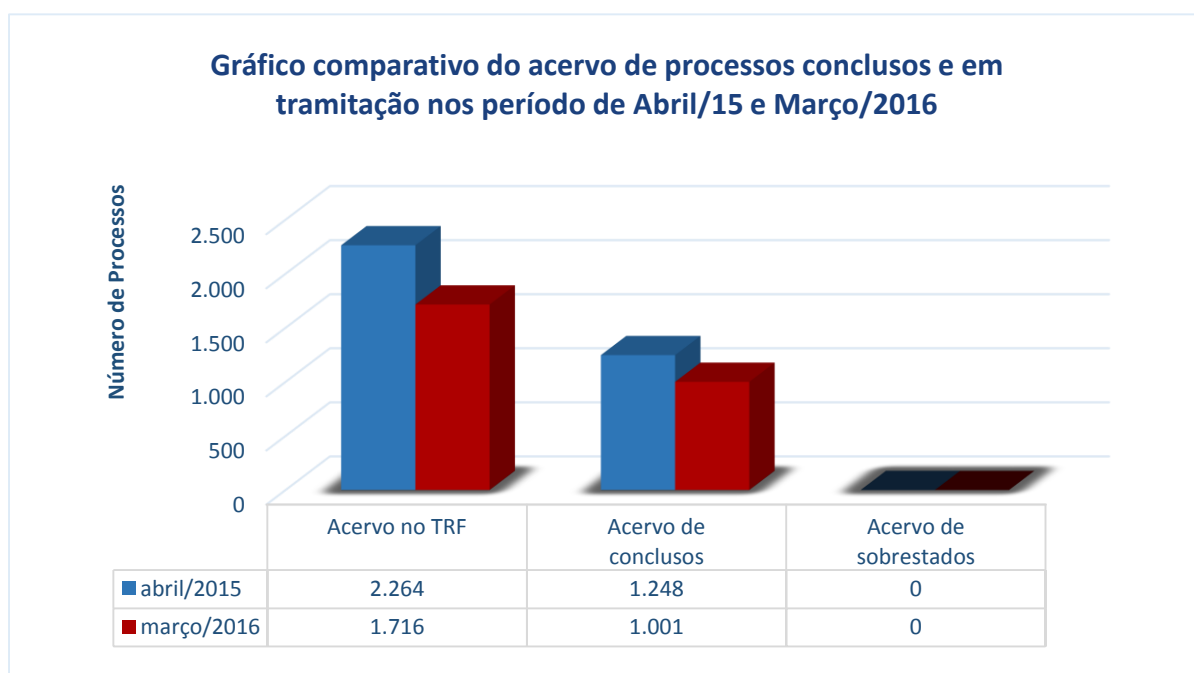
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 247 e o número de sobrestados manteve-se estável (nenhum).

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.001 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 100,1 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 548 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.197
Total de Processos (saídas)**	2.596
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	-399
Processos distribuídos	2.025

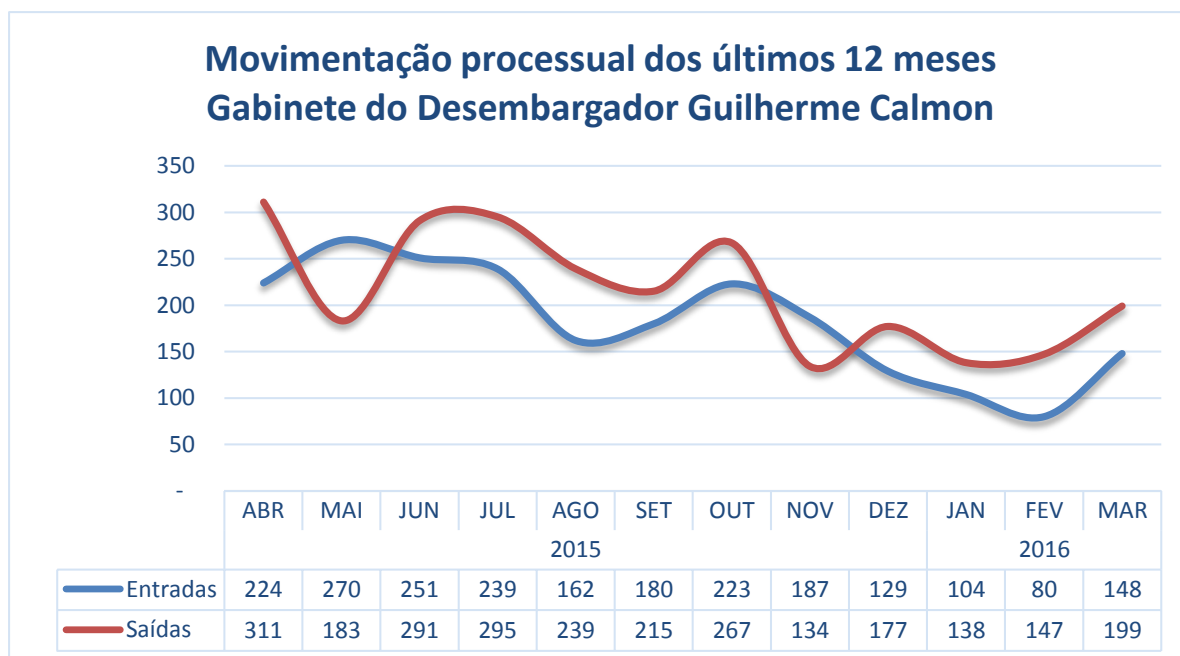
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.197 e saída de 2.596 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	2.039
Total de processos julgados em mesa	241
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	205
TOTAL	2.485
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	9%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.485 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 2.025; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 241 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 205 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 9%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	234
b. Agravo Legal/Regimental	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 234 embargos de declaração e 11 agravos legais/regimentais.

Não há processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	3
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 4, representando 0,399% do acervo de conclusos na unidade (1.001).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Guilherme Calmon Nogueira

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	2	2
2003	3	-	-
2004	-	-	-
2005	2	1	1
2006	1	-	3
2007	3	1	1
2008	1	2	3
2009	2	5	2
2010	6	3	5
2011	2	4	13
2012	8	6	8
2013	271	22	12
2014	174	767	138
2015	-	435	648
2016	-	-	165
Total	473	1.248	1.001

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 473; atualmente, há 1.001. Houve diminuição dos feitos conclusos, o que deve ser registrado como louvável. Verifica-se, outrossim, que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2012 (38, no total), o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2002 (são 30 distribuídos até 2011), portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, não havia processos; enquanto os da meta 6/2016 resumiam-se a um. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	17
TOTAL	22

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, sendo certo que 4 feitos aguardam voto-vista. Neste universo há dois processos que aguardam providências há mais de 30 dias, sendo o n. 201351560004842¹ para lavratura de acórdão e o de n. 201500000136329², para voto-vista, configurando pendência externa a ser cobrada.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	35
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	19
Outras situações	25
TOTAL	79

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a ausência de processos conclusos para revisão, 35 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações há vinte e seis feitos sem movimentação há mais de 30 dias, sendo vinte e três para voto-vista, recomendando-se a movimentação em 60 dias (2015510010161649; 201500000136640; 201500000125927; 201500000107172; 201500000098766; 201500000096484; 201500000080257; 201500000059610; 201500000033504; 201451540000240; 201451040011777; 201451010092829; 201451010020399; 201450010077024; 201450010059721; 201351010421833; 201351010188087; 201350010015634; 201251010415543;

¹ Numeração do CJF.

² Numeração do CJF.

201251010074739; 201250010043765; 201151010047926 e 201150010141369³) e três para lavrar acórdão (201500000058276; 201450011057525 e 201051100023736⁴).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, sendo certo que o Magistrado atualmente preside a comissão de regimento interno, o qual foi recentemente adaptado às novas regras processuais vigentes. Da mesma forma, tem agendado reuniões internas com os servidores do gabinete visando aprimorar as técnicas de julgamento e processamento dos feitos à luz do novo CPC.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 37 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 7 são físicos e 30 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 2 processos remanescentes da autoinspeção (2015) para acompanhamento: 00234368220014025101 e 00188875820034025101.

Na listagem, não constaram processos extraviados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Promover, no prazo de 90 dias, ao julgamento dos processos das metas de nivelamento do CNJ ainda pendentes de apreciação;

b) Julgar, em 90 dias, os seguintes processos, que têm data de conclusão no ano de 2014 e ainda pendem de apreciação (alguns, inclusive, já estão pautados para abril de 2016):

00003020620134028004	00013852220114025103	00016578220124025102
00018103420114025108	00019983920114025104	00020712420144025001
00028305320134025120	00029711220114025001	00036875920134025101
00038574520104025001	00038650820134025101	00140386220114025101

³ Numeração do CJF.

⁴ Numeração do CJF.

00155310620134025101	00178010320134025101	00208878420104025101
00328100520134025101	00434847620124025101	05030551520094025101

c) Observar os prazos do art. 1.024 NCPC para o julgamento dos embargos de declaração pendentes de apreciação manejados ainda no ano de 2015: 00212483820094025101 e 00351647219914025101;

d) Priorizar a lavratura dos acórdãos nos Processos 201500000058276, 201450011057525 e 201051100023736⁵, conclusos há mais de trinta dias;

e) Observar os prazos do art. 940 NCPC para o julgamento dos seguintes processos com pedidos de vista, conclusos há mais de trinta dias:

2015510010161649	201500000136640	201500000125927
201500000107172	201500000098766	201500000096484
201500000080257	201500000059610	201500000033504
201451540000240	201451040011777	201451010092829
201451010020399	201450010077024	201450010059721
201351010421833	201351010188087	201350010015634
201251010415543	201251010074739	201250010043765
201151010047926	201150010141369 ⁶	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

No que se refere à triagem inicial de processos, eles são examinados pelas assessoras, que os encaminham para os demais servidores, conforme o caso, sendo separados por assunto, conforme a especialidade, e por urgência, sendo certo que diariamente as assessoras acessam o Portal de Estatística do Tribunal fazendo o controle dos processos por data de autuação e data de conclusão.

Quanto aos processos físicos, estes ficam armazenados nas duas estantes abertas atualmente existentes no gabinete e nas mesas dos servidores responsáveis pela elaboração de minutas de votos e decisões.

⁵ Numeração do CJF.

⁶ Numeração do CJF.

Como método auxiliar de controle de conteúdo e situação do acervo, o gabinete realiza o acompanhamento por meio do Portal de Estatística do Tribunal.

O planejamento das atividades da unidade é realizado por meio de controles no Portal de Estatística do TRF.

O gabinete adota, como meta individual de produtividade, a elaboração de 5 a 8 minutas, conforme o grau de dificuldade do processo e a especialização do servidor.

Há controle diário de produtividade e de resultados por meio do Portal de Estatística, havendo, ainda, avaliações mensais a respeito das atividades desenvolvidas.

O gabinete raramente adota sistemas de mutirão, considerando o planejamento antecipado da estratégia e o seu acompanhamento efetivo.

Quanto às férias, a Chefe de Gabinete e as três assessoras as usufruem no mesmo período das férias do Magistrado, valendo ressaltar que as três assessoras evitam marcar no mesmo período. Aos servidores que trabalham na atividade-fim (minutas de votos e decisões) é permitido que apenas dois usufruam suas férias no mesmo momento a fim de evitar prejuízos na produtividade do gabinete.

No que toca às substituições de servidores, a substituta da Chefe de Gabinete é aquela que a auxilia nas tarefas administrativas rotineiramente, e as servidoras que substituem as assessoras são aquelas que trabalham na atividade-fim no gabinete há mais tempo e são de extrema confiança da assessoria.

Em relação ao tempo médio de tramitação dos feitos, a unidade procura evitar que os processos fiquem sem julgamento por mais de um ano, tendo como meta o prazo máximo de 90 dias.

No que pertine às prioridades legais ou às metas de nivelamento do CNJ, os processos são preparados por ordem de conclusão (atualmente estão trabalhando nos do ano de 2014), sendo certo que aqueles com autuação anterior a 2015 têm preferência, que também foi conferida aos feitos listados para a inspeção.

O atendimento a advogados é inicialmente realizado pelo servidor que atua na recepção do gabinete. Havendo necessidade de maiores esclarecimentos, o caso é encaminhado para uma das três assessoras ou para a Chefe de Gabinete. Com o Magistrado, o atendimento é realizado por agendamento, às segundas, terças e sextas. Nos dias de sessão da Turma (quarta-feira) e do Pleno e Seção (primeiras e terceiras quintas do mês, respectivamente), o Magistrado se dedica aos julgamentos.

Nos processos físicos, os acórdãos são liberados para publicação até dois dias após a sessão de julgamento. Quanto aos processos eletrônicos, o tempo médio de assinatura e liberação dos acórdãos para publicação é de uma semana, em razão dos procedimentos a serem adotados pelas subsecretarias de turma e seções no Sistema Apolo e os recorrentes travamentos do programa de inclusão de textos e assinaturas de votos.

O gabinete considera que o controle estatístico diário é uma forma eficiente de administrar o acervo, fazendo com que os processos sejam julgados por ordem de conclusão.

Em relação ao controle de processos pendentes na unidade (declaração de voto, lavratura de acórdão etc), a Chefe de Gabinete, ao receber os processos conclusos para acórdão, vista ou declaração de voto da relatoria de outros gabinetes, procede à sua triagem, encaminhando-os aos servidores responsáveis pela elaboração das minutas, indicando um prazo para a realização da tarefa. Quanto aos processos de relatoria do gabinete, há uma equipe de quatro servidores responsável por incluir os votos eletrônicos na web para assinatura, sob sua supervisão.

Todas as movimentações processuais realizadas na unidade são registradas no sistema.

No que toca à Meta 10/2010 do CNJ, as comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário são realizadas, via de regra, pelo sistema Siga.

A observância à ordem cronológica dos processos sempre foi levada em consideração pelo gabinete, mesmo antes da vigência do NCPC. Tal controle se dá por meio do Portal de Estatísticas.

O gabinete está adaptando alguns procedimentos à nova lei processual, por meio de reuniões para discussão dos temas mais relevantes, sendo certo que as mudanças estão sendo feitas conforme as questões práticas vão surgindo.

Por força de alteração no Regimento Interno da Sexta Turma, os pedidos de vista devem ser apresentados em mesa para julgamento em até dez dias depois da conclusão ao gabinete do Magistrado, admitido pedido de prorrogação de prazo, sob pena de avocação do processo para julgamento com a convocação de magistrado. Trata-se de regramento recente e cuja prática ainda não se fez necessária. De todo modo, o Magistrado controla os prazos para devolução de vistas, nunca excedendo trinta dias.

Em razão de alguns posicionamentos divergentes em relação aos manifestados pela Desembargadora Salete Macalóz, o Magistrado, que é o seu revisor e também responsável por proferir o voto imediatamente posterior, frequentemente apresenta pedidos de vista a fim de examinar aspectos fáticos e jurídicos dos casos que são relatados pela referida desembargadora. Para tanto, designou uma assessora para o acompanhamento dos relatórios de julgamento que são distribuídos na véspera das sessões e exame das matérias objeto da divergência.

As medidas atuais de contingenciamento levaram à redução de um dos quatro estagiários que prestavam auxílio no gabinete, bem como ao cancelamento dos programas de capacitação dos servidores.

Foi apresentada uma proposta para destinação de uma nova função comissionada, referência FC-6 para cada gabinete, oriunda das secretarias de turma, sendo certo que o Magistrado, por ofício dirigido à Presidência, manifestou-se em sentido contrário, em

princípio e enquanto não realizados estudos comprovando que a alteração não prejudicará os serviços das turmas.

Houve uma experiência de fusão das secretarias das 6ª e 7ª Turmas, a qual resultou frustrada, tendo retornado ao *status quo* ante no último dia 8 de abril.

O magistrado é o atual presidente da comissão de regimento interno do TRF 2ª Região, tendo estabelecido cronograma para adaptação da norma ao Novo Código de Processo Civil. O trabalho foi concluído em fevereiro/2016 e aprovado pelo Tribunal no início de março, antes da vigência das novas regras processuais. Dentre as alterações, foi incluído o art. 210-A, que trata dos julgamentos não unânimes dos órgãos fracionários, com a previsão para complementação dos julgamentos de turmas nas sessões de julgamento da Terceira Seção (a primeira experiência ocorrerá no mês de abril).

O magistrado tem feito reuniões internas com os servidores do gabinete visando aprimorar as técnicas de julgamento e processamento dos feitos à luz do NCPC.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade, no geral, apresentou um bom desempenho na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica excessivo acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) a unidade sofreu redução no tamanho da equipe, inclusive no que se refere à força de trabalho na atividade-fim;

b) o gabinete logrou reduzir o seu acervo consideravelmente no último ano, inclusive quanto ao número de processos conclusos;

c) a relação servidor de atividade-fim/processo apresenta-se equilibrada e apta a garantir um bom desempenho;

d) o fluxo processual (entrada x saída de processos) atualmente é favorável, o que merece ser seguido como exemplo;

e) a equação processos julgados x processos distribuídos demonstra eficiência da unidade, que vem cuidando para que aqueles superem o número dos feitos que ingressam;

f) o percentual de recorribilidade das decisões monocráticas é baixo (9%);

g) Há ainda processos afetos à Meta 2 do CNJ pendentes de julgamento, os quais não representam sequer 0,5% do acervo;

h) Existem 3 processos conclusos pendentes de julgamento anteriores ao ano de 2011, portanto há mais de cinco anos em tramitação no Tribunal;

i) Verificou-se forte incremento no número de processos conclusos ao gabinete, considerando a inspeção anterior;

j) Não há processo da Meta 4/2016 do CNJ;

k) Há Processo da Meta 6/2016 do CNJ;

l) O Magistrado relatou que o sistema de movimentação processual carece de aprimoramento, porquanto adaptado das turmas recursais, porém sem os necessários ajustes. Ademais, apresenta constantes problemas de falhas técnicas e interrupções.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Priorizar o julgamento dos processos com prioridade legal e das metas de nivelamento do CNJ ainda pendentes de apreciação;

b) Observar os prazos processuais vigentes quanto à devolução de votos-vista;

c) publicar a lista de processos por ordem cronológica de conclusão, nos termos do art. 12, NCPC.

d) Observar os prazos do art. 1.024 NCPC para o julgamento dos embargos de declaração pendentes de apreciação, em número de 175 (item 3.8).

e) Cumprir as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL SALETE MACCALÓZ

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal SALETE MARIA POLITA MACCALÓZ.
1.2. Órgãos de atuação: 6ª Turma Especializada - Administrativo.
1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 19/2/2015.

No período de cinco anos, a Magistrada requereu 4 remoções internas, a saber: 7ª Turma Especializada - Administrativo (de 16/12/2008 a 30/6/2010); 3ª Turma Especializada - Tributário (de 30/7/2010 a 3/4/2013); Corregedoria-Regional (de 4/4/2013 a 19/2/2015); 6ª Turma Especializada (a partir de 19/2/2015).

No dia da inspeção a Desembargadora Salette Maria Polita Maccalóz encontrava-se afastada para tratamento de saúde, sendo substituída pelo Juiz Federal Wilney Magno de Azevedo, convocado pelo Ato n. TRF2 - ATT - 2016/00098.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Chefe de Gabinete Renata Pinheiro da Silva Freire, uma vez que o MM. Juiz Federal Convocado precisou se ausentar para compor Turma de julgamento.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados ⁷	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014 ⁸	15	1	1	0	3	20	14
Inspeção/2016	16	1	-	-	3	20	14

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atual e anteriormente com 20 pessoas no gabinete. Igualmente não houve alteração quanto aos servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

⁷ Não há informação para o ano de 2016.

⁸ A magistrada era a Corregedora-Regional ao tempo da inspeção de 2014, sendo o acervo do gabinete da titularidade do Desembargador Federal Guilherme Couto.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	964
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	1.382
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	445
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	577
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

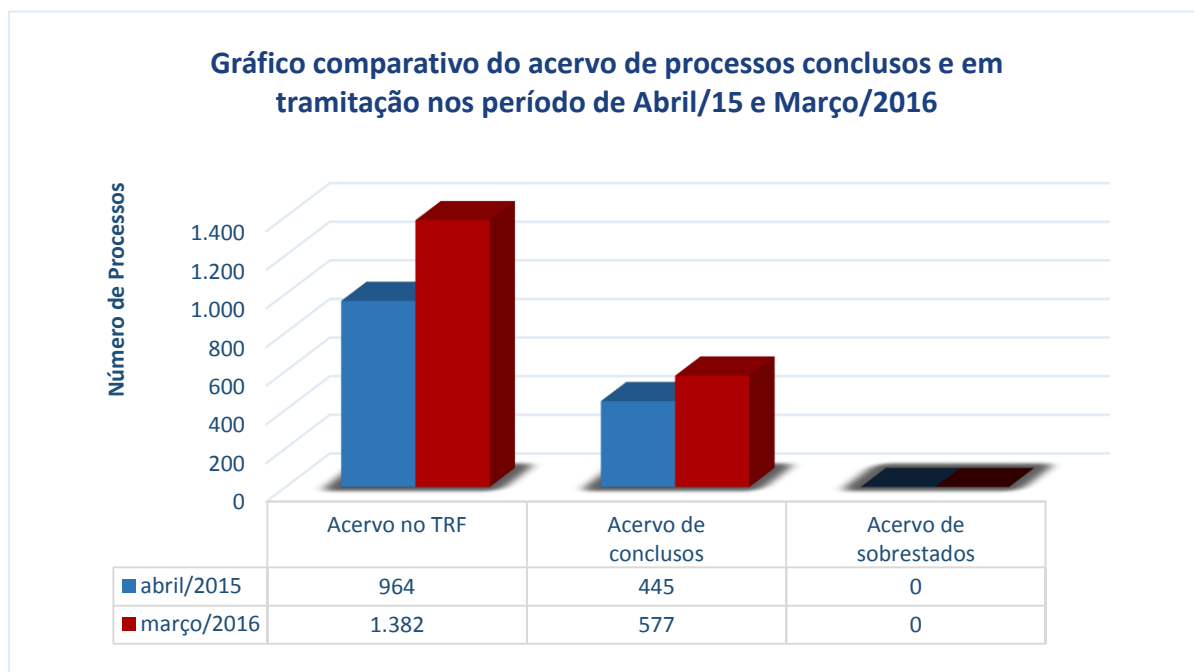
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 132 e o número de sobrestados manteve-se o mesmo (nenhum).

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 577 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 41,21 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 418 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.182
Total de Processos (saídas)**	2.066
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	116
Processos distribuídos	2.020

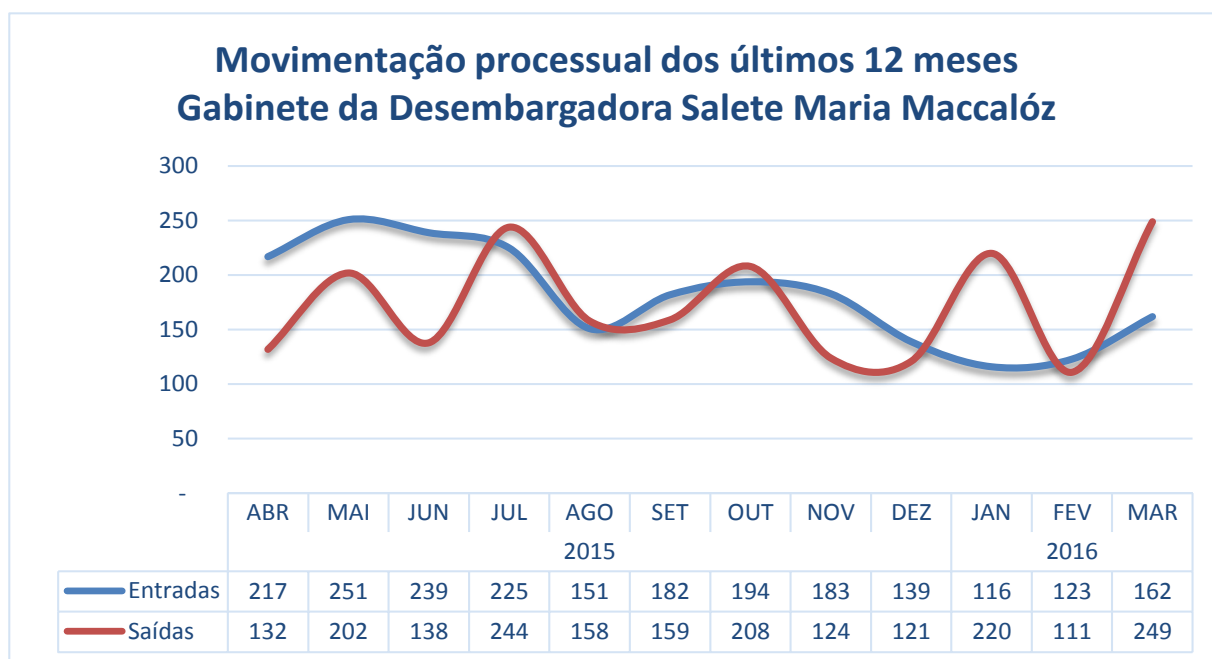
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.182 e saída de 2.066 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.267
Total de processos julgados em mesa	462
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	202
TOTAL	1.931
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	34%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.931 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.020; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 462 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 202 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 34%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	69
b. Agravo Legal/Regimental	22

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 69 embargos de declaração e 22 agravos legais/regimentais.

Segundo informação da Chefe de Gabinete⁹ não há processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

⁹ Não há registro no questionário.

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	2
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 2 processos, representando 0,35% do acervo de processos conclusos na unidade (577).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete da Desembargadora Salete Maria Maccalóz

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	1	2
2009	-	-	1
2010	-	1	2
2011	-	-	2
2012	-	-	4
2013	2	-	4
2014	32	62	14
2015	-	381	284
2016	-	-	264
Total	34	445	577

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 34; atualmente, há 577. Não houve diminuição dos feitos conclusos, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo. Verifica-se, porém que a maior parte do acervo é dos anos de 2015 e 2016, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2015, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2008, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, não havia processos; o mesmo se diga quanto aos da Meta 6/2016 (zero).

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	33
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	15
Outras situações	27
TOTAL	75

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Existem 33 feitos que aguardam voto-vista e nenhum para declaração de voto. Neste universo há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, sendo 6 feitos para a lavratura de acórdão (20150000074750; 20150000058276; 201451040013701; 201450011057525; 201051100023736 e 200751010285962) e 18 para voto-vista (201551010161649; 201500000136640; 201500000125927; 201500000107172; 201500000098766; 201500000080257; 201500000033504; 201451540000240; 201451040011777; 201451010020399; 201450010077021; 201450010059721; 201351010421833; 201351010188087; 201350010015634; 201250010043765; 201151010047926 e 201150010141369¹⁰), configurando pendência externa a ser cobrada.

¹⁰ Numeração do CJF.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	26
TOTAL	33

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se 5 para voto-vista e nenhum conclusivo para revisão e declaração de voto. Nessas situações há 2 feitos sem movimentação há mais de 30 dias (201500000136329 e 199951010580857¹¹ - pedidos de vista).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015– Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a apresentação de pleito ao presidente da 6ª Turma para que autorize que a intimação das partes recorridas para a apresentação de contrarrazões nos casos de agravos internos seja efetivada via ato ordinatório pela própria Secretaria.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 17 processos selecionados, 16 foram inspecionados por meio dos extratos de movimentação, sendo certo que um não se encontrava no gabinete (Processo 00066143720094025101). Desses, 4 são físicos e 12 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas oito processos eletrônicos e os que não estavam fisicamente disponíveis (4) foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. Um processo físico não foi inspecionado (00066143720094025101) em razão de estar localizado na subsecretaria da 6ª turma, para intimação de despacho, pelo que deverá seguir para a autoinspeção.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

¹¹ Numeração do CJP.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Recomenda-se:

a) Apresentar, votos-vista nos Processos 201500000136329 e 199951010580857¹², que estão conclusos há mais de 30 dias.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução no último período, mas, ao contrário, crescimento do acervo¹³, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A triagem inicial de processos é realizada por servidor do gabinete que, depois de identificada a matéria a que se refere, procede à sua distribuição no Sistema Apolo para a mesa do servidor correspondente.

Os processos são classificados por matéria, sendo certo que em razão do baixo acervo em meio físico, a Magistrada optou por devolver todas as estantes do gabinete, de sorte que os autos permanecem nas mesas de trabalho dos servidores.

Os servidores são especializados por matéria, mas por vezes colaboram os colegas em caso de acúmulo de serviço.

Os processos com prioridade legal ou meta do CNJ são identificados com etiquetas específicas. Não havendo prioridade legal, os julgamentos observam a ordem cronológica de distribuição no Tribunal.

O gabinete não remete processos para a central de conciliação por não haver identificado situação que a justificasse.

Os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa são priorizados para julgamento na sessão imediatamente subsequente.

¹² Numeração do CJF.

¹³ O gabinete tinha 1.096 processos em 09.2014; 1.065 processos em 09.2015, e; 1161 em 31.03.2016.

Não há um controle específico de prazo para julgamento de feitos, adotando o gabinete os critérios das prioridades legais e da ordem cronológica de distribuição no Tribunal.

O gabinete trabalha com a meta de 5 votos semanais para cada servidor.

O planejamento e a avaliação periódica de atividades são feitos a partir da análise de dados constantes do Portal de Estatística.

As metas de desempenho tomam por base o comparativo das informações de outros gabinetes a partir de consulta ao Portal de Estatística.

A produtividade e a meta atualmente têm por objetivo concluir o julgamento de todos os processos distribuídos até o ano de 2015.

A unidade não registrou dificuldade na gestão de pessoal e de recursos materiais, esclarecendo a entrevistada que o número de servidores apresenta-se suficiente para a execução dos trabalhos e que igualmente não há carência de material de recursos materiais.

O atendimento aos advogados é realizado pela Chefe do Gabinete, independentemente de agendamento, inclusive por telefone. A Magistrada, bem como o atual Juiz Federal Convocado, definem dias específicos para atendimento, a fim de não prejudicar a dinâmica do gabinete.

As recomendações das inspeções anteriores foram observadas, não havendo pendências. Quanto ao ponto, o Gabinete afirma ter havido uma melhora significativa no sistema de movimentação processual; nada obstante, persistem - em menor medida - limitações técnicas de alguns servidores. Do mesmo modo, continua a haver desinteresse dos quadros do Tribunal para trabalhos de gabinete.

Não há processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

O Gabinete vem adequando suas rotinas às regras do Novo Código de Processo Civil, sendo certo que há uma demanda a ser definida pelo Presidente da Sexta Turma, no sentido de determinar que a própria Secretaria proceda, por ato ordinatório, à intimação da parte adversa, em agravo interno, para contrarrazões.

Os pedidos de vista são levados a julgamento em, no máximo, duas sessões, a partir da conclusão para o Gabinete¹⁴.

Ordinariamente não há processos do gabinete pendentes com outros julgadores há mais de 30 dias.

Igualmente não há processos de outros relatores pendentes no Gabinete há mais de 30 dias.

¹⁴ Por vezes a Secretaria da Turma demora em realizar a conclusão para voto-vista.

As atuais medidas de contingenciamento adotadas acarretaram a redução do número de estagiários de quatro para três, todavia não interferiu nos trabalhos do gabinete.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade, no geral, apresentou bom desempenho na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica excessivo acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) a unidade conseguiu manter o tamanho da equipe, inclusive no que se refere à força de trabalho na atividade-fim;

b) o Gabinete logrou aumentar o seu acervo consideravelmente no último ano, inclusive quanto ao número de processos conclusos;

c) a relação servidor de atividade-fim/processo apresenta-se equilibrada e apta a garantir um bom desempenho;

d) o fluxo processual (entrada x saída de processos) atualmente é desfavorável, carecendo de inversão, sob pena de aumento de acervo;

e) a equação processos julgados X processos distribuídos demanda atenção, já que aqueles não superam o número dos feitos que ingressam;

f) o percentual de recorribilidade das decisões monocráticas é considerável (34%);

g) há poucos processos afetos à Meta 2 pendentes de julgamento, os quais não representam sequer 0,5% do acervo;

h) existem 7 processos conclusos pendentes de julgamento anteriores ao ano de 2011, portanto há mais de cinco anos em tramitação no Tribunal;

i) verificou-se forte incremento no número de processos conclusos ao Gabinete, considerando a inspeção anterior;

j) não há processo das Metas 4/2016 e 6/2016 do CNJ; e

k) não há processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

6) RECOMENDAÇÕES:

Priorizar o julgamento dos processos com prioridade legal e das metas de nivelamento do CNJ ainda pendentes de apreciação;

Publicar a lista de processos por ordem cronológica de conclusão, nos termos do art. 12, NCPC.

Observar os prazos legais para a apresentação de votos-vista.

Cumprir as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL NIZETE LOBATO CARMO

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. Identificação:** Desembargadora Federal NIZETE LOBATO CARMO.
- 1.2. Órgãos de atuação:** Plenário; Órgão Especial; Terceira Seção Especializada; Sexta Turma Especializada - Administrativo.
- 1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 10/9/2012

No período de cinco anos, a Magistrada requereu 2 remoções internas, a saber: de 7/1/2011 a 6/1/2011 - Quinta Turma Especializada em matéria administrativa e Terceira Seção Especializada; de 7/4/2011 a 9/9/2012 - Segunda Turma Especializada em matéria penal, previdenciária e marcas e patentes e Primeira Seção Especializada.

No período da inspeção, a Magistrada afastou-se por licença médica, sendo convocado o Juiz Federal Antonio Henrique Correia da Silva - Ato nº TRF2 - ATP 2016/00122, de 13/4/2016.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral não foi recebida pela Desembargadora nem pelo Juiz Federal Convocado, mas pela Chefe do Gabinete.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados ¹⁵	Terceirizados ¹⁶	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	0	4	21	15
Inspeção/2016	17	0	-	-	3	20	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com um auxiliar a menos. Não houve alteração de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

¹⁵ Não informado na inspeção 2016.

¹⁶ Não informado na inspeção 2016.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	2.070
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	1.777
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	870
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1.183
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

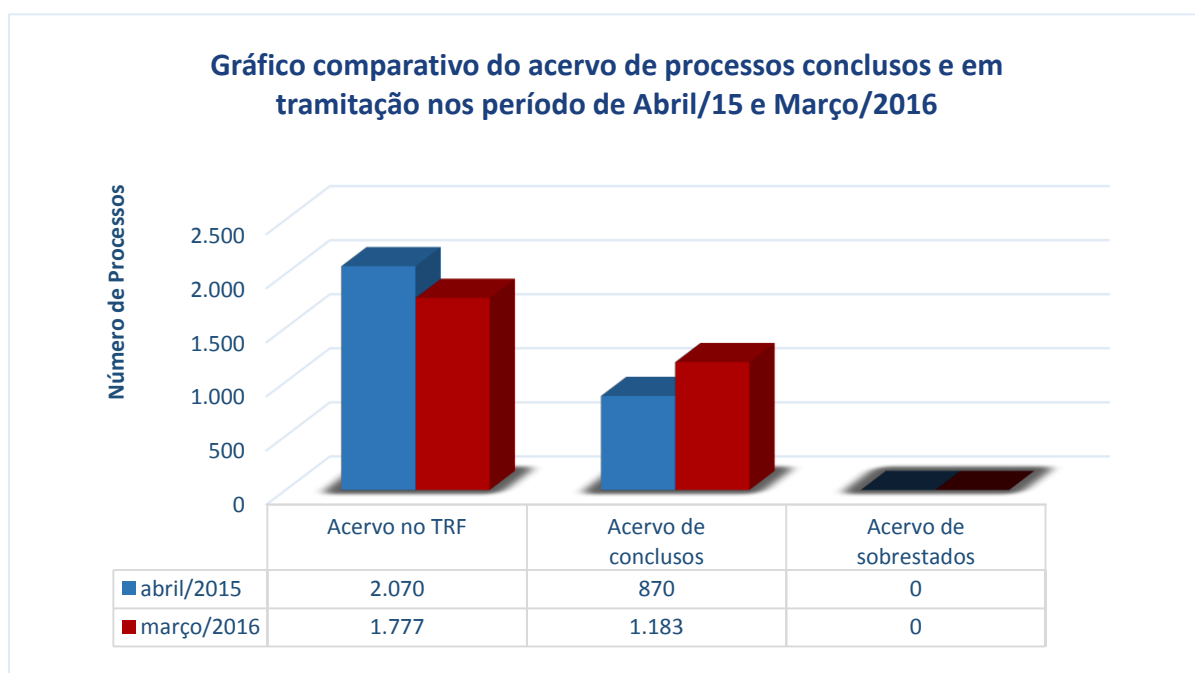
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 313 e o de sobrestados permaneceu inalterado (nenhum).

O Gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.183 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 78,86 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 293 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.228
Total de Processos (saídas)**	1.903
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	325
Processos distribuídos	2.053

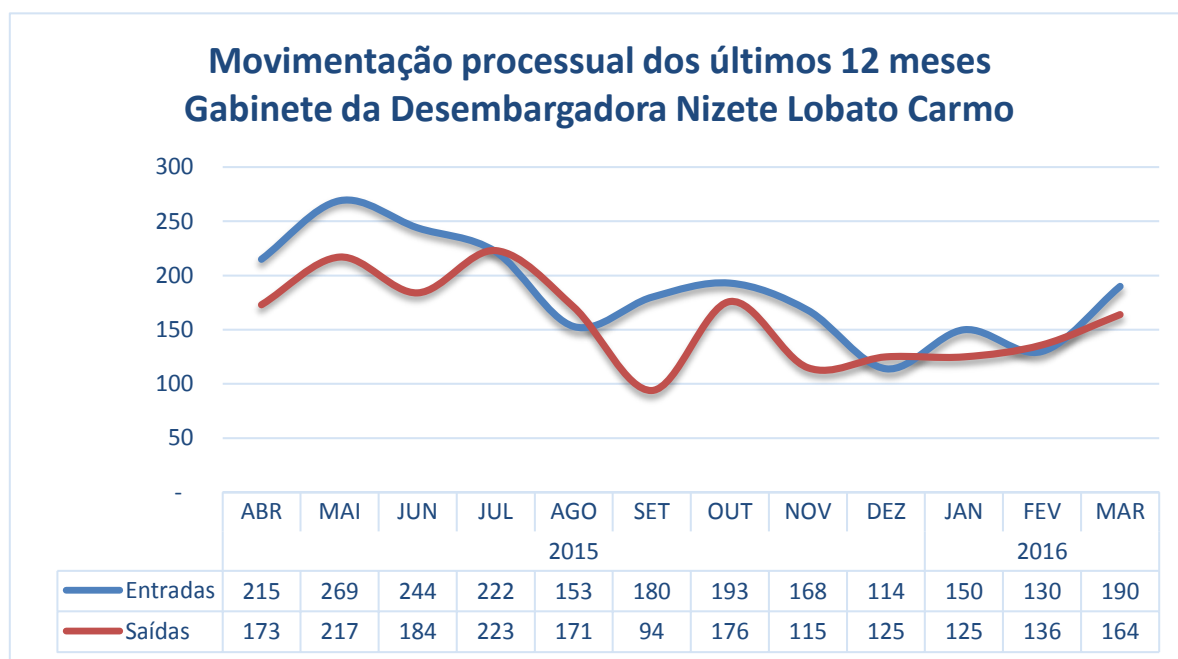
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.228 e saída de 1.903 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.276
Total de processos julgados em mesa	224
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	281
TOTAL	1.781
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	16%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.781 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.053; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 224 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 281 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 16%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	57
b. Agravo Legal/Regimental	20

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 57 embargos de declaração e 20 agravos legais/regimentais.

Existem 2 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	8
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	3
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 16, representando 1,35% do acervo de conclusos na unidade (1.183).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete da Desembargadora Nizete Lobato Carmo

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	1	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	1	-	1
2003	1	-	-
2004	1	1	-
2005	2	3	-
2006	1	-	1
2007	-	-	4
2008	-	1	2
2009	4	-	2
2010	31	4	4
2011	58	3	5
2012	125	15	21
2013	341	14	20
2014	165	487	67
2015	-	342	745
2016	-	-	311
Total	731	870	1.183

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 731, atualmente, há 1.183. Não houve diminuição dos feitos conclusos, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo. Verifica-se, contudo, que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2012, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e

julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2002, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, havia 3 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram em 7. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	7
Outras situações	13
TOTAL	26

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão e nem para declaração de voto. Existem 6 feitos que aguardam voto-vista. Neste universo há três processos que aguardam providências há mais de 30 dias (201251010415543; 201251010074739; e 199951010580857¹⁷ - para voto vista), configurando pendência externa a ser cobrada.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	5
TOTAL	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se 2 para voto-vista e nenhum concluso para revisão e declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da lei n. 13.146/2015 – estatuto do deficiente físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque a observância dos novos prazos.

¹⁷ Numeração do CJF

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 35 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 14 são físicos e 21 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os 5 processos virtuais que tramitavam em unidades externas (2 retirados de pauta e os demais julgados) e os 2 físicos que não estavam fisicamente disponíveis (ambos julgados) foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Promover, no prazo de 90 dias, ao julgamento dos processos das metas de nivelamento do CNJ ainda pendentes de apreciação;

b) Julgar, em 90 dias, os processos a seguir, com data de conclusão em 2013, 2014 e 2015 e ainda pendem de apreciação. Alguns já estão pautados para abril/maio de 2016:

00000133320054025108	00000216120014025104	00001900920104025112
00003977920084025111	00004859620124025105	00008190420104025105
00012635020154020000	00023947420114025117	00030018120104025001
00058395820054025102	00062555320104025101	00063699419894025111
00072922720104025001	00016269720054025105	00162205520104025101
00168123620094025101	00183256820114025101	00423532719984025111
01025940620124025101	01332723320144025101	

c) Julgar, em 90 dias, os feitos retirados de pauta (13/4/2016) com a última conclusão em 2014: 00012965020074025002 e 00081863220124025001;

d) Priorizar a apresentação de votos-vista nos Processos 201251010415543; 201251010074739 e 199951010580857¹⁸, conclusos no gabinete há mais de 30 dias;

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução no último período, mas, ao contrário, crescimento do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) A triagem inicial de processos é realizada por uma servidora específica, a qual, depois de analisar os pressupostos de admissibilidade, os classifica por matéria e os encaminha para o servidor responsável no ambiente de trabalho virtual ou para a própria mesa de trabalho (feitos físicos);

b) Os processos são classificados e separados segundo a data de distribuição no Tribunal;

c) Os feitos com prioridade legal ou relacionados às metas de nivelamento do CNJ são identificados com etiquetas específicas (físicos) ou símbolos no próprio sistema (eletrônicos);

d) O Gabinete não adota práticas conciliatórias;

e) Os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa recebem prioridade de tratamento, sendo certo que os primeiros são apresentados em, no máximo, duas sessões, ao passo que os pedidos de vista são devolvidos dentro do prazo regimental (10 dias);

f) Existe controle dos prazos para julgamento dos processos, monitorando os que estão conclusos há mais de um ano, prazo este que é reduzido para seis meses em relação aos feitos com prioridade, de metas, além de ações civis públicas e de improbidade administrativa;

g) Como meta semanal, é estipulada a elaboração de cinco minutas de voto por semana para cada servidor;

h) O planejamento observa a ordem de antiguidade dos processos, segundo os dados coletados mensalmente nos relatórios obtidos no sistema de estatística;

i) Há acompanhamento do desempenho por meio de comparativo com os demais gabinetes de igual competência, sendo os gráficos consultados quinzenalmente;

¹⁸ Numeração do CJF

j) Quanto às metas, tem-se por objetivo levar a julgamento de 40 a 50 processos por sessão de Turma, sempre focando nas datas de conclusão e na redução do acervo;

k) A gestão de pessoas e de recursos materiais é compartilhada entre a Chefe do Gabinete e os três assessores;

l) Os recursos materiais são suficientes para o desempenho do serviço;

m) Os advogados são atendidos pela servidora do balcão, que os encaminha para os assessores correspondentes, caso necessário. A Desembargadora os atende sempre que possível, durante a semana, reservando as tardes das segundas para os agendamentos. A fim de viabilizar a otimização do trabalho nos dias de sessões, a Magistrada evita atender às quartas e quintas, em sendo possível o adiamento;

n) O gabinete acompanha as recomendações das inspeções anteriores, porém, noticiou ainda não ter recebido o relatório referente à última autoinspeção (2015);

o) Quanto às alterações do NCP, a unidade informou que já trabalhava observando a ordem cronológica dos processos no Tribunal, porém, ainda não publicou lista pública, nos termos do art. 12. O Regimento Interno sofreu alterações para adequação ao prazo de apresentação em mesa de processos com pedido de vista, o que já vinha sendo observado pela Magistrada;

p) Os pedidos de vista são apresentados em mesa em, no máximo, duas sessões, dentro, portanto, do prazo de 10 dias;

q) O gabinete ressentiu-se da carência de servidores, o que compromete o rápido andamento dos processos, havendo dois cargos excedentes que não foram providos por falta de pessoal;

r) Quanto aos problemas no Sistema Eletrônico do Tribunal relatados na inspeção anterior (travamentos frequentes e lentidão), não houve melhoras significativas. A mesma queixa foi apresentada em relação ao sistema de texto web, que também carece de aprimoramento.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade, no geral, apresentou um bom desempenho na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica excessivo acúmulo de feitos antigos na distribuição e na conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- a) Houve redução no tamanho da equipe, mantendo-se, porém, a mesma força de trabalho na atividade-fim;
- b) O Gabinete logrou reduzir o seu acervo consideravelmente no último ano, salvo quanto ao número de processos conclusos, que sofreu acréscimo;
- c) A relação servidor de atividade-fim/processo apresenta-se equilibrada e apta a garantir um bom desempenho;
- d) O fluxo processual (entrada x saída de processos) atualmente é desfavorável, carecendo de inversão, sob pena de aumento de acervo;
- e) A equação processos julgados x processos distribuídos demanda atenção da unidade, que não vem cuidando para que aqueles superem o número dos feitos que ingressam;
- f) O percentual de recorribilidade das decisões monocráticas é baixo (16%);
- g) Há ainda processos afetos à Meta 2 do CNJ pendentes de julgamento, os quais representam pouco mais de 1% do acervo;
- h) Existem 8 processos conclusos pendentes de julgamento anteriores ao ano de 2011, portanto há mais de cinco anos em tramitação no Tribunal;
- i) Verificou-se forte incremento no número de processos conclusos ao Gabinete, considerando a inspeção anterior;
- j) Há 3 processos da Meta 4/2016 do CNJ; e
- k) Há 7 processo da Meta 6/2016 do CNJ.

6) RECOMENDAÇÕES:

- a) Priorizar o julgamento dos processos com prioridade legal e das metas de nivelamento do CNJ ainda pendentes de apreciação;
- b) Observar os prazos processuais vigentes quanto à devolução de votos-vista;
- c) Publicar a lista de processos por ordem cronológica de conclusão, nos termos do art. 12, NCPC;
- d) Promover a regularização do registro de conclusão dos feitos que, embora localizados fisicamente no Gabinete, não estão atualizados no sistema Apolo;
- e) Observar os prazos do art. 1.024 NCPC para o julgamento dos embargos de declaração pendentes de apreciação, em número de 32 (item 3.8);

f) Submeter ao colegiado as decisões monocráticas de natureza liminar, cautelar ou tutela antecipada proferida antes do decurso do prazo de 90 dias de sua prolação, em número de 2 (item 3.8).

g) Cumprir as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SÉRGIO SCHWAITZER

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal SÉRGIO SCHWAITZER.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Órgão Especial, 3ª Seção Especializada e 7ª Turma Especializada (matéria administrativa e residual em relação às demais Turmas).
- 1.3. **Tempo de atuação no acervo:** desde 10/4/2015.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu 3 remoções internas, a saber: de abril/2011 a abril/2013 - 8ª Turma Especializada e 3ª Seção Especializada; Biênio 2013/2015 - Presidência do Tribunal; A partir de 10/4/2015, 7ª Turma Especializada e 3ª Seção Especializada.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador bem como pela Chefe do Gabinete.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados ¹⁹	Terceirizados ²⁰	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014 ²¹	14	1	4	0	1	20	14
Inspeção/2016	16	2	-	-	1	19	16

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Nada obstante, houve incremento de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

¹⁹ Não informado.

²⁰ Não informado.

²¹ O titular do gabinete ao tempo da inspeção de 2014 era o Desembargador Federal Reis Friede.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	1.685
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	1.588
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	435
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1.139
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	192

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 704 e o de sobrestados subiu em 192.

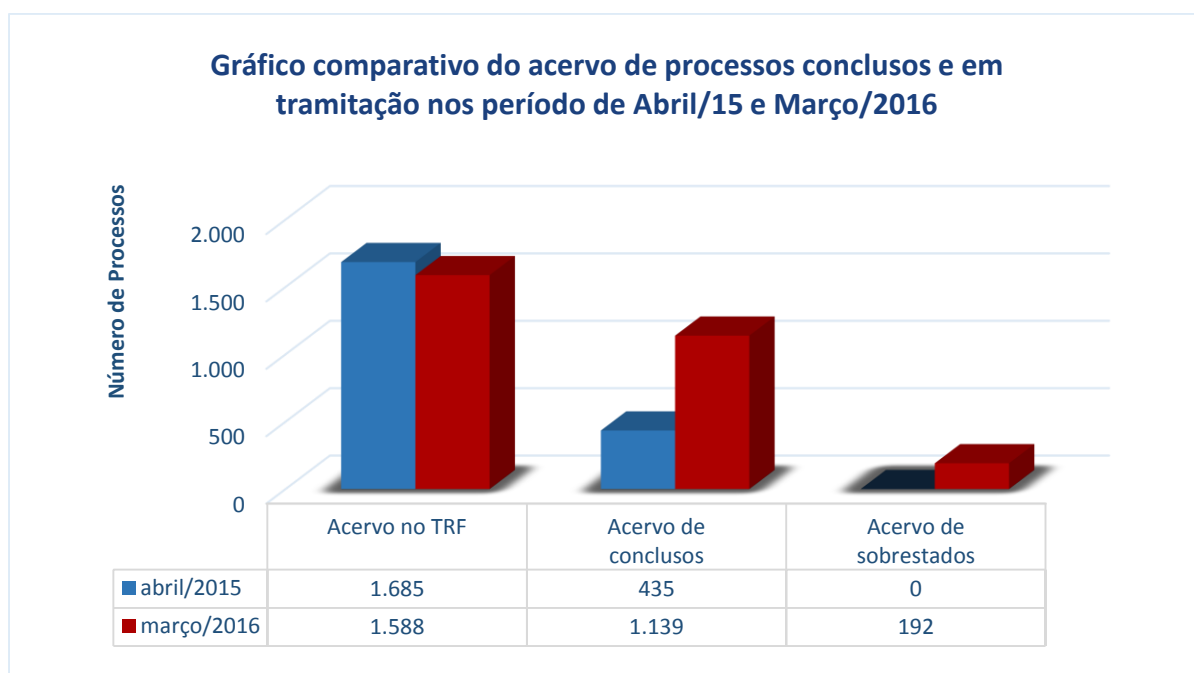
Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal a relativa à correção monetária dos saldos de caderneta de poupança - RE 591.797/SP e 626.307/SP:

00003712320084025001	00018041920094025101	00086637619944025101
00096229020074025101	00105625520074025101	00110484020074025101
001233293120074055101	00270306020084025101	05201551720084025101
05201647620084025101	05203422520084025101	08179252620084025101

O Gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.139 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 71,18 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 97 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.248
Total de Processos (saídas)**	1.207
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	1.041
Processos distribuídos	2.114

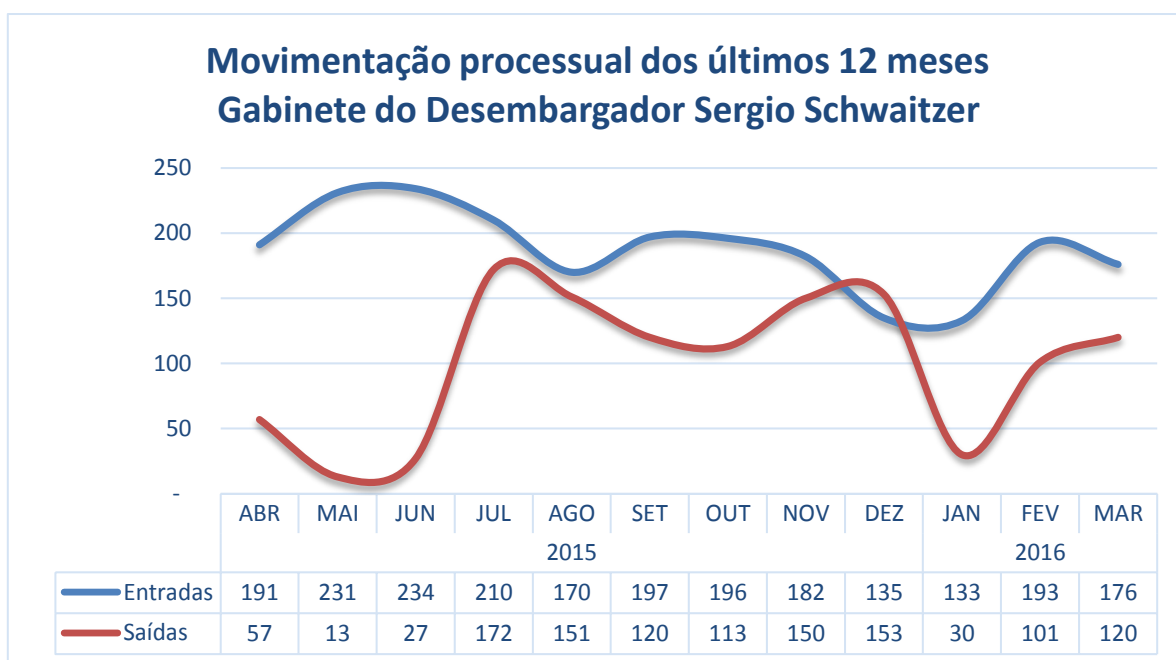
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.248 e saída de 1.207 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	440
Total de processos julgados em mesa	170
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	470
TOTAL	1.080
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	16%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.080 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.114; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 170 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 470 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 16%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	21
b. Agravo Legal/Regimental	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 21 embargos de declaração e 8 agravos legais/regimentais.

Existem 2 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	2
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	2
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	5
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	2
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	7
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 16 processos, representando 1,4% do acervo de processos conclusos na unidade (1.139).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Sérgio Schwaitzer

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	2
2003	-	-	-
2004	-	-	1
2005	-	-	-
2006	-	-	2
2007	-	-	4
2008	-	-	3
2009	-	-	4
2010	-	-	5
2011	-	-	7
2012	-	-	6
2013	16	4	16
2014	32	128	81
2015	-	303	723
2016	-	-	285
Total	48	435	1.139

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 48; atualmente, há 1.139. Não houve diminuição dos feitos conclusos, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo. Verifica-se, contudo, que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2012, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2002, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, havia 7 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram em 11. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	2
TOTAL	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do Gabinete liberados para revisão e nem para declaração de voto. Existem 6 feitos que aguardam voto-vista. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	1
TOTAL	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 1 processo conclusivo para revisão, 6 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações há três feitos sem movimentação há mais de 30 dias, sendo um (201551015027741²²) para lavratura de acórdão e dois (201500000074981 e 201450010026200²³) para voto-vista, recomendando-se a movimentação em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015– Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque o fato de incluir em pauta os processos com pedidos de votos-vista, nos termos do art. 940, do NCPC.

²² Numeração do CJF

²³ Numeração do CJF

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 35 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 20 são físicos e 15 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas (00072039320154020000 - virtual - o processo se encontra no Gabinete 24) e os que não estavam fisicamente disponíveis [00004889120114025103 - vista para o MPF; 00254356020074025101 - vista à parte autora; 00083627020104025101 - 7ª Turma Especializada - julgado em 30/3/2016, e; 050277444920154025101 (que é o mesmo 201551015027741) - remetido à 7ª Turma Especializada em 11/4/2016 - julgado em 18/11/2015] foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados feitos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Promover, no prazo de 90 dias, ao julgamento dos processos das metas de nivelamento do CNJ ainda pendentes de apreciação;

b) Julgar, em 90 dias, os seguintes processos, com data de conclusão em 2014 e 2015:

00003324520104025166	00004679420064025005	000127266320124025157
00033039220104025104	00047159320124025102	00053264920124025101
00078091820134025101	00160143620134025101	00187941720114025101
00204202320014025101	00207197720134025101	00750024619964025101

c) Devolver, em 60 dias, o Processo 201551015027741²⁴, que aguarda lavratura de acórdão há mais de 30 dias;

²⁴ Numeração do CJF

d) Devolver, em 60 dias, os Processos 201500000074981 e 201450010026200²⁵, que aguardam voto-vista há mais de 30 dias.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há mais de um ano, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, malgrado a atuação do atual Desembargador seja recente, desde 10/4/2015, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) A triagem inicial de processos é realizada por um servidor destacado do Gabinete para tal atribuição, que analisa prevenção e impedimentos do relator, classifica por prioridades e os distribui entre os servidores por assunto, observando-se as classes processuais (agravos, apelações, competência originária) e as matérias (SFH, saúde, execuções fiscais etc). Há uma mesa virtual no Sistema Apolo para onde são direcionados os pedidos de preferência e urgência, dentre os quais os agravos internos e embargos de declaração;

b) As prioridades são observadas e os processos são classificados segundo ordem cronológica, independentemente de serem físicos ou eletrônicos;

c) Os servidores são especializados por matéria, não havendo distinção entre as fases processuais;

d) Quanto aos feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, o Gabinete realiza mutirões semestrais para solucioná-los;

e) Ultimamente não houve demanda de remessa de processos para o núcleo de conciliação do TRF, tampouco as partes vêm apresentando pedidos de homologação de acordo em número significativo a demandar tratamento específico sobre o tema. Igualmente, não há iniciativa por parte dos conselhos profissionais para a realização de mutirões de conciliação nas execuções fiscais de seu interesse;

f) O Magistrado raramente adia o julgamento de processos, pois os votos são preparados antes de pautados. Quando isso acontece, geralmente são julgados na sessão subsequente;

g) O julgamento dos feitos em mesa, sobretudo agravos internos e embargos de declaração, são tratados com prioridade visando à redução do estoque de processos;

²⁵ Numeração do CJF

h) Não há controle específico de prazos para julgamento dos feitos, porém, a cada trimestre é realizada reunião para identificação dos processos mais antigos e inclusão em mutirões;

i) Como meta, adota-se a prática de priorizar o julgamento dos processos mais antigos;

j) O planejamento e a avaliação das atividades, do desempenho, da produtividade e das metas são realizados trimestralmente de acordo com os dados frequentemente coletados no Sistema de Estatística do TRF;

k) A gestão de pessoal e de recursos materiais é atribuição da Chefe do Gabinete, que não identificou dificuldades dignas de registro;

l) O atendimento aos advogados é realizado pelos servidores, assessores e Magistrado, independentemente de agendamento prévio, durante o expediente;

m) O Gabinete acompanha as recomendações das inspeções anteriores e inclui as pendências nos mutirões que realiza;

n) Considerando a vigência do NCPC, o gabinete vem adequando as suas rotinas às prescrições ali dispostas, dentre as quais a inclusão de processos em pauta que antes eram apresentados em mesa;

o) Os processos com pedidos de vista geralmente são apresentados para julgamento dentro do prazo regimental;

p) Ordinariamente não há processos do Gabinete pendentes com outros julgadores por mais de 30 dias;

q) Normalmente devolvem-se os feitos dos outros gabinetes dentro do prazo de 30 dias;

r) As medidas de contingenciamento orçamentário de 2016 não impactaram negativamente ao ponto de comprometer os trabalhos, salvo no que se refere ao desligamento da central de ar-condicionado às 20 horas, o que dificulta a permanência na sede além desse horário;

s) O Magistrado não identificou dificuldades no Sistema Apolo, que funciona a contento, salvo no que se refere à plataforma de texto web, que precisa ser aprimorada;

t) Quanto ao registro da última inspeção²⁶, o Magistrado reconheceu que o quadro melhorou bastante, notadamente porque em 2014 o conhecimento do sistema eletrônico ainda era muito incipiente, tendo daquele momento para hoje sido objeto de aprimoramento e melhorias significativas em seu funcionamento;

²⁶ "A principal queixa da unidade se refere às inconsistências do Sistema Eletrônico do TRF2, o qual, segundo a chefia do gabinete, ainda carece de melhorias" (Observação: o gabinete, à época, era da titularidade do Desembargador Federal Reis Friede).

u) O Magistrado sugere que a Corregedoria-Geral passe a ter acesso aos bancos de dados do Tribunal previamente à realização da inspeção.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade, no geral, apresentou um bom desempenho na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica excessivo acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) A unidade sofreu redução da equipe, porém, com incremento na força de trabalho na atividade-fim;

b) O Gabinete logrou reduzir o seu acervo consideravelmente no último ano, embora tenha havido grande aumento quanto ao número de processos conclusos;

c) A relação servidor de atividade-fim/processo apresenta-se equilibrada e apta a garantir um bom desempenho;

d) O fluxo processual (entrada x saída de processos) atualmente é desfavorável, carecendo de inversão, sob pena de aumento de acervo;

e) A equação processos julgados x processos distribuídos demanda atenção da unidade, que não vem cuidando para que aqueles superem o número dos feitos que ingressam;

f) O percentual de recorribilidade das decisões monocráticas é baixo (16%);

g) Há ainda processos afetos à Meta 2 do CNJ pendentes de julgamento, os quais representam pouco mais de 1% do acervo;

h) Existem 28 processos conclusos pendentes de julgamento anteriores ao ano de 2011, portanto há mais de cinco anos em tramitação no Tribunal;

i) Verificou-se forte incremento no número de processos conclusos ao gabinete, considerando a inspeção anterior;

j) Há sete processos da Meta 4/2016 do CNJ;

k) Há onze processos da Meta 6/2016 do CNJ.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Priorizar o julgamento dos processos das metas de nivelamento do CNJ ainda pendentes de apreciação;

b) Observar os prazos processuais vigentes quanto à devolução de votos-vista;

c) Publicar a lista de processos por ordem cronológica de conclusão, nos termos do art. 12, NCPC.

d) Observar os prazos do art. 1.024 NCPC para o julgamento dos 4 embargos de declaração pendentes de apreciação (item 3.8);

e) Submeter ao colegiado as decisões monocráticas de natureza liminar, cautelar ou tutela antecipada proferida antes do decurso do prazo de 90 dias de sua prolação.

f) Observar os prazos legais para a apresentação de votos-vista e lavratura de acórdão.

g) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ ANTONIO NEIVA

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA.
- 1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Órgão Especial; Terceira Seção Especializada - Administrativo; Sétima Turma Especializada - Administrativo.
- 1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 1/7/2010.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	0	0	0	2	17	12
Inspeção/2016	17	1	-	-	2	20	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Houve incremento de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	2.684
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	1.770
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	1.250
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1.161
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	145
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	143

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 89 e o de sobrestados reduziu em 2.

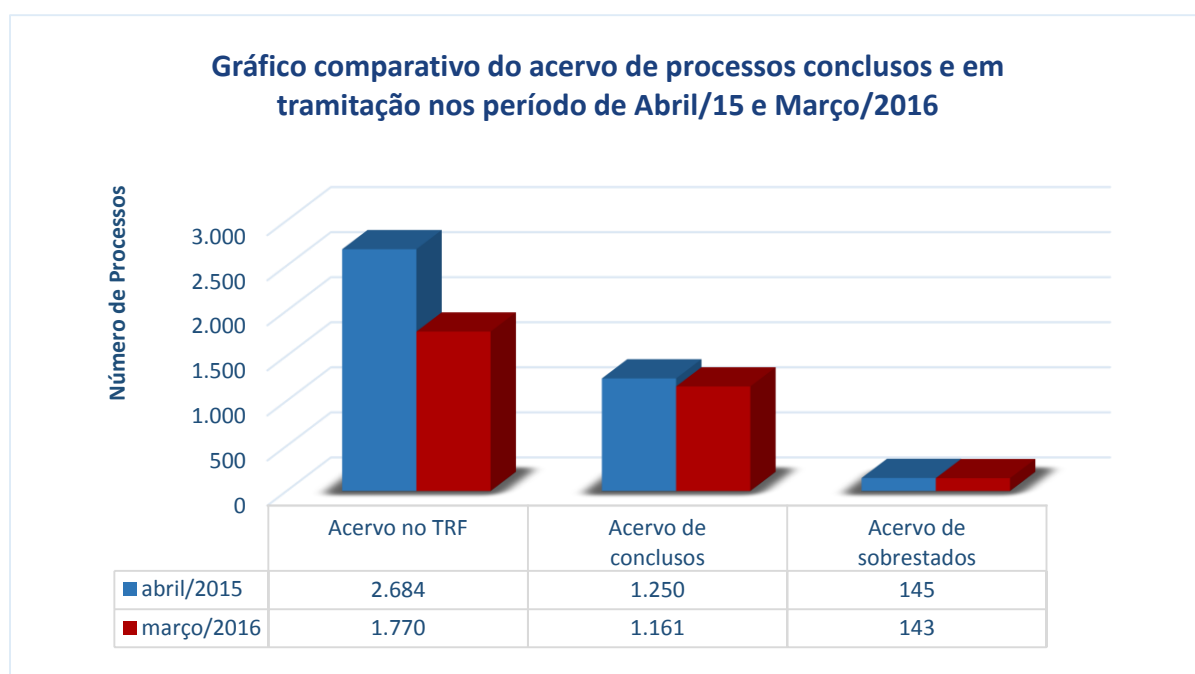
Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal a relativa à correção monetária dos saldos de caderneta de poupança - RE 591.797/SP e 626.307/SP:

00015264320084025104	00026901820094025101	00034480220064025101
00041861020084025104	00101291720084025101	00113540920074025101
00131209720074025101	00138033720074025101	00302159419944025102
00751883519974025101	05224079020084025101	

O Gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.161 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 82,92 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 914 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.228
Total de Processos (saídas)**	2.185
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	43
Processos distribuídos	2.061

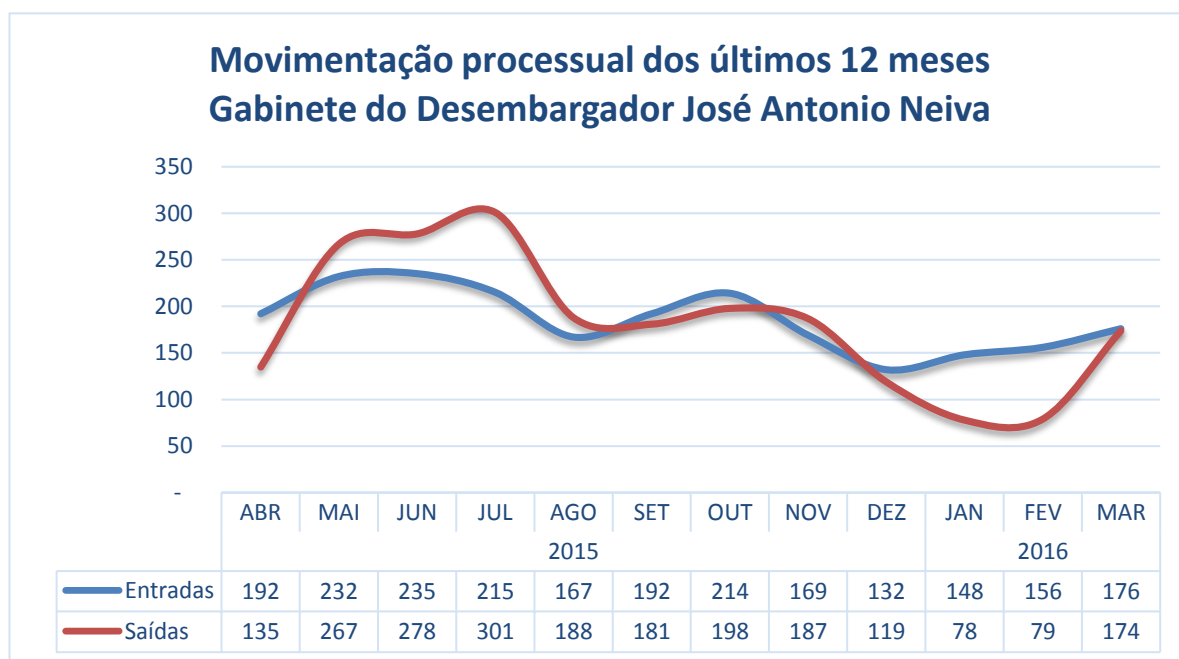
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.228 e saída de 2.185 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.501
Total de processos julgados em mesa	196
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	375
TOTAL	2.072
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	16%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.072 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 2.061; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 196 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 375 decisões monocráticas terminativas cujo grau de recorribilidade foi identificado em 16%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	54
b. Agravo Legal/Regimental	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 54 embargos de declaração e 2 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	2
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	1
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 8 processos, representando 0,69% do acervo de processos conclusos na unidade (1.161).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador José Antonio Neiva

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	1	-	-
2002	2	2	1
2003	1	1	2
2004	2	-	1
2005	2	2	1
2006	2	1	1
2007	2	3	3
2008	2	2	7
2009	5	9	5
2010	10	7	7
2011	7	6	4
2012	12	3	9
2013	204	26	14
2014	144	847	136
2015	-	341	659
2016	-	-	311
Total	396	1.250	1.161

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 396; atualmente, há 1.161. Houve diminuição dos feitos conclusos, o que deve ser registrado como louvável. Verifica-se, outrossim, que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2013, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e

julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2002, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, havia 1 processo e nenhum da Meta 6/2016. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	2
TOTAL	6

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processo do gabinete liberado para revisão e nem para declaração de voto. Existem 3 feitos aguardando voto-vista. Neste universo há quatro processos que aguardam providência há mais de 30 dias, sendo três (201500000074981; 201450010026200 e 201151010030264²⁷) para voto-vista e um (201051010196630) para lavratura de acórdão, configurando pendência externa a ser cobrada.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	0
TOTAL	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 1 processo conclusivo para revisão, nenhum para voto-vista e nem para declaração de voto. Nessas situações há um feito sem movimentação há mais de 30 dias para revisão (201251020002660²⁸), recomendando-se a movimentação em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015– Estatuto do Deficiente

²⁷ Numeração do CJF.

²⁸ Numeração do CJF.

Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a informação prestada pelo Magistrado de que a equipe, antes mesmo da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, já vinha estudando e discutindo as alterações de rotina a serem adotadas no Gabinete.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 47 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 26 são físicos e 21 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, exceto no que se refere a alguns registros de "remessas de conclusão" identificadas no site do TRF2, as quais não constavam na base de movimentação processual do Apolo.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber: 00028071420064025101; 00086116020064025101; 00007975220104025102, e; 00031399220034025001²⁹. Ademais, há outros três feitos objeto de inspeção anterior (item 3.12 do questionário) os quais não figuram na lista da atual, estando um suspenso e os demais em fase de elaboração de voto para inclusão em pauta.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados feitos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias, os processos das metas de nivelamento do CNJ ainda pendentes de apreciação;

b) Julgar, no prazo de 90 dias, os processos:

00000191120124025103	00002118120024025106	00002669220124025102
00004752420134025103	00007975220104025102	00020338620134025117
00021981720124025167	00028071420064028101	00031399220034025001

²⁹ Há informação no item 3.12 do questionário de que se encontram em fase de elaboração de voto para inclusão em pauta.

00038939720044025001	00054173819954025101	00057307520134025001
00063471220024025101	0071017420134025001	00074787020124025101
00081447120124025101	00085572120114025101	00086116020064025101
00103418220014025101	00138160220084025101	00253914620044025101
01030501920134025101	01071796720134025101	01252069820134025101
01421594020134025101		

c) Julgar, em 90 dias, o processo remanescente da inspeção anterior: 00007975220104025102;

d) Regularizar a fase processual no sistema e nos autos físicos e promover seu andamento: 00063934420154025101³⁰;

e) Observar os prazos do art. 1.024 NCPC para o julgamento dos 29 embargos de declaração pendentes de apreciação (item 3.8);

f) Promover o julgamento do único processo com decisão monocrática de natureza liminar, cautelar ou tutela antecipada proferida há mais de 90 dias e não submetido ao exame do colegiado (item 3.8);

g) Proceder à revisão no Processo 201251020002660³¹, concluso há mais de 90 dias.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo³².

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) Os processos são triados segundo as prioridades legais, observando-se, quanto ao mais, a ordem cronológica de conclusão no Gabinete. As urgências são igualmente identificadas, havendo situações em que o grau de repercussão da causa justifica julgamento mais célere (ex. ações envolvendo agências reguladoras);

b) A equipe dispõe de ampla liberdade para a distribuição das atividades, de acordo com as matérias veiculadas (SFH, improbidade administrativa, execuções fiscais - matéria não tributária, ações civis públicas, desapropriações etc). Nesse sentido, a triagem é realizada segundo a competência dos servidores, sendo os processos divididos por assunto vinculados às especialidades de cada um;

c) Não há especialização por fase processual;

³⁰ Trânsito em julgado em 1.12.2015.

³¹ Numeração do CJF.

³² O gabinete tinha 1.096 processos em 9.2014; 1.250 processos em 9.2015, e; 1161 em 31.3.2016.

d) Os feitos com prioridade legal ou meta CNJ são regularmente identificados, havendo acompanhamento específico do seu andamento;

e) Atualmente não são adotadas medidas de fomento à conciliação no Gabinete, sendo certo que, no passado, havia um núcleo de conciliação atuante no Tribunal, ocasião em que diversos processos, em especial os do Sistema Financeiro da Habitação, foram levados a composição. No que se refere à desistência de recursos, o número de pleitos nesse sentido não é considerável;

f) É conferida prioridade aos feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, geralmente os apresentando na sessão subsequente;

g) Não há um controle específico quanto ao prazo para julgamento de feitos, mas orientação para o julgamento dos processos o mais rápido possível. Para tanto, adota-se a técnica de pautar os processos independentemente de os votos correspondentes estarem preparados;

h) Os servidores que elaboram minutas de votos possuem uma cota semanal de processos para inclusão em pauta de julgamento, levando em consideração a complexidade e antiguidade dos processos;

i) Não há planejamento e avaliação periódica de atividades, pois, no entender do Magistrado, os trabalhos vêm fluindo razoavelmente;

j) Em relação à avaliação de desempenho das atividades do Gabinete, o controle é estatístico, mediante consulta periódica dos dados relativos ao acervo e à conclusão no portal de estatística do TRF2. Igualmente há verificação semanal dos processos mais antigos para julgamento, das preferências legais, dos agravos de instrumento e de medidas de urgência. Observa-se, outrossim, que se o número de julgados supera o dobro de distribuídos no período;

k) No que toca à produtividade e às metas, adota-se a postura de julgar o máximo possível de processos, sempre visando a redução do acervo;

l) Há um servidor responsável pelo controle de entrada e saída de processos, bem como pelo atendimento ao público. Outros catorze servidores são encarregados da análise dos autos e da elaboração de minutas de despachos/decisões/votos e dois estagiários em auxílio a essas atividades. Há um servidor a quem toca o exame de correlação/prevenção, elaboração de despachos, expedição de ofícios, controle de material e demais atividades administrativas e dois agentes de segurança que atendem ao Magistrado;

m) Quanto à gestão de material, as requisições são feitas em observância ao cronograma do setor de almoxarifado, em regra, de quinze em quinze dias. Os materiais são solicitados para atendimento à necessidade do período, evitando-se estoque desnecessário;

n) Quanto ao atendimento aos advogados, a prática registrada na inspeção de 2014 não foi alterada, ou seja: é realizado diariamente, pelo próprio Magistrado, durante o expediente forense, sem a necessidade de agendamento prévio, ressalvando-se os horários das sessões de julgamento;

o) O Gabinete acompanha as recomendações das inspeções anteriores, procurando adequar as rotinas às sugestões e observações apresentadas;

p) O Magistrado apontou a necessidade de se aprimorar o sistema de informática utilizado para a movimentação processual, registrando especificamente diversos entraves no sistema de texto-web, que constantemente sofre paralisações e quedas, demandando, outrossim, muito tempo para a validação da assinatura eletrônica. Igualmente, há queixa quanto ao não funcionamento do sistema de compartilhamento de texto-web, o que requer a remessa do voto do relator para o julgador que pediu vista por meio de correio eletrônico;

q) As medidas de contingenciamento adotadas no ano de 2016 não estão comprometendo o regular andamento dos feitos, apesar da redução do número de estagiários de 4 para 3;

r) O número de servidores é considerado pelo Magistrado como adequado para a demanda do Gabinete.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade, no geral, apresentou um bom desempenho na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica excessivo acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) A unidade conseguiu ampliar o tamanho da equipe, inclusive no que se refere à força de trabalho na atividade-fim;

b) O gabinete logrou reduzir o seu acervo consideravelmente no último ano, inclusive quanto ao número de processos conclusos;

c) A relação servidor de atividade-fim/processo apresenta-se equilibrada e apta a garantir um bom desempenho;

d) O fluxo processual (entrada x saída de processos) atualmente é desfavorável, carecendo de inversão, sob pena de aumento de acervo;

e) A equação processos julgados x processos distribuídos demonstra eficiência da unidade, a qual vem cuidando para que aqueles superem o número dos feitos que ingressam;

f) O percentual de recorribilidade das decisões monocráticas é baixo (16%);

g) Há ainda processos afetos à Meta 2 do CNJ pendentes de julgamento, os quais não representam sequer 1% do acervo;

h) Existem 32 processos conclusos pendentes de julgamento anteriores ao ano de 2011, portanto há mais de cinco anos em tramitação no Tribunal;

i) Verificou-se forte incremento no número de processos conclusos ao gabinete, considerando a inspeção anterior;

j) Há um processo da Meta 4/2016 do CNJ;

k) Não há processo da Meta 6/2016 do CNJ.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Priorizar o julgamento dos processos com prioridade legal e das metas de nivelamento do CNJ ainda pendentes de apreciação;

b) Observar os prazos processuais vigentes quanto à devolução de votos-vista bem como ao julgamento dos embargos de declaração;

c) Publicar a lista de processos por ordem cronológica de conclusão, nos termos do art. 12, NCPC.

d) Priorizar o julgamento do processo remanescente da inspeção anterior 00007975220104025102;

e) Observar os prazos do art. 1.024 NCPC para o julgamento dos embargos de declaração pendentes de apreciação, em número de 29 (item 3.8);

f) Submeter ao colegiado as decisões monocráticas de natureza liminar, cautelar ou tutela antecipada proferida antes do decurso do prazo de 90 dias de sua prolação.

g) Cumprir as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO ARAÚJO

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO.
1.2. Órgãos de atuação: Sétima Turma Especializada - Administrativo, 3ª Seção Especializada.
1.3. Tempo de atuação no acervo: desde abril/2011.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados ³³	Terceirizados ³⁴	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	1	0	0	4	21	11
Inspeção/2016	13	1	-	-	2	16	9

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 5 auxiliares a menos. Houve redução de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

³³ Não informado na inspeção de 2016.

³⁴ Não informado na inspeção de 2016.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	2.614
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	2.344
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	1.182
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1.711
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	239
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	236

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 529 e o número de sobrestados reduziu em 3.

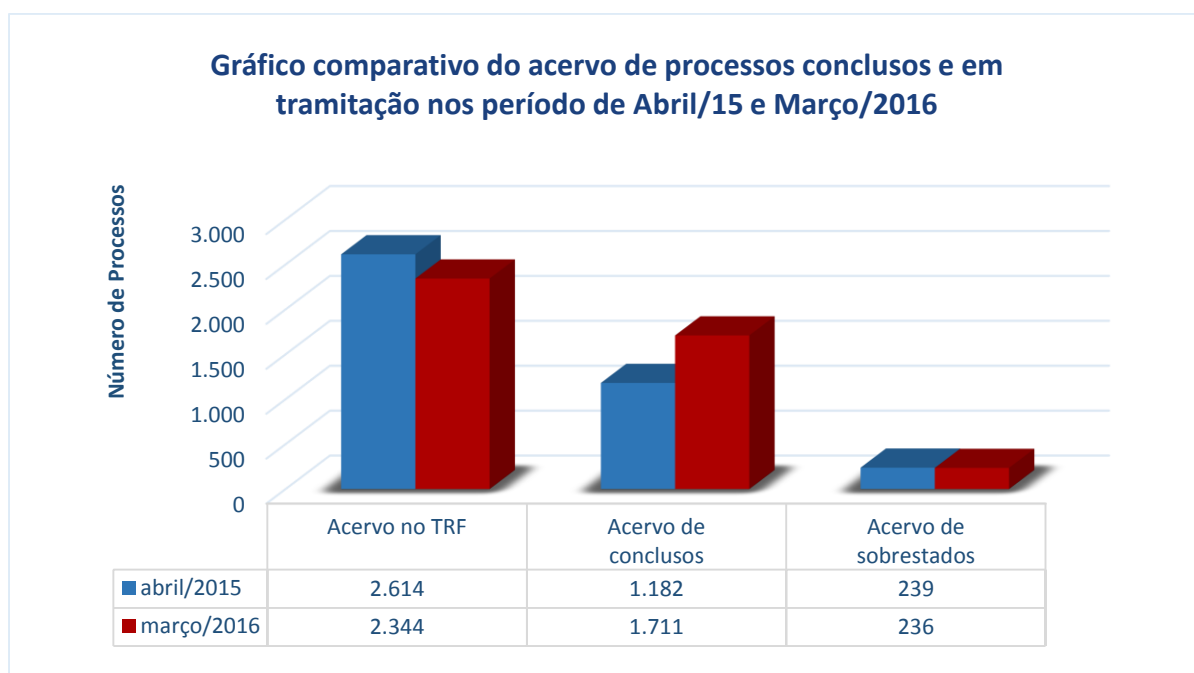
Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal a relativa à correção monetária dos saldos de caderneta de poupança - RE 591.797/SP e 626.307/SP:

00003033020074025156	00012837420074025156	00012837420074025156
000223482220074025119	00026052920094025102	00036989520074025102
00056207720074025107	00061984920074025001	00078315220084025101
00119551520074025101	00130958420074025101	00130958420074025101
00153251220014025101	00245614120084025101	00266235420084025101
00282482620084025101		

O gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.711 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 190,11 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 270 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.291
Total de Processos (saídas)**	1.749
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	542
Processos distribuídos	2.121

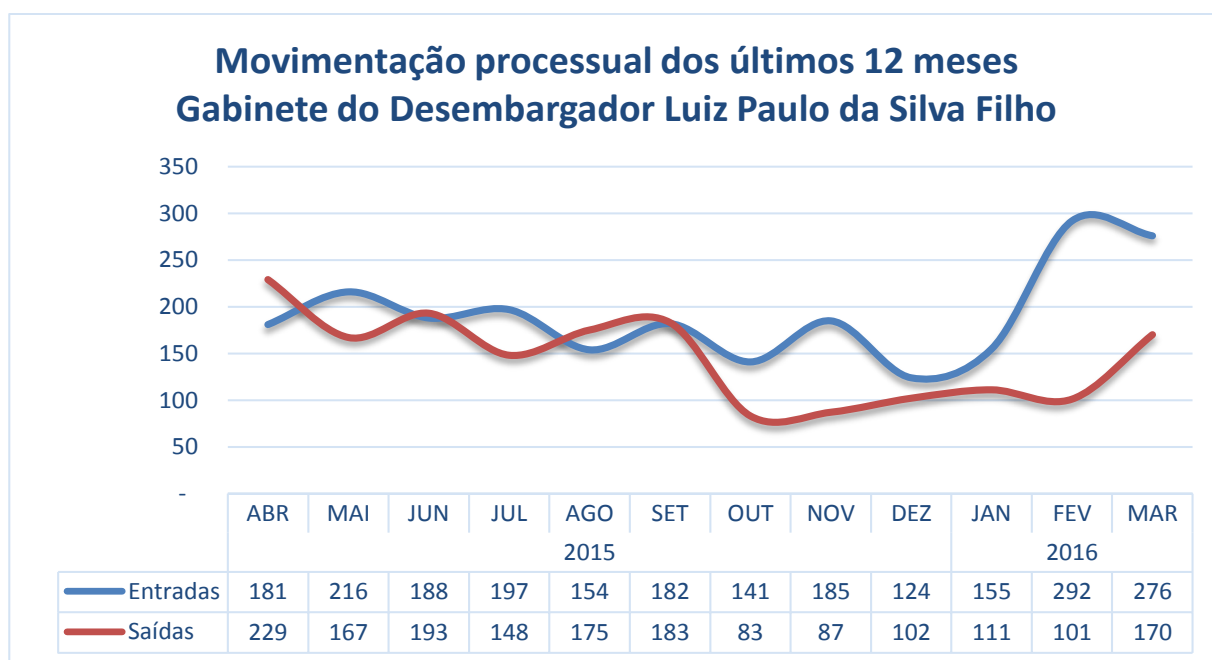
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.291 e saída de 1.749 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.071
Total de processos julgados em mesa	155
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	412
TOTAL	1.638
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	25%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.638 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.121; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 155 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 412 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 25%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	33
b. Agravo Legal/Regimental	77

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 33 embargos de declaração e 77 agravos legais/regimentais.

Existem 10 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	7
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	26
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	9
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 35 processos, representando 2,05% do acervo de processos conclusos na unidade (1.711).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Luiz Paulo Araújo Filho

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	1	-	1
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	2
2006	3	-	-
2007	1	1	-
2008	1	2	2
2009	5	1	5
2010	34	11	8
2011	62	21	13
2012	140	45	34
2013	428	93	58
2014	192	777	364
2015	-	231	727
2016	-	-	497
Total	867	1.182	1.711

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 867, atualmente, há 1.711. Não houve diminuição dos feitos conclusos, o que se revela um dado preocupante, devendo o Gabinete adotar providências para inverter o fluxo. Verifica-se, todavia, que grande parte do acervo é do ano de 2015, restando alguns feitos anteriores ao ano de 2012.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2002, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, havia 9 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram também em 9. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	2
TOTAL	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, um feito que aguarda voto-vista e nenhum para declaração de voto. Neste universo há dois processos que aguardam providências há mais de 30 dias, sendo um (201551015027741³⁵) para lavratura de acórdão e um (201500000077222³⁶) para voto-vista, configurando pendência externa a ser cobrada.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	2
TOTAL	2

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a ausência de processos conclusos para revisão, nenhum para voto-vista e/ou para declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a observância à nova regra da sucumbência.

³⁵ Numeração do CJF.

³⁶ Numeração do CJF.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 60 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 26 são físicos e 34 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de dois processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2014: 00064835720124025101 e 00098002920134025101).

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Informação desatualizada no Sistema Apolo quanto ao retorno ao gabinete dos processos: 00129713419894025101, 0008639820114025101, 00010227220104025102, 00026052920094025102, 00046820920124025101, 00064835720124025101, 00087714123134025101, 00098002920134025101, 00121038420114025101, 00165530220134025101, 00186305220114025101, 00406041420124025101 e 00416365420124025101.

Foram identificados 7 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber:

00036718620054025101	00059295920114025101	00087714120134025101
00244967020134025101	00416365420124025101	01025360920144020000
00476903620124025101		

Na listagem, não constaram processos extraviados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Promover, no prazo de 90 dias, o julgamento dos processos das metas de nivelamento do CNJ ainda pendentes de apreciação;

b) Julgar, em 90 dias, os seguintes processos (apelações e remessas necessárias), com data de conclusão em 2014 e 2015 e ainda pendentes de apreciação:

00008639820114025101	00015127820124025117	00026052920094025102
00035791020114025001	00036718620054025101	00045510520104025101
00046820920124025101	00059295920114025101	00064835720124025101
00087408920114025101	00087714120134025101	00098002920134025101
00110244520124025001	00115670520134025101	00121038420114025101

00129683920134025101	00129713419894025101	00146319120114025101
00165530220134025101	00186305220114025101	00244967020134025101
0040604120124025101	0041636520124025101	01167376320134025101
05202074220104025101	08093038420104025101	00010227220104025102

c) Julgar, em 90 dias, os seguintes processos, referentes a agravos com decisões monocráticas desafiadas por recursos internos manejados há mais de 90 dias e não apreciados pelo colegiado: 01025360920144020000, 01049568420144020000, 01074891620144020000, 01077022220144020000, 01078650220144020000, 01078884520144020000 e 01082427020144020000.

d) Regularizar a situação do Processo 001299713419894025101, que permaneceu um ano no gabinete sem registro de conclusão, embora estivesse pronto para julgamento (segundo o Gabinete, foi erro da Subsecretaria da Turma).

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação regular do acervo em geral, com pontuais problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução no último período, mas, ao contrário, crescimento do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) Os processos são triados por um servidor específico, com o auxílio da assessoria, e distribuídos com a equipe de acordo com o assunto, grau de urgência, grau de dificuldade, prioridades legais, observando-se, quanto ao mais, a ordem cronológica;

b) Os processos físicos são separados por matéria;

c) A equipe dispõe de ampla liberdade para a distribuição das atividades, de acordo com as matérias veiculadas (SFH, improbidade administrativa, execuções fiscais - matéria não tributária, ações civis públicas, desapropriações etc). Nesse sentido, os detentores de função comissionada FC-4 atuam nos feitos repetitivos, os servidores com FC-5 trabalham nos processos de média complexidade, ficando os assessores com as matérias mais complexas;

d) Os feitos com prioridade legal ou meta do CNJ são regularmente identificados e dispostos em separado, havendo acompanhamento específico do seu andamento;

e) Atualmente não são adotadas medidas de fomento à conciliação no Gabinete, sendo certo que, no passado, havia um núcleo de conciliação atuante no Tribunal, ocasião em que diversos processos, em especial os do Sistema Financeiro da Habitação, foram levados a composição. No que se refere à desistência de recursos, o número de pleitos nesse sentido não é considerável;

f) É conferida prioridade aos feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;

g) Não há um controle específico quanto ao prazo para julgamento de feitos, mas orientação para o julgamento dos processos conclusos há mais tempo. Para tanto, o gabinete adota a técnica de pautar os processos independentemente de os votos correspondentes estarem preparados;

h) No que toca à produtividade e às metas, o gabinete tinha por prática a preparação de, pelo menos, 60 processos por semana. Contudo, diante da redução dos quadros, atualmente vem trabalhando com a meta semanal de 40 processos;

i) É realizada avaliação periódica das atividades de cada servidor;

j) Em relação à avaliação de desempenho das atividades, o controle é estatístico, mediante consulta periódica dos dados relativos ao acervo;

k) A gestão de pessoal e de recursos materiais é realizada pela Chefe do Gabinete, sendo certo que estes tem sido suficientes para o atendimento das necessidades da unidade;

l) O atendimento aos advogados é realizado diariamente pelos servidores e, quanto ao magistrado, conforme a sua disponibilidade durante o expediente, ressaltando-se os dois dias que antecedem a sessão da Turma, quando o Desembargador prioriza a preparação dos votos. Quando não se tratar de matéria urgente, prioriza-se o agendamento;

m) O gabinete acompanha as recomendações das inspeções anteriores, procurando adequar as rotinas às sugestões e observações apresentadas;

n) O Magistrado apontou a necessidade de se aprimorar o sistema de informática utilizado para a movimentação processual, registrando especificamente diversos entraves no sistema de texto-web, que constantemente sofre paralisações e quedas, demandando, outrossim, muito tempo para a validação da assinatura eletrônica;

o) As medidas de contingenciamento adotadas no ano de 2016, especialmente no que toca ao desligamento do sistema de refrigeração às 20h, abreviam o tempo em que o gabinete deveria estar dedicado à preparação dos processos, porquanto dificultam a permanência nas dependências do Tribunal (o pessoal concentra o trabalho na atividade-fim após o encerramento do atendimento, às 17h);

p) Os pedidos de vista são levados a julgamento geralmente na primeira sessão subsequente;

q) O Gabinete vem adequando suas rotinas ao NCPC, em especial no que toca às novas regras de sucumbência;

r) O Magistrado considera que o número de servidores é inadequado para a demanda, entendendo, ainda, que os gabinetes deveriam ter prioridade para a lotação dos quadros mais qualificados;

s) Persistem as queixas registradas na inspeção de 2014³⁷ e na autoinspeção de 2015³⁸.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade, no geral, apresentou satisfatório desempenho na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica excessivo acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação regular do acervo geral, com algumas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) A unidade sofreu redução no tamanho da equipe, inclusive quanto à força de trabalho na atividade-fim;

b) O gabinete logrou reduzir o seu acervo no último ano, salvo quanto ao número de processos conclusos, que sofreu considerável acréscimo;

c) A relação servidor de atividade-fim/processo apresenta-se desequilibrada, podendo comprometer o bom desempenho das atividades;

d) O fluxo processual (entrada x saída de processos) atualmente é desfavorável, carecendo de inversão, sob pena de aumento de acervo;

e) A equação processos julgados x processos distribuídos demanda atenção da unidade, a qual não vem cuidando para que aqueles superem o número dos feitos que ingressam;

³⁷ "a principal queixa da unidade se refere às inconsistências do Sistema Eletrônico do TRF2, o qual, segundo a chefia do gabinete, ainda carece de melhorias".

³⁸ "novo sistema de informática ainda em fase de ajustes; obtenção de dados relacionados às estatísticas, para melhor administração do acervo; falta de servidores qualificados; quantidade insuficiente de servidores/funções em relação ao acervo; impossibilidade de substituição/reposição no afastamento de servidores por licença, ainda que por longo período, como nos casos de licença-maternidade, por exemplo".

- f) O percentual de recorribilidade das decisões monocráticas é considerável (25%);
- g) Existem dez processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado;
- h) Há ainda processos afetos à Meta 2 do CNJ pendentes de julgamento, os quais representam pouco mais de 2% do acervo;
- i) Existem 9 processos conclusos pendentes de julgamento, anteriores ao ano de 2011, portanto há mais de cinco anos em tramitação no Tribunal;
- j) há 9 processos da Meta 4/2016 do CNJ;
- k) há 9 processos da Meta 6/2016 do CNJ;
- l) No Processo 00045510520104025101 houve a juntada da certidão de óbito do autor no ano de 2013, porém apenas em 8/4/2016 foi prolatado despacho de suspensão do feito com a intimação para habilitação dos herdeiros;
- m) Identificou-se demora na prolação de despacho intimação dos embargados no Processo 002119895420044025101 (conclusão em 25/8/2015 - despacho em 8/4/2016);
- n) Em relação ao Processo 01015808420124025101 (201251011015809) houve atraso na disponibilização do voto (em 8/1/2016), uma vez que o julgamento se deu em 23/9/2015;
- o) Apurou-se falta de informação atualizada no Sistema Apolo quanto ao retorno ao gabinete dos processos 00115670520134025101 e 00129713419894025101.

6) RECOMENDAÇÕES:

- a) Priorizar o julgamento dos processos com prioridade legal e das metas de nivelamento do CNJ ainda pendentes de apreciação;
- b) Observar os prazos processuais vigentes quanto à devolução de votos-vista;
- c) Publicar a lista de processos por ordem cronológica de conclusão, nos termos do art. 12, NCPC;
- d) Observar os prazos do art. 1.024 NCPC para o julgamento dos embargos de declaração pendentes de apreciação, havendo, no caso, 16 conclusos há mais de 30 dias (item 3.8);
- e) Buscar incrementar a equipe de trabalho, diante da substancial redução do quadro do Gabinete e da desequilibrada relação na equação servidor x processo.
- f) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal MARCELO PEREIRA DA SILVA.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** 8ª Turma Especializada/3ª Seção Especializada/Corte Especial (membro eleito)/Plenário.
- 1.3. **Tempo de atuação no acervo:** 31/01/2014 (CF. Ato n. TRF2-ATP-2014/00021)

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio direto ao Gabinete. Há treze processos que se encontram conclusos à Juíza Federal Geraldine Pinto Vidal de Castro, que atua em auxílio a todo o Tribunal (Resolução da Presidência n. 14, de 22/7/2014 e Atos ns TRF2-ATP-2015/00308 e TRF2-ATP-2015/00679):

2007.51.10.000791-4	2008.51.01.018670-8	2008.51.01.022415-1
2007.51.01.020533-4	1994.51.01.045401-5	2004.51.01.015106-3
2004.51.01.012922-7	2003.51.01.008005-2	2003.51.01.012298-8
2006.51.02.003753-3	2005.01.009121-6	2003.50.01.011103-4
2004.51.01.009185-6		

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	6	0	11	0	2	19	11
Inspeção/2016	6	0	11	0	3	20	12

A força de trabalho em exercícios sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com um estagiário de nível superior a mais. Houve incremento de um estagiário de nível superior na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	4.890
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	2.972
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	2.199
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	1.683
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	3
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

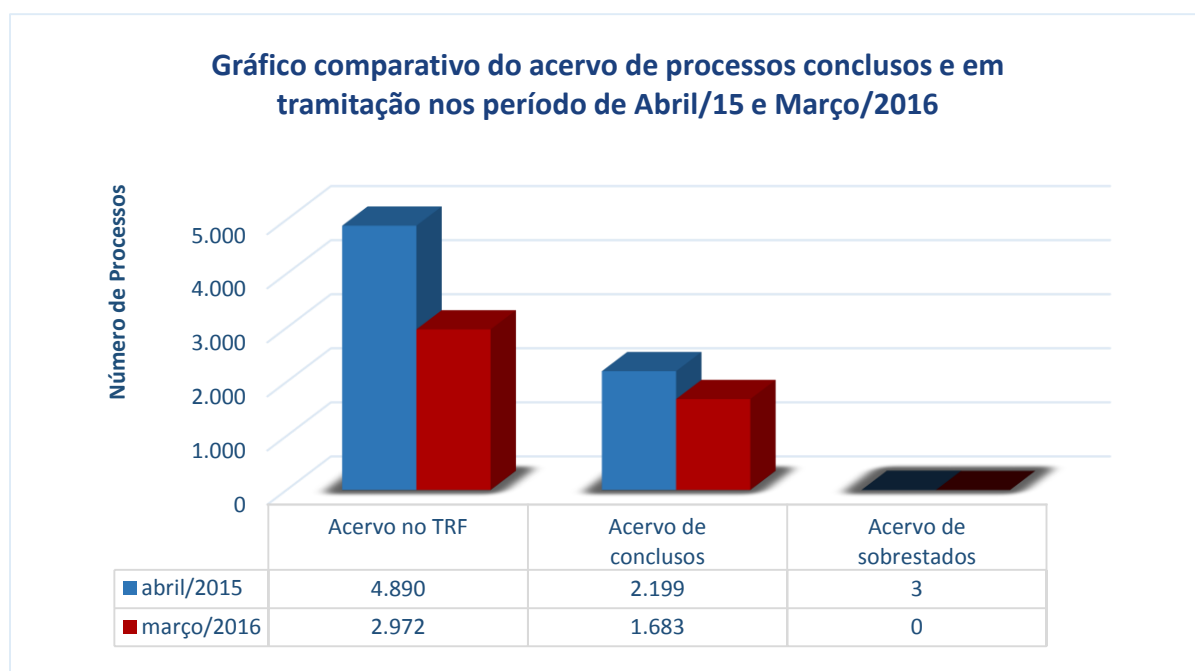
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 516 processos e o número de sobrestados reduziu-se a zero.

O Gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.683 processos conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 140,25 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.918 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.190
Total de Processos (saídas)**	3.268
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	-1.078
Processos distribuídos	2.045

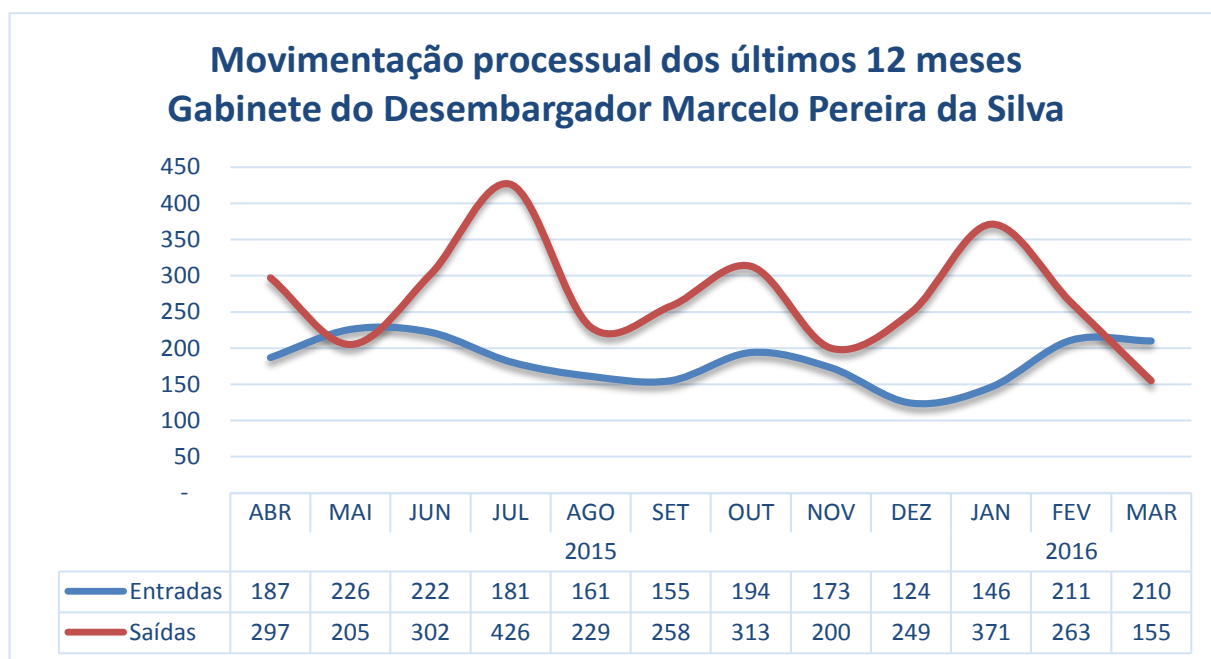
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.190 processos e saída de 3.268, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	2.718
Total de processos julgados em mesa	184
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	268
TOTAL	3.170
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	32%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 3.170 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 2.045; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 184 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 268 decisões monocráticas terminativas cujo grau de recorribilidade foi identificado em 32%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	179
b. Agravo Legal/Regimental	21

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento.

Existem pendentes de julgamento: 162 embargos de declaração, dos quais 135 com conclusão superior a trinta dias; 16 agravos legais/regimentais, dos quais 6 com conclusão superior a trinta dias; e 16 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado, considerando o tempo decorrido desde a decisão liminar.

O acervo do gabinete quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	25
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	61
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	5
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 90 processos, representando 5,35% do acervo de processos conclusos na unidade.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Marcelo Pereira da Silva

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	1	-	-
2000	-	-	-
2001	2	-	-
2002	5	3	-
2003	1	-	1
2004	3	-	-
2005	2	-	-
2006	4	-	-
2007	36	2	5
2008	84	5	3
2009	242	17	3
2010	419	22	10
2011	401	138	40
2012	480	163	77
2013	1.103	340	143
2014	185	1.129	350
2015	-	380	712
2016	-	-	339
Total	2.968	2.199	1.683

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 2.968; atualmente, há 1.683. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2013, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados.

Embora haja um acréscimo de 3 processos do ano de 2007, houve significativa redução do acervo dos processos distribuídos nos anos de 2008 a 2012, mas não somente. Igual redução significativa ocorreu nos anos de 2013 e 2014, demonstrando que o Gabinete não apenas desenvolve estratégias para cumprimento das metas, como também direciona seus esforços para o julgamento de processos distribuídos nos anos mais recentes.

Em relação ao processo distribuído no ano de 2003 que consta no acervo em 2016, verificou-se tratar-se do processo 0013033-60.2003.4.02.0000 (ação rescisória), que estava sobrestado em 2014 para aguardar julgamento do RE no STJ, ocorrido em 2015. Após esse julgamento, os autos passaram à relatoria do Desembargador Marcelo Pereira. Em virtude da ausência de interesse do réu na execução, determinou-se o arquivamento, em 4/2016.

Assim, o fluxo maciço de processos aguardando julgamento refere-se a processos distribuídos nos anos de 2015 e 2016, merecendo reconhecimento à equipe pela produtividade e resultados alcançados.

Quanto à Meta 4/2016 CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, havia 5 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 7. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	6
Outras situações	22
TOTAL	29

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão nem para declaração de voto. Há 1 feito que aguarda voto-vista e 6 remetidos para lavratura de acórdão.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	11
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	6
Outras situações	18
TOTAL	35

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos recebidos para revisão e para declaração de voto, e apurou-se a existência de 11 processos recebidos para voto-vista e 6 recebidos

para lavratura de acórdão, Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Constam, todavia, 18 processos recebidos em outras situações, não especificadas. Essas situações deverão ser especificadas e promovido o andamento daqueles que se encontrarem nessa situação sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas do NCPC, o Gabinete tem adequado suas decisões para amoldar-se às inovações introduzidas, a exemplo da concessão de prazo para a parte agravante emendar à inicial no agravo de instrumento, bem como para o agravado apresentar contrarrazões no agravo interno, dentre outras.

O Gabinete expressou preocupação com a aplicação do artigo 942 do NCPC, que estabeleceu nova sistemática de julgamento de recursos não unânimes na Turma, podendo a sistemática atualmente adotada, de remeter os processos para julgamento pela Seção, implicar em significativo atraso na continuidade do julgamento desses processos.

No que tange à Lei 13.140/15, a Emenda Regimental 34 passou a disciplinar o Núcleo Permanente de Solução Consensual de Conflitos em Regimento Interno (art. 10-A), prevendo o instituto da mediação além da conciliação.

Quanto à Lei 13.146/15, a Emenda Regimental 32 acrescentou ao art. 139 do RI um parágrafo único prevendo prioridade de julgamento aos advogados com deficiência que comparecerem às sessões nos processos em que atuem. O Gabinete tem ciência de que o art. 9º, VII, da Lei 13.146 previu prioridade na tramitação processual nos procedimentos judiciais em que for parte ou interessada a pessoa com deficiência física, estando também ciente de que o STJ havia anteriormente editado a Resolução 2/2015, restringindo essa prioridade às causas que tenham vínculo com a própria deficiência, conforme art. 9º da Lei 7.853/89.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 46 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 3 são físicos, com registro das movimentações no SIAPRO ("físico físico"); 8 são físicos com registro das movimentações no sistema eletrônico Apolo (híbridos) e 35 são eletrônicos, com registro das fases e alguns documentos no sistema Apolo, e elaboração de minutas e votos no sistema Apolo Web.

Os autos físicos, localizados na unidade, em sua maioria estavam identificados e com registros processuais pertinentes. Alguns processos físicos que têm lançamento no sistema Apolo (migrados) não possuíam correspondência exata entre os registros eletrônicos e físicos, conforme relação abaixo (item *b*).

Não havia processos que tramitavam em unidades externas e que não estavam fisicamente disponíveis.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados, e no acervo geral não foram apurados feitos extraviados sem restauração.

Além disso, verificou-se na amostragem a ocorrência de paralisações por mais de 90 dias no andamento, tendo sido regularizada a movimentação após seleção dos processos para inspeção:

0000016-18.2010.402.5106	0000141-12.2012.402.5107	0000210-77.2008.402.5109
0000251-26.2012.402.5102	0000366-06.2010.402.5106	0000447-35.2013.402.5110
0000454-88.2012.402.5101	0000593-29.2011.402.5116	0000711-60.2012.402.5151
0000980-10.2012.402.5116	0001757-53.2011.402.5108	0002027-84.2010.402.5117
0004624-40.2011.402.5101	0005345-21.2013.402.5101	0005400-49.2011.402.5001
0006815-24.2012.402.5101	0009102-57.2012.402.5101	0010360-39.2011.402.5101
0011255-35.2015.402.0000	0016707-93.2008.402.5101	0018708-75.2013.402.5101
0019167-24.2006.402.5101	0019903-76.2005.402.5101	0026767-04.2003.402.5101
0043731-57.2012.402.5101	0046414-67.2012.402.5101	0054384-70.2009.402.5151
0104363-15.2013.402.5101		

Quanto aos processos acima relacionados, fora as recomendações específicas a seguir, não há outras determinações.

Em relação aos processos da amostragem, recomenda-se:

- a) julgar, no prazo de 60 dias, o processo 0049644-39.1997.402.5103
- b) regularizar a fase processual no sistema e nos autos físicos e promover o andamento: 0006715-74.2009.402.5101 e 0010284-21.2013.402.0000;
- c) julgar, no prazo de 60 dias, os embargos de declaração dos processos: 0000678-32.2014.402.0000, 0014197-20.2002.402.5101 e 0024374-67.2007.402.5101;
- d) regularizar os registros junto ao sistema processual eletrônico quanto à existência de prioridades de tramitação e dar o andamento:

0000016-18.2010.402.5106	0000366-06.2010.402.5106	0000454-88.2012.402.5101
0000980-10.2012.402.5116	0006715-74.2009.402.5101	0006815-24.2012.402.5101
0010391-94.2015.402.0000	0017911-80.2005.402.5101	0043731-57.2012.402.5101

0103904-53.2014.402.0000		
--------------------------	--	--

- e) publicar, com prioridade, a decisão de embargos de declaração proferida no processo 0014404-91.2003.402.5001;
- f) registrar no sistema a existência de pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso e decidi-lo no prazo de 10 dias quanto ao processo 0000251-26.2012.402.5102.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação adequada em geral. Embora haja atraso, é perfeitamente possível concluir pela produtividade alcançada, pelo pequeno número de processos antigos e pela redução significativa do acervo, que a Unidade está muito bem gerenciada.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) triagem inicial de processos:

Há processos físicos, eletrônicos e migrados do físico para o eletrônico.

O Gabinete divide sua equipe por atividades administrativas e judiciais.

Três servidores da atividade administrativa são responsáveis pelo recebimento, envio e triagem de processos e localização em armários físicos/virtuais. O fato de os servidores serem bacharéis em direito qualifica essa triagem inicial.

Outros três servidores-coordenadores (assessores do Magistrado e Chefe do Gabinete) são responsáveis pela organização do acervo.

Na triagem inicial verifica-se: remessa para o MPF em 2º grau, petição a ser apreciada, requerimento de antecipação de tutela recursal, liminar deferida em primeira instância, distribuição por prevenção, existência de prioridade legal.

b) classificação e separação física de processos:

Após a triagem, o acervo de processos virtuais e físicos é organizado em localizações virtuais/armários físicos por classe de ação/matéria/tipo de incidente processual/órgão julgador.

Processos físicos ficam localizados em 11 armários chaveados, separados por classe de ação/matéria/órgão julgador.

Feitos eletrônicos são triados por matéria, localizados em armários virtuais por assunto, ou por tipo de procedimento.

Processos que foram objeto de medida liminar em primeira instância são separados em armário virtual próprio para julgamento prioritário independentemente da matéria.

Feitos conclusos para julgamento de embargos de declaração ou agravos internos não são colocados em armário, mas, sim imediatamente entregues diretamente aos servidores para minutarem ou colocados em mesas virtuais.

Processos com requerimento de medida liminar são separados para análise prioritária.

As movimentações processuais dentro da própria unidade são registradas em sistema, especialmente no que tange aos processos virtuais e migrados para o sistema virtual, uma vez que em relação aos processos físicos remanescentes essa movimentação se resume às localizações físicas dos processos.

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual:

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS:

I) a cargo de 3 servidores: atendimento ao balcão, recebimento, envio e triagem de processos, localização em armários físicos/virtuais, organização das pautas de julgamento, coordenação e controle dos resultados de julgamento e controle estatístico da unidade.

II) a cargo de 3 servidores-coordenadores (assessores do Magistrado e Chefe do Gabinete): organização do acervo, supervisão do trabalho da equipe, controle da produtividade.

ATIVIDADES JUDICIAIS:

I) a cargo de 3 estagiários: elaboração de minutas de despachos e decisões padronizadas.

II) a cargo de 12 servidores: elaboração de minutas de despachos de prevenção, de votos e decisões não padronizadas.

III) a cargo dos servidores-coordenadores: estudo de pautas da Turma, Seção e Órgão Especial, elaboração de votos-vista, revisão de minutas de servidores e estagiários.

Há um servidor em teletrabalho com acompanhamento de produtividade. A experiência foi positiva, tendo sido inclusive elevada a FC recebida pelo servidor.

Os servidores que atuam na elaboração de votos e decisões podem movimentar internamente os processos cujas matérias estejam sob sua atribuição ou que tenham sido encaminhados a suas mesas virtuais/físicas, desde que essa movimentação não interfira na organização do acervo, a cargo exclusivo dos servidores-coordenadores.

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ;

Os feitos com datas de autuação antigas (Meta 2 do CNJ) recebem tratamento prioritário, sendo realizados mutirões para seu julgamento por grupos de datas de autuação.

A comunicação entre órgãos por meio eletrônico é feita por malote digital, e-mail e sistema SIGA, concomitantemente (Meta 10/2010 do CNJ).

Por vezes o foco na meta pode atrasar o julgamento de processos conclusos mais recentemente, embora seja dedicada atenção a ambos. O Gabinete mencionou a Representação por Excesso de Prazo 0006033-11.2015.2.00.0000, objeto do ofício em anexo, dando notícia da inclusão do processo em pauta para julgamento.

e) medidas de conciliação e desistência de recursos:

As medidas de conciliação em segunda instância são adotadas pelo Tribunal - Núcleos de conciliação.

A União promove a desistência de recursos em que há autorização legal para essa prática.

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa:

O processo é encaminhado para a mesa virtual/física do servidor responsável pela tarefa. Após a realização da sessão de julgamentos, cada servidor é instado a liberar os textos das suas tarefas, anotando em listagem própria a liberação, havendo posteriormente conferência por um servidor coordenador.

g) controle de prazo para julgamento de feitos:

O tempo médio de tramitação dos feitos é de 6 meses ($311.693/1.762 = 176$ dias), conforme dados extraídos das respostas à questão 4 TRF2.

h) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores;

Cada servidor em sistema presencial tem por meta produzir 10 minutos de votos por semana (5 dias úteis).

A meta dos servidores em sistema de teletrabalho é de 12 minutos de votos por semana (5 dias úteis).

i) planejamento e avaliação periódica de atividades:

O Gabinete dispõe de uma servidora qualificada na área da informática responsável pelo controle interno do acervo, que faz o acompanhamento constante das informações estatísticas, por meio do portal de estatísticas do TRF2, gerando relatórios de produtividade, acervo e movimentação do gabinete e dos demais em termos comparativos. Em caso de discrepância, promove-se a solução junto ao setor de distribuição.

j) desempenho: O controle da produtividade está a cargo de 3 servidores-coordenadores (assessores do Magistrado e Chefe do Gabinete):

k) produtividade e metas: Há controle semanal, com balanço mensal.

l) gestão de pessoal e recursos materiais:

As férias são organizadas mediante planilha elaborada em janeiro do ano em curso na qual são anotadas as pretensões dos servidores, que vão sendo deferidas ou não ao longo do ano. Não são permitidas férias concomitantes de servidores que atuam em substituição recíproca.

Na substituição de função comissionada, atualmente o Magistrado tem observado, basicamente, o critério de merecimento em função de produtividade e alcance de metas fixadas.

m) atendimento a advogados:

O atendimento de advogados pelo magistrado é feito por ordem de chegada, todos os dias da semana, sem agendamento. o magistrado não atende partes.

O agendamento é restrito a advogados que se deslocam de outros estados da federação especialmente para despachar.

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores:

n.1) inspeções anteriores

Não há pendências a serem regularizadas pela unidade. Dos 56 processos inspecionados, 55 foram julgados e 1 teve sobrestado seu julgamento. Dos 55 processos julgados, 36 foram baixados, 18 estão na AREC e 1 pende julgamento de embargos infringentes na 3ª Seção.

n.2) autoinspeção 2015

Não há até agora pendências a serem regularizadas pela unidade. Dos 81 processos autoinspecionados, 35 foram baixados, 13 se encontram na assessoria de recursos da Vice-Presidência, 26 foram julgados mas se encontram em tramitação, 2 foram arquivados, 2 incluídos em pauta, 1 suspenso, 1 teve o julgamento convertido em diligência e 1 teve a movimentação recentemente reativada (abril/2016) por petição que, todavia, ainda não foi juntada aos autos, que se encontram na Subsecretaria das Seções.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

Conforme já havia sido detectado na inspeção anterior, o Desembargador, com auxílio direto dos assessores e do chefe do gabinete é extremamente envolvido com a gestão da Unidade, imprimindo ritmo veloz para reduzir o acervo, tanto antigo quanto atual.

As pequenas inconsistências dizem respeito à correção de registros de prioridades nos processos e, em relação à amostragem, são feitas as recomendações a seguir.

6) BOAS PRÁTICAS

Os servidores responsáveis pelas minutas de votos também preenchem planilhas contendo resultados e observações sobre os julgamentos incluídos em pautas, nas quais se baseia o magistrado para proferir seus votos em sessões, resultando numa maior agilidade e eficiência de sua atuação nos julgamentos;

Há 2 servidores destacados para o estudo semanal/mensal dos processos incluídos em pauta pelos demais relatores da turma/sessão/pleno/órgão especial, cujos estudos orientam o Magistrado em seus julgamentos nos respectivos órgãos colegiados;

Existe força-tarefa para metas específicas.

7) RECOMENDAÇÕES:

Regularizar situações de atraso, pendência ou deficiência verificadas, conforme descritas no item 3 deste relatório e observar as recomendações constantes da lista de processos inspecionados.

Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA.

1.2. Órgãos de atuação: 8ª Turma Especializada, 3ª Seção Especializada, Plenário e Órgão Especial.

1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 8/4/2011.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador, pelo Chefe de Gabinete e pelos assessores.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	01	0	0	04	21	11
Inspeção/2016	17	01	0	0	02	20	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. No entanto, houve o incremento de 4 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	5.199
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	4.671
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	3.734
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	3.905
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	8
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

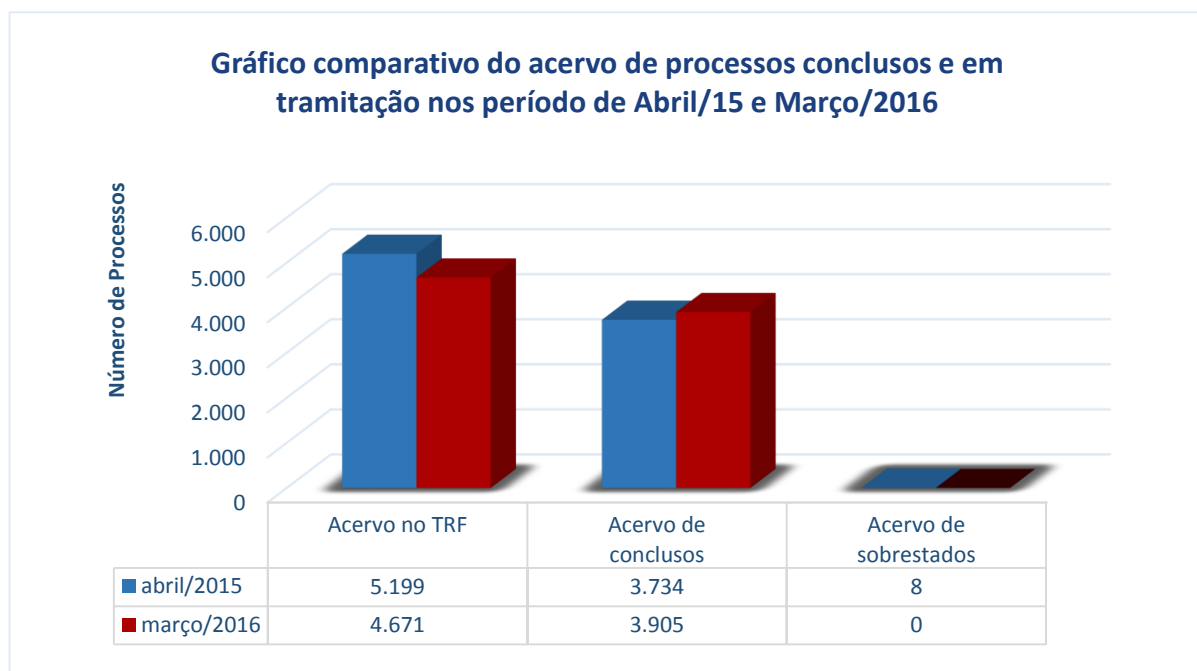
**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de conclusos cresceu em 171 processos e o número de sobrestados reduziu para 0.

O Gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.905 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 260,33 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 528 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.247
Total de Processos (saídas)**	2.194
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	53
Processos distribuídos	2.082

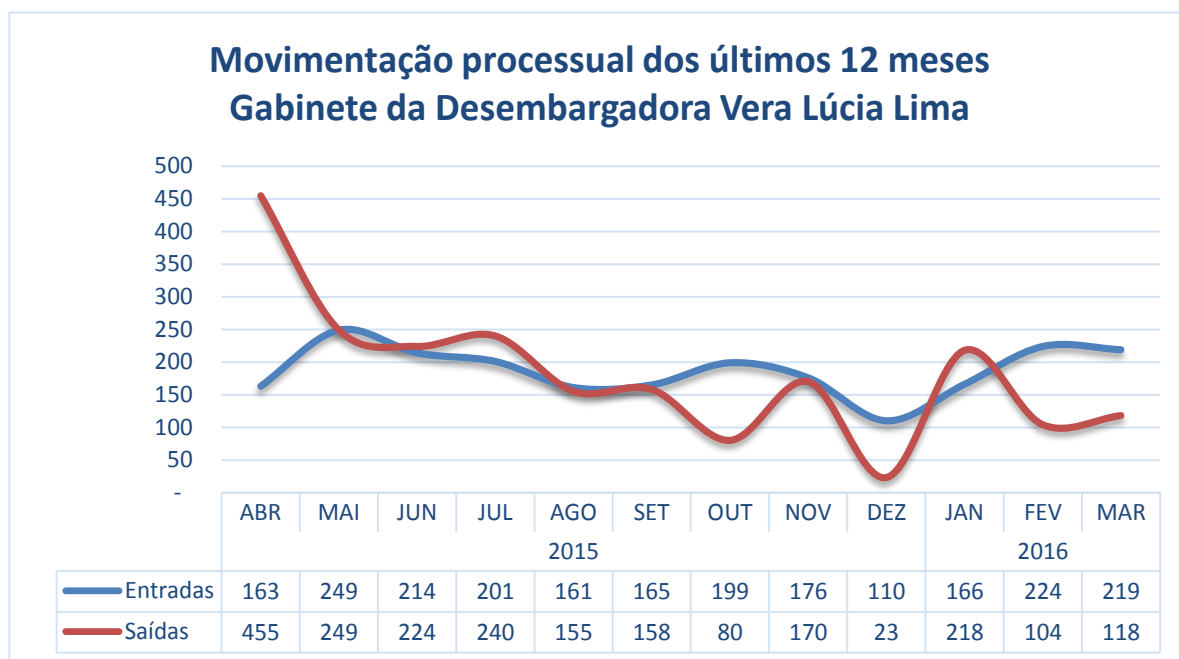
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.247 processos e saída de 2.194, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e a adoção de medidas para a inversão do fluxo processual, visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade, não obstante o incremento tenha sido pequeno.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.644
Total de processos julgados em mesa	327
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	127
TOTAL	2.098
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	6%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.098 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 2.082; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 327 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 127 decisões monocráticas terminativas cujo grau de recorribilidade foi identificado em 6%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	48
b. Agravo Legal/Regimental	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 48 embargos de declaração e 1 agravo legal/regimental.

Existem 2 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	6
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	8
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	118
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	274
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	364
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	6
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	57

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 772 processos, representando 19,77% do acervo de processos conclusos na unidade (3.905).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete da Desembargadora Vera Lucia Lima

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	1	-	-
1998	4	1	1
1999	-	-	-
2000	3	3	1
2001	1	2	3
2002	2	1	3
2003	3	2	3
2004	1	2	2
2005	6	3	3
2006	7	3	2
2007	25	10	9
2008	59	10	18
2009	80	6	15
2010	193	155	140
2011	421	353	293
2012	569	436	393
2013	1.046	719	594
2014	153	1.641	1.006
2015	-	387	1.062
2016	-	-	357
Total	2.574	3.734	3.905

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que os feitos até 2014, estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em março/2014 era de 2.574; atualmente, há 3.905. Houve aumento dos feitos conclusos a partir de mar/2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores a 2009.

A persistência de um número significativo de processos dos anos de 2010 a 2012, aliado ao aumento global do número de processos recomenda adoção de medidas para inverter esse fluxo, em ambas as frentes.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade não são adequadamente triados. Atualmente, embora a maioria dos feitos em tramitação na unidade seja dos anos 2013,

2014 e 2015, e, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal, existe ainda um número considerável de processos anteriores a 2012 que devem ter o seu julgamento priorizado.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, havia 6 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram em 57 processos. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	7
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	6
Outras situações	42
TOTAL	55

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do Gabinete liberados para revisão e nem remetidos para declaração de voto. Há 7 feitos que aguardam voto-vista e 6 remetidos para lavratura de acórdão. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

Constatou-se a existência de 42 processos em outras situações. Essas situações devem ser especificadas e adotadas as providências adequadas às situações específicas identificadas.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	5
TOTAL	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada quanto a feitos de outros relatores, apurou-se não existirem processos recebidos para revisão, voto vista e declaração de voto. Existem 3 processos recebidos para lavratura de acórdão. Dentre esses, havia 2 feitos sem movimentação há mais de 30 dias (201451010073021 e 201351010161045), os quais, no entanto, foram movimentados no período da inspeção, não havendo recomendações quanto a eles.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação -, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico -, foi observado pela unidade que a atuação está se dando de acordo com as novas disposições que tenham correspondência com as suas atividades. Não foi apontada nenhuma conduta ou atuação específica. Além disso, houve a informação de que o Gabinete está aguardando as diretrizes e orientações dos setores competentes do Tribunal, a fim de uniformizar as medidas cabíveis para o cumprimento da novel legislação.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 60 processos selecionados para inspeção, 48 processos foram inspecionados. Desses, 6 são físicos e 42 são eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes. Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados, de acordo com a orientação passada pela Corregedoria do Conselho da Justiça Federal.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Também não se verificaram, na amostragem, discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 4 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber: 00042448520094025101, 00158626120084025101, 00312104819984020000 e 00137936220104020000.

Todavia, tais processos não estão paralisados e estão sendo adotadas providências para que sejam cumpridas as determinações da última inspeção.

Na listagem, não foram identificados processos extraviados, e, quanto ao acervo geral, não foram disponibilizadas pela unidade ou pelo Núcleo de Estatística (NUEST) do Tribunal informações no que toca a esse dado ou em relação à existência de processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos inspecionados, recomenda-se:

- a) Promover o registro, no sistema eletrônico, quanto ao requerimento de medida liminar, bem como analisá-la no prazo de 10 dias, em relação aos processos 00006327120114025004 e 00009825920114025101;
- b) Julgar em 60 dias:

00000667620124025105	00000923820074025109	00001558620134025001
00004334620114025102	00005018420114025105	00006327120114025004

00007977320114025116	00009168420084025101	00009825920114025101
00014780620124025117	00025099520114025117	00025991120124025104
00032375320124025101	00042351820124025102	00049240220114025101
00052305120054025110	00057875520114025101	00072000320114025102
00085878520134025101	00086347320104025001	00095393520114025101
00096891620114025101	00097122520124025101	00107821920084025101
00116052220104025101	00128573520114025001	00129311720104025101
00133989320104025101	00134393120084025101	00156203420104025101
00159347720104025101	00168423720104025101	00173221520104025101
00185173520104025101	00191270320104025101	00196623420074025101
00207804020104025101	00212480420104025101	00213338220134025101
00396619120004020000	00428066120124025101	00431634120124025101
01024417620144020000		

- c) Promover o registro junto ao sistema processual eletrônico acerca das prioridades de tramitação processual existentes e dar o andamento correspondente:

00000667620124025105	00000923820074025109	00001558620134025001
00007977320114025116	00014780620124025117	00025991120124025104
00032375320124025101	00057875520114025101	00085878520134025101
00086347320104025001	00095393520114025101	00097122520124025101
00116052220104025101	00185173520104025101	00191270320104025101
00207804020104025101	00213338220134025101	00428066120124025101
00475925120124025101	01023083420144020000	

- d) Promover a regularização e/ou o registro de fases/movimentações/peças junto aos autos eletrônicos e/ou físicos:

00001558620134025001	00004334620114025102	00005018420114025105
00006327120114025004	00057875520114025101	00096891620114025101
00107821920084025101	00168423720104025101	00431634120124025101

- e) Incluir na próxima autoinspeção:

00004973420134025119	00049847220114025101	00087474720124025101
00224588520134025101	01017307120144020000	01025647420144020000

01026391620144020000	01036828520144020000	201051010196575
201251010059611	201351010161045	201451010073021

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que, muito embora haja uma triagem e um controle do acervo de processos mais antigos, o número de processos conclusos até 2012 ainda é bastante significativo e representa um percentual significativo do volume total de processos distribuídos à Unidade. Por outro lado, também foi identificada na amostragem uma quantidade significativa de processos sem movimentação processual há alguns anos. Há necessidade, portanto, de aprimorar o plano de trabalho ou estratégia de gestão, dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é razoável, pois, embora no último ano o número de feitos julgados supere o número de entradas, não se verificou redução, mas, ao contrário, crescimento do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) triagem inicial de acordo com os tipos de processos existentes: físicos, eletrônicos e migrados.

b) classificação e separação física de processos por tipo de ação, matéria, assuntos específicos e prioridades legais, quando anotadas.

c) quanto à especialização de servidores por matéria ou fase processual, o grupo é heterogêneo e busca-se distribuir o trabalho de acordo com as aptidões pessoais e os cargos e funções ocupados.

d) os processos com prioridade legal e/ou meta do CNJ são identificados e alocados dentro dos armários pertinentes à matéria.

e) busca-se ter controle de prazo para julgamento de feitos dando-se atenção aos processos que foram pautados mas retirados de pauta; embargos declaratórios; autos com vista.

f) há fixação de metas de trabalho dentro de um equilíbrio. Procura-se atender ao julgamento de agravos, preferências solicitadas no balcão.

g) há planejamento e avaliação periódica de atividades.

h) desempenho, produtividade e metas: há fixação de metas e acompanhamento periódico dos resultados para readequação.

i) o atendimento a advogados é feito mediante agendamento, respeitadas as urgências.

Há priorização de processos identificados nas inspeções anteriores.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) existe quantitativo razoável de recursos humanos para tratar da demanda, com servidores qualificados, além de boa metodologia de trabalho, com especialização dos setores que trabalham em contato direto e sob a coordenação da Desembargadora;

b) é importante que seja adotada estratégia para redução do acervo, pois, embora no período inspecionado (abril/2015 a março/2016) tenha havido aumento de 171 processos, o acervo da unidade ainda se apresenta elevado (4.671 processos);

c) 43 dos 48 processos inspecionados encontravam-se parados há mais de 1 ano, alguns deles conclusos há mais de 2 anos. Dentre esses, alguns encerravam situações prioritárias sem a devida tramitação preferencial. Verificou-se, igualmente, que ainda remanescem feitos pendentes de providências determinadas na inspeção anterior, listados no item 4 deste relatório;

d) apesar da triagem, há processos prioritários sem o devido tratamento preferencial. A unidade justificou a existência dessa situação pelo fato de que o novo sistema processual (Apolo), implementado no final do ano de 2014, ainda não permite a filtragem dos processos pelo critério das prioridades.

6) RECOMENDAÇÕES:

Regularizar situações de atraso, pendência ou deficiência verificadas na gestão processual e administrativa da unidade, conforme descritas no item 4, inclusive em relação aos feitos fora da amostragem inspecionada, mas em situação processual semelhante; bem como observar as recomendações específicas constantes da lista de processos inspecionados.

Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. Identificação:** Desemb. Federal AUGUSTO GUILHERME DIEFENTHAELER
- 1.2. Órgãos de atuação:** 8ª Turma Especializada, 3ª Seção Especializada e Plenário.
- 1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 2/7/2014**

No período de cinco anos, o Magistrado requereu remoções internas, a saber: da 5ª turma especializada, 3ª seção especializada de 25/1/2012 até 1º/7/2014, para a 8ª turma especializada, 3ª seção especializada, a partir de 2/7/2014.

Não há/houve juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.4. Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	12	04	0	0	04	20	12
Inspeção/2016	12	04	0	0	03	19	12

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Não houve redução nem incremento de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (abril/2015)**	3.558
Acervo ajustado no TRF (março/2016)**	3.201
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2015)**	2.166
Acervo de conclusos no Gabinete (março/2016)**	2.372
Acervo de sobrestados no Gabinete (abril/2015)	1
Acervo de sobrestados no Gabinete (março/2016)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

**As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de conclusos cresceu em 206 processos e o de sobrestados manteve-se em 1.

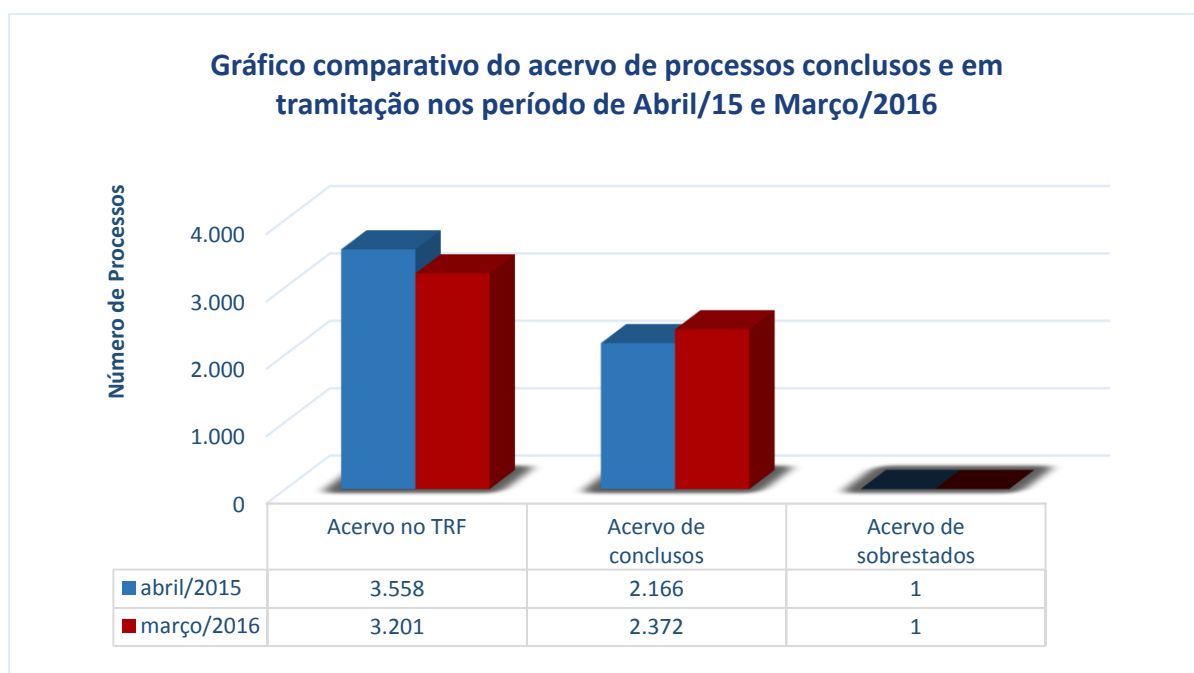
Não há processos sobrestados em virtude de decisão proferida pelo STF/STJ, tampouco em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial, considerando que os processos sobrestados são mantidos nas subsecretarias.

Conforme consta do questionário, entretanto, há um processo sobrestado no Gabinete, não identificado (item 3.1), havendo necessidade de identificação desse processo e verificação da hipótese de sobrestamento.

O Gabinete apresentou, em março/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 2.372 processos conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim (12), resultou em 197,66 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 357 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (abril/2015 a março/2016)	
Total de Processos (entradas)*	2.181
Total de Processos (saídas)**	1.972
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	209
Processos distribuídos	2.015

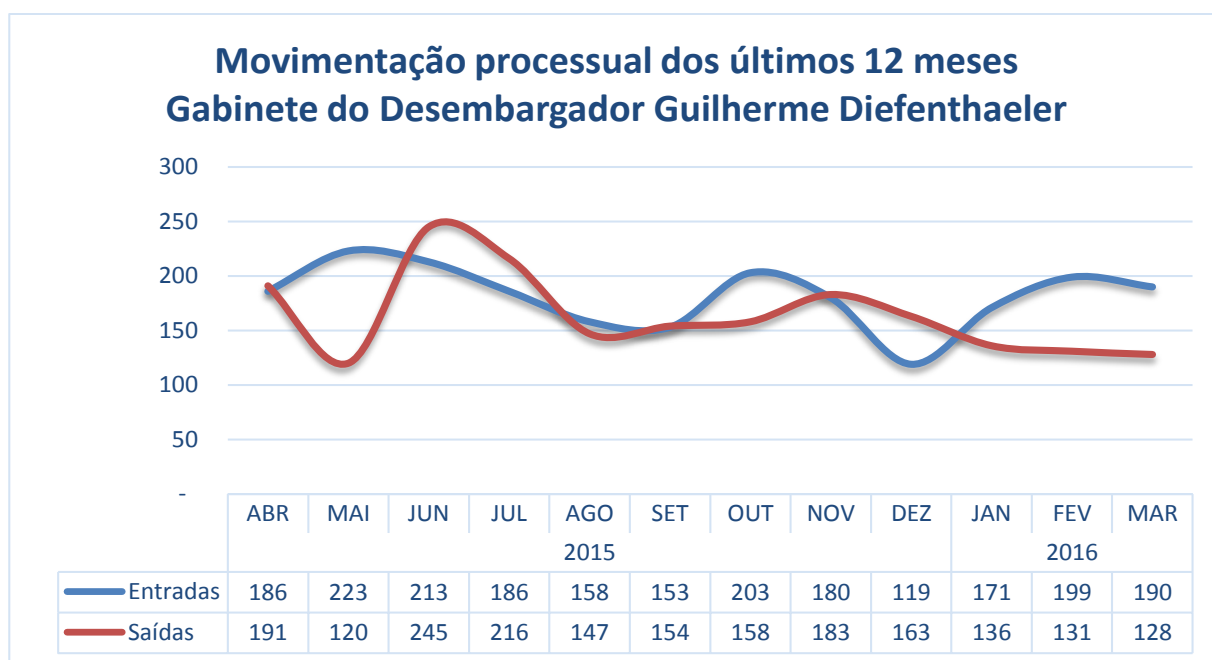
Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

**Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.181 processos e saída de 1.972, resultando, assim, em aumento de 209 feitos do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de abril/2015 a março/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

PROCESSOS JULGADOS (abril/2015 a março/2016)*	
Total de processos julgados por pauta	1.849
Total de processos julgados em mesa	69
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	6
TOTAL	1.924
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	50%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

**O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a razão entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.924 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 2.015; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 69 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 6 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 50%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (março/2016)	
a. Embargos de Declaração	68
b. Agravo Legal/Regimental	6

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 68 embargos de declaração e 6 agravos legais/regimentais.

Existem 2 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado, quais sejam: 01041894620144020000 e 01011617020144020000. Foi informado que este último tinha sido incluído na pauta/sessão de julgamento do dia 27/4/2016.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	4
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	3
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em março/2016, era de 10 processos, representando 0,42% do acervo de processos conclusos na unidade (2.372).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Gabinete do Desembargador Guilherme Diefenthaler

ANOS	2014	2015	2016
	mar/14	mar/15	mar/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	1	-	-
1997	-	-	-
1998	-	1	-
1999	-	-	1
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	1	1	3
2003	1	1	-
2004	2	-	-
2005	-	3	3
2006	-	1	1
2007	6	4	5
2008	9	2	1
2009	39	6	5
2010	374	7	5
2011	561	9	2
2012	759	11	13
2013	1.438	364	40
2014	220	1.371	763
2015	-	385	1.208
2016	-	-	322
Total	3.411	2.166	2.372

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de conclusos em março/2014 era de 3.411 processos; atualmente, há 2.372. Houve aumento dos feitos conclusos a partir de 2016. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2014, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2014, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, não havia processos; igualmente, quanto à Meta 6/2016 não havia processos.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	3
TOTAL	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão e nem para declaração de voto. Existem 5 feitos que aguardam voto-vista. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

Há 3 processos em outras situações que precisam ser identificadas e especificadas, e, a seguir, adotadas as providências que forem pertinentes.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (março/2016)	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	6
Outras situações	3
TOTAL	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos recebidos para revisão e para declaração de voto. Apurou-se a existência de 2 processos recebidos para voto-vista e 6 recebidos para lavratura de acórdão. Nessas situações há 1 processo sem movimentação há mais de 30 dias (00040228220074025103) aguardando voto-vista desde 24/11/2015, com recomendação de proferir voto-vista em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque a observância da ordem cronológica de conclusão para inclusão dos processos em pauta.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 54 processos selecionados para inspeção, 52 foram inspecionados. Desses, 13 são físicos e 39 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foi identificado 1 processo remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber, o Agravo de Instrumento 00070542020034020000, distribuído em 29/5/2003 e incluído na amostragem para inspeção.

Foi encontrado na listagem 1 processo extraviado (00070542020034020000) e no acervo geral não foram apurados feitos extraviados sem restauração.

Conforme visto, o número do processo extraviado é o mesmo do processo identificado como remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Esse processo foi objeto de recomendação no relatório específico da amostragem.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) promover o registro junto ao sistema eletrônico quanto ao requerimento de medida liminar: 01011617020144020000, 01041894620144020000, 01069886220144020000 e 201400001074236.

b) julgar em 60 dias:

00000274020124025118	00005562020114025110	00006201120124025105
00006424720134025101	00009031420104025102	00009069520054029999
00011300420104025102	00013867620124025101	00021572620154020000
00032420320114025104	00034445220124025101	00037612220154020000
00041978420094025110	00066152320144020000	00083725820034025102
00104254420054025101	00105648320114025101	00172543720134020000
00178043220134020000	00187537920134025101	00217718920054025101
00228294920134025101	00235798619924025101	00239181020134025101
00337355520004025101	00448955720124025101	00469585520124025101
00475968820124025101	00488924820124025101	01009496819974025101

01041894620144020000	01044371220144020000	01058331820124025101
01069331420144020000	01085284820144020000	05033923320114025101
201400001074236.		

- c) promover o registro junto ao sistema processual eletrônico acerca das prioridades de tramitação processual existentes e dar o andamento correspondente: 00013867620124025101, 00037612220154020000, 00042014320124025102, 00217718920054025101, 01069331420144020000 e 01069886220144020000.
- d) promover a regularização e/ou o registro de fases/movimentações/peças junto aos autos eletrônicos e/ou físicos: 00032420320114025104, 00100852720104025101, 00150017020114025101 e 00337355520004025101.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação adequada do acervo em geral. Verifica-se que a Unidade procura priorizar o julgamento dos feitos mais antigos sem descuidar dos mais recentes. Entretanto, em face do volume, na amostragem, foram identificados processos sem movimentação processual há alguns anos. Existe a necessidade de plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à identificação (triagem) e tramitação prioritária dos processos com hipóteses de prioridade legal.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo desde 2014. Houve pequeno crescimento do acervo em 2016, o que merece atenção e adoção de medidas para retomada do pleno controle estatístico da unidade.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A triagem de processos é feita, inicialmente, com separação de processos físicos e eletrônicos e identificação dos processos com pedido liminar, agravos de instrumento, mandados de segurança originário e ação rescisória.

Os feitos de conclusão para julgamento são guardados nos armários (processos físicos) e locais virtuais (para processos eletrônicos) mediante prévia análise do assunto tratado e ordem cronológica.

Os servidores trabalham na elaboração de minutas de votos, de acordo com suas competências e especialidade, possuindo mais de um servidor capacitado à realização de cada atividade. Alguns servidores possuem participação mais ativa na gestão do Gabinete e no controle de estatística, metas e gestão de pessoas e há grupos de servidores destinados a controle e produção das metas do CNJ e prioridades legais.

Com relação aos feitos com prioridades legais e metas do CNJ, possuem localização específica no Gabinete e são julgados de forma prioritária, praticamente em tempo real. Processos de prioridade de idoso e doenças graves também recebem prioridade no julgamento em relação a processos de mesmo ano de autuação.

O controle de prazos para julgamento dos feitos é feito por meio do Portal de Estatística do TRF2, de onde se extraem os relatórios (processos de metas CNJ/CJF, conclusão mais antiga), bem como da tabela interna de produção, que indica os feitos incluídos em cada sessão e a respectiva data de autuação ou motivo de prioridade legal. É divulgada mensalmente à equipe a situação mensal do acervo (acompanhamento Meta 1 do CNJ). Os processos prioridade Meta 4 (improbidade administrativa) e Meta 6 (ações coletivas) possuem controle interno de distribuição, a fim de dar maior celeridade ao trâmite.

Há fixação de metas individuais de produtividade, estabelecidas de acordo com a qualificação de cada servidor, com uma tabela interna de produção semanal, havendo também planejamento e avaliação periódica de atividades, semanal e mensalmente, por meio de dados estatísticos e de reunião do Magistrado com a assessoria.

A gestão de pessoas e de recursos materiais ocorre de forma horizontalizada, com participação de servidores na administração.

O atendimento de advogados no balcão do Gabinete é feito primeiramente por um servidor atendente. Na hipótese de o advogado pretender ser recebido pelo Magistrado, é feito um agendamento com dia e hora marcados, com a presença de quatro servidores.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe constatou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- a) ausência de registro no sistema processual eletrônico quanto à existência de medida liminar requerida em alguns processos;
- b) paralisação de vários processos há mais de 90 dias;
- c) ausência de registro de prioridades junto ao sistema processual eletrônico em diversos feitos; e
- d) ausência de lançamento de fases/movimentações, inclusive de conclusão, em alguns processos.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) promover o registro junto ao sistema eletrônico quanto ao requerimento de medida liminar: 01011617020144020000, 01041894620144020000; 01069886220144020000 e 201400001074236.

b) julgar em 60 dias:

00000274020124025118	00005562020114025110	00006201120124025105
00006424720134025101	00009031420104025102	00009069520054029999
00011300420104025102	00013867620124025101	00021572620154020000
00032420320114025104	00034445220124025101	00037612220154020000
00041978420094025110	00066152320144020000	00083725820034025102
00104254420054025101	00105648320114025101	00172543720134020000
00178043220134020000	00187537920134025101	00217718920054025101
00228294920134025101	00235798619924025101	00239181020134025101
00337355520004025101	00448955720124025101	00469585520124025101
00475968820124025101	00488924820124025101	01009496819974025101
01041894620144020000	01044371220144020000	01058331820124025101
01069331420144020000	01085284820144020000	05033923320114025101
201400001074236		

c) promover o registro junto ao sistema processual eletrônico acerca das prioridades de tramitação processual existentes e dar o andamento correspondente: 00013867620124025101, 00037612220154020000, 00042014320124025102, 00217718920054025101, 01069331420144020000 e 01069886220144020000.

d) promover a regularização e/ou o registro de fases/movimentações/peças junto aos autos eletrônicos e/ou físicos: 00032420320114025104, 00100852720104025101, 00150017020114025101 e 00337355520004025101;

e) identificar o único processo que é mencionado como sobrestado em gabinete, conforme item 3.1 do questionário, e verificar qual é a hipótese de sobrestamento;

f) incluir os processos 01041894620144020000 e 01011617020144020000 em pauta/sessão de julgamento no prazo de sessenta dias.

g) proferir voto-vista no processo 00040228220074025103, em 60 dias.

h) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

ASSESSORIA DE RECURSOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. **ÓRGÃO:** Assessoria de Recursos da Vice-Presidência.

1.2. **Diretor:** Bruno de Medeiros Carneiro Ferreira.

1.3. **Tempo de atuação:** desde 1997.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Assessor de Secretaria.

1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Assessoria de Recursos
Servidores efetivos	19
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	2
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	4
Vagas não ocupadas	4 (servidores)
Estagiários	9
TOTAL	34
Servidores em área-fim	30

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas por segmentos do setor, priorizando-se sempre os mais sobrecarregados. Os servidores não estão motivados, tanto por questões salariais quanto em razão da carga de trabalho, situação diferente de outros setores visitados no Tribunal. Os servidores participam sempre do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria.

2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação (abril/2015)	27.560
Processos em tramitação (março/2016)	18.337

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Há na unidade 7.885 processos eletrônicos e 19.426 físicos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes ou armários e organizados conforme a lógica do fluxo (ex. petições), o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual, sem prejuízo de migração de mão-de-obra quando ocorrem gargalos nos diversos momentos do fluxo. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo ao espaço físico, bem como ao número de servidores para fazer frente ao volume de trabalho, o que pode ser melhorado com eventual remanejamento de servidores de unidades menos sobrecarregadas.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 16 dias, tempo razoável, mas fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre abril/2015 e março/2016, 396 acórdãos. Havia 29 acórdãos pendentes de publicação.

Publicação de acórdãos (abril/2015 a março/2016)	
Acórdãos lavrados	261
Acórdãos publicados	396
Tempo médio de publicação (dias)	16
Publicações em prazo superior a 10 dias	314
Pendentes de publicação	29

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas (estatística do Portal, conjugada com as estatísticas do Apolo e do SIAPRO, configuradas periodicamente conforme as necessidades), mostrando que, entre abril/2015 e março/2016, houve 34.966 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados (396), totaliza 35.362 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	1.284
Processos sobrestados na Turma (março/2016)	2.346
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (março/2016)	5
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (março/2016)	10
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (março/2016)	4
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (março/2016)	1.466
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	6.862

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal e/ou do Superior Tribunal de Justiça, somando 2.404 feitos (número

corrigido durante a Inspeção pelo Núcleo de Estatísticas do TRF), os quais se encontram devidamente organizados e armazenados.

Foram avistados, em março de 2016, 1.284 processos com carga ou vista, 5 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória; 10 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Os prazos de 57 feitos com carga ou vista já estavam vencidos. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão (à Vice-Presidência), após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual (entrada na Assessoria), é de 6 meses (o segmento para verificação dos pressupostos recursais é o mais demorado), o que se revela excessivo, exigindo aprimoramento no controle da fase específica.

Há 1.466 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de janeiro/2016 (2012.51.01.037733-5).

O tempo médio para a juntada é de 31 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo existem 6.862 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias. O mais antigo encontra-se paralisado desde 27/1/2015 (2009.02.01.010370-2)

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a adaptação do trabalho da Secretaria aos novos prazos e sua sistemática de contagem (dias úteis); a cronologia no processamento, já é aplicada preferencialmente como rotina no âmbito da Assessoria. Prioridades legais já observadas em face de requerimento ou marcadores processuais. Atendimento prioritário no balcão.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 64 processos selecionados para inspeção, 2 físicos não foram inspecionados por se encontrarem em carga (00007099520074025109 e 00057092920094025102).

Os autos físicos, localizados na unidade estavam identificados, sendo alguns com registros processuais não pertinentes à localização física dos autos (fase processual lançada no sistema "remessa de conclusão", enquanto os autos se encontravam ainda na Assessoria).

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos além da acima referida.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; no acervo geral, foram apurados 7, todos por ocasião de sua baixa aos respectivos juízos de origem em face de roubo de carga de viatura da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Registros efetuados nos expedientes TRF2-MEM-2015/04150 e TRF2-INF-2015/06873. Providências pertinentes em andamento segundo informado pela Assessoria (2007.51.10.005864-8, 2012.02.01.013931-8, 2009.51.10.004496-8, 2009.51.17.000342-6, 2007.51.17.002164-0, 2012.51.17.002411-8 e 2011.02.01.005877-6).

Em relação aos processos listados e inspecionados, recomenda-se:

a) dar andamento, no prazo de quinze dias, inclusive no que se refere ao efetivo envio à Vice-Presidência para apreciar os recursos especiais e extraordinários:

00177257620134025101	00344646120124025101	01040085120134025118
00177127720134025101	01065053220144020000	01050511720144020000
01086194120144020000	01014497520134025101	01365836320134025102
01319042320134025101	00484984120124025101	00442970620124025101
00437489320124025101	00232815920134025101	00158195120134025101
00152938420134025101	00151714220114025101	00149100920134025101
00144996320134025101	00127743920134025101	00056319620134025101
00048141220114025001	00042009220114025102	00039782520144025101
00012398420114025101		

b) baixar os autos à origem: 00006187620054025108;

c) retornar os autos à secretaria especializada para publicação do acórdão que julgou o agravo interno interposto, no prazo de quinze dias: 00103284020134020000;

d) dar andamento aos agravos em recurso especial e em recurso extraordinário, no prazo de quinze dias: 00012162520084025108;

e) dar andamento ao feito para julgamento dos agravos interpostos contra as decisões que inadmitiram os recursos especial e extraordinário, no prazo de quinze dias: 00023998120104025101.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A Assessoria de Recursos encontra-se organizada em três coordenadorias: Coordenadoria de Recursos Especiais e Extraordinários (CODREC); Coordenadoria de Agravos (CODAGI) e Coordenadoria de Procedimentos Diversos (COPROD), um

Núcleo: Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) e uma Seção de Apoio à Direção.

Os servidores são alocados nas coordenadorias da Assessoria, sempre que possível, de acordo com o seu perfil, sua capacidade, habilidades individuais, tendo como foco a demanda de trabalho de cada segmento.

Os processos encontram-se localizados em armários e estantes com localizadores próprios (alfanuméricos - cadastrados no sistema de movimentação processual), distribuídos conforme as respectivas etapas de processamento de cada Coordenadoria. Além disso, cada servidor possui localizador pessoal, cadastrado pela sigla, no caso dos processos permanecerem nas respectivas mesas. Em relação à aplicabilidade das sistemáticas de repercussão geral e recursos repetitivos, os processos sobrestados (exceto os originários e os oriundos da Justiça Estadual) se encontram baixados aos respectivos juízos de origem, aguardando o julgamento dos representativos da controvérsia pelos tribunais superiores. Os processos criminais, bem como aqueles que tramitam em segredo de justiça, são localizados em armários reservados, que são trancados ao final do expediente.

Os processos são distribuídos conforme os respectivos fluxos de processamento de cada coordenadoria, organizados, em regra, pela ordem cronológica do recebimento na Assessoria, excetuando-se os autos cuja previsão legal determine maior celeridade, como os de matéria penal, mandado de segurança, cautelares, etc., que são imediatamente processados quando do recebimento. Os processos recebidos do Gabinete da Vice-Presidência, com decisões e despachos, são separados por órgãos públicos (intimação por vista direta) e por publicação, a fim de agilizar o procedimento após a sua publicação.

Quanto ao tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, foi apontado que a carência de espaço e de força de trabalho são fatores que dificultam a triagem inicial de todos os processos prioritários. Entretanto, processos criminais (inclusive HC's), réus presos, recursos ordinários, medidas cautelares inominadas e segredos de justiça são separados na chegada e alocados em espaço próprio para processamento prioritário e guarda adequada. É utilizado, ainda, o recurso de lembretes para sinalizar processos com tramitação diferenciada. Com a progressiva migração dos processos físicos para eletrônicos, os controles serão feitos com facilidade maior a partir da utilização dos dados de cadastro dos processos.

Para fins de controle de prazos para o exame de feitos, a Assessoria utiliza os dados disponíveis no portal de estatísticas e em itens disponíveis a partir do módulo de estatísticas dos sistemas processuais (SIAPRO e APOLO). Utiliza ainda, de várias estatísticas configuradas periodicamente conforme a necessidade do trabalho, de modo a contribuir para a sua celeridade, além de aplicativos Excel e editor de texto para controles manuais e auxiliares.

O controle das petições pendentes é feito por meio do portal de estatísticas, em termos de quantitativos e cronologia. As petições pendentes são juntadas por sua ordem cronológica, com exceção daquelas cujo conteúdo implique em urgência, caso em que seu processamento é imediato.

Os autos em que são expedidas cartas de ordem ficam em localizadores específicos, cuja conferência se dá de forma regular e periódica. São encaminhadas eletronicamente aos destinatários e, quando sua devolução excede quatro meses, é feita cobrança.

Relativamente à dinâmica dos atos pertinentes à Assessoria da Vice-Presidência, foi registrado que suas atividades são planejadas por cada Coordenadoria, observando a demanda dos processos envolvidos, o espaço físico existente e o quantitativo disponível de servidores, podendo sofrer alterações, de acordo com a necessidade, a partir de gestões da direção e da Vice-Presidência.

Todas as movimentações processuais são incluídas no sistema, inclusive as alterações de localizadores físicos, meramente.

Atos inerentes à própria tramitação processual são praticados de ofício por delegações regulamentadas em atos normativos internos.

O controle de cargas e remessas é feito da seguinte forma: (1) Autos físicos: a) com relação aos advogados, por meio do sistema processual e anotação em livro próprio (impressão de etiqueta); b) com relação aos órgãos públicos com prerrogativa de intimação pessoal, por meio de cargas semanais programadas e controladas por guia emitida pelo sistema processual. (2) Autos eletrônicos: por meio de disponibilização dos processos aos beneficiários dos prazos por meio do sistema processual Apolo.

Relativamente à fixação de metas de trabalho, observou-se que a Assessoria tem metas diárias, semanais ou mensais estabelecidas para um segmento de serviço que pode envolver mais de um servidor ou estagiário, especialmente no que se refere à diminuição do acervo, ou pelo menos, a aplicação de medidas que possibilitem o arrefecimento da velocidade de seu crescimento.

Não há, nesse cenário, metas fixas por servidor.

Também há adoção de mutirões de forma rotineira, em face da realidade enfrentada. Além disso, ocorre regime de mutirão sempre que um segmento de trabalho necessite, em virtude de uma demanda mais urgente, em atraso, ou, ainda, por determinação do Gabinete da Vice-Presidência.

São realizadas avaliações regulares de produtividade, por meio de levantamentos de dados, para definição de metas de trabalho. Também há avaliação periódica de resultados das atividades da Unidade, mediante a realização de reuniões entre o assessor, apoio e coordenadores, sempre que necessárias, a partir da análise dos resultados dos diversos segmentos de trabalho, buscando possíveis alternativas de

procedimentos mais eficazes. Após, são feitas reuniões setoriais para repassar as diretrizes definidas. As reuniões com toda a equipe são menos comuns.

A gestão de pessoas e de recursos materiais é feita por 2 servidores (Seção de Apoio), sob a orientação do Diretor.

Todos os servidores indicam, em tabela própria, previamente, seus períodos preferenciais de férias, assinalando duas opções, a fim de flexibilizar a aprovação pelo Assessor de Recursos. Não pode haver concomitância de períodos dentro da mesma coordenadoria ou entre servidores titulares e substitutos de determinadas funções. No final, a tabela definitiva é consolidada em arquivo Excel para consulta de todos os servidores.

Os substitutos de funções comissionadas são escolhidos pelos titulares das funções, com aval da direção, considerando que apenas funções de gestão são passíveis de substituição.

O atendimento às partes e aos advogados é feito no balcão, em espaço determinado, com dois servidores. Neste espaço são feitas consultas pelas partes e advogados, carga e recebimento de autos. As retiradas de autos para vista ou para cópia são anotadas em livro próprio. Autos com segredo de justiça são exibidos apenas para advogados constituídos e partes. Há controle de advogados suspensos ou excluídos pela OAB, por meio do sistema processual.

O acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores é feito pelo próprio Diretor.

Finalmente, como boas práticas, a Assessoria destacou a organização e racionalização dos procedimentos visando à eficiência, agilidade e segurança na tramitação dos autos; utilização de planilhas Excel para organização e acompanhamento de fluxos de trabalho; alocação de processos criminais e segredos de justiça em localizadores específicos, priorizando sua tramitação; separação do atendimento aos órgãos públicos em espaço físico específico; prática regular de reuniões.

Considerando o grande acervo de processos vinculados à Assessoria de Recursos, o órgão se socorre periodicamente de um grande número de estatísticas, configuradas de diversas formas, com efetivo controle sobre o acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Secretário, que discorreu acerca de algumas necessidades do setor.

Destacou o Secretário que a inadequação do espaço físico vem sendo relativizada em razão da redução do acervo, mas ainda há insuficiência.

Por outro lado, afirmou que o quadro de servidores não se mostra adequado para dar conta do extenso acervo de forma célere e eficaz, e que o trabalho diário com processos físicos volumosos e pesados tem ocasionado sucessivas licenças médicas, em razão de LER/DORT e problemas de coluna.

No âmbito do Tribunal, mencionou a necessidade de padronização dos procedimentos executados no âmbito dos órgãos processantes, mediante formação de grupo de trabalho, a fim de buscar resultados satisfatórios para todos; a regulamentação de reuniões periódicas de setores afins para discutir o aperfeiçoamento do trabalho.

A equipe apurou, dentre outras coisas, necessidade urgente da adoção de um processo eletrônico mais rápido e simples, que possa atender à demanda por celeridade e eficácia.

As informações apresentadas no sistema eletrônico atual mostram-se truncadas, além de inexistir atalho para consulta ao processo de origem, o que é muito importante, especialmente no caso de agravos de instrumento.

A existência de três frentes de trabalho (com processos físicos, eletrônicos e mistos/híbridos) sem dúvida acarreta uma demora no processamento dos feitos. Os processos mistos ou híbridos são trabalhados de um lado virtualmente e, de outro, manualmente, com inclusão de cópias do quanto produzido virtualmente, acarretando injustificado retrabalho. As entrevistas, a propósito, indicaram problemas com os sistemas, apresentando lentidão inclusive para assinatura de documentos.

Da mesma forma, é recomendável a priorização da lotação de servidores na área judicial, pois se constatou necessário o preenchimento da lotação da Assessoria, que é, na realidade, verdadeira secretaria voltada à atividade-fim do Tribunal. A propósito, o Desembargador, quando entrevistado, ressaltou a necessidade de incremento da força de trabalho, afirmando que a carência de pessoal tem dificultado os trabalhos da unidade.

Nesse sentido, poder-se-ia organizar uma Comissão de estudo dos diversos setores, a fim de realizar um cotejo das atividades desenvolvidas com a força de trabalho, com vistas ao eventual remanejamento dos servidores de áreas administrativas para as áreas judiciais.

Embora o prédio do Tribunal seja antigo e apresente alguns problemas, o espaço do Gabinete apresenta-se amplo, iluminado e organizado. Há necessidade de providenciar mobiliário ergonômico, hábil ao cumprimento da carga horária.

Finalmente, a Assessoria observou que, de acordo com os controles do Gabinete, foram apuradas algumas inconsistências dos dados estatísticos fornecidos pelo Setor de Estatística do Tribunal, o que demandaria uma revisão dos conceitos aplicáveis e fases

correspondentes, a fim de que sejam informados valores mais próximos à realidade do tempo de espera nas diversas fases processuais.

A Assessoria, de maneira geral, e considerando ainda o excessivo acervo, está em situação razoável, com bom fluxo processual, adequada organização e controle do estoque de processos. Apesar dos progressos e dos esforços dos servidores, a tramitação, principalmente em razão dos problemas relacionados à natureza dos processos - pois muitos são físicos -, e ao sistema de informática, que apresenta problemas, ainda é demorada.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) Regularizar a situação dos processos relacionados no item 4 acima, alíneas "a" a "e".

b) Segundo as informações prestadas, há no acervo 6.862 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias. O mais antigo encontra-se paralisado sem causa justificada desde 27/1/2015 (2009.02.01.010370-2), devendo ser regularizada a situação deste em 15 dias. Quanto aos demais, recomenda-se a realização de estudos para viabilizar trâmite mais célere.

c) Considerando que em vários processos inspecionados (que representam apenas uma amostra do acervo) constatou-se que muitos estavam aguardando efetivo envio à Vice-Presidência, recomenda-se remessa imediata dos processos àquela unidade sempre que for caso de conclusão para despacho/decisão.

d) Procurar diminuir o tempo médio para conclusão ao Vice-Presidente após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual (entrada na Assessoria), que atualmente é de 6 meses, com especial atenção para o segmento para verificação dos pressupostos recursais (que é o mais demorado).

e) Especificamente em relação à juntada de petições/documentos, tomar medidas para agilizar, pois o tempo médio ainda é excessivo (31 dias).

f) Procurar imprimir rapidez às publicações, que atualmente são feitas no prazo médio de 16 dias, fora do estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça.

g) Como foi constatado que algumas secretarias/subsecretarias de turmas encaminham processos à Assessoria de Recursos sem a juntada das contrarrazões de recursos especiais e extraordinários, recomenda-se expedição de orientação àquelas unidades para que os autos somente sejam remetidos (à AREC) devidamente regularizados, evitando repasse de atividades ao órgão, que já está bastante assoberbado.

h) Realizar ou propor a realização de estudos para adoção de um processo eletrônico mais rápido e simples, que possa atender à demanda por celeridade e eficácia.

No âmbito da Vice-Presidência e órgãos a ela vinculados, a existência de processo eletrônico com ferramentas adequadas para triagem e movimentação de feitos certamente agilizará em muito a tramitação dos processos.

i) Tomar providências para prevenir problemas de saúde relacionados ao trabalho, haja vista a existência de processos físicos volumosos e pesados e a informação de sucessivas licenças médicas em razão de LER/DORT.

SECRETARIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. **Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ.**

1.2. **Diretor de Secretaria:** Alexandre Marques Corrêa (em exercício)

1.3. **Tempo de atuação desde:** 12/4/2016.

1.4. **Órgãos vinculados:** Seção de Apoio à Secretaria de Atividade Judiciária; Seção de Controle de Convênios Judiciários; Seção de Controle de Mandados; Subsecretaria de Gestão de Sistema Judiciário; Coordenadoria de Atendimento e Informação Processual; Divisão de Distribuição, Registro e Autuação; Núcleo de Recursos Fonográficos; Divisão de Núcleo de Taquigrafia; Seção de Controle de Convênios Judiciários.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor de Secretaria em exercício.

1.5. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2016	02	00	01	00	00	03	03

2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

Vinculada à Secretaria-Geral da Presidência, compete à Secretaria de Atividade Judiciária – SAJ planejar, coordenar, promover e avaliar as atividades relativas à Secretaria Única das Turmas; participar da implantação e manutenção negocial de sistemas judiciários; planejar e supervisionar as atividades relativas à distribuição, registro e autuação dos processos recebidos no Tribunal, o rito dos processos de precatórios e o cumprimento de mandados judiciais expedidos.

A SAJ traça planos de ação destinados a contribuir para o aprimoramento da atividade-fim, aperfeiçoando e simplificando a rotina dos servidores.

3) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor em exercício, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor, tendo informado que o quadro de pessoal da unidade revela-se adequado às atividades ali desenvolvidas.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015 - que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos.

Foi instituída Comissão para estudo do impacto das regras do Novo Código de Processo Civil no sistema Apolo, por meio da Portaria TRF2-PTC-2015/00559, de 19 de novembro de 2015. Posteriormente, mediante a Portaria TRF2-PTP-2016/00095, de 4 de março de 2016, foram indicados servidores do Tribunal para integrarem a referida Comissão, o que demonstra que a integralidade da sua constituição deu-se em data muito próxima à entrada em vigor do NCPC, ocorrida em 19/4/2016, sendo exíguo o tempo disponível para implementação das alterações necessárias no sistema.

No Tribunal, em relação aos processos eletrônicos, existe modo próprio de comunicação das decisões.

Foi informado pelo Diretor da unidade que o sistema Apolo já vem se adequando à nova sistemática do NCPC quanto ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, existindo atualmente 3 já distribuídos.

Foi editada a Resolução TRF2-RSP-2016/00009, de 8 de abril de 2016, dispondo sobre a regra de transição prevista no art. 2º da Emenda Regimental 34, de 4 de março de 2016, que trata de procedimentos de julgamentos não unânimes previstos no art. 942 do NCPC.

Na ocasião da visita à unidade inspecionada, não foi informado com precisão se o Regimento Interno do TRF2 foi totalmente adaptado às novas regras do Código de Processo Civil/2015.

O Tribunal utiliza o malote digital, bem como recorre às videoconferências como medida de rotina que minimiza os custos da Administração.

Foi informado pelo Diretor que a SAJ não efetua o controle de petições pendentes e processos com remessas externas, uma vez que a unidade não está vinculada às secretarias das turmas e do Plenário.

Observou-se ainda que, no tocante aos processos eletrônicos, o Sistema Apolo não possibilita que as peças processuais sejam nele inseridas diretamente por advogados e procuradores, mas apenas por servidores do Tribunal.

Não foram listados processos em fase ou situação crítica para fins de inspeção e de controle específico na unidade.

4) RECOMENDAÇÕES:

- a) Adotar providências tendentes à extinção de processos híbridos (com tramitação mista, eletrônica e física);
- b) Envidar esforços para, na medida do possível e respeitada a autonomia do Tribunal, substituir o sistema Apolo por outro mais adequado à realidade do Tribunal;
- c) Tomar medidas para extirpar sistemas que possam ser absorvidos por outros mais amplos, evitando a coexistência de vários deles (Siapro, Apolo, Siga, Asi e outros).

SUBSECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÕES ESPECIALIZADAS

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Subsecretaria: Subsecretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seções Especializadas.

1.2. Diretor de Subsecretaria: Dely Barbosa Derze, Técnico Judiciário.

1.3. Tempo de atuação: desde 2/9/2013.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Secretaria.

1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	01	01	19	17
Inspeção/2016	15	0	0	01	02	18	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro/2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Houve redução de 2 servidores na área-fim.

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo sistema de registro com cartão magnético na catraca eletrônica, na Portaria.

2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação (abril/2015)	615
Processos em tramitação (março/2016)	405

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Há na unidade a seguinte quantidade de processos eletrônicos e físicos em tramitação, por órgão jurisdicional:

- Subsecretaria do Pleno e das Seções Especializadas:

Sistema Apolo Eletrônico/Físico: 148; e Físicos/SIAPRO: 208. Total: 356 processos.

- Órgão Especial:

Sistema Apolo Eletrônico/Físico: 25; e Físicos SIAPRO: 26. Total: 51.

Total dos dois órgãos: 407.

- Conselho de Administração:

4 físicos.

Verifica-se que há uma diferença (2 processos) entre o número total de processos em tramitação em março de 2016 constante do quadro acima (405 processos) e o total de número de processos em tramitação em março de 2016 informado no item 3.3 do Questionário (407 processos), de onde foram extraídos os números de processos eletrônicos e físicos.

Os processos físicos, em geral, encontram-se armazenados em estantes, organizados por critério de órgão julgador e fase (ex: prazos, aguarda publicação, pauta) e identificados de forma lógica, de acordo com a tarefa que tenha sido ou tenha que ser realizada, sendo que os feitos sigilosos encontram-se guardados em armários. Os processos eletrônicos seguem a mesma forma de organização e controle, e são armazenados em estantes virtuais.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Há diferenças entre o perfil do acervo em tramitação – metas do CNJ (março/2016) acima (total de 5 processos) e as informações constantes no item 3.1 do questionário (total de 7 processos). As diferenças ocorrem não apenas em relação à quantidade total (2 processos a mais), mas também na distribuição desse número por algumas metas. Segundo o questionário, o perfil seria o seguinte: Meta 2/2009: 2 processos; Meta 02/215: 2; Meta 02/2016: 1. Em relação às demais metas os números conferem. Nota-se que no questionário não há uma Meta 2/2016 (distribuídos em 2012), que consta no quadro acima, mas apenas uma Meta 2/016 (distribuídos em 2011).

Quanto ao acervo em tramitação na Subsecretaria (407 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em março/2016, era de 7 processos, correspondendo a 1,72%. Em termos gerais, pelo baixíssimo percentual de processo, é possível concluir como correta a informação constante no item 4.14 do questionário e relatada em entrevista de que os autos com prioridades legais ou inseridos em metas do CNJ são processados de forma imediata, como acontece com os demais processos. Conforme entrevista, os prazos são verificados todos os dias.

Não houve identificação de feitos enquadrados nas Metas 4/2016 e 6/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e em 2012 respectivamente, e apurados em março/2016.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, não foram identificados feitos em andamento, distribuídos até 31/12/2014.

As publicações de acórdãos são feitas nos seguintes prazos médios:

- Subsecretaria do Pleno e das Seções Especializadas: 23 dias.
- Subsecretaria do Órgão Especial: 34 dias.

Os prazos médios estão fora do prazo de dez dias estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Foram publicados entre abril/2015 e março/2016 562 acórdãos, dentre os 645 lavrados pelos gabinetes que compõem a Unidade. Havia 80 acórdãos pendentes de publicação em março de 2016, conforme dados do quadro abaixo. Foi informado que os processos administrativos interferem negativamente nesse dado estatístico e alguns atrasos ocorrem em virtude de demora na juntada das notas taquigráficas.

Publicação de acórdãos (abril/2015 a março/2016)	
Acórdãos lavrados	645
Acórdãos publicados	562
Tempo médio de publicação (dias)	-
Publicações em prazo superior a 10 dias	448
Pendentes de publicação	80

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

As informações constantes do quadro acima são diferentes das informações constantes no quadro 3.8 do questionário. Segundo essas informações, foram publicados, entre abril/2015 e março/2016, 531 acórdãos, dentre os 645 lavrados pelos gabinetes que compõem a Unidade. Havia 43 acórdãos pendentes de publicação em março de 2016.

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre abril/2015 e março/2016, houve 201 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados (562), resulta no volume de 763 publicações no período objeto da inspeção, ou de 732 publicações, se considerado o número de 531 acórdãos publicados.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	161
Processos sobrestados (março/2016)	122
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (março/2016)	1
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (março/2016)	0
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (março/2016)	0
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (março/2016)	5
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	66

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Segundo o quadro acima, existem 122 processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 70 feitos, que se encontram devidamente organizados e armazenados.

Segundo o quadro acima, foram avistados, em março de 2016, 161 processos com carga ou vista, 1 paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória; não sendo identificados processos aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Foram identificados 103 processos com carga ou vista há mais de 30 dias. A Subsecretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual. Existem algumas diferenças entre as informações constantes do quadro acima e as constantes do item 3.10 do questionário.

Segundo o Questionário, foram avistados, em março de 2016, 163 processos com carga ou vista; e 3 processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência; e 7 processos sem movimentação há mais de 90 dias, fora das situações previstas. As demais informações são idênticas.

A Unidade informou que desses 161 processos alguns são inquéritos policiais sobrestados em tramitação na Polícia Federal com controle dos prazos pelo Ministério Público Federal. Outros apenas dependiam de baixa em primeira instância.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, não foi informado pela Subsecretaria até o término dos trabalhos de inspeção. Segundo foi informado, há necessidade de utilização de muitos parâmetros para obter esse dado estatístico, junto à Distribuição.

Há 5 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 26/06/2015, referente ao processo 00007332220104020000 (processo baixado para diligencia na Polícia Federal), da Subsecretaria do Pleno e das Seções. O tempo médio para a juntada é de 70 dias em relação ao Pleno; quanto às seções especializadas em relação ao Órgão Especial, juntada imediata.

A fase processual específica é objeto de controle, por dois servidores, inclusive por meio do portal de estatística. O servidor encarregado do recebimento dos feitos imprime o extrato de petições e documentos pendentes de juntada e o repassa juntamente com o processo ao setor responsável; já o servidor encarregado do processamento confere nos sistemas se há documentos e petições aguardando juntada.

No acervo existem 66 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 5/11/2014 (201402010048103 - Processo Administrativo).

Em relação a esses feitos, recomenda-se:

- a) quanto aos processos com carga/vista há mais de 60 dias, verificou-se na amostragem a existência de 22. Desses, um era carta precatória já cumprida e devolvida fisicamente ao juízo deprecante no final do ano de 2014, mas sem que fosse dada a baixa no sistema (0007599-07.2014.402.0000); outro era processo físico recebido da primeira instância para sequestro de valor referente a precatório não pago, providência já cumprida pelo Tribunal, tendo o processo sido devolvido fisicamente à origem no início de 2015, também sem o registro da baixa no sistema (0008045-10.2014.402.0000). Quanto a esses dois processos, houve a regularização da baixa antes do início da inspeção. Por fim, os demais vinte processos não foram inspecionados pois se referiam a inquéritos policiais remetidos por prazo indeterminado ao Ministério Público Federal para a adoção de diligências instrutórias sem a necessidade de intervenção judicial, nos termos da Resolução n. 19/2009 do TRF2. Dentre esses últimos, cabe frisar, no entanto, que em relação a dois, a partir da análise

dos extratos de movimentação processual, não ficou muito claro o enquadramento na referida resolução, razão pela qual se recomenda verificar se é ou não caso abrangido pela norma em tela e, em caso negativo, que seja solicitada a devolução dos processos (0101010-70.2015.402.0000 e 0101137-08.2015.402.0000).

- b) quanto a regularizar atraso na juntada de documentos/ofícios/mandados: a juntada dos documentos já está regularizada, conforme informações prestadas abaixo: Subsecretaria do Pleno e das Seções Especializadas: 00026845720114025160 – (data da juntada: 4/4/2016); 00127120520154020000 (data da juntada: 1/4/2016); 00118312720104025101 (data da juntada: 5/4/2016). O processo 00007332220104020000 aguarda retorno dos autos do MPF, devendo ser incluído em auto inspeção.
- c) dar baixa nos seguintes processos: 00084765920054020000 e 00084782920054020000.
- d) implementar mecanismos de controle do cumprimento de cartas precatórias, a fim de proceder à baixa tempestiva dos autos correspondentes.

A Subsecretaria administra a realização de 8,58 sessões por mês, tendo havido, entre abril/2015 e março/2016, 95 ordinárias e 8 extraordinárias. Houve cancelamento de 3 sessões no período, em virtude do adiantado da hora.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Secretaria é razoável, pois, dos 18 processos inspecionados, 9 encontravam-se com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, mediante intimação pessoal dos Procuradores dos Estados e Municípios, da contagem de prazos em dias úteis, da inclusão em pauta de agravos internos e de embargos de declaração, conforme o caso, além da preferência para os julgamentos dos feitos em que atuam advogados com deficiência, na forma da Emenda Regimental n. 32/2016 do TRF2.

3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

- a) A triagem inicial dos processos é feita por meio de identificação de espécies de processos, competências dos órgãos abrangidos pela Subsecretaria (respectivamente, Tribunal Pleno, Órgão Especial e Conselho de Administração) e fases processuais;

b) Os processos físicos são classificados e separados em escaninhos e os processos eletrônicos constam de um balcão de entrada e são organizados em estantes virtuais;

c) Não há especialização dos servidores por matéria, mas sim por fase processual: processamento (instrução), julgamento, apoio. Os servidores atuam nos processos de acordo com o órgão julgador e a fase processual, conforme os setores internos aos quais estão subordinados. Não se verificou deficiência específica em relação à questão organizacional.

d) Os autos com prioridades legais ou inseridos em metas do CNJ são processados de forma imediata, o que ocorre com os demais processos.

e) Os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa são levados para julgamento na sessão seguinte, inclusive com designação de sessões extraordinárias para julgamento prioritário.

f) O controle de prazo para julgamento de feitos é realizado no Gabinete.

g) Em geral, a inclusão de processos em pauta para sessão é realizada de acordo com as prioridades legais e com a ordem de antiguidade dos feitos em cada classe (arts. 136 e 149 do Regimento Interno), sendo o expediente das sessões de julgamento (pautas, relatórios e cópias de peças processuais) encaminhado aos gabinetes por correio eletrônico. A dinâmica dos processos incluídos em pauta consiste em fazer intimações, verificar impedimentos, digitalizar e disponibilizar documentos e encaminhar documentos por e-mail.

h) A fixação e o controle de metas individuais dos servidores é feita de forma imediata, não existindo metas periódicas; são conferidas determinadas atribuições a cada servidor, que deverá cumpri-las de imediato. Em termos coletivos, quando necessário, há mutirão e/ou redirecionamento de servidores para auxílio nas atividades de outros setores.

i) O planejamento das atividades é feito mediante cumprimento imediato de tarefas distribuídas entre os servidores, divididas entre três setores, quais sejam: Direção da Subsecretaria, Seção de Apoio e Seção de Processamento.

j) O desempenho é avaliado de forma constante mediante acompanhamento das tarefas, orientações e troca de informações entre a direção, supervisores e servidores.

k) O controle da produtividade se dá por meio do acompanhamento diário e constante do desempenho das tarefas.

l) A gestão de pessoal é, em geral, feita de forma direta, no decorrer do desenvolvimento do trabalho, mediante controle imediato do cumprimento das tarefas atribuídas aos servidores. Por sua vez, o controle de recursos materiais é orientado a evitar desperdícios, com reaproveitamento de papéis para rascunho, devolução de material permanente sem uso para o almoxarifado, entre outros.

m) O atendimento a advogados é feito pela Seção de Procedimentos Diversos, das 12h às 17h.

n) Com relação ao acompanhamento das recomendações de inspeções anteriores, foi indicado um processo e seu apenso, com providências pendentes, qual seja, o Inquérito 00145667320114020000, e seu apenso 08030236320114025101, com remessa externa ao Ministério Público Federal, desde 29/11/2012, em razão do disposto na Resolução n. 19, de 24/6/2009, que determina a tramitação direta de inquéritos entre o MPF e a Polícia Federal. O referido processo foi analisado nesta inspeção, tendo sido devolvido pelo MPF unicamente para ser inspecionado, com requerimento para que retorne ao Parquet após a inspeção, para continuidade das diligências.

o) Foram apontadas pela unidade inspecionada as seguintes boas práticas:

1- economia de tempo e de gasto de papel, por meio do envio eletrônico e/ou em mídia digital do expediente das sessões de julgamento como pautas, relatórios e cópias de peças processuais aos gabinetes do Exmos. Srs. Desembargadores, assim como os anexos das cartas de ordem e precatória físicas;

2- gerenciamento da existência de lembretes e de pendências de juntada (petições/documentos), quando da entrada e da saída dos processos da Subsecretaria;

3- utilização de rotina de localização nos sistemas para situar os autos na Subsecretaria; e

4- controle dos recursos materiais, sem desperdícios, por meio de reaproveitamento de papéis para rascunho e de devolução de material permanente sem uso o almoxarifado, dentre outros.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS

A organização da secretaria é adequada e o desempenho suficiente, considerando o volume de processos em tramitação e o número de servidores em atividade. O volume de pendências é baixo, não obstante tenham sido encontrados casos de ausência de baixa em processos e cartas precatórias, objeto de recomendações específicas abaixo.

5) RECOMENDAÇÕES

a) dar baixa nos processos de ns. 00084765920054020000 e 00084782920054020000;

b) implementar mecanismos de controle do cumprimento de cartas precatórias, a fim de proceder à baixa tempestiva dos autos correspondentes;

c) identificar caso que se enquadrem na Resolução n. 19/2009, da Presidência do TRF da 2ª Região; em caso positivo, promover a regularização de fase, com o lançamento da suspensão antes de nova remessa ao MPF, nos termos da referida resolução; ou, caso contrário, controlar o prazo de carga para cumprimento das diligências, nos processos n. 0101010702015402000010 e n. 0803023632011402510110;

d) promover controle periódico - por meio do sistema estatístico - dos processos prioritários (de meta ou não) em tramitação na Secretaria, ainda que a Subsecretaria tenha por método de trabalho a tramitação imediata dos feitos, a fim de evitar que ela fique prejudicada; e

e) observar as recomendações constantes da lista dos processos inspecionados.

SUBSECRETARIA DA 1ª TURMA

Especialidade: DIREITO PENAL, PREVIDENCIÁRIO E DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Subsecretaria: 1ª Turma Especializada.

1.2. Diretor de Subsecretaria: Sandro Viegas da Silva.

Tempo de atuação: desde 23 de fevereiro de 2005

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Secretaria.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	1	4	22	
Inspeção/2016	13	0	0	1	3	17	

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro/2014, contando, atualmente, com 5 auxiliares a menos, havendo, no momento da visita da equipe de inspeção, 2 servidores em licença médica há quase 1 ano. O terceirizado exerce a função de mensageiro.

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas gerais, para toda a equipe, tendo como objetivo o processamento do acervo na maior brevidade possível. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados, bem como procuram aperfeiçoar-se sempre. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria.

2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (abril/2015)	1.292
Processos em tramitação na turma (março/2016)	1.286

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e estantes, organizados de forma lógica, segundo a fase processual, a existência ou não de segredo de justiça e o cumprimento de medidas urgentes, que são priorizadas. Os processos eletrônicos são divididos, entre os servidores, por final. Essa divisão repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

A Subsecretaria se divide em Seção de Processamento (3 auxiliares), Seção de Procedimentos Diversos (3 auxiliares, estando 1 em licença), Seção de Coordenação e Julgamento (3 auxiliares) e Seção de Apoio (3 auxiliares, estando 1 em licença), que acompanham e promovem os atos necessários ao andamento dos processos e ao cumprimento das decisões judiciais.

Os servidores atuam nos processos físicos de acordo com a respectiva fase processual, sendo a maior divisão relativa ao processamento e ao julgamento. O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

No acervo em tramitação na Subsecretaria (1.286 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em março/2016, era de 4 processos, correspondendo a 0,31%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, bem como quanto à Meta 6/2016 e à Meta 8/2016 do CJF, não havia processos.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 15 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Entre abril/2015 e março/2016, foram publicados 6.865 acórdãos, dentre os 7.004 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 23 acórdãos pendentes de publicação em março de 2016, quantidade ínfima, o que demonstra o bom funcionamento da Secretaria neste aspecto, a ser, portanto, elogiado.

Publicação de acórdãos (abril/2015 a março/2016)	
Acórdãos lavrados	7.004
Acórdãos publicados	6.865
Tempo médio de publicação (dias)	15
Publicações em prazo superior a 10 dias	4.326
Pendentes de publicação	23

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

A Secretaria não apresentou estatística do volume de decisões monocráticas publicadas.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	944
Processos sobrestados na Turma (março/2016)	94
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (março/2016)	17
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (março/2016)	1
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (março/2016)	5
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (março/2016)	8
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	61

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Existem 94 processos sobrestados, sendo a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 72 feitos, que, em regra, se encontram devidamente organizados e armazenados.

Foram avistados, em março de 2016, 944 processos com carga ou vista, 17 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou

precatória; e 6 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Dentre os feitos inspecionados, havia apenas 1 com prazo vencido. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de menos de 5 dias, o que se revela adequado.

Havia, em 31 de março de 2016, 8 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. As juntadas são feitas diariamente, no máximo em 48 horas, e os processos físicos em que se aguarda a juntada de documentos ficam em armário próprio, destinado a isso.

O tempo médio para a juntada é de poucos dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual.

No acervo inspecionado, há 1 processo paralisado, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria. Trata-se do *habeas corpus* 00057778020144020000, sem tramitação há cerca de dois anos, desde 16/6/2014.

Segundo o Diretor de Secretaria, os processos em carga, inclusive com vista ao Ministério Público Federal, raramente excedem o prazo legal.

A Secretaria administra a realização de 5 sessões por mês (4 criminais e 1 cível), tendo havido, entre abril/2015 e março/2016, 50 ordinárias e 3 extraordinárias, estas de matéria cível. Houve cancelamento de 8 sessões no período, 1 em virtude de realização de sessão plenária no mesmo dia, 5 pela impossibilidade de formação de quórum ante a ausência de desembargador e 2 por determinação do Presidente.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável, tendo o Diretor afirmado que as atividades da Subsecretaria são tratadas como atividade meio, e não fim, havendo receio de que o número de servidores seja reduzido ainda mais, prejudicando o bom andamento dos trabalhos. O volume de pendências na Secretaria é baixíssimo, pois, dos 21 processos inspecionados, apenas 1 encontrava-se com atraso na tramitação.

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) regularizar a situação do *habeas corpus* 00057778020144020000, em que foi encartada aos autos cópia de despacho relativo a outro *habeas corpus* (0008227-30.2013.4.02.0000), determinando a suspensão do primeiro feito, sem qualquer certidão que indique, inclusive, tratar-se de cópia e o porquê de sua presença nos autos. Foi verificado que tal despacho também foi encartado no segundo feito, cujos autos foram desarquivados para esse fim. O *habeas corpus* 00057778020144020000 encontra-se, então, suspenso por força dessa cópia de despacho, equivocadamente encartada. Todo o ocorrido deve ser imediatamente relatado, bem como aberta conclusão, para resolução urgente desse feito, que se encontra paralisado sem aparente justificativa.

3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

O Desembargador Federal Paulo Espírito Santo exerce a presidência da Turma desde abril de 2015, e o atual Diretor da Subsecretaria atua desde fevereiro de 2005. A equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor para tratar dos assuntos afetos à gestão da Subsecretaria. A força de trabalho alocada em atividade-fim resulta na relação de 141,84 processos por servidor, suficiente para a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Subsecretaria é adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes. Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e estantes, organizados de forma lógica, por fase processual e segredo de justiça.

O Diretor informou que a Subsecretaria procura, na medida do possível, cumprir a Meta 4/2010, com a publicação dos acórdãos no prazo de 10 dias úteis após a sessão de julgamento. Porém, sua observância não depende exclusivamente da Subsecretaria, tratando-se de trabalho conjunto com todos os gabinetes, responsáveis pela liberação das peças processuais nos respectivos sistemas, a fim de permitir a publicação.

O Diretor afirmou que os dados estatísticos disponibilizados em virtude da Inspeção não o são regularmente, o que poderia auxiliar na gestão dos acervos.

Não foram observadas pendências da inspeção anterior.

A título de boas práticas, pode-se citar que as medidas urgentes (liminares) são imediatamente cumpridas; os prazos são bem controlados, destacadamente nos processos eletrônicos; o Diretor possui bom relacionamento com os gabinetes, bem como procura trocar experiências com as demais subsecretarias do Tribunal, para o bom andamento dos trabalhos, apesar de ter informado que, atualmente, tais reuniões tem sido menos frequentes; é feita a verificação da correspondência entre os relatórios, votos e acórdãos e o teor do julgamento, antes da assinatura dos correspondentes documentos; e os processos eletrônicos têm tramitado de maneira bastante célere.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o Diretor demonstra conhecimento e domínio das atividades da Subsecretaria, que se encontra bem organizada;

b) os processos físicos são bem organizados e foram prontamente apresentados a fim de serem inspecionados;

c) os servidores da Subsecretaria assimilaram bem os processos eletrônicos, que têm tramitado de maneira bastante célere; e

d) o não cumprimento da Meta 4/2010 em alguns feitos não decorre, em princípio, de falhas da Subsecretaria, mas da própria dinâmica do procedimento e das dificuldades decorrentes dos sistemas processuais.

5) RECOMENDAÇÕES:

a) regularizar a situação do *habeas corpus* 00057778020144020000, que se encontra paralisado sem aparente justificativa, com o imediato relato de todo o ocorrido e abertura de conclusão.

SUBSECRETARIA DA 2ª TURMA

Especialidade: DIREITO PENAL, PREVIDENCIÁRIO E DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Subsecretaria: 2ª Turma.

1.2. Diretor de Subsecretaria: Márcia Carvalho Ribeiro de Jesus.

Tempo de atuação: desde julho de 2011.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Secretaria.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	0	4	21	
Inspeção/2016	15	0	0	0	3	18	

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro/2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos.

A Diretora de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas gerais, para toda a equipe, tendo como objetivo o processamento do acervo diário que chega à Subsecretaria, visando evitar acúmulos. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria.

2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (abril/2015)	2.150
Processos em tramitação na turma (março/2016)	2.012

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e estantes, organizados de forma lógica, pelos seguintes critérios: matéria especializada (criminal, previdenciário e propriedade industrial), fase processual e segredo de justiça, para o processamento; e desembargadores federais relatores no caso de inclusão de pauta e/ou mesa, para a fase de julgamento. Essa divisão repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

A Subsecretaria divide-se em Seção de Processamento (SEPROC), Seção de Procedimentos Diversos (SEPROD) e Seção de Coordenação e Julgamento (SECORJ), que acompanham e promovem os atos necessários ao andamento dos processos em determinadas fases.

Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual, sendo a maior divisão relativa ao processamento e ao julgamento. O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	5
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	7
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	12
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

No acervo em tramitação na Subsecretaria (2.012 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em março/2016, era de 25 processos, correspondendo a 1,24%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, bem como quanto à Meta 6/2016 e à Meta 8/2016 do CJF, não havia processos.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 22 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Entre abril/2015 e março/2016, foram publicados 6.891 acórdãos, dentre os 7.183 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 447 acórdãos pendentes de publicação em março de 2016.

Publicação de acórdãos (abril/2015 a março/2016)	
Acórdãos lavrados	7.183
Acórdãos publicados	6.891
Tempo médio de publicação (dias)	22
Publicações em prazo superior a 10 dias	5.316
Pendentes de publicação	447

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

A Secretaria não apresentou estatística do volume de decisões monocráticas publicadas.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	627
Processos sobrestados na Turma (março/2016)	21
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (março/2016)	17
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (março/2016)	17
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (março/2016)	1
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (março/2016)	6
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	19

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Existem 21 processos sobrestados, sendo a maioria em razão de decisão do STF/STJ, que, em regra, se encontram devidamente organizados e armazenados.

Foram avistados, em março de 2016, 627 processos com carga ou vista, 17 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória; e 18 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Dentre os processos inspecionados, os prazos já estavam vencidos em apenas um. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de menos de 5 dias, o que se revela adequado.

Havia, em 31 de março de 2016, 6 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. As juntadas são feitas diariamente e os processos físicos em que se aguarda a juntada de documentos ficam em armário próprio, destinado a isso.

O tempo médio para a juntada é de poucos dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual.

No acervo inspecionado, não existem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria. Segundo informação da Diretora da Subsecretaria, quanto ao processo 08153971920084025101, consta no SIAPRO petição pendente de juntada, mas se trata de petição de exceção de suspeição, já distribuída no âmbito da 1ª Seção. Aguarda-se resolução da exceção para regularização, pelo Relator, da pendência.

Os processos com vista ao Ministério Público Federal excedem, em regra, o prazo legal, especialmente os de natureza criminal.

A Secretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre abril/2015 e março/2016, 48 ordinárias e 2 extraordinárias. Houve cancelamento de 4 sessões no período; 1 em virtude de realização de sessão plenária no mesmo dia; 2 pela impossibilidade de formação de quórum ante a ausência de desembargador e 1 pelo feriado da Páscoa de 2016.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável, tendo a Diretora afirmado que as atividades da Subsecretaria são tratadas como atividade meio, e não fim, havendo receio de que o número de servidores seja reduzido, prejudicando o bom andamento dos trabalhos. O volume de pendências na Secretaria é baixíssimo, pois, dos 23 processos inspecionados, apenas 1 encontrava-se com atraso na tramitação.

3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

O Desembargador Federal André Fontes exerce a Presidência da Turma desde abril de 2015, e a atual Diretora da Subsecretaria atua desde julho de 2011. A equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora para tratar dos assuntos afetos à gestão da Subsecretaria. A força de trabalho alocada em atividade-fim resulta na relação de 134,13 processos por servidor, suficiente para a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Subsecretaria é adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes. Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e estantes, organizados de forma lógica, por matéria, fase processual e segredo de justiça, bem como de acordo com os desembargadores relatores no caso de inclusão de pauta e/ou mesa, na fase de julgamento.

A Diretora informou que a Subsecretaria procura, na medida do possível, cumprir a Meta 4/2010, com a publicação dos acórdãos no prazo de 10 dias úteis após a sessão de julgamento. Porém, sua observância não depende exclusivamente da Subsecretaria,

tratando-se de trabalho conjunto com os gabinetes, responsáveis pela liberação das peças processuais nos respectivos sistemas.

O agendamento da publicação dos acórdãos já é feito a partir do recebimento deles assinados. Contudo, isso só é possível após a verificação, pela Subsecretaria, da correspondência entre os relatórios, votos e acórdãos com o julgamento, bem como a regularidade formal dos documentos eletrônicos. Além disso, foi dito que a liberação dos documentos eletrônicos para assinatura só é possível depois da checagem e do lançamento dos resultados de todos os gabinetes, o que leva a maior demora e eventual não cumprimento da Meta 4/2010.

A Diretora disse que a existência de diversos sistemas que não possuem interface dificulta o cumprimento, em tempo razoável, das decisões judiciais. Além disso, os dados estatísticos disponibilizados em virtude da Inspeção não o são regularmente, o que poderia auxiliar na gestão dos acervos.

Também foi sugerida uma padronização dos procedimentos a serem adotados pelas subsecretarias, como ocorre na 1ª instância, pela Corregedoria Regional. Também seria útil a comunicação automática, pelo sistema, das decisões proferidas, especialmente aquelas relativas a tutelas liminares e urgentes.

A título de boas práticas, pode-se citar que as medidas urgentes (liminares) são imediatamente cumpridas; a Diretora possui bom relacionamento com os gabinetes, bem como procura trocar experiências com as demais subsecretarias do Tribunal, para o bom andamento dos trabalhos; é feita a verificação da correspondência entre os relatórios, votos e acórdãos e o teor do julgamento, antes da assinatura dos correspondentes documentos; e a Subsecretaria prepara relatórios mensais, encaminhados aos gabinetes, relativos aos votos vista, aos votos vencidos, às revisões, lavratura de acórdãos etc., pendentes, o que permite um maior controle dos acervos.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- a) a Diretora demonstra conhecimento e domínio das atividades da Subsecretaria, que se encontra bem organizada;
- b) os processos físicos são bem organizados e foram prontamente apresentados a fim de serem inspecionados;
- c) no processo eletrônico, a inserção das peças processuais não é parametrizada, sendo permitida inclusive sem qualquer identificação, obrigando a Subsecretaria a

verificar cada uma dessas peças e, se for o caso, renomeá-las, o que consome tempo e energia que poderiam ser utilizadas em outras atividades; e

d) o não cumprimento da Meta 4/2010 em alguns feitos não decorre, em princípio, de falhas da Subsecretaria, mas da própria dinâmica do procedimento e das dificuldades decorrentes dos sistemas processuais.

5) RECOMENDAÇÕES:

a) adotar as providências necessárias (juntada ou decurso de prazo) com relação ao recurso em sentido estrito n. 00075950920104020000, a fim de permitir sua submissão ao Relator, com a abertura de conclusão;

b) regularizar a situação da petição pendente de juntada do processo 08153971920084025101, encaminhando-a, se o caso, para juntada nos autos correspondentes, da exceção de suspeição; e

c) buscar, junto aos gabinetes integrantes da Turma, a determinação da observância dos prazos de vista, especialmente nos processos encaminhados ao Ministério Público Federal, com sua devolução em menor tempo.

SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA

Especialidade: DIREITO TRIBUTÁRIO

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Subsecretaria: 3ª Turma

1.2. Diretor de Subsecretaria: Ubiratan Ferreira da Silva Santos.

Tempo de atuação: desde 1998.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Subsecretaria.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	0	0	0	04	22	18
Inspeção/2016	16	0	0	0	03	19	18

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro/2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos. Todavia, não houve alteração do número de servidores na área-fim.

O Diretor da Subsecretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Ainda não houve a fixação de metas individuais e gerais, mas está sendo agendada reunião para que sejam estabelecidas em data próxima. Os servidores, segundo informou o referido Diretor, não estão motivados, mas participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Subsecretaria.

2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (abril/2015)	4.945
Processos em tramitação na turma (março/2016)	2.602

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Em que pesem os dados indicados na planilha acima, o Diretor da Subsecretaria informou, com base em elementos colhidos dos sistemas Apolo e Siapro, que contam daquela unidade 2.615 processos eletrônicos e 1.383 físicos, totalizando, no mês de março/2016, 3.998 feitos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados de acordo com a fase processual que se encontram/natureza da diligência a ser cumprida (organização lógica), o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos físicos de acordo com a respectiva fase processual. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo à ausência de fixação de metas de desempenho, o que pode ser melhorado com o estabelecimento das mesmas, em reunião já programada para data próxima.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	11
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	5
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	8
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	10
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	24
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	13
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

No acervo em tramitação na Subsecretaria (2.602 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em março/2016, era de 71 processos, correspondendo a 2,73%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não havia feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, enquanto que os da Meta 6 eram 2. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 14 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre abril/2015 e março/2016, 6.234 acórdãos, dentre os 6.241 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 45 acórdãos pendentes de publicação em março/2016.

Publicação de acórdãos (abril/2015 a março/2016)	
Acórdãos lavrados	6.241
Acórdãos publicados	6.234
Tempo médio de publicação (dias)	14
Publicações em prazo superior a 10 dias	2.578
Pendentes de publicação	45

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre abril/2015 e março/2016, houve 2.372 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados (6.234), resulta no volume de 8.606 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	1.342
Processos sobrestados na Turma (março/2016)	7
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (março/2016)	14
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (março/2016)	3
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (março/2016)	2
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (março/2016)	122
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	267

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 7 que se encontram devidamente organizados e armazenados.

Foram avistados, em março de 2016, 1.342 processos com carga ou vista, 14 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória e 3 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Os prazos não estavam vencidos. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 15 dias, o que se revela adequado.

Há 122 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 12/4/2016, referente ao processo 00031627320104025104.

O tempo médio para a juntada é de 2 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo existem 267 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

A Secretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre abril/2015 e março/2016, 44 ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve o cancelamento de uma única sessão no período, em virtude da ausência de quórum.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois, dos 54 processos inspecionados, poucos encontravam-se com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos (cômputo dos prazos na forma do NCPC; abertura de vista à parte contrária em agravo regimental, mediante ato ordinatório, inclusão de embargos de declaração e agravos regimentais em pauta etc).

3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) Triagem inicial de processos: verifica-se a autuação. Em se tratando de processo originário, faz-se a conclusão dos autos ao Relator. As apelações em execução fiscal são remetidas aos gabinetes em conclusão. Os apelos em outros feitos são objeto de vista ao Ministério Público Federal.

b) Classificação e separação física de processos: os autos são acomodados em estantes, separados de acordo com a diligência a ser cumprida.

c) Especialização de servidores por matéria ou fase processual: em relação aos feitos físicos, os servidores atuam de acordo com a respectiva fase processual. Já quantos aos processos eletrônicos não há especialização.

d) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ: são priorizados, neles constando etiqueta de identificação.

e) Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: após o adiamento ou retirada de pauta, lançada a certidão cabível, os autos são devolvidos ao gabinete a que competem.

f) Controle de prazo para julgamento de feitos: ocorre mediante cronograma de pautas.

g) Dinâmica dos atos relativos a sessão: pedido de dia, inclusão em pauta, publicação da pauta, intimação da União Federal, Ministério Público e demais órgãos que gozam do privilégio da intimação pessoal, verificação de impedimentos dos desembargadores, remessa dos autos ao Gabinete para a sessão.

h) Fixação das metas de trabalho com participação dos servidores: ainda não foram fixadas metas de produtividade, mas, diante da constatação de que o estabelecimento delas faz-se necessário, foi agendada reunião para que sejam estabelecidas em data próxima.

i) Planejamento e avaliação periódica de atividades: não houve registro em relação a esse ponto pelo Diretor da Subsecretaria.

j) Desempenho: aferido na unidade mediante consulta ao Portal do TRF2.

k) Produtividade e metas: conforme afirmado pelo Diretor da Subsecretaria, serão estabelecidas metas brevemente.

l) Gestão de pessoal e recursos materiais: somente é permitido gozar férias ao equivalente a 1/3 dos servidores de cada coordenadoria.

m) Atendimento a advogados: o atendimento aos causídicos é feito no balcão, em dupla de servidores, com rodízio a cada duas horas de trabalho.

n) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: é efetivado, sendo priorizado o atendimento de tais recomendações.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) Durante a entrevista, o Diretor da Subsecretaria informou a respeito das dificuldades que enfrenta em relação ao sistema Apolo, realidade constatada no momento da inspeção, quando se verificou que a juntada de petições nos processos eletrônicos é morosa, diante da impossibilidade de inserção direta das peças processuais pelos advogados e procuradores.

b) Verificou-se a ausência da certificação nos autos de que os processos da Meta 2 do CNJ destinados à Juíza em auxílio ao Tribunal estão acautelados na Subsecretaria, apenas aguardando solicitação da Magistrada.

c) Em geral, observou-se que a Subsecretaria da 3ª Turma vem desenvolvendo suas atividades a contento, praticando os atos processuais de forma célere, em prazos razoáveis.

5) RECOMENDAÇÃO:

Certificar, em relação aos processos destinados à Juíza Auxiliar, que eles se encontram acautelados na Subsecretaria, aguardando solicitação por parte da Relatora.

SUBSECRETARIA DA 4ª TURMA

Especialidade: DIREITO TRIBUTÁRIO

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Subsecretaria: 4ª Turma

1.2. Diretor de Subsecretaria: Eliane Lima Cavalcanti.

Tempo de atuação: desde 2008.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Secretaria. Anteriormente, o Desembargador Federal Sebastião Ogê Muniz, que coordena a equipe, fora recebido pelo Desembargador Federal Ferreira Neves, Presidente da 4ª Turma.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	0	0	0	4	20	16
Inspeção/2016	13	0	1	0	3	17	14

A força de trabalho em exercício sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em outubro/2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos.

A Diretora de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. não existe fixação de metas, nem individuais nem gerais, para a equipe. Os servidores estão um pouco desmotivados, em face de alterações promovidas na estrutura da unidade, as quais os afetaram. Todavia, participam, em certa medida, do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Secretaria.

2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (abril/2015)	2.851
Processos em tramitação na turma (março/2016)	2.236

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Há na unidade 2.236 processos, não sendo possível determinar com precisão o número de processos físicos e eletrônicos, devido à existência de processos "híbridos" e à dificuldade de consolidação e identificação da natureza destes pelos sistemas existentes.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e estantes e organizados pelo critério de data de publicação, visando facilitar a identificação para vista dos autos aos advogados, conforme a fase processual, o que repercute positivamente na gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos segundo as atividades específicas a serem desenvolvidas em cada uma das seções em que se subdivide a Secretaria.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	28
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	19
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	19
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	21
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	52
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	13
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	10
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	12
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

No acervo em tramitação na Subsecretaria (2.236), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em março/2016, era de 174 processos, correspondendo a 7,78%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não existem feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, enquanto que da Meta 6 era apenas 1. Tendo em vista a relevância das

matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 22 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre abril/2015 e março/2016 8.607 acórdãos, dentre os 8.624 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 120 acórdãos pendentes de publicação em março/2016.

Publicação de acórdãos (abril/2015 a março/2016)	
Acórdãos lavrados	8.624
Acórdãos publicados	8.607
Tempo médio de publicação (dias)	22
Publicações em prazo superior a 10 dias	5.861
Pendentes de publicação	120

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre abril/2015 e março/2016, houve 1.269 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 9.876 publicações no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	1.419
Processos sobrestados na Turma (março/2016)	7
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (março/2016)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (março/2016)	14
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (março/2016)	2
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (março/2016)	4
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	230

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Existem 7 processos sobrestados, nenhum em razão de decisão do STF/STJ.

Foram detectados, em março de 2016, 1.419 processos com carga ou vista, nenhum processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória; e 14 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Dos processos com carga ou vista, 521 se encontram nesta situação há mais de 30 dias, o mais antigo desde 7/12/2010. O feito mais antigo aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligências data de 15/9/2015. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual. Contudo, em relação aos processos com carga vencida, por se referirem, em grande parte, ao objeto

da Resolução n. 14/14 da Presidência do Tribunal, incluídos em metas do CNJ, a Subsecretaria não tem ingerência, pois ficam sob responsabilidade dos juízes convocados em auxílio para proferir decisões.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, solicitado pela equipe, não foi consolidado pela Unidade durante o período da Inspeção, o que exige aprimoramento no controle da fase específica e realização de adequado levantamento estatístico.

Há 4 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência era de 4/12/2014, referente ao processo 0020222-10.2006.4.02.5101, que se encontrava na 27ª Vara Federal, tendo sido juntada durante a Inspeção (em 18/4/2016).

O tempo médio para a juntada de petições é de 65 dias, o que se mostra excessivo e exige melhor gestão. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz visualmente, a partir da identificação dos processos feita nas estantes.

No acervo existem 188 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria, sendo relativos em parte aos feitos objeto da Resolução n. 14/2014. O mais antigo encontra-se paralisado desde 7/5/2010 (200902010191240), tendo sido regularizado durante a Inspeção, com baixa definitiva em 14/4/2016.

A Secretaria administra a realização de 4 sessões da Turma por mês, tendo havido, entre abril/2015 e março/2016, 36 sessões ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve o cancelamento de 7 sessões no período, em virtude de impedimentos eventuais dos desembargadores.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente e exige melhoramento pontual, especialmente no tocante ao controle dos prazos de carga, para juntada e conclusões. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois, dos 45 processos inspecionados, 4 encontravam-se com relativo atraso na tramitação por ação/omissão da Unidade.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, foi observado que a unidade está começando a atualizar os seus procedimentos, como a realização da contagem dos prazos processuais em dias úteis. A unidade ainda não se deparou com algum caso da Lei 13.146/2015.

3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Não foram verificadas alterações significativas na rotina de trabalho e na organização física em relação à Inspeção de 2014.

A equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Presidente da Turma, Desembargador Federal Ferreira Neves, e pela Diretora. Considerada a força de trabalho da unidade, a média é de 358 processos por servidor.

A Subsecretaria está dividida em três seções: Processamento, Procedimentos Diversos e Coordenação de Julgamento, cada uma contando com quatro servidores.

Além disso, há um servidor no balcão de atendimento, e a Diretora auxilia na realização de algumas atividades.

Todos os processos recebidos na unidade são separados pelo servidor do balcão e destinados a cada servidor responsável pelo processamento específico, dando continuidade às atividades já planejadas.

O acervo é separado de acordo com a localização física de trabalho do servidor que trabalha com o processo.

Processos que aguardam publicação decisão ou acórdão ou com ofícios para expedir são repassados à Seção de Procedimentos Diversos, ficando localizados próximos ao servidor que está incumbido destas atividades. Processos publicados são certificados por essa Seção e alocados perto do balcão de atendimento a advogados.

Processos inclusos em pauta ou mesa são direcionados à Seção de Coordenação e Julgamento.

Processos que chegam com petições/ofícios ou para expedir certidão de objeto e pé são repassados para a Seção de Processamento.

Cada seção da Subsecretaria tem uma estante própria, onde as pilhas de processos aguardam a movimentação seguinte até a baixa ou arquivamento dos autos.

Nas estantes, os processos são separados em blocos, identificados por número do bloco e data em que foi publicada a decisão/acórdão e, a partir daí, terminado o prazo, os blocos são utilizados para remessa dos feitos ao local pertinente.

Os processos para baixa à origem ficam em pilhas separadas pelas datas das vistas programadas; os que aguardam a juntada dos mandados ficam separados pela data da expedição do mandado; e os que aguardam o julgamento ficam em armários, separados por data e relator.

As petições recebidas são classificadas no dia em que dão entrada na Turma. Na sequência, são solicitados os processos que estejam nos gabinetes. O servidor responsável verifica semanalmente se houve atendimento da remessa pelo gabinete. Estando o processo na Subsecretaria, é feita a juntada e encaminhado ao gabinete.

Em relação às petições pendentes de juntadas, a Unidade credita o atraso, em maior parte, aos gabinetes que não remetem os processos à Turma com brevidade.

Quanto aos processos em carga com os advogados, é solicitada a devolução, em regra, no prazo de um mês; os remetidos à Fazenda Nacional são cobrados em dois meses; e os remetidos ao Ministério Público Federal, em regra, em igual prazo.

O controle estatístico da Unidade é feito a partir do Portal de Estatísticas do Tribunal.

Não há sistemática de fixação de metas, pois, conforme a avaliação da Diretora, dada a diversidade das atividades e o empenho mostrado por cada servidor não se faz necessária ou mesmo produtivo.

Cada servidor implementa uma rotina de trabalho visando a celeridade da parte que lhe cabe nas atividades da Unidade.

São realizadas reuniões ocasionais com os servidores para regularizar pendências eventuais constatadas.

Não foram verificadas grandes discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e a constante dos autos físicos, excetuadas algumas omissões de lançamento de fases em dois processos inspecionados.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

Conforme relatado, os servidores revelaram alguma desmotivação, em face de alterações promovidas na estrutura da unidade, que acarretaram a retirada de algumas de suas funções comissionadas.

Cumprir registrar a existência de razoável acervo em Secretaria correspondente a processos objeto da Resolução n. 14/2014, da Presidência do Tribunal, que atribuiu a juízes federais convocados em auxílio proferir decisões em atendimento a metas do CNJ.

Esses processos encontram-se com remessa externa registrada no sistema processual, mas fisicamente estão localizados em Secretaria. A justificativa apresentada foi a de que isso acontece em virtude de os juízes designados para proferir decisões nestes autos não aceitarem sua remessa física, por alegada falta de espaço em suas varas de origem. Outrossim, foi relatado que o sistema processual Siapro não possibilita às varas federais destinatárias lançarem recebimento dos processos. Diante dessa dificuldade, as unidades lançam os dados pertinentes em uma folha de papel impressa, que funciona como um recibo e, no retorno dos autos à Subsecretaria, é regularizado o recebimento.

Embora a organização da unidade mostre-se, no geral, adequada, faz-se necessário promover ajustes pontuais quanto ao controle estatístico dos feitos pendentes de andamento em Secretaria, remessa e cobrança de autos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) 12 processos referentes à Resolução n. 14/2014 da Presidência do Tribunal com remessa externa à vara federal do Juiz designado para proferir decisão lançada no sistema processual, porém, fisicamente localizados em Secretaria;

b) 2 feitos sobrestados por decisão judicial localizados fisicamente em Secretaria;

c) não cumprimento da recomendação feita na Inspeção anterior de implementação de metas individuais e coletivas, visando regularizar atrasos verificados na realização de atos e procedimentos adotados pela Secretaria.

5) RECOMENDAÇÕES:

Como resultado das entrevistas realizadas e dos dados coligidos na unidade inspecionada, recomenda-se:

a) seja resolvida a discrepância existente entre os dados do Siapro e a realidade física dos processos que, conquanto estejam em Secretaria, constam como tendo sido remetidos a uma unidade externa; tais processos são objeto da Resolução n. 14/2014, da Presidência do TRF2, que trata dos juízes designados para atuar em auxílio ao Tribunal;

b) sejam remetidos, aos gabinetes de origem os processos sobrestados 00186915020124020000 e 00187174820124020000.

c) sejam remetidos aos gabinetes pertinentes, para as respectivas declarações de voto, ou sejam promovidas gestões, junto a tais gabinetes, para que lancem as devidas fases de recebimento dos autos, no que tange aos processos 00042907520144020000, 00042976720144020000, 00068553520004025001, 00104006520044025101 e 00148522220094020000.

d) seja prioritariamente regularizado o lançamento das fases processuais correspondentes ao efetivo andamento do processo 00082483520154020000;

e) sejam oficialmente promovidas as providências necessárias à devolução dos processos a seguir enumerados, que se encontram com carga/vista com prazo superior a 60 dias 201050010067633; e 200751015010586;

f) sejam regularizadas, quanto aos processos que se encontram em Secretaria, as publicações de atos processuais pendentes de publicação há mais de 10 dias;

g) seja agilizado o sistema de cumprimento dos despachos e decisões, inclusive no que tange à certificação das medidas cumpridas.

SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Subsecretaria: 5ª Turma Especializada

1.2. Diretor de Subsecretaria: Acácio Henrique de Aguiar.

Tempo de atuação: desde 5/11/2015.

O Presidente da 5ª Turma é o Desembargador Federal Marcello Ferreira de Souza Granado, desde 16/2/2016.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Secretaria.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	20	-	-	-	4	24	20
Inspeção/2016	15	-	1	1	3	20	16

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro/2014, contando, atualmente, com 4 auxiliares a menos. Por consequência, houve redução de 4 servidores na área-fim.

O Diretor de Secretaria tem experiência processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não existe fixação de metas individuais, apenas gerais. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria, por meio de planilha elaborada para este fim.

2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (abril/2015)	1.541
Processos em tramitação na turma (março/2016)	781

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Há na unidade 1.368 processos eletrônicos e 74 físicos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes/prateleiras e organizados de acordo com os respectivos setores da unidade, utilizando-se a numeração como critério para facilitar a identificação, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual e a natureza da causa. Não se verificou deficiência nessas rotinas de trabalho.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	3
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	8
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	16
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	38
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	5
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	4
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	4
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	3
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

No acervo em tramitação na Subsecretaria (781), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em março/2016, era de 78 processos, correspondendo a 9,99%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

O número de feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, era de 3, enquanto os da Meta 6 são 9. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 13 dias, prazo razoável, mas que não observa aquele estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre abril/2015 e março/2016, 8.021 acórdãos, e no mesmo período foram

lavrados 8.002 acórdãos pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 22 acórdãos pendentes de publicação em março/2016.

Publicação de acórdãos (abril/2015 a março/2016)	
Acórdãos lavrados	8.002
Acórdãos publicados	8.021
Tempo médio de publicação (dias)	13
Publicações em prazo superior a 10 dias	3.822
Pendentes de publicação	22

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

A Subsecretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre abril/2015 e março/2016, houve 1.028 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 9.049 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	443
Processos sobrestados na Turma (março/2016)	1.134
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (março/2016)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (março/2016)	1
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (março/2016)	0
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (março/2016)	2
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	58

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 1.134 feitos, que se encontram devidamente organizados e armazenados, utilizando-se a ordem numérica dos processos nas prateleiras, para facilitar o acesso quando solicitados pelos advogados.

Foram avistados, em março de 2016, 443 processos com carga ou vista; não havia processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória; havia 1 processo aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Os prazos, em sua maioria, não estavam vencidos. A Secretaria demonstrou ter o controle.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 1 dia, o que se revela adequado. Ocorre, de regra, no mesmo dia em que o processo chega à unidade, seja física ou eletronicamente.

Há 2 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 13/01/2016, referente ao processo 00051534420064025001.

O tempo médio para a juntada é de 5 dias. A fase processual específica não é objeto de controle, tendo em vista o curto prazo de juntada, sem a ocorrência de acúmulo dessa rotina.

No acervo existem 62 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria, segundo informação fornecida pelo próprio órgão. O mais antigo encontra-se paralisado desde 31/5/2015, a saber: 00084696520134020201 (número antigo 2013.02.01.008469-3).

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) Tendo em vista a referência à localização física “**remeter à Juíza Convocada Geraldine Vidal**”, certificar nos autos o respectivo ato de convocação, bem como remeter à referida magistrada os feitos 00014605720034025001 e 00048418820084025101 (idoso); e, ainda, os seguintes processos cuja prioridade se deve à Meta 2 do CNJ:

00021591420044025001	00020768720074025002	00423422819984025101
00030205820084025001	00106547720004025101	00177873520094020000
00021098520044025001	00004469120064025111	00141042320034025101
00105613620084025101	00021112620024025001	06084576219844025101

b) esclarecimento acerca da situação dos 62 processos que, segundo informações fornecidas, estão sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria (o mais antigo, paralisado desde 31/5/2015 (00084696520134020201; número antigo 2013.02.01.008469-3), tomando, se for caso, as providências necessárias à regularização.

c) esclarecimento acerca das 2 juntadas de petição/ofício/documento que, segundo informações fornecidas, estão pendentes (há, segundo informação, 2 pendências, sendo a mais antiga de 13/1/2016 - 00051534420064025001), tomando, se for caso, as providências necessárias à regularização.

A Subsecretaria administra a realização de sessões semanais, tendo havido, entre abril/2015 e março/2016, 46 ordinárias e 2 extraordinárias. Houve cancelamento de 3 sessões no período, 2 em virtude de falta de quórum para julgamento e 1 de realização de sessão do Plenário no mesmo horário.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho

é suficiente. O volume de pendências na Secretaria é razoável, pois, dos processos inspecionados, 14 encontravam-se com problema na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, a saber:

I - até 31/12/2016, os processos com julgamentos não unânimes estão sendo incluídos nas sessões de julgamento das respectivas seções (art. 2º da Emenda Regimental 34 de 4/3/2016);

II - os embargos de declaração estão sendo pautados.

3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A unidade está subdividida em quatro seções:

1) Seção de Processamento: cuida do recebimento e remessa dos processos dos gabinetes vinculados, de outros órgãos do Tribunal e de órgãos externos;

2) Seção de Procedimentos Diversos: responsável pelas publicações de decisões/despachos e atos ordinatórios com acompanhamento dos prazos; elaboração e expedição de ofícios, mandados de citação/intimação, cartas de ordem e precatórias, alvarás de levantamento, encaminhamento de processos às varas de origem em diligência ou com trânsito em julgado;

3) Seção de Coordenação e Julgamento: encarregada da elaboração das pautas de julgamento e publicação das mesmas, auxílio nas sessões de julgamento, encaminhamento dos acórdãos à publicação e acompanhamento dos prazos e intimação das partes em relação aos acórdãos publicados com a remessa dos autos aos respectivos órgãos;

4) Seção de Apoio à Subsecretaria: com a atribuição de verificar as questões administrativas dos servidores, tais como o controle da frequência, as licenças médicas e o encaminhamento de pedidos de férias, bem como do balcão de atendimento aos advogados e partes, elaboração de cargas processuais, classificação das petições no sistema e distribuição das mesmas às seções da unidade.

Os processos são triados e separados fisicamente de acordo com a classe processual e fase processual, ficando localizados em estantes/armários nas respectivas seções internas da unidade.

A dinâmica do trabalho faz com que os servidores nunca fiquem sem processos, pois sempre que terminado o acervo de um, este passa a trabalhar em conjunto com os demais colegas, de modo a enfatizar que, apesar das divisões internas, a subsecretaria é única e todos são responsáveis pelos resultados do trabalho da unidade.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resulta na relação de 48,81 processos por servidor, o que se tem mostrado suficiente para a regularidade dos serviços da unidade.

As sustentações orais são solicitadas no dia da sessão, pessoalmente pelos advogados no balcão da subsecretaria, ou pelos estagiários, com posterior assinatura pelos respectivos advogados. Já os pedidos de preferência nas sessões podem ser solicitados tanto pelas partes quanto pelos procuradores.

Os processos com impedimentos dos relatores são represados e designados para julgamento em uma sessão específica, que ocorre a cada dois meses, sem prejuízo da pauta ordinária.

Os pedidos de urgência recebidos na unidade são prontamente encaminhados aos relatores dos processos.

Nos processos eletrônicos a juntada das petições em autos que estejam nos gabinetes é feita pela própria equipe do relator, à exceção do Gabinete do Desembargador Marcello Granado, que envia o processo à Subsecretaria para tanto, tendo relatado o Diretor, que referida unidade já está se adaptando à sistemática dos demais gabinetes.

Como boa prática, o Diretor ressaltou que não há estipulação de metas individuais, e sim de meta geral, que consiste em dar andamento a mais processos do que os recebidos, com participação de todos os servidores da unidade, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe apurou necessidade urgente da adoção de um processo eletrônico mais rápido e simples, que possa atender à demanda por celeridade e eficácia.

As informações apresentadas no sistema eletrônico atual têm uma apresentação truncada, além de inexistir atalho para consulta ao processo de origem, o que é muito importante, especialmente no caso de agravos de instrumento.

A existência de três frentes de trabalho (com processos físicos, eletrônicos e mistos/híbridos) dificulta o processamento dos feitos. Os processos mistos ou híbridos são trabalhados de um lado virtualmente e, de outro, manualmente, com inclusão de cópias do quanto produzido virtualmente, acarretando injustificado retrabalho.

Embora o prédio do Tribunal seja antigo e apresente alguns problemas, o espaço da unidade apresenta-se adequado, iluminado e organizado.

O mobiliário não é novo, mas as estações de trabalho são adequadas às tarefas da unidade, bem como as estantes e armários se mostram suficientes à quantidade de processos.

Os equipamentos de informática estão em boas condições, porém a manutenção tem sido realizada com certo atraso no corrente ano, tendo em vista as conhecidas restrições orçamentárias.

O quadro de servidores atualmente está completo, com apenas 1 servidor afastado por licença médica.

A organização da subsecretaria é adequada, bem como a dinâmica de trabalho, pois o acervo teve significativa redução nos últimos 12 meses mesmo com a redução do quadro de servidores, a demonstrar o comprometimento e a eficiência da equipe de trabalho.

Finalmente, a Assessoria observou que, de acordo com os controles da Subsecretaria, foram apuradas algumas inconsistências dos dados estatísticos fornecidos pelo Setor de Estatística do Tribunal, o que demandaria uma revisão dos conceitos aplicáveis e fases correspondentes, a fim de que sejam informados valores mais próximos à realidade do tempo de espera nas diversas fases processuais.

5) RECOMENDAÇÕES:

a) Regularizar a situação dos processos relacionados no item 2 acima, nos quais, constatada a referência à localização física “*REMETER À JUÍZA CONVOCADA GERALDINE VIDAL*”, deve ser providenciada a certificação nos autos do respectivo ato de convocação, bem como a remessa à referida Magistrada.

b) Esclarecer acerca dos 62 processos que, segundo informações fornecidas (item 2 acima), estão sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria (o mais antigo, desde 31/5/2015 - número 00084696520134020201; número antigo 2013.02.01.008469-3), tomando, se for caso, as providências necessárias à regularização.

c) Esclarecer acerca das 2 juntadas de petição/ofício/documento que, segundo informações fornecidas (item 2 acima), estão pendentes, tomando, se for caso, as providências necessárias à regularização.

SUBSECRETARIA DA 6ª TURMA

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Subsecretaria: 6ª Turma.

1.2. Diretor de Subsecretaria: Agamenon Ribeiro de Campos.

Tempo de atuação: 1/2/2005.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Secretaria.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	1	0	0	4	22	18
Inspeção/2016	11	1	1	0	3	16	13

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro/2014, contando, atualmente, com 6 auxiliares a menos. Do mesmo modo, houve redução de 5 servidores na área-fim.

O Diretor de Secretaria tem larga experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para todo o grupo. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria. A grande maioria segue o horário normal de expediente, das 11h às 19h).

2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (abril/2015)	1.132
Processos em tramitação na turma (março/2016)	1.019

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Há na unidade 7 processos eletrônicos e 11 físicos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em escaninhos e organizados pelo critério de estágio/providência a ser adotada, por desembargador integrante da turma, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

Os servidores atuam em todos os processos, exceto no que se refere à pauta de julgamento, que são de atribuição de um grupo específico, o qual gerencia a montagem da pauta, auxilia nas sessões e cuida da triagem posterior ao julgamento.

Verificou-se deficiência específica no ponto relativo à quantidade de servidores, havendo relato da redução do quadro para o número de 13 servidores (antes eram 18). A tanto se some o fato de a unidade não dispor de funções comissionadas em número suficiente a contemplar todos os servidores, o que dificulta o recrutamento e a manutenção dos quadros na subsecretaria.

Quanto ao ponto, merece ser destacado que a 6ª e a 7ª Turmas participaram de um projeto-piloto, que tinha por objetivo a unificação de todas as turmas, por especialidade, sendo certo que ambas passaram a compartilhar o mesmo espaço físico no 7º andar, onde funciona atualmente a 6ª Turma. A experiência foi abandonada há pouco tempo, antes mesmo de consolidada com a 5ª e a 8ª Turmas, passando a 7ª Turma a funcionar no 6º andar.

Igualmente foi registrado que a Corte deliberou que as turmas devem ceder algumas funções comissionadas para os gabinetes dos membros da Turma, medida que já foi implantada no âmbito da Subsecretaria da 6ª Turma.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	2
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	11
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	7
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

No acervo em tramitação na Subsecretaria (1.019), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em março/2016, era de 21 processos, correspondendo a 2,06%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não existem processos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, e nem da Meta 6.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 18 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre abril/2015 e março/2016 6.662 acórdãos, dentre os 6.687 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 199 acórdãos pendentes de publicação em março/2016.

Publicação de acórdãos (abril/2015 a março/2016)	
Acórdãos lavrados	6.687
Acórdãos publicados	6.662
Tempo médio de publicação (dias)	18
Publicações em prazo superior a 10 dias	5.149
Pendentes de publicação	199

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre abril/2015 e março/2016, houve 707 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 7.369 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	686
Processos sobrestados na Turma (março/2016)	908
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (março/2016)	2
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (março/2016)	12
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (março/2016)	6
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (março/2016)	38
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	65

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 908 feitos, que se encontram devidamente organizados e armazenados. Quanto ao ponto, o Diretor da Subsecretaria informou que acompanha o julgamento dos processos no STF e STJ por meio do "Sistema Push", providenciando a sua movimentação para os gabinetes quando necessário.

Foram avistados, em março de 2016, 686 processos com carga ou vista, 2 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória e 12 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Os prazos, segundo o Diretor da Subsecretaria, não estavam vencidos. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 1 dia³⁹, o que se revela adequado.

Há 38 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 13/4/2016, referente ao processo 200751010250595⁴⁰.

O tempo médio para a juntada é de 1 dia. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo existem 65 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 7/2/2014 (200951010169715).

Em relação à processos, recomenda-se:

a) localizar/restaurar os autos do Processo 00169717620094025101 (última localização em 7/2/2014, na Subsecretaria da 6ª Turma);

b) solicitar a devolução do processo com carga/vista com prazo superior a 60 dias: 0020422-80.2007.4.02.5101 (com o advogado desde 2013);

c) movimentar o processos afeto à Meta 2: 00091393720074020000;

d) observar o prazo para a publicação de acórdãos estipulado pelo CNJ – publicar: 00001181920034025160 - julgado em 30/3/2016;

e) movimentar os processos sem movimentação há mais de 90 dias: 00124157420084025001 - recebido em 5/2015;

A Secretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre abril/2015 e março/2016, 45 ordinárias e nenhuma extraordinária. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois, dos 18 processos inspecionados, 2 encontravam-se com atraso na tramitação (00169717620094025101 e 00204228020074025101).

³⁹ Conforme informação do Diretor se a petição chegar no turno da tarde, a juntada se dá no dia seguinte, com a imediata conclusão ao gabinete.

⁴⁰ Numeração do CJF.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos. Como exemplo, alterou rotinas de contagem dos prazos bem como passou a intimar o MPF apenas depois de escoado o prazo de manifestação das partes.

3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) A triagem inicial de processos é feita tão logo ingressam na unidade, de modo contínuo;

b) A unidade é organizada em quatro seções (Apoio, Processamento, Procedimentos Diversos e Julgamento). Os trabalhos são realizados por todos os servidores, independentemente de divisão por classe, fase processual, matéria etc, salvo no que se refere às pautas de julgamento, as quais tramitam com grupo específico, que as prepara, auxilia na sessão e fazem a triagem depois dos julgamentos;

c) Os processos físicos são organizados em blocos nas dimensões dos escaninhos, sendo o seu controle feito de acordo com o número do bloco registrado no sistema. Já os eletrônicos são organizados em estantes nomeadas e por data de término do prazo;

d) As prioridades legais e processos de Meta do CNJ não recebem tratamento específico na unidade, apenas nos gabinetes. Contudo, foi registrado que geralmente se adota o prazo específico para as partes, acrescido de 3 dias;

e) O controle dos prazos para julgamento é feito via Sistema Apolo;

f) A subsecretaria adota procedimento de identificação específica de feitos quando julgados por maioria e nos quais há pedidos de vista, alteração de relatoria (relator vencido) ou necessidade da juntada de notas taquigráficas;

g) A unidade também verifica, junto aos gabinetes, qual o procedimento a ser adotado quanto aos processos retirados de pauta;

h) Como meta de trabalho, a subsecretaria procura movimentar os processos no mesmo dia, adotando de logo a providência necessária;

i) Diariamente são avaliadas as atividades por meio do Portal de Estatística do Tribunal;

j) Os pedidos de vista são acompanhados em planilha Excel, a cargo do Diretor;

k) A gestão de pessoas está a cargo do Diretor, cabendo à Supervisora de Apoio o controle dos recursos materiais;

l) Os recursos humanos foram reduzidos e os meios materiais são suficientes para o desempenho das atividades;

m) O atendimento aos advogados é realizado por telefone ou no balcão por dois servidores específicos;

n) A subsecretaria acompanha as recomendações das inspeções anteriores, tendo registrado que, de posse das informações ali apresentadas, foi identificado processo que se encontrava com carga para o advogado por longo período, bem como outro ainda não localizado;

o) Como mencionado anteriormente, a subsecretaria vem alterando as rotinas de contagem dos prazos bem como passou a intimar o MPF apenas depois de escoado o prazo de manifestação das partes;

p) A unidade controla os pedidos de vista, pois o prazo de 10 dias é computado a partir da conclusão ao gabinete do magistrado que o apresentou. Nesse sentido, a Subsecretaria, depois de certificar o resultado da sessão, encaminha o processo para o relator compartilhar o voto, sendo os autos depois movimentados para o gabinete do autor do pedido de vista;

q) As medidas de contingenciamento adotadas em 2016 não vêm impactando negativamente nas atividades da unidade, salvo quando necessário iniciar o expediente antes das 11 horas, quando são poucos os elevadores em funcionamento;

r) A subsecretaria relata que o quadro atual de servidores, além de reduzido, dificulta as substituições nos períodos de afastamentos, as quais recaem sobre o servidor mais capacitado do respectivo setor;

s) O diretor acompanha o andamento dos feitos representativos via "Sistema Push" e, trimestralmente, verifica o cumprimento das diligências dos processos baixados com essa finalidade, tendo observado que por vezes as varas não repassam as informações necessárias para a Subsecretaria (observações registradas na inspeção de 2014);

t) A unidade não trabalha com mutirões, dada a sua prescindibilidade;

u) Há recomendação para que mais de um servidor do mesmo setor não goze férias ao mesmo tempo;

v) As publicações são realizadas normalmente em 4 dias a partir da ingresso dos autos na unidade (2 dias para processar e 2 para o prazo do e-DJF2R);

w) O controle de cargas e remessas se dá via sistemas Apolo e Siapro nos casos de processos físicos. Já as petições pendentes de juntada são acompanhadas por meio do portal, de blocos e lembretes no sistema (quanto aos feitos do Siapro) e por meio do próprio sistema (eletrônicos);

x) Como boa prática, os servidores são estimulados a participar dos cursos de capacitação oferecidos pelo tribunal e também dispõem de ambiente de trabalho propício a discussões de temas em grupo;

y) A subsecretaria só expede carta de ordem para as comarcas não abrangidas pela jurisdição das subseções judiciárias, sendo os expedientes cobrados por telefone. Em relação às varas federais, é utilizado o sistema de mandado;

z) A unidade possui delegação para a prática de atos ordinatórios;

aa) As movimentações processuais dentro da própria unidade somente são registradas no sistema quanto aos feitos eletrônicos;

ab) Os pedidos de inclusão de processos em pauta são realizados diretamente no Sistema Apolo pelos gabinetes. Em relação aos feitos do Siapro, via email.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade, no geral, apresentou um bom desempenho na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica excessivo acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) Houve redução da equipe, inclusive no que se refere à força de trabalho na atividade-fim, em comparação ao quadro existente por ocasião da inspeção de 2014;

b) A divisão do trabalho em 4 setores (Apoio, Processamento, Procedimentos Diversos e Julgamento) tem mostrado bons resultados - não havendo especialidade em cada um deles, salvo no que se refere às pautas de julgamento, as quais tramitam com grupo específico, que as prepara, auxilia na sessão e faz a triagem depois dos julgamentos;

c) A Subsecretaria da Turma logrou reduzir o seu acervo consideravelmente no último ano;

d) A relação servidor de atividade-fim/processo apresenta-se equilibrada e apta a garantir um bom desempenho;

e) Há ainda 21 processos afetos à Meta 2, que representam 2% do acervo;

f) Não há processos das Metas 4/2016 e 6/2016 do CNJ;

g) A média do prazo para a publicação de acórdãos (18 dias) supera o estipulado pelo CNJ, sendo certo que a maior parte foi publicada em prazo superior aos 10 dias;

h) Há 686 feitos com carga ou vista, 908 sobrestados e 65 sem movimentação há mais de 90 dias;

i) O número de sessões mensais de julgamento (4) mostra-se adequado para a tramitação dos processos.

5) RECOMENDAÇÕES:

- a)** Priorizar a movimentação dos processos afetos à Meta 2 do CNJ;
- b)** Observar o prazo para a publicação de acórdãos estipulado pelo CNJ;
- c)** Priorizar a movimentação dos processos sem movimentação há mais de 90 dias.

SUBSECRETARIA DA 7ª TURMA

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Subsecretaria: Sétima Turma Especializada.

1.2. Diretor de Subsecretaria: Cláudia Ribeiro Simões.

Tempo de atuação: desde 12/4/2016.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Secretaria.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados ⁴¹	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim ⁴²
Inspeção/2014	18	0	0	-	4	22	-
Inspeção/2016	10	0	5	-	3	18	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro/2014, contando, atualmente, com 4 auxiliares a menos. Quanto à variação do quadro de servidores da área-fim, não há como avaliar, porquanto não foi prestada a informação na inspeção de 2014.

A Diretora de Secretaria tem larga experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas para cada um dos quatro setores em que se subdividem a unidade (julgamento/expedição/intimações e controle/processamento). Embora não estabelecida em números estanques, a equipe trabalha com o objetivo de atender a demanda no mesmo dia, mantendo-se as mesas limpas. Os servidores estão parcialmente⁴³ motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados.

Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela chefia imediata, pessoalmente, havendo, inclusive, relatório disponibilizado mediante requisição ao setor competente do TRF, das entradas e saídas diárias de cada servidor mediante matrícula e ingresso no prédio com seu crachá funcional.

⁴¹ Não informado.

⁴² O dado de 2014 não foi informado.

⁴³ Houve redução do quadro e do número de funções comissionadas da unidade.

2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (abril/2015)	2.481
Processos em tramitação na turma (março/2016)	1.005

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Há, na unidade, 1.546 processos eletrônicos e 47 físicos⁴⁴.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados pelo critério de data, relator e tarefa, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo ao espaço físico destinado à 7ª Turma, que pode ser melhorado com a readequação dos ambientes. Quanto ao ponto, merece ser destacado que a 6ª e 7ª Turmas participaram de um projeto-piloto, que tinha por objetivo a unificação de todas as turmas, por especialidade, sendo certo que ambas passaram a compartilhar o mesmo espaço físico (bem mais amplo) no sétimo andar, onde funciona atualmente a 6ª Turma. A experiência foi abandonada há pouco tempo, antes mesmo de consolidada com as 5ª e 8ª Turmas, passando a 7ª Turma a funcionar no 6º andar.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

⁴⁴ Somados aos feitos com carga e vista.

No acervo em tramitação na Subsecretaria (1.005 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em março/2016, era de 5 processos, correspondendo a 0,5%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não existem feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, e nem da Meta 6.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 13 dias, fora do estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre abril/2015 e março/2016 5.180 acórdãos, dentre os 5.171 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 79 acórdãos pendentes de publicação em 31/3/2016.

Publicação de acórdãos (abril/2015 a março/2016)	
Acórdãos lavrados	5.171
Acórdãos publicados	5.180
Tempo médio de publicação (dias)	13
Publicações em prazo superior a 10 dias	3.291
Pendentes de publicação	79

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre abril/2015 e março/2016, houve 1.328 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 6.508 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	427
Processos sobrestados na Turma (março/2016)	11
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (março/2016)	8
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (março/2016)	12
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (março/2016)	2
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (março/2016)	23
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	15

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Existem onze processos sobrestados, a maioria aguardando decisão do STF sobre a definição dos critérios para a correção monetária dos saldos de caderneta de poupança - RE 591.797/SP e 626.307/SP. Quanto ao ponto, por restrições de espaço, foi convencionado que os mesmos permanecem sobrestados nos próprios gabinetes dos relatores.

Foram avistados, em março de 2016, 427 processos com carga ou vista, 8 paralisados, em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, e 12 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício⁴⁵.

A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual, assim o fazendo mensalmente por meio do Portal de Estatística, visando a identificação de autos que estejam fora há mais de 30 dias (físicos). Para resposta a ofício, quando não estipulado pelo relator, dá-se o prazo de 30 dias; para a carta de ordem 30 dias, e; para a carta precatória, 45 dias. Para carga externa, quando não devolvidos em 30 dias, é feita informação e, após, expedido, de ordem, mandado de intimação para devolução de autos (físicos), ou ofício pelo Presidente da Turma, conforme o caso. Para baixa em diligência (físico e eletrônico) é acompanhado caso a caso, verificando o cumprimento das diligências, expedindo-se ofício solicitando informações quando necessário.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é geralmente de imediato, tão logo cumprido o ato judicial ou recebidos os autos, o que se revela adequado.

Há 23 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação⁴⁶.

O tempo médio para a juntada é de imediato, tão logo chegam à Subsecretaria. A fase processual específica é objeto de controle por meio de planilha Excel, que fornece o quantitativo de petições pendentes de juntada, seja em meio físico ou eletrônico, bem como a data de sua apresentação.

No acervo existem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se parado sem justa causa desde 5/2/2015 (01000513620144020000 - que é o mesmo 2014.00001000514)⁴⁷.

Em relação aos processos, recomenda-se:

⁴⁵ Tais informações não foram validadas pela Secretaria, uma vez que, em diversos casos, os feitos já se encontravam devidamente saneados, a exemplo do Processo nº **01003281-86.2014.4.02.0000** (item 3.12 do questionário de inspeção), cuja carta de ordem se encontra juntada desde 21/07/2015, devidamente registrado no sistema. Da mesma forma, vê-se que o processo **00078391920144025101**, identificado no item 3.10 do questionário como sendo o mais antigo processo com carga/vista, desde 19.02.2015, encontra-se, atualmente, com baixa de findo, e registro de devolução dos autos em 4.4.2016. Com efeito, há indicação de que os prazos não estavam vencidos (item 3.10, 3.12 e 3.13 do questionário *versus* informações colhidas diretamente com a Diretora da Subsecretaria).

⁴⁶ O questionário informa que a mais antiga pendência é de 11.02.2016, referente ao processo 00085315220134025101. (ver resposta 6 do questionários das pendências e 3.15 do questionário). Ocorre que, conforme consulta ao site, esse processo já foi julgado em 03.03.2016 e a última movimentação foi em 5.4.2016 - remessa ao PRF. Não houve como identificar a mais antiga pendência.

⁴⁷ Última movimentação - baixa findo em 19.04.2016- localização - 7ª Turma Especializada (v. Item 3.16 do questionário).

a) Movimentar os processos paralisados há mais de 90 dias: 00002938920114020000 e 00012987120044025116.

A Secretaria administra a realização de 4 sessões por mês, em média, tendo havido, entre abril/2015 e março/2016, 42 ordinárias. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Secretaria é zero, pois, dos 14 processos inspecionados, nenhum se encontrava com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico foi observado que a unidade está atenta às inovações, tendo distribuído resumo das principais alterações aos setores.

3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

a) A triagem inicial de processos é feita pela seção de processamento (4 servidores) tão logo ingressam na unidade, de modo contínuo, verificando-se as urgências e prioridades (as que têm precedência), mas sempre procurando movimentá-los no mesmo dia;

b) A unidade é organizada em quatro seções, cada qual responsável por uma fase processual (Julgamento, Expedição, Intimações e Controle, e Processamento), sendo que nos setores específicos os trabalhos são realizados por todos os servidores, o que garante o conhecimento amplo e não prejudica a tramitação durante os períodos de férias;

c) Os processos físicos são organizados por fase processual;

d) As prioridades legais e processos de Meta do CNJ não recebem tratamento específico na unidade, uma vez que a meta diária consiste em dar andamento a todos os que ingressam na unidade, iniciando-se por aqueles. O sistema Apolo identifica os feitos com prioridade por ícones próprios, ao passo que nos processos físicos são apostas etiquetas correspondentes a essa peculiaridade;

e) O controle dos prazos para julgamento se dá nos próprios gabinetes;

f) Os processos adiados ou pendentes de julgamento em mesa são incluídos na sessão de julgamento seguinte;

g) Como meta de trabalho, a subsecretaria procura movimentar os processos no mesmo dia, adotando de logo a providência necessária. Fixadas as metas, cada setor tem a liberdade de distribuir as atribuições entre os seus integrantes;

h) O planejamento se dá a partir do levantamento da situação, devendo a unidade atuar nos trabalhos represados e pendentes. Semanalmente são avaliadas as atividades por meio do Portal de Estatística do Tribunal;

i) A produtividade aumentou com a implantação do sistema de processamento eletrônico;

j) A gestão de pessoas e de recursos materiais está a cargo da Diretora;

k) Os recursos humanos foram reduzidos consideravelmente e os meios materiais são suficientes para o desempenho das atividades;

l) O atendimento aos advogados é realizado por telefone ou no balcão por todos os servidores em regime de rodízio. Antes havia servidores específicos para essa atribuição, porém, com a redução do quadro, foi necessária a reformulação da estratégia;

m) A gestora da unidade tem ampla experiência administrativa e processual, tendo ocupado funções de direção de secretaria de vara, da Secretaria Judiciária e de subsecretaria de turma;

n) A subsecretaria acompanha as recomendações das inspeções anteriores;

o) Tendo em vista a vigência do NCP, a unidade incorporou as novas regras procedimentais e processuais à sua rotina de trabalho e também distribuiu resumo das principais alterações aos setores;

p) As medidas de contingenciamento adotadas em 2016 vêm impactando negativamente nas atividades da unidade, em especial em razão da redução do horário de funcionamento do Tribunal e de todos os elevadores, redução dos estagiários de nível superior;

q) A subsecretaria relata que o quadro atual de servidores foi reduzido substancialmente, o que igualmente tem prejudicado a manutenção dos trabalhos em dia;

r) A unidade trabalha com mutirões específicos, quando identificado represamento em determinada tarefa;

s) Há recomendação para que mais de um servidor do mesmo setor não goze férias ao mesmo tempo;

t) O controle de cargas e remessas se dá mediante acompanhamento no Portal de Estatísticas. O controle de petições pendentes de juntada, físicas ou eletrônicas, é exercido diariamente pela SEPROC, sendo as petições físicas, quando recebidas do protocolo judicial, imediatamente cadastradas, localizando-se os autos para posterior juntada, sempre no mesmo dia. Se petições de feitos conclusos, os autos são solicitados aos gabinetes para juntada imediata e posterior devolução, o que ocorre igualmente com petições eletrônicas. Se os autos estiverem com vista, ficam na Secretaria aguardando o retorno. Não obstante, semanalmente é efetuado controle estatístico de acervo de petições pendentes de juntada e dado o respectivo andamento. Deve ser salientado que

as petições pendentes de juntadas, quando da emissão do relatório estatístico, se encontravam sob a responsabilidade da Subsecretaria de Julgamento, unidade diversa e com servidores distintos da presente 7ª Turma;

u) Como boa prática, os servidores são estimulados a participar dos cursos de capacitação oferecidos pelo Tribunal;

v) A subsecretaria expede cartas de ordem por meio do Sistema Apolo, não tendo esclarecido como o faz quando destinadas às comarcas;

w) A unidade possui delegação para a prática de atos ordinatórios, sendo certo que haverá ratificação para que à Diretora recém nomeada sejam estendidos os poderes conferidos ao então gestor das 6ª e 7ª Turmas;

x) Todas as movimentações processuais dentro da própria unidade são registradas no sistema quanto aos feitos eletrônicos;

y) Elaborado o cronograma com as datas de realizações das sessões de julgamento, é inserido no sistema Apolo de modo que semanalmente os gabinetes incluem os processos eletronicamente no referido sistema e, em data fixada como termo final, a subsecretaria monta a respectiva pauta e encaminha para a publicação e demais procedimentos, tudo por meio do referido sistema;

z) Os servidores são capacitados, porém há necessidade de incremento no quadro, recentemente reduzido;

aa) A Diretora da Subsecretaria sugeriu a substituição dos estagiários de nível médio por estagiários de nível superior, ainda que em menor quantidade. Igualmente foi sugerida a ampliação do número de funções comissionadas, como forma de estímulo e preservação dos quadros.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade, no geral, apresentou bom desempenho na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica excessivo acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) Houve redução da equipe, sendo certo que não se pôde avaliar eventual alteração quanto à força de trabalho na atividade-fim, porquanto não informado tal dado na inspeção de 2014;

b) A divisão do trabalho em 4 setores (Julgamento; Expedição; Intimações e controle, e; Processamento) tem mostrado bons resultados - não havendo especialidade específica em cada um deles, de sorte que quando algum servidor está em gozo de férias, os demais encontram-se capacitados para o desempenho de todas as tarefas;

c) A Subsecretaria da Turma logrou reduzir o seu acervo consideravelmente no último ano;

d) A relação servidor de atividade-fim/processo apresenta-se equilibrada e apta a garantir um bom desempenho;

e) Há ainda 5 processos afetos à Meta 2, os quais representam menos de 1% do acervo;

f) Não há processos da Meta 4/2016 do CNJ;

g) não há processos da meta 6/2016 do CNJ;

h) A média do prazo para a publicação de acórdãos (13 dias) supera o estipulado pelo CNJ, sendo certo que a maior parte foi publicada em prazo superior aos 10 dias;

i) há 427 feitos com carga ou vista, 11 processos sobrestados e 15 sem movimentação há mais de 90 dias;

j) O número de sessões mensais de julgamento (4) mostra-se adequado para a tramitação dos processos.

5) RECOMENDAÇÕES:

a) Priorizar a movimentação dos processos afetos à Meta 2 do CNJ;

b) Observar o prazo para a publicação de acórdãos estipulado pelo CNJ;

c) Priorizar a movimentação dos processos paralisados há mais de 90 dias.

SUBSECRETARIA DA 8ª TURMA

Especialidade: DIREITO ADMINISTRATIVO

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Subsecretaria: 8ª Turma Especializada.

1.2. Diretora de Subsecretaria: Nilvete Maria Nogueira Silva.

Tempo de atuação: desde 31/8/2009.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Secretaria.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	0	04	21	17
Inspeção/2016	17	0	0	0	03	20	17

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em outubro/2014, contando, atualmente, com um auxiliar a menos. Todavia, não houve redução do número de servidores na área-fim.

2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (abril/2015)	3.029
Processos em tramitação na turma (março/2016)	1.982

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Há 1.982 processos em tramitação na unidade, mas não foi possível estabelecer quantos são físicos e quantos são eletrônicos, já que vários processos com autos físicos possuem registro de fases no sistema Apolo, também é utilizado para a tramitação dos processos puramente eletrônicos, de maneira que a discriminação pela estatística fica prejudicada.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

No acervo em tramitação na Subsecretaria (1.982 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em março/2016, era de 39, correspondendo a 1,97%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não há feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em março/2016, enquanto os da Meta 6 são 4. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

A publicação de acórdãos é feita no prazo médio de 16 dias, fora do prazo de 10 dias estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Quanto a esse dado, a unidade, embora não tenha apresentado números, informou que o Núcleo de Estatística utilizou uma contagem baseada em dias corridos, ao passo que a meta do CNJ se utiliza de dias úteis, e, com base nesse critério, a meta foi cumprida.

Foram publicados, entre abril/2015 e março/2016, 8.361 acórdãos, dentre os 8.404 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Do total, segundo a estatística oficial, 6.567 publicações ocorreram em prazo superior aos dez dias estipulados pelo CNJ, o que representa um percentual de 78%, atentando-se, todavia, para a observação feita no parágrafo anterior. Havia 256 acórdãos pendentes de publicação em 30/3/2016.

A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre abril de 2015 e março de 2016, houve 1.239 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 9.600 acórdãos publicados, no período objeto da inspeção.

Publicação de acórdãos (abril/2015 a março/2016)	
Acórdãos lavrados	8.404
Acórdãos publicados	8.361
Tempo médio de publicação (dias)	16
Publicações em prazo superior a 10 dias	6.567
Pendentes de publicação	256

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	720
Processos sobrestados na Turma (março/2016)	494
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (março/2016)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (março/2016)	8
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (março/2016)	23
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (março/2016)	22
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	13

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Existem 494 processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, e se encontram devidamente armazenados e organizados.

Foram apurados, em março de 2016, 720 processos com carga ou vista, nenhum paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória; e 8 processos aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros ou resposta a ofício. O prazo já estava vencido em relação ao processo 0017465-72.2008.402.5101, para o qual já estavam sendo adotadas providências para regularização. Havia, também, 23 processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nessa fase processual.

O tempo médio para conclusão após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual não foi informado pela Secretaria até o término dos trabalhos de inspeção. No entanto, foi passado pela Diretora de Secretaria que, dadas as características do trabalho desenvolvido na unidade, essa movimentação é feita de forma imediata. Dos processos da amostragem, foi verificado que em um deles não houve o lançamento da fase de conclusão, embora os autos tenham sido efetivamente remetidos ao gabinete (0003009-87.2003.402.5103).

Há 22, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência era de 14/12/2015, referente ao processo 0011943-30.2009.402.5101, mas foi regularizada em 8/4/2016, pouco antes do início da inspeção. O tempo médio para a juntada é de 13 dias. A fase processual específica é objeto de controle, por meio do portal estatístico do tribunal.

No acervo, existem 17 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 3/5/2015 (0003009-87.2003.402.5103), e se refere ao processo já citado, que foi remetido ao gabinete concluso ao relator sem a respectiva fase.

Em relação aos processos inspecionados, recomenda-se:

a) em relação aos processos com carga/vista há mais de 60 dias, verificou-se na amostragem a existência de 6 nessa situação. Desses, 3 haviam sido remetidos à vara de origem para a realização de diligências (0001659-55.2012.402.5101, 0006684-15.2013.402.5101 e 0033899-63.2013.402.5101); 1 estava remetido ao Supremo Tribunal Federal para a resolução de dúvida quanto à duplicidade no julgamento de recurso extraordinário (0020856-69.2007.402.5101); 1 se tratava de processo extraviado (0002001-97.2011.402.5102), tendo sido inspecionado o processo de restauração de autos correspondente (0100798-49.2015.402.0000), o qual se encontrava com tramitação regular e já em fase de homologação da restauração; e, por fim, 1 esteve com remessa há mais de 60 dias para a realização de diligência pelo juízo de origem, mas, ao tempo dos trabalhos de inspeção, já havia sido devolvido e estava concluso ao relator (0543297-26.2003.402.5101).

b) Promover a regularização e/ou o registro de fases/movimentações/peças junto aos autos eletrônicos e/ou físicos nos seguintes processos:

0002001-97.2011.402.5102	0003009-87.2003.402.5103	0011672-90.2012.402.0000
0013675-81.2013.402.0000	0014137-14.2008.402.0000	0016906-92.2008.402.0000
0100093-51.2015.402.0000	0107094-47.2014.402.5101	

c) Promover o registro junto ao sistema eletrônico quanto ao requerimento de medida liminar nos processos 0001357-95.2015.402.0000 e 0011500-46.2015.402.0000.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade que nos casos de julgamento não unânime, os autos são enviados para a Seção para serem novamente pautados para completar o julgamento.

3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A unidade é dividida em quatro seções com atribuições específicas. A Seção de Apoio realiza atendimento ao balcão, recebimento dos processos em cartório, triagem interna, abertura de vista a advogados e expedição de certidões. A Seção de Coordenação e Julgamento cuida dos processos, desde a inclusão em pauta até o trânsito em julgado (certificação e remessa). A Seção de Processamento recebe os processos dos gabinetes, faz a certificação de decurso de prazo, juntada de petições, certificação de conclusão e remessa à vara de origem e arquivamento. A Seção de Processamentos Diversos publica despachos e decisões, expede ofícios, mandados de intimação e cartas de ordem e precatórias.

A Diretora de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Segundo informado, não existe fixação de metas individuais, mas sim para cada seção em que se divide a unidade. Também não existe a fixação de metas gerais. Entretanto, foi estabelecido pela direção da unidade que, dentro das possibilidades da equipe, as tarefas sejam realizadas de forma imediata pela equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Secretaria.

O espaço físico da unidade é adequado e as instalações são suficientes. Não há controle escrito e rigoroso dos materiais utilizados, que são de livre acesso. O acompanhamento é feito unicamente pela média de consumo, e conta-se com a responsabilidade e o bom senso da equipe no seu uso. As solicitações estão a cargo de um servidor e são supervisionadas pela Diretora de Secretaria.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários identificados numericamente. A organização e a movimentação são feitas de acordo com a localização, e os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo ao lançamento da fase de suspensão em alguns processos da amostra, os quais estavam sobrestados, mas sem a respectiva fase no sistema, o que pode ser melhorado com o reforço da orientação aos servidores quanto a este ponto específico e o estabelecimento de uma rotina própria para o lançamento da fase nos feitos nessa situação.

Não foi inspecionado processo com representação por excesso de prazo. Na listagem, constou um processo extraviado (0002001-97.2011.402.5102), mas já com a devida restauração em fase de homologação, com tramitação regular (0100798-49.2015.402.0000).

Todos os processos com prioridade legal e/ou metas do CNJ são identificados visualmente (no caso dos físicos, há localização física destacada para facilitar o controle; no caso dos eletrônicos, são adotadas marcações eletrônicas específicas no sistema -

ícones - e localizações virtuais que são controladas com maior frequência) e possuem localização destacada para maior controle. Os acórdãos são publicados em tempo médio que extrapola o prazo especificado pela Meta 4 do CNJ, segundo os dados estatísticos fornecidos pelo Núcleo de Estatística (NUEST).

A Secretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre abril/2015 e março/2016, 44 ordinárias e nenhuma extraordinária. Não houve o cancelamento de nenhuma sessão no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois, dos 14 selecionados para a inspeção, nenhum se encontrava com atraso na tramitação, e as poucas pendências verificadas diziam respeito à falta de correspondência e/ou registro de fases e informações nos sistemas de acompanhamento, conforme listagem feita acima. No entanto, essas irregularidades não prejudicaram o andamento dos processos.

Em relação às recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, a unidade informou que está procedendo de acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Não foi indicada nenhuma medida ou procedimento específico em relação a essa questão.

Foram apontadas pela unidade inspecionada como boas práticas que merecem registro a adoção de procedimentos específicos para cada tarefa, com o processamento imediato dos feitos assim que chegam ao cartório, e a preparação dos servidores para realização de todas as tarefas pertinentes à Seção a que estão vinculados e, dentro do possível, conhecimento global das demais seções, a fim de adquirir aptidão para atuar em atividades diversas.

Não foram verificadas pendências da inspeção anterior, assim como também não foram verificadas novas pendências referentes às situações apontadas na inspeção anterior. Vê-se, assim, que foram adotadas providências pela secretaria para cumprir as recomendações e também para evitar a repetição específica da pendência da última inspeção, o que demonstra organização nos trabalhos e acompanhamento dos resultados.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) a unidade está com funcionamento regular e trata-se de setor planejado, com metodologia de trabalho e distribuição das atividades entre setores especializados;

b) existe controle dos processos e das fases processuais;

c) na inspeção passada, foi referida a necessidade de um estudo ergonômico dos móveis e materiais da Secretaria. No entanto, isso não foi objeto de verificação neste trabalho. Sugere-se, todavia, que, caso não tenham sido adotadas providências para melhorar o conforto da equipe e evitar danos à saúde dos servidores e estagiários, que tais medidas sejam implementadas com prioridade, de acordo com as possibilidades da administração do Tribunal, a fim de privilegiar o adequado tratamento aos recursos humanos da unidade.

5) RECOMENDAÇÕES:

A Secretaria deverá adotar as providências indicadas nos itens *a*, *b* e *c* e *d* do capítulo 2 deste relatório.

Não obstante a Subsecretaria trabalhe com o cumprimento imediato de suas atribuições, recomenda-se periodicamente obter dados estatísticos que sejam capazes de identificar a existência de processos pendentes de cumprimento, ainda que seja para regularizar lançamentos de fases.

DIVISÃO DE PRECATÓRIOS

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. ÓRGÃO: Divisão de Precatórios - DIPRE, ligada à Secretaria Judiciária - SJU

1.2. Diretor: André Costa de Sousa.

1.3. Tempo de atuação: desde setembro/2001.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor de Divisão.

1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Secretaria de Precatórios
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	01
TOTAL	16
Servidores em área-fim	10

O Diretor da Divisão de Precatórios tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe.

As metas são estabelecidas formalmente pelo CJF, por meio de sua Resolução n. 168/11, que estabelece rígidos prazos para apresentação dos bancos de dados (5 dias úteis) e elaboração das listas de pagamento no SIAFI (até o 20º dia de cada mês).

Não há demandas para metas periódicas, exceto quando decorrentes de alterações normativas, que trazem impacto ao processamento de requisições já cadastradas.

Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados, por meio de reuniões.

Há avaliação periódica dos resultados por meio da elaboração e apresentação dos relatórios anuais de atividades e de gestão.

Há controle periódico dos resultados, decorrente da entrega dos elementos solicitados dentro dos prazos estabelecidos.

Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Divisão, mediante fechamento mensal do ponto no sistema eletrônico, com os registros magnéticos do sistema da roleta.

2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

Processamento de precatórios e RPV's do TRF da 2ª Região.

3) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor, que discorreu sobre as atividades desenvolvidas pelo Setor:

A Divisão de Precatórios está organizada da seguinte forma:

A unidade é organizada de modo a garantir a segregação de funções entre a área de cadastramento/processamento e a área de liquidação/pagamento. O setor também desenvolve diversas rotinas de análise e conciliação de dados a fim de conferir ampla confiabilidade aos processos de pagamento.

Há servidores que atuam na análise jurídica do processamento das requisições, atendendo principalmente às demandas apresentadas pelos juízos requisitantes. Há também os que atuam na elaboração de bancos de dados e de listas de pagamento, calculam a correção monetária, os juros e os tributos (IRRF e PSS) incidentes. Nessa atividade há contadores, matemáticos, administradores.

A unidade atua por meio da execução de rotinas que seguem fluxos definidos de inscrição, processamento, conferência, liquidação e pagamento das requisições. No caso das RPVs as rotinas seguem ciclos mensais, enquanto os precatórios são anuais.

Conforme dados atualizados em 19/4/2016, havia os seguintes procedimentos administrativos em tramitação na unidade, excluídos os relativos a precatórios e RPVs:

1) anual referente à devolução de valores em virtude de cancelamento ou retificações para menor de precatórios e RPVs;

2) anual para recolhimento do PSS patronal, com controle mensal para recolhimento; e

3) anual para pagamento dos precatórios que estão inseridos no regime especial (devedores são estado e município). Aqui há dois procedimentos administrativos, um para o Estado do Rio de Janeiro e outro para o Estado do Espírito Santo.

Os dados estatísticos apresentados na tabela abaixo revelam que, no período de abril/2015 a março/2016, foram distribuídas 87.011 e pagas 87.413 RPVs.

No mesmo período, foram distribuídos 6.898 precatórios.

Quantitativo de RPVs distribuídos e pagos na 2ª Região

Período	abr-15	mai-15	jun-15	jul-15	ago-15	set-15	out-15	nov-15	dez-15	jan-16	fev-16	mar-16	Total
Distribuídos	5.616	8.302	10.201	7.134	6.848	8.768	8.166	7.240	4.558	4.395	6.881	8.902	87.011
Quantidade RPVs Pagos	9.330	5.616	8.300	10.197	7.134	6.845	8.763	8.163	7.235	4.557	4.395	6.878	87.413

Fonte: TRF 2ª Região

Quantitativo de Precatórios distribuídos na 2ª Região

Período	abr-15	mai-15	jun-15	jul-15	ago-15	set-15	out-15	nov-15	dez-15	jan-16	fev-16	mar-16	Total
Distribuídos	386	719	2.692	425	267	299	365	457	307	278	291	412	6.898

Fonte: TRF 2ª Região

Não há atraso no pagamento de precatórios.

Os precatórios estão sendo atualizados pelo IPCA-E (Resolução 168/11 do CJF e LDO).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que não houve impacto para as rotinas de inscrição, processamento e pagamento dos precatórios, já que o tema está disciplinado no art. 100 da CF, na LDO e nas normas que disciplinam as incidências tributárias sobre os valores levantados.

Não obstante, há impacto na alteração de processamento de precatórios e RPVS de honorários advocatícios, tanto sucumbenciais quanto contratuais, em face da natureza alimentar.

Quanto às boas práticas:

1) uniformização e atuação conjunta dos cinco TRF's no processamento de seus precatórios e RPVS; e

2) apresentação de propostas normativas e procedimentais para enfrentar a sempre crescente demanda dos precatórios em face das particularidades que envolvem aspectos jurídicos, de ordem orçamentária e fiscal.

4) RECOMENDAÇÕES:

Construir soluções normativas e procedimentos para conferir efetividade à norma constitucional que estabelece pagamento prioritário a portadores de doença grave e idosos, mediante consignação específica de crédito e previsão na LDO. Não há previsão de pagamento prioritário a portadores de doenças físicas.

Melhorar e ampliar a aplicação de recursos na área fim, nos setores processantes, e na Divisão de Precatórios.

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO, REGISTRO E AUTUAÇÃO

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. ÓRGÃO: Divisão de distribuição, registro e autuação - DIDRA

1.2. Diretor: Júlio Henrique Souza da Silva.

1.3. Tempo de atuação: desde 6/7/15.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Secretaria.

1.4. Quadro de pessoal:

2. Quadro de Pessoal	Secretaria de Registros e Informações Processuais
Servidores efetivos	25
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	06
TOTAL	31
Servidores em área-fim	25

O Diretor de Divisão tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. O atual Diretor trabalhava na Distribuição desde 1997.

A fixação de metas, tanto individuais como gerais, depende da demanda da Unidade, que por sua vez está atrelada ao trabalho das varas. A Unidade costuma trabalhar com volume zerado. Quando ocorre demanda volumosa, há formação de grupos de trabalho e especificação de prioridades a serem atendidas, para dar conta da demanda localizada.

Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria pelo sistema de cartão magnético na roleta.

2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

- a) receber petições iniciais e intercorrentes;
- b) prestar informações ao público (interno e externo);
- c) receber, autuar, distribuir e redistribuir processos originários e recursais.

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 10 processos selecionados para inspeção, foi inspecionado 1 físico. Os 9 restantes estavam fora da unidade e portanto não foram inspecionados.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os feitos que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foi apurado processo restaurado.

Em relação aos processos listados, não há recomendações a serem feitas à Unidade, seja porque as providências foram adotadas posteriormente à data de corte da pesquisa, seja porque as providências foram adotadas no curso da inspeção, conforme relatório individualizado por processo na ficha de inspeção armazenada no *site* da Corregedoria.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor. A Distribuição integra uma unidade maior, a Secretaria Judiciária. O Diretor dessa Unidade também esteve presente. Percebe-se que o atual Diretor é competente, zeloso e conhecedor da rotina de suas atribuições, liderando a equipe.

O Diretor discorreu sobre a pontualidade no cumprimento das atividades da unidade inspecionada. Os processos/petições chegam e de imediato é providenciado o

encaminhamento. O trabalho está permanentemente zerado em virtude desse trabalho constante.

Relatou que existe um aspecto específico relativo à Vara Federal de São Pedro, que frequentemente declina da competência para a Vara da Justiça Estadual que, por sua vez, suscita conflitos de competência em elevado número, muitas vezes duplicado, exigindo um monitoramento constante da Unidade para efetuar a distribuição com a anotação da duplicidade, para consideração dos relatores. Há uma expectativa de que com a instauração de incidente de demandas repetitivas, previstas no NCPC, haja uma solução racional para o problema. Porém, há também um número excessivo de distribuição desses incidentes, implicando no mesmo problema de gerenciamento que ocorre em relação aos conflitos de competência.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos em relação ao NCPC, principalmente no que diz respeito ao processamento dos agravos e dos embargos infringentes; aos prazos; alterações de classe, como extinção das cautelares.

5) BOAS PRÁTICAS:

1- Motivação do trabalho dos servidores e melhoraria do ambiente de convivência por meio do diálogo e da busca de treinamento interno;

2- Implantação de aulas de treinamento para os servidores, mediante instrutoria do próprio Diretor, com apoio da Secretaria, de forma melhorar a prestação jurisdicional e o desempenho das atividades.

3- Adoção da gestão por competências, conforme preconizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

6) RECOMENDAÇÕES:

a) adotar mecanismos de identificação e de controle de processos com migração de sistemas, a fim de efetivar tempestivamente as anotações e registros de fase pertinentes, especialmente quanto à baixa, a fim de evitar a coexistência de informações contraditórias nos sistemas Siapro e Apolo e adotar providências para correção das inconsistências;

b) aperfeiçoar os mecanismos de triagem processual, quando da distribuição eletrônica dos processos, especialmente em relação aos autos físicos migrados para o sistema Apolo, a fim de registrar corretamente os dados necessários à tramitação regular

dos feitos junto às unidades competentes para o seu processamento e julgamento, notadamente em relação ao registro de existência de medidas liminares e de hipóteses de prioridade de tramitação processual, e adotar providências para correção das inconsistências;

c) institucionalizar o sistema de distribuição de incidentes de demandas repetitivas e de conflitos de competência, de forma a racionalizar na medida do possível a expressiva demanda de trabalho que esses processos acarretam ao sistema de distribuição.

F. UNIDADES ESPECIAIS

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. **Coordenador:** Desembargadora Federal Salete Maccalóz.

1.2. **Tempo de atuação:** desde 1/4/2015.

Não há juízes federais em auxílio no gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora Federal Lana Rigueira, uma vez que a Desembargadora Federal coordenadora estava de licença para tratamento de saúde.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Coordenadoria de Juizados Especiais Federais
Servidores efetivos	3
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	2
Estagiários	2
TOTAL	5
Servidores em área-fim	2

1.3.1. Cargos e funções comissionadas: 5, assim distribuídos:

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Coordenação dos JEFs				1	3		1		

2) ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:

A Unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições: Núcleo de Apoio Geral, Seção de Ações Itinerantes e Seção de Apoio Jurisprudencial dos Juizados Especiais Federais (JEFs)/Turmas Recursais/ Turma Regional de Uniformização (TRU), sendo as atividades distribuídas de acordo com a competência de cada uma dessas áreas.

A Coordenação dos JEFs exerce atividades administrativas e também atividades jurisdicionais, estas últimas no que tange à Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, que é presidida por seu coordenador.

O atendimento às partes e advogados, nos processos de competência da TRU, é realizado presencialmente na Unidade.

No que tange aos processos da TRU, a Meta 10/2010 do CNJ é cumprida pela Unidade.

Na Coordenadoria de Juizados Especiais não há estabelecimento de metas de trabalho, e o controle de suas atividades administrativas é realizado, principalmente, por meio de planilhas e de relatórios internos. No que tange aos processos da TRU, além das ferramentas antes mencionadas, são utilizados o Portal de Estatísticas do Tribunal e os sistemas processuais pertinentes (Apolo e Wemul).

Não havia listados processos para inspeção na unidade.

Não havia recomendações pendentes da inspeção anterior.

Quanto às boas práticas, destacam-se: a) o controle estatístico e de movimentação dos processos da competência da Turma Regional de Uniformização, que é adequado, embora sua quantidade não seja grande; e b) a consolidação dos dados estatísticos relativos às turmas recursais da 2ª Região.

3) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na COJEF (abril/2015)	43
Processos em tramitação na COJEF (março/2016)	9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Nota: *As estatísticas de processos em tramitação, localizados na unidade, não consideram os processos suspensos/sobrestados, com carga ou vista a outros órgãos.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (março/2016)	0
Processos sobrestados na Turma (março/2016)	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Em março de 2016 havia 9 processos em tramitação na COJEF, e o acervo de processos sobrestados na TRU era de 5 processos.

O acervo da TRU, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA COJEF – METAS CNJ (março/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Notas: *Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

**Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 .

Não havia feitos da Meta 2 CNJ, distribuídos à TRU até 31/12/2012 e apurado em março/2016, o que corresponde a 0% do acervo de processos em tramitação na unidade.

Pelo estado geral do acervo da TRU, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos da Meta 2 CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade.

No período de abril/2015 a março/2016, foram lavrados 22 acórdãos e publicados os mesmos 22, observando-se o tempo médio de 7 dias para lavratura dos acórdãos. Não houve processos com prazo excedido de publicação, segundo a Meta 4/2010 CNJ e, em março de 2016, não havia acórdãos pendentes de publicação.

Não há processos da TRU com carga ou vista, e também não há feitos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência. Também não há processos com pendências de juntada de petições, ofícios ou documentos.

Em regra a TRU realiza uma sessão anual de julgamento. Desde a inspeção anterior, ocorrida em 2014, houve apenas uma sessão.

Cabe referir que, consoante as informações colhidas na unidade, as turmas recursais da região adotaram, como critério, a remessa, por assunto, de apenas um processo representativo de controvérsia, à TRU. Daí a razão em face da qual é pequeno o movimento processual desta última.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, verifica-se que a equipe da unidade está adequadamente instalada e possui número de servidores compatível com o volume de trabalho. Não há ocorrências dignas de nota.

A título ilustrativo, registra-se que a 2ª Região conta com 9 turmas recursais, sendo 2 na Seção Judiciária do Espírito Santo, e as demais na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Em cada uma das seções judiciárias, há um juiz gestor, dentre os componentes das respectivas turmas recursais, ao qual cabe realizar o juízo de admissibilidade dos pedidos de uniformização (à TRU e à TNU) e dos recursos extraordinários.

No ano de 2015, foram distribuídos às turmas recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro 36.851 processos e julgados 42.546, remanescendo 25.630 em tramitação em dezembro/2015.

No mesmo ano, foram distribuídos às turmas recursais da Seção Judiciária do Espírito Santo 5.990 processos e julgados 8.287, remanescendo 14.530 em tramitação em dezembro/2015.

Consoante dados de 18/4/2016, havia 22.151 processos em tramitação nas turmas recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e, nas turmas recursais da Seção Judiciária do Espírito Santo, 12.609.

5) RECOMENDAÇÕES:

Dado o pequeno número de processos recebidos na TRU desde a última inspeção, realizada em outubro/2014 - 28 processos - e a regularidade verificada quanto à lavratura de acórdãos e publicações, não há recomendações a serem feitas.

O tempo médio de tramitação dos processos na TRU, apurado em 2015, era de 194 dias. Em compensação, conforme anteriormente informado, é pequena a quantidade de processos encaminhados à referida unidade jurisdicional.

**NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Coordenador: Desembargador Federal Ferreira Neves; **Coordenador Substituto:** Desembargador Federal Luiz Antonio Soares

1.2. Tempo de atuação: Desde 12/2/2015 .

O Desembargador acumula as funções com o respectivo gabinete jurisdicional na 4ª Turma.

Há 1 Juíza Federal convocada em auxílio ao Gabinete, a Juíza Federal Aline Alves de Melo Miranda Araújo, convocada pelo Ato n. TRF2- ATP-2015/00382 de 3/7/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Coordenador.

1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Sistema de Conciliação
Servidores efetivos	8
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	1
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	1
TOTAL	10
Servidores em área-fim	9

1.3.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 9 funções gratificadas, assim distribuídas:

	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Sistema de Conciliação	0	0	0	1	3	4	1	0	0

2) METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:

A unidade conta com o Desembargador Federal Coordenador e uma Juíza Federal convocada em auxílio, e está organizada por setores. Uma servidora exerce a função de coordenadora do Núcleo. Há um supervisor para cada uma das três seções em que organizado o órgão: Seção de Apoio, Seção de Triagem, e Seção de Mutirão. Os demais servidores estão distribuídos nessas três seções.

As atribuições da Unidade estão definidas na Resolução n. 15, de 15/4/2011, da Presidência do Tribunal, que instituiu o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Quando os órgãos nacionais - os tribunais superiores, o CJF e o CNJ - promovem reuniões de cunho institucional, acerca das políticas relativas à solução consensual de conflitos, delas participa o Desembargador Federal Coordenador do Núcleo.

A Juíza Federal Auxiliar coordena o funcionamento do Núcleo, em especial as reuniões institucionais com entidades como a Caixa Econômica Federal, a Advocacia Geral da União e os Conselhos Profissionais, as quais têm por objeto o planejamento de mutirões de conciliação, que são realizados, nas sedes das seções judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, nos respectivos centros regionais de solução de conflitos.

O Desembargador Federal coordenador do Núcleo e a Juíza Federal auxiliar realizam com regularidade reuniões com os magistrados envolvidos no projeto de solução consensual de conflitos. Tais reuniões visam à discussão aberta das questões pertinentes à área, seja no que tange à condução dos projetos em curso, seja a novos projetos, ou no que tange à avaliação de resultados.

É a partir dessas reuniões que se realiza o planejamento das atividades a cargo do Núcleo, e que as entidades antes referidas (CEF, AGU, Conselhos de Fiscalização Profissional etc) fazem o levantamento do acervo de processos passível de conciliação. Complementarmente, a partir de solicitações feitas (principalmente via e-mail institucional do Sistema Conciliar/Portal TRF2) pelas partes ou por seus advogados, um servidor do Núcleo avalia e lista outros feitos também passíveis de conciliação. A seguir, faz-se o levantamento do juízo ao qual pertencem os processos identificados, informa-se a inclusão destes em mutirão e solicita-se sua remessa às unidades jurisdicionais pertinentes. Recebidos os processos, a Seção de Processamento, após regularizar eventuais pendências, os inclui nas pautas de mutirão e promove as devidas intimações. Por fim, o Núcleo organiza toda a logística para realização dos mutirões por ele organizados, os quais, devido aos espaços físicos exigidos ou por outros motivos, são efetivados nas sedes das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, nos respectivos centros de solução de conflitos e cidadania.

O que foi dito no parágrafo anterior diz respeito aos mutirões de conciliação que são diretamente organizadas pelo Núcleo. Além disso, o Núcleo presta suporte às

atividades de conciliação que são diretamente organizadas no âmbito do primeiro grau de jurisdição. Anote-se que os mutirões relativos ao sistema financeiro de habitação e relativos ao Conselho Regional de Biblioteconomia são todos organizados e conduzidos pelo Núcleo.

Prosseguindo, verifica-se que o tempo médio de tramitação dos feitos no Núcleo é de, no máximo, sessenta dias.

No Núcleo não são estabelecidas metas individuais, mas metas coletivas, objetivando dar celeridade à tramitação dos processos. O controle de produtividade ocorre mediante relatórios e planilhas que detalham o quantitativo de audiências, acordos e os valores envolvidos.

No que se refere à fixação de metas periódicas, observam-se as estabelecidas pelo CNJ para algumas matérias e para entidades específicas, havendo, ainda, metas estabelecidas em comum com a Caixa Econômica Federal.

Sempre, ao término de cada período de conciliação, são avaliados os resultados obtidos, como feedback para o aperfeiçoamento das rotinas do Núcleo.

3) BOAS PRÁTICAS

Como boas práticas, registra-se:

a) a vinculação direta da Unidade à Presidência do Tribunal, o que lhe confere maior independência e facilita o planejamento de suas ações;

b) a elaboração de manuais e fluxogramas referentes às atividades de processamento realizadas pelo Núcleo;

c) a adoção do sistema de conciliação por videoconferência, na Seção do Espírito Santo;

d) o atendimento às partes nas próprias comunidades em que elas residem, inclusive por um Juiz Federal e por um servidor; essa ação faz parte do projeto Justiça Cidadã, que é coordenado pelo Centro Avançado Itinerante da Justiça Federal - CAIJF; e

e) a realização de cursos de formação de conciliadores, um no ano de 2015 e outro neste ano de 2016; esses cursos contam, atualmente, com 122 conciliadores em formação, os quais atendem um módulo teórico de 40 horas-aula de ensino a distância, e um módulo prático (estágio supervisionado) de 60 horas-aula; o módulo prático é realizado nas seções judiciárias e no próprio Núcleo, tudo nos termos da Resolução n. 125, do CNJ.

4) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE:

Em março/2016, havia o total de 20 processos na unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam que, no período de abril/2015 a março/2016, houve entrada de 460 processos para fins de conciliação. Em relação à produtividade, verifica-se que foram realizadas 378 tentativas de conciliação, gerando 145 acordos homologados.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

Diferentemente do que ocorre na inspeção de gabinetes, não havia processos a serem inspecionados na unidade, que não possui acervo próprio. Na visita da equipe de inspeção foram feitas entrevistas com os servidores, que prestaram informações acerca do funcionamento da unidade, em especial de suas rotinas de trabalho, e forneceram suas principais estatísticas. A unidade recebe os feitos a serem incluídos em mutirões de conciliação tanto do Tribunal, quanto das varas federais da Região.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- a) o espaço físico é adequado e está devidamente organizado;
- b) a equipe do Núcleo é coesa, sendo composta por servidores capacitados, que estão muito motivados;
- c) o volume de processos é compatível com o número de servidores, havendo empenho coletivo no cumprimento e superação das metas do CNJ, no que têm logrado êxito; e
- d) verifica-se a busca de aperfeiçoamento constante, inclusive com base em experiências positivas de outros órgãos.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, a unidade está procurando atualizar seus procedimentos.

No ano de 2015, no âmbito da 2ª Região, foram realizados mutirões nas seguintes matérias:

- 61 mutirões de danos morais da CEF (sendo 55 de conciliações prévias), totalizando 1.757 audiências realizadas, 6.491 pessoas atendidas e percentual de acordos variável entre 33,33% e 88,89%;

- 7 mutirões de créditos comerciais da Caixa Econômica Federal - CEF, totalizando 183 audiências realizadas, com o atendimento de 713 pessoas, e percentual de acordos, em cada um dos mutirões, respectivamente, de 100%, 50%, 100%, 0%, 70,37%, 71,43% e 59,09%;

- 4 mutirões Programa de Arrendamento Residencial - PAR - CEF, totalizando 103 audiências realizadas, atendimento de 317 pessoas, e percentual de acordos de 100%, 95,24% , 100% e 98%, respectivamente;

- 4 mutirões de danos morais da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, totalizando 126 audiências realizadas, atendimento de 559 pessoas, e percentual de acordos de 50%, 100%, 80,43% e 77,5%, respectivamente;

- 3 mutirões de Sistema Financeiro da Habitação, totalizando 256 audiências realizadas, atendimento de 822 pessoas, e percentual de acordos, em cada um dos mutirões, respectivamente, de 36%, 16,67% e 36,17%;

- 3 mutirões de gratificações de desempenho - AGU, com 326 audiências realizadas, 1.039 pessoas atendidas e percentual de acordos de 60,11%, 64,47% e 62,90%, respectivamente;

- 1 mutirão de responsabilidade civil - Conselho Regional de Administração do Espírito Santo - CRA/ES, com 8 audiências realizadas, 47 pessoas atendidas e percentual de acordo de 12,50%;

- 1 mutirão de execução de cobranças de anuidades - Conselho Regional de Biblioteconomia, com 15 audiências prévias realizadas, 63 pessoas atendidas e percentual de acordo de 100%;

- 1 mutirão de benefícios previdenciários, com 31 audiências realizadas, 96 pessoas atendidas e percentual de acordo de 0%;

Como visto, a gestão da unidade está produzindo excelentes resultados. Além disso, o efeito multiplicador de sua atuação está se fazendo sentir em toda a região.

Cabe referir que, embora, atualmente, a AGU não esteja remetendo processos para a realização de conciliações - fato que vem ocorrendo há algum tempo -, ainda assim o Núcleo mantém permanente contato com aquela instituição, na expectativa de que ela retorne à mesa de conciliações.

Caso isto venha a ocorrer, certamente os resultados da atividade conciliatória realizada diretamente pelo Núcleo, e da atividade realizada no âmbito das próprias seções judiciárias, serão ainda mais alvissareiros.

ESCOLA DE MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. ÓRGÃO: ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

1.2. Diretor: Desembargador Federal Luiz Antonio Soares.

Tempo de atuação: desde 2015.

1.3. Assessora Executiva: Clarice de Souza Biancovilli.

1.4. Tempo de atuação: desde 2015. A Assessora é servidora da Escola desde 2011, na Divisão Gráfica. Tem formação em publicidade.

1.5. Quadro de pessoal: No prédio do TRF da 2ª Região trabalham 14 servidores efetivos e 4 estagiários de nível médio. Há 2 servidores efetivos que atuam no núcleo da EMARF na Seção Judiciária do Espírito Santo. Total: 16 servidores efetivos e 4 estagiários de nível médio. A equipe totaliza 20 auxiliares.

1.6. Cargos e funções comissionadas em atividade:

A Escola conta com cinco diretorias: a Direção-Geral, a Diretoria de Cursos e Pesquisas, a Diretoria de Publicações, a Diretoria de Estágios e a Diretoria de Intercâmbio e Difusão. Conta também com a Comissão de Acompanhamento do CAE, uma Coordenação Geral de Cursos de Pós-graduação e as 10 comissões temáticas.

As comissões temáticas são responsáveis pela sugestão e elaboração dos cursos ofertados pela Escola, compostas por juízes de 1º grau, também podendo ser compostas por juristas convidados. As comissões temáticas são:

- Direito Administrativo e Ambiental;
- Direito Constitucional;
- Direito Privado;
- Direito da Seguridade Social;
- Direito Internacional;
- Direito Penal e Processual Penal;
- Direito Processual Civil;
- Direito de Propriedade Intelectual e Direito Econômico;
- Direito Tributário e Financeiro; e,
- Gestão da Administração Judiciária.

A estrutura administrativa é formada pelas seguintes unidades:

- Assessoria Executiva (CJ2): dentre outras atribuições, assessorar o Diretor Geral em questões que envolvam pareceres e esclarecimentos técnicos, controlar a qualidade dos serviços prestados da Escola e atender a magistrados e desembargadores;
- Núcleo de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados Federais (FC6, 2 Assistentes FC2 e 1 Assistente FC3): responsável por assessorar os coordenadores no credenciamento e na realização dos cursos e acompanhar o aproveitamento acadêmico dos magistrados;
- Seção de Gestão em Educação (FC5, 1 Assistente FC4 e 1 Assistente FC3): que coordena a logística dos cursos originários da Escola e Instituições parceiras, presenciais, semipresenciais e a distância;
- Seção de Publicações e Comunicação Visual (FC5 e 1 Assistente FC3): responsável pela criação e manutenção da identidade visual da Escola, pela criação das peças gráficas do material de apoio e da sinalização dos cursos, além de coordenar a divulgação eletrônica e física das atividades, criar o projeto gráfico e a editoração eletrônica das publicações da Escola e a criação do projeto gráfico e a atualização do sítio eletrônico da EMARF (<http://www.trf2.gov.br/emarf/>) e do portal da Revista da Emarf;
- Seção de Apoio Administrativo (FC5 e 1 Assistente FC4): que auxilia nas atividades administrativas, além de auxiliar na coordenação dos cursos de formação inicial;
- Seção de Estágio Jurídico (FC5 e 1 Assistente FC3): que coordena a seleção, lotação e desligamento de estagiários de Direito nas varas e gabinetes da Justiça Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e respectivas Subseções).
- Núcleo Regional do Espírito Santo (1 Assistente FC3 e 1 Assistente FC2): responsável por todo apoio administrativo às questões da Escola no Estado do Espírito Santo.

Os 4 estagiários de nível médio auxiliam no trabalho de recepção e atendimento pessoal e telefônico, além de auxílio em controles administrativos como almoxarifado e arquivo.

2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

- a) realização do curso inicial dos juizes federais substitutos recém empossados;
- b) formação e aperfeiçoamento dos magistrados federais da 2ª Região, não apenas na área jurídica como também em outros campos do conhecimento;

- c) organização de eventos abertos à comunidade;
- d) realização de concurso para ingresso de estagiários.

3) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Assessora, que apresentou as instalações e discorreu sobre as atividades recentemente desenvolvidas pela Escola.

Existe ainda o Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF), dirigido pelo Desembargador Federal Guilherme Calmon.

I - CURSOS

Os cursos de formação continuada e formação inicial poderão ser apresentados nas modalidades: presencial, semipresencial e educação a distância – EaD.

Em 2015, a Escola realizou o XV Curso de Formação Inicial, que apresentou avaliação positiva dos 30 alunos sobre os docentes e dos temas do curso em geral. Das 480 horas-aula do Curso de Formação Inicial, 240 horas foram de prática jurisdicional, incluindo a participação em mutirões de conciliação, priorizando a atividade prática como principal instrumento para o desenvolvimento das competências, formato e teor alinhados às diretrizes traçadas pelo Conselho das Escolas de Magistratura Federal – CEMAF e pela Escola Nacional de Formação de Magistrados – ENFAM.

A EMARF também oferece o mestrado em Justiça Administrativa aos magistrados da 2ª Região, por meio de convênio com a Universidade Federal Fluminense – UFF e mediante credenciamento da ENFAM.

No ano de 2015 foram realizados ainda 34 cursos e 6 fóruns. A Escola considerou cada Fórum como curso, pois não estariam condicionados ao credenciamento da ENFAM.

No ano de 2016, até 17 de março foram realizados 4 cursos.

A seguir a especificação dos referidos cursos e fóruns e o respectivo número de magistrados formados.

Ano 2015

I – Cursos promovidos pela Comissão de Direito Administrativo e Ambiental:

- “O Exército Brasileiro e a Conjuntura Atual”:

Data: grupo de trabalho: 19 e 20/5.

Local: CPOR/RJ e Complexo da Maré/ Academia Militar das Agulhas Negras (Resende/RJ)

Carga horária: 10 horas/aula.

Magistrados inscritos: 11.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 11.

II – Cursos promovidos pela Comissão de Direito da Seguridade Social:

- “Democracia e Judicialização da Saúde”:

Carga horária: 16 horas/aula.

Data: grupos de Trabalho: 7 e 14/8.

Local: Cinema do CCJF.

Magistrados inscritos: 18.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 7.

III – Cursos promovidos pela Comissão de Direito Internacional:

- “A Interdisciplinaridade do Direito Internacional na Justiça Federal”:

Carga horária: 40 horas/aula.

Data: grupos de trabalho: 10/4, 15/5, 7/8, 21/8, 4/9, 2/10 e 9/10.

Local: sala multimídia do CCJF.

Magistrados inscritos: 14.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 8.

Público externo: 14.

- “Aspectos Materiais e Processuais da Convenção de Haia Relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Atos Públicos Estrangeiros”:

Carga horária: 14 horas/aula.

Data: grupos de trabalho: 8/4, 14/5, 25/6, 8/7, 24/9, 29/10 e 26/11.

Local: sala multimídia do CCJF.

Magistrados inscritos: 4.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 4.

Obs.: curso sem custo para a EMARF.

IV – Cursos promovidos pela Comissão de Direito Penal e Processual Penal:

- ENSINO A DISTÂNCIA:

- “Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória”:

Carga horária: 10 horas/aula.

Data: de 13 a 17/04.

Magistrados inscritos: 12.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 7.

- SEMIPRESENCIAL:

- “Medidas Cautelares Pessoais, Delação Premiada e Questões Processuais”:

Carga horária: 32 horas/aula.

Data: 15 a 29/5.

Local: sala multimídia do CCJF.

Magistrados inscritos: 23.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 17.

Público externo: 34.

Em parceria com o IAB, a Comissão realizou alguns **fóruns** abertos ao público externo e sem custos no orçamento da EMARF, a saber:

- “Medidas Cautelares Pessoais”:

Carga horária: 4 horas/aula.

Data: 22/5.

Local: cinema do CCJF

Magistrados inscritos: 0.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 0.

Público externo: 21.

- “Medidas Cautelares Reais”:

Carga horária: 4 horas/aula.

Data: 12/6.

Local: cinema do CCJF

Magistrados inscritos: 2.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 2.

Público externo: 17.

- “A Teoria Domínio do Fato e a sua Aplicação na Criminalidade Empresarial: aspectos teóricos e práticos e aspectos modernos do Direito Penal Internacional, Criminalidade Organizada e Lavagem de Ativo”:

Carga horária: 4 horas/aula.

Data: 19/6.

Local: cinema do CCJF

Magistrados inscritos: 3.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 3.

Público externo: 13.

- “Super-encarceramento, Habeas Corpus e Jurisprudência Defensiva”:

Carga horária: 4 horas/aula.

Data: 26/6.

Local: cinema do CCJF

Magistrados inscritos: 0.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 0.

Público externo: 5.

- “Teoria das Provas no Processo Penal”:

Carga horária: 4 horas/aula.

Data: 3/7.

Local: Cinema do CCJF

Magistrados inscritos: 2.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 2.

Público externo: 12.

- “Plea Bargain e o Devido Processo Legal”:

Carga horária: 4 horas/aula.

Data: 10/7.

Local: cinema do CCJF

Magistrados inscritos: 4.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 4.

Público externo: 17.

V – Cursos promovidos pela Comissão de Direito Tributário e Financeiro:

- **“Direito Tributário I”:**

Carga horária: 25 horas/aula.

Data: grupos de trabalho: 2 e 23/3, 13/4, 11/05, 22/6.

Local: sala multimídia do CCJF.

Carga horária: 25 horas/aula.

Magistrados inscritos: 19.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 4.

VI – Cursos promovidos pela Comissão de Gestão e Administração Judiciária:

- PRESENCIAIS:

- **“Execução Fiscal na Justiça Federal: os desafios para o acesso à Justiça Federal”:**

Carga horária: 20 horas/aula.

Data: grupos de trabalho: 26/3, 30/4 e 14/5.

Local: auditório do Fórum Marilena Franco.

Magistrados inscritos: 34.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 19.

- **“Gestão do Processamento dos Feitos em Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais da 2ª Região”:**

Carga horária: 20 horas/aula.

Data: grupos de trabalho: 13/4, 11/5, 8/6 e 17/8/15.

Local: auditório do Fórum Marilena Franco.

Magistrados inscritos: 26.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 18.

• “Desenvolvimento Gerencial para Magistrados”:

Carga horária: 40 horas/aula.

Data: grupos de trabalho: 2/9, 9/9, 16/9, 23/9, 30/9, 7/10, 14/10 e 21/10.

Local: sala de aula da EMARF.

Magistrados inscritos: 17.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 6.

• “Formação de Conciliadores”:

Carga horária: 27 horas/aula.

Data: grupos de trabalho: 22,23 e 26/10.

Local: auditório do Fórum Marilena Franco.

Magistrados inscritos: 24.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 14.

Público externo: 38.

• “Formação de Conciliadores”

Carga horária: 27 horas/aula.

Data: grupos de trabalho: 3,4 e 6/11.

Local: no auditório da Seção Judiciária do Espírito Santo.

Magistrados inscritos: 7.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 3.

Público externo: 27.

• “FOREXEC 2015 – Fórum Regional da Execução Fiscal”

Carga horária: 20 horas/aula.

Data: grupos de trabalho: 17/9 e 18/9.

Local: auditório do Fórum Marilena Franco.

Magistrados inscritos: 43.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 34.

• “IV FOREJEF – Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais”

Carga horária: 20 horas/aula.

Data: grupos de trabalho: 24/9 e 25/9.

Local: auditório do Fórum Marilena Franco.

Magistrados inscritos: 51.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 39.

- SEMIPRESENCIAL:

- “Depressão no Ambiente de Trabalho: prevenção e gerenciamento”:

Carga horária: 30 horas/aula.

Data: de 11/9 a 16/10

Local: sala de aula da EMARF/ plataforma Moodle.

Magistrados inscritos: 6.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 3.

- ENSINO A DISTÂNCIA:

- “Perícia Médica”:

Carga horária: 20 horas/aula.

Data: 13/10 a 10/11.

Local: plataforma Moodle.

Magistrados inscritos: 21.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 14.

Peritos judiciais: 4.

VII– Cursos promovidos pela Comissão de Direito Processual Civil:

- “O Novo Código de Processo Civil”:

Carga horária: 40 horas/aula.

Data: Programas de Estudos Avançados: 12/3 e 13/3; Grupos de Trabalho:
20/3 e 27/3

(Turma 1).

Local: sala multimídia do CCJF.

Magistrados inscritos: 30.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 21.

Público externo: 25.

- “O Novo Código de Processo Civil”:

Carga horária: 40 horas/aula.

Data: Programas de Estudos Avançados: 12/3 e 13/3; Grupos de Trabalho:
10/4 e 27/11

(Turma 2).

Local: sala multimídia do CCJF.

Magistrados inscritos: 30.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 43.

• “O Novo Código de Processo Civil”:

Carga horária: 40 horas/aula.

Data: Programas de Estudos Avançados: 12/3 e 13/3; Grupos de Trabalho:
8/5 e 22/5

(Turma 3).

Local: sala multimídia do CCJF.

Magistrados inscritos: 30.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 43.

• “O Novo Código de Processo Civil”:

Carga horária: 40 horas/aula.

Data: Programas de Estudos Avançados: 12/3 e 13/3; Grupos de Trabalho:
12/6 e 27/11

(Turma 4).

Local: sala multimídia do CCJF.

Magistrados inscritos: 29.

Magistrados que obtiveram aproveitamento: 43.

VIII– Cursos promovidos pela Comissão de Propriedade Intelectual e Direito Econômico:

• “Declaração sobre a Proteção através de Patentes”:

Carga horária: 12 horas/aula.

Data: 5 e 6/11.

Local: sala de Sessões da 4ª Turma do TRF da 2ª Região.

Magistrados inscritos: 8.

Magistrados capacitados: 4.

Público externo: 18.

IX – Cursos promovidos em parceria com a UFF:

- “Atividade Programada”:

Carga horária: 45 horas/aula.

Data: de 4/05 a 8/5.

Local: Universidade Federal Fluminense – UFF.

Magistrados inscritos: 2.

Magistrados capacitados: 2.

- “Metodologia da Pesquisa Científica”:

Carga horária: 45 horas/aula.

Data: 8/6 a 12/6.

Local: Universidade Federal Fluminense – UFF.

Magistrados inscritos: 2.

Magistrados capacitados: 2.

- “Princípio da Presunção de Inocência”:

Carga horária: 4 horas/aula.

Data: 17/6.

Local: auditório do TRF 2ª Região.

Magistrados inscritos: 3.

Magistrados capacitados: 3.

Público externo: 25.

- “Políticas Públicas de Saúde no Brasil e o Modo de Produção do Cuidado”:

Carga horária: 45 horas/aula.

Data: 29/6 a 3/7.

Local: Universidade Federal Fluminense – UFF.

Magistrados inscritos: 7.

Magistrados capacitados: 4.

- “Bases Históricas e Políticas da Justiça Administrativa”:

Carga horária: 45 horas/aula.

Data: 27/7 a 31/7.

Local: Universidade Federal Fluminense – UFF.

Magistrados inscritos: 4.

Magistrados capacitados: 4.

- “Economia e Judicialização das Políticas Ambientais”:

Carga horária: 45 horas/aula.

Data: 21/9 a 25/9.

Local: Universidade Federal Fluminense – UFF.

Magistrados inscritos: 1.

Magistrados capacitados: 1.

- “Ética e Judiciário”:

Carga horária: 45 horas/aula.

Data: 19/10 a 23/10.

Local: Universidade Federal Fluminense – UFF.

Magistrados inscritos: 3.

Magistrados capacitados: 2.

- “Análise Econômica do Interesse Público”:

Carga horária: 45 horas/aula.

Data: 9/11 a 13/11

Local: Universidade Federal Fluminense – UFF.

Magistrados inscritos: 4.

Magistrados capacitados: 3.

- “Comunicação Científica, Gestão Documental e Arquivística”:

Carga horária: 45 horas/aula.

Data: 7/12 a 11/12.

Local: Universidade Federal Fluminense – UFF.

Magistrados inscritos: 2.

Magistrados capacitados: 1.

X – Cursos em projetos diversos:

- “Capacitação para Aplicação das Diretrizes Pedagógicas”, em parceria com a ENFAM:

Carga horária: 20 horas/aula.

Data: 1 e 2/06.

Local: sala de aula da EMARF.

Magistrados inscritos: 13.
Magistrados capacitados: 6.
Servidores da EMARF: 4.
Demais Escolas Judiciais: 19.

• “O Novo Código de Processo Civil”, em parceria com o Centro de Estudos Judiciários – CEJ:

Carga horária: 7 horas/aula.
Data: 25 e 26/6.
Local: auditório do TRF 2ª Região.
Magistrados inscritos: 16.
Magistrados capacitados: 7.
Público externo: 25.

• “Curso Específico para Magistrados em Vitaliciamento”:

Carga horária: 60 horas/aula.
Data: grupos de trabalho: 3 e 4/12 (presencial – primeira fase).
Local: sala de aula da EMARF/plataforma Moodle.
Magistrados capacitados: 28.

• “Curso de Formação Inicial para Juízes Federais Substitutos”:

Carga horária: 480 horas/aula.
Data: grupos de trabalho: de 6/3 a 9/6.
Local: sala de aula da EMARF/plataforma Moodle.
Magistrados capacitados: 30.

Ano 2016 (até 17 de março)

• "Curso de Aperfeiçoamento para Vitaliciamento - Módulos IV e VII"

Carga horária: 20 horas/aula.
Data: grupos de trabalho: 18 e 19/2/2016 (presencial – primeira fase).
Local: Sala de aula da EMARF.
Magistrados capacitados: 28.

• "Curso de Formação de Formadores"

Carga horária: 20 horas/aula.
Datas: grupos de trabalho: 25 e 26/2/2016.

Local : Sala de aula da EMARF.

Magistrados capacitados: 21

• "Curso de Formação de Conciliadores"

Carga horária: 27 horas/aula.

Datas: 10, 11 e 14/3/16.

Local: Auditório do Fórum Marilena Franco (Av. Venezuela).

Magistrados capacitados: 6.

• "A Interdisciplinaridade do Direito Internacional na Justiça Federal"

Carga horária: 40 horas/aula

Datas: grupos de trabalho: 4/3, 18/3, 1/4, 15/4, 29/4, 13/5, 3/6 e 17/6.

Local: Cinema do CCJF/ Auditório da Av. Rio Branco.

Magistrados inscritos: 29

Magistrados que obtiveram aproveitamento – ainda é necessário fechar o ciclo de 75% de frequência no curso para o aproveitamento no curso.

II - PUBLICAÇÕES DE REVISTAS JURÍDICAS da EMARF

No ano de 2015, foram publicados:

- Revista da EMARF, Vol. 22 - Edição mai./out./15. 318 páginas. 1000 exemplares.

Apresentação em papel e eletrônica. Distribuição gratuita.

- Caderno de Fenomenologia e Direito. Vol. 8 n. 1 Edição abr./set.15. 118 páginas. 800 exemplares. Apresentação em papel e eletrônica. Distribuição gratuita.

- Revista da EMARF, Vol. 23 - Edição Nov.15/Abr.16. 428 páginas. 1000 exemplares. Apresentação em papel e eletrônica. Distribuição gratuita.

- Caderno de Fenomenologia e Direito. Vol. 2 n. 2 Edição out.15/Mar.16. 158 páginas. 800 exemplares. Apresentação em papel e eletrônica. Distribuição gratuita.

- Caderno Temático – FOREXEC 2014 – Edição de jan.15. 100 exemplares. Apresentação em papel. Distribuição no FOREXEC 2015.

- Portal da Revista da EMARF utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), para a construção e gestão de publicação periódica eletrônica. Disponível ao público pela internet no endereço <http://seer.trf2.jus.br:81/emarf/ojs/index.php/emarf>.

III - ESTÁGIO JURÍDICO

Ao longo do processo de seleção de estagiários para o ano de 2015, a Escola selecionou 280 estudantes para atuação na área fim da Justiça Federal da 2ª Região, oriundos de 71 Instituições de Ensino de Direito do Rio de Janeiro e Espírito Santo, tendo o quantitativo mensal de 523 estagiários, perfazendo uma taxa de ocupação de cerca de 95% das 552 vagas efetivas.

IV - INTERCÂMBIO E DIFUSÃO

No ano de 2015, a EMARF iniciou as tratativas para a renovação de alguns convênios que se findaram no decorrer do ano ou se findarão no início de 2016, conforme abaixo:

- Acordo de Cooperação Mútua para desenvolvimento de atividades acadêmicas com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), Fundação Escola do Ministério Público do Rio de Janeiro (FEMPERJ), Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (FESUDEPERJ), Escola Superior de Advocacia (ESA/OAB), Escola Judicial do TRT da 1ª Região, Escola Superior de Guerra (ESG), Escola Superior de Advocacia Pública do Estado (ESAP), Escola da Advocacia Geral da União (AGU) no Rio de Janeiro, Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG/TCE), Escola de Políticas de Estado da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (EPE-RIO), vigente até 25/1/2016, em fase de assinatura; e, - Acordo de Cooperação Técnica para desenvolvimento de atividades acadêmicas com o Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB, vigente até 11/9/2015 e em fase de renovação, em fase de assinatura.

Além disso, iniciou os procedimentos para dois novos convênios, a saber:

- Acordo de Cooperação Técnica para desenvolvimento de atividades acadêmicas com a Universidade Vila Velha - UVV, em fase de assinatura; e,

- Acordo de Cooperação Técnica para desenvolvimento de atividades acadêmicas com a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, em fase de assinatura.

Além destes, a EMARF possui os seguintes convênios vigentes:

- Acordo de Cooperação Técnica para desenvolvimento de atividades acadêmicas com a Universidade Federal Fluminense - UFF, vigente até 22/11/2019;

- Acordo de Cooperação Técnica para capacitação profissional com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, vigente até 15/9/2016;
- Acordo de Cooperação Mútua para desenvolvimento de atividades acadêmicas com a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - TRE/RJ, vigente até 1/5/2016;
- Acordo de Cooperação Mútua para desenvolvimento de atividades acadêmicas com o Instituto Ibero-americanos de Derecho Marítimo - IIDM, vigente até 1/5/2016.

A EMARF conta com uma Assessora Executiva que, embora há apenas um ano nas funções, demonstra experiência, segurança e competência na liderança de uma equipe de trabalho à altura das atividades. A Escola tem alta produtividade e está inserida na comunidade local, seja jurídica seja em outras áreas, conforme demonstra a elevada quantidade de cursos, fóruns, publicações e iniciativas adotadas e relatadas acima.

Conforme já havia sido apurado na inspeção anterior, a Escola continua ocupando instalações modestas no 22º andar, com auditório para apenas 50 lugares.

Foi relatado a dificuldade em obter *feedback* dos magistrados participantes dos cursos, apesar da reiteração dos pedidos.

4) BOAS PRÁTICAS

- a) A existência de Comissões Temáticas integrada por juízes federais com a finalidade de levantar as necessidades de cursos junto ao público.
- b) A realização de cursos de perícia médica com a participação de juízes e peritos, proporciona o intercâmbio de informações entre esses públicos.

5) RECOMENDAÇÕES

- a) estimular as Comissões de Direito Constitucional e Direito Privado a organizarem cursos;
- b) promover a instalação de equipamentos que permitam a disponibilização das videoconferências a todas as subseções, conforme já havia sido observado na inspeção anterior;

- c) adotar práticas que estimulem o *feedback* dos magistrados em relação aos cursos dos quais participem;
- d) adequar o espaço físico às necessidades da Escola;
- e) aprovar formalmente o planejamento estratégico junto à Direção da Escola.

ESTATÍSTICA

A Coordenadoria de Estatística da Corregedoria Geral da Justiça Federal – COESI, utilizando de toda a sistemática aplicada para a realização dos trabalhos de inspeção, da coleta e tratamento dos mais variados tipos de dados fornecidos pelo Núcleo de Estatística do TRF da 2ª Região (NUEST), concentrou esforços na identificação de possíveis dificuldades enfrentadas pela unidade e nas boas práticas existentes e relacionadas à gestão da informação.

Análise da base de dados e de outras informações obtidas durante a inspeção

Na etapa preparatória da inspeção, essa Coordenadoria realizou, para fins de seleção dos processos a serem auditados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas, tais como: o número do processo, data da última movimentação, data da distribuição, data da última conclusão, e descrição de fases e de classe processual.

Os resultados desse trabalho permitiram perceber, a priori, que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por meio de seu sistema eletrônico (Apolo) e ferramenta de controle da informação (*Business Intelligence - BI*) desenvolvida pela própria equipe da NUEST, demonstra ter boa qualidade no controle dos dados e nos lançamentos das movimentações processuais (fases). Porém, em visita técnica realizada junto ao núcleo de estatística do Tribunal e em relatos colhidos junto às equipes de inspeção, essa percepção foi em parte confirmada. A aplicação do processo eletrônico no TRF 2ª Região, advindo da primeira instância e adaptado ao segundo grau de jurisdição em 2014, impôs às unidades julgadoras e processantes uma série de dificuldades relacionadas ao controle estatístico do acervo, que ainda hoje persistem. Ocorre que os sistemas processuais físico e eletrônico são independentes e não possuem ferramenta de relatórios única e comum que permita aos gestores gerar, a partir da mesma interface, dados estatísticos agregados. Tal situação, ainda hoje, dá margem a erros e retrabalhos, além de possíveis resultados inconsistentes que podem influenciar negativamente na tomada de decisão.

Apesar dos relatórios de ambos os sistemas estarem disponíveis, mesmo que separadamente, a todas as unidades e possuírem consistência, existe a insatisfação das unidades quanto às dificuldades de agregar os dados de processos físicos e eletrônicos, e ao prejuízo que o tempo dispendido para tal fim provoca.

Registre-se, ainda, que as equipes constataram e reportaram à coordenação de inspeção que a base do atual sistema eletrônico comporta em sua movimentação peças eletrônicas que são vinculadas a processos de origem física. Tal situação é conhecida

pelo Tribunal e denominada de processos híbridos. Dessa maneira deve-se ter atenção às estatísticas produzidas afim de evitar dupla contagem, ou em outros casos, computar processos físicos como de natureza eletrônica.

Recomendação: Desenvolver ferramenta de relatórios estruturados que unifique as estatísticas processuais do Siapro e do Apolo em uma única interface com informações agregadas de todo o acervo de processos físicos e eletrônicos. Apresentar cronograma de implementação.

Estrutura e ambiente de trabalho à disposição do núcleo de Estatística

O Núcleo de Estatística – NUEST está subordinado à Presidência do TRF2 sob a coordenação técnica e operacional da Assessoria de Gestão e Desenvolvimento Institucional (AGED).

O NUEST foi criado pela Resolução n. 17 de 9 de junho de 2009, que decorreu da extinção da Coordenadoria de Informações Gerenciais – COINGE, ligada ao Gabinete da Presidência, que migrou parte de suas atribuições à antiga Seção de Estatística – SESTAT pertencente à estrutura da antiga Secretaria de Informática - SEI. Da junção das atribuições das duas unidades, surgiu o NUEST.

A estrutura atual do Núcleo de Estatística de acordo com o diretor da unidade é bastante enxuta para a execução de seus serviços o que dificulta o atendimento das diversas demandas internas e externas do Tribunal. O setor possui profissionais especializados e qualificados para a execução das atividades típicas de estatística, porém consideram que houve uma demanda crescente desde a última inspeção e redução da força de trabalho no mesmo período, contando hoje com 3 analistas, 3 técnicos judiciários e 1 terceirizado. Outra situação que persiste é o fato de não haver substitutos para atuar nas diferentes áreas do NUEST, criando uma situação de engessamento e preocupação, pois a ausência de um desses servidores paralisa as atividades e obriga o setor a criar mecanismos de improviso, sob o risco de gerar informações inconsistentes.

Cabe à unidade dirigir e executar as atividades relativas à obtenção, centralização e tratamento dos dados processuais do tribunal e das seções e subseções judiciárias, visando divulgar as atividades jurisdicionais da 2ª Região e subsidiar a gestão de processos. Para atingir tais atribuições, apresenta ampla competência, tais como:

I - Atuar como órgão central para fornecimento de informações estatísticas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

II - Estruturar a coleta, a organização e a consolidação de informações estatísticas relacionadas às atividades-fim do Tribunal junto à Presidência, à Vice-Presidência, à

Corregedoria, à Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, ao Núcleo de Conciliação e às subsecretarias das turmas, das seções e do Plenário.

III - Solicitar as Unidades Administrativas do TRF2 o fornecimento de informações relacionadas às atividades da área-meio e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, com vistas a atender solicitações formuladas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal.

IV - Solicitar às Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, informações relacionadas à atividade jurisdicional com vistas a atender solicitações formuladas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

V - Zelar pelo fluxo, qualidade e atualidade dos dados estatísticos da Justiça Federal da 2ª Região.

VI - Acompanhar a emissão de relatórios estatísticos, bem como zelar pela adequação dos mesmos as normas vigentes.

VII - desempenhar quaisquer outras atividades típicas do Núcleo.

O ambiente de trabalho é bom, e a equipe tem cumprido as suas atribuições, visto que nos últimos dois anos houve grande evolução na produção e disponibilização, às unidades do Tribunal, de diferentes tipos de relatórios estruturados e parametrizados para o sistema eletrônico (Apolo) que iniciou sua produção em 2014. Tais relatórios contribuíram decisivamente para os trabalhos de gestão e o processo de tomada de decisão. A próxima etapa é a unificação desses modelos de relatórios de processos físicos e eletrônicos afim de facilitar e dar celeridade às consultas.

Atuais ferramentas utilizados para levantamento de informações processuais.

Assim como visto na inspeção de 2014, as informações estatísticas ficam armazenadas no Data Warehouse localizado em banco de dados Ingres do Tribunal. Posteriormente, as informações são processadas para criação do modelo multidimensional (BI) no banco de dados SQLServer e visualizadas pelo Portal de Estatísticas.

As ferramentas e serviços empregados são:

- SGBDs: Ingres – SQLServer 2005;
- Serviços: Analysis Services, IIS;

- Componentes: Dundas (Montagem de Gráficos e Planilhas Dinâmicas);
- Tecnologia: ASP.Net, VB.Net, CSS, JavaScript;
- Ferramentas: Visual Studio, SQLServer Management.

O Tribunal possui um sistema de BI implantado desde 2006 conhecido como Portal de Estatísticas. Ele foi criado com o intuito de atender às diversas demandas internas e externas que envolviam a elaboração de relatórios estatísticos e reduzir a sobrecarga de trabalho na Secretaria de Tecnologia da Informação. A partir de 2014 o sistema, até então aplicado ao ambiente de processos físicos, foi adaptado aos processos eletrônicos. Atualmente a ferramenta é considerada um ótimo instrumento para gestão do acervo e da produtividade dos gabinetes e dos órgãos processantes, porém apresenta, ainda, a deficiência de não produzirem relatórios agregados ou unificados de todos os processos físicos e eletrônicos.

Os dados processuais levantados do Portal de Estatística ou diretamente nos bancos de dados dos sistemas processuais das seções e subseções judiciárias (Apolo) e do Tribunal (Siapro e Apolo) são analisados por meio de estatísticas descritivas e processados por meio de tabelas dinâmicas e gráficos, mediante ferramentas como Excel e Dundas. Para análises mais elaboradas, como regressão linear e séries temporais, são utilizados os softwares estatísticos “SPSS” (utilizado eventualmente) e “R”.

Verificar o cumprimento do provimento nº 2 de 22 de junho de 2009

Quanto ao Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009, da CGJF que trata da divulgação dos dados estatísticos das atividades do tribunal e dos órgãos judiciários de primeiro grau a eles vinculados, a equipe de estatística constatou que todos os modelos de relatórios foram desenvolvidos e estão sendo regularmente atualizados e publicados no portal do Tribunal.

SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

Foram solicitadas providências prévias, via ofício e e-mail, ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a fim de instruir as referidas análises nos módulos dos sistemas judiciais. Durante os trabalhos foi verificado se o Tribunal cumpriu as determinações oriundas da inspeção anterior, bem como o acompanhamento dos procedimentos de distribuição e redistribuição processual, além de entrevistas com as áreas judiciárias e de tecnologia da informação e uma bateria de testes nos sistemas judiciais, conforme a seguinte vertente:

Distribuição processual: Consiste na análise dos sistemas e rotinas de trabalho adotado na distribuição processual, no âmbito do Tribunal, tanto para os processos físicos quanto para aqueles que tramitam de forma eletrônica.

Atendimento às providências prévias:

O Tribunal atendeu às providências prévias informando os dados solicitados e preparando o ambiente necessário para a realização dos testes. Também destacou equipe própria para acompanhar as visitas e os testes que se fizeram necessárias.

Atendimento às orientações constantes da última inspeção:

Quanto a este item, ainda que algumas das recomendações expedidas na última inspeção não tenham sido completamente atendidas, nenhuma delas tem potencial para vulnerar o funcionamento dos sistemas computacionais do TRF 2ª Região.

Distribuição processual:

- Sistema Siapro: O Tribunal inspecionado opera com o sistema Siapro, responsável pelo gerenciamento de todos os processos físicos que correm naquela Corte. Esse sistema, embora estável e confiável, emprega plataforma tecnológica defasada, algo que, na prática, constitui risco. Convém destacar que o Tribunal não está mais distribuindo processos judiciais nesse sistema.

- Sistema Apolo: O Tribunal opera com o sistema Apolo, responsável pelo gerenciamento de todos os processos eletrônicos que correm naquela corte. Esse sistema, foi implementado em Dez/2014 e desenvolvido utilizando linguagens de programação e bando de dados modernos. Possui ainda vários serviços como consulta de processos, consulta de peças públicas e não públicas, *download* de peças dos processos, *push*, intimações/citações eletrônicas, autenticidade de peças, certidão, alteração de dados cadastrais dos usuários cadastrados nos serviços, cadastramento de procuradores para acesso aos serviços web todos com acesso pela rede mundial de

computadores - internet. O Sistema Apolo possui um sistema de log (registros) baseado em banco de dados e que não expõe, de forma clara e acessível, todas as alterações realizadas nos dados relacionais (alterações de parte, redistribuições processuais, números de origem etc.). Sendo assim, os logs do sistema deveriam ser realizados antes mesmo da distribuição dos processos, tornando-a mais transparente. Durante a bateria de testes, foi possível constatar que o sistema possui funcionalidade de cadastro de impedimentos de julgadores amplo que pode impedir a distribuição automática. Este recurso obriga o operador a distribuir o processo por prevenção e solicita apenas um registro, em texto aberto. Este procedimento potencializa o risco de distribuição direcionada com rastreabilidade prejudicada. É recomendável que o Tribunal revise o procedimento de distribuição por prevenção para que o sistema possa registrar de forma clara e acessível, no termo de distribuição, o motivo, o operador e os impedimentos. É recomendável, ainda, que o registro de logs esteja disponível aos operadores e não apenas restrito ao banco de dados. Há também o fato de o acesso ao banco de dados, por intervenção técnica, possibilitar a alteração dos logs, e por isso deve ser constantemente monitorado.

Observações Gerais:

O TRF 2ª Região apresenta um bom grau de informatização no que tange aos módulos de distribuição e ao andamento processual.

Os sistemas judiciais do Tribunal são integrados, além do fato de a primeira instância também utilizar o mesmo sistema (Apolo), o que favorece o estudo de prevenção. No entanto, mesmo não existindo bloqueio no estudo de prevenção, o sistema Apolo permite que o processo seja distribuído prevento.

O Tribunal tem aumentado consideravelmente o acervo de processos eletrônicos, por isso seria salutar que mantivesse uma equipe multidisciplinar e metodologia de testes de vulnerabilidades voltada para à infraestrutura tecnológica do processo judicial para aplicar testes preventivos de segurança em seu sistema processual, buscando identificar fragilidades. Essa atividade, quando executada de forma perene, pode diminuir os riscos de segurança envolvendo as ações do processo judicial eletrônico.

Outro ponto importante, tendo em vista o aumento de processos eletrônicos, é que o Tribunal ainda não está se favorecendo de troca antecipada de votos e do julgamento eletrônico, funcionalidades que melhorariam a produtividade do TRF 2ª Região.

Importante salientar que o Tribunal centraliza informações de estatística em um portal e com isso todos os gabinetes podem gerar seus relatórios, ainda que fora do sistema judicial, mas de forma centralizada.

Por fim, os registros de prioridades são realizados de modo claro e objetivo em uma funcionalidade gerencial bastante útil, permitindo aos gabinetes encontrar de forma rápida os processos prioritários.

Recomendações:

O sistema Apolo deve permitir, de modo claro, o acesso aos logs de distribuição na aplicação e acessíveis diretamente pelos operadores de forma clara.

O Tribunal deve providenciar os ajustes necessários no sistema para que essa funcionalidade esteja disponível a área judiciária.

O módulo de distribuição deve ser ajustado para que as distribuições por prevenção sejam melhor controladas, informando os motivos, o nome do operador, com um carimbo de tempo e um texto padrão que identifique a situação que gerou o caso.

Como não houve tempo para avançar na pesquisa de log de acessos e concessões de permissões a várias funcionalidades do sistema Apolo, os quais podem ser realizados por diversos perfis de acesso, e que algumas funcionalidades permitem a exclusão ou inclusão de peças no processo eletrônico, o CJF deverá acompanhar de forma mais detalhada este ponto.

É de suma importância que o Tribunal mantenha, ou crie, uma equipe multidisciplinar e uma metodologia de análise de vulnerabilidades aplicada à infraestrutura tecnológica do processo judicial, para aplicar testes preventivos de segurança em seu sistema processual buscando identificar fragilidades.

Recomenda-se ainda, que o acesso ao banco de dados judicial seja criptografado, garantindo melhor camada de segurança, e ainda monitoração constante.

Desse modo, em razão das fragilidades encontradas no sistema de distribuição, sugiro que a equipe de inspeção retorne ao TRF da 2ª Região para a realização de nova bateria de testes e, ainda, para um exame mais apurado no sistema.


G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 19h do dia 20/04/2016, conforme ata lavrada oportunamente, sendo elaborado o presente relatório.

Enviados os relatórios individualizados às respectivas unidades inspecionadas, a própria Secretaria da Corregedoria-Geral deverá acompanhar os prazos para o atendimento das recomendações e, uma vez decorridos, relacionar e certificar nos autos as unidades que responderam, procedendo a sua imediata remessa ao Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as ocorrências foram sanadas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

Registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos os que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para tempestiva apresentação do relatório, tanto aos integrantes da equipe da Corregedoria-Geral, como aos membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

É o relatório.



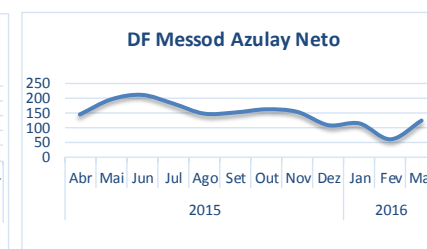
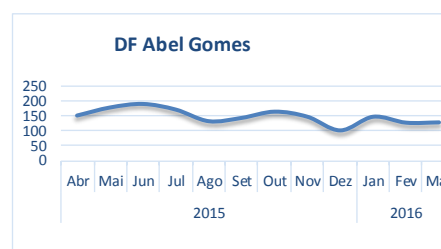
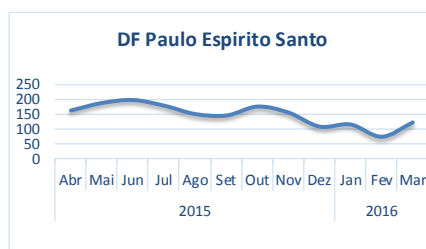
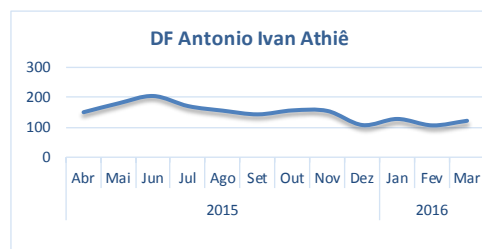
Ministro OG FERNANDES
Corregedor-Geral da Justiça Federal

H. ANEXOS

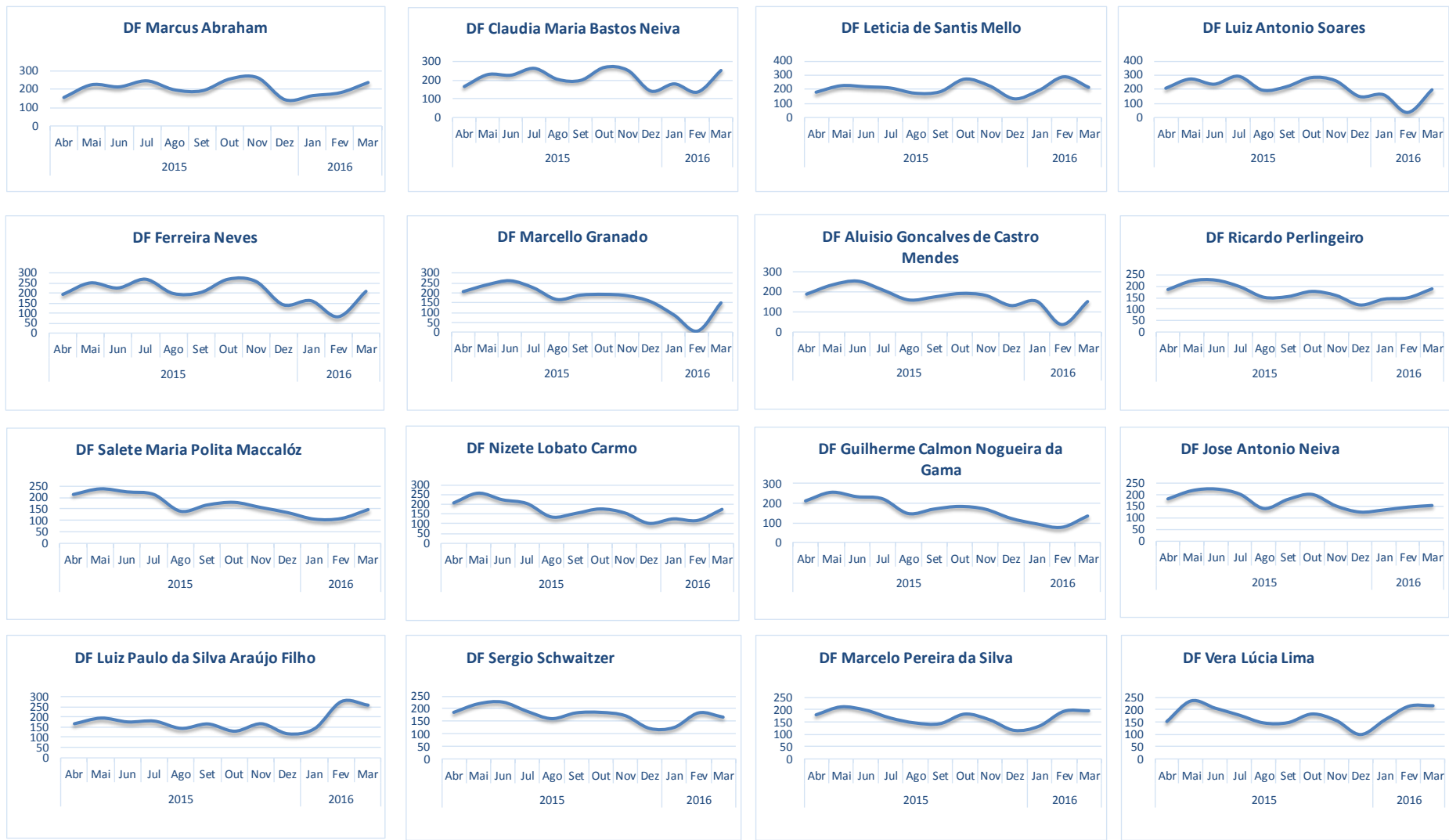
Quantidade de processos judiciais distribuídos por gabinete - Período: abril/2015 a março/2016

Turma	Gabinete/Nome do Desembargador	2015										2016			Total	Média
		Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar			
1ª Turma	DF Antonio Ivan Athiê	151	180	204	171	156	144	157	155	109	129	108	123	1.787	149	
	DF Paulo Espirito Santo	163	188	198	179	151	146	176	156	109	116	75	123	1.780	148	
	DF Abel Gomes	152	179	191	172	133	144	165	148	102	148	128	129	1.791	149	
2ª Turma	DF Messod Azulay Neto	146	198	214	184	149	153	164	155	109	115	60	125	1.772	148	
	DF Simone Schreiber	151	154	187	162	98	104	137	114	75	134	228	230	1.774	148	
	DF Andre Fontes	143	179	196	172	138	137	162	143	112	159	134	138	1.813	151	
3ª Turma	DF Lana Maria Fontes Requeira	166	225	234	230	182	195	260	249	145	188	244	250	2.568	214	
	DF Marcus Abraham	155	223	212	244	196	191	254	261	143	165	181	235	2.460	205	
	DF Claudia Maria Bastos Neiva	167	230	227	263	205	200	268	253	143	181	138	252	2.527	211	
4ª Turma	DF Leticia de Santis Mello	179	224	217	208	172	182	270	223	133	192	286	213	2.499	208	
	DF Luiz Antonio Soares	209	275	238	295	195	221	285	264	150	162	35	198	2.527	211	
	DF Ferreira Neves	194	253	227	272	199	204	272	261	141	162	80	210	2.475	206	
5ª Turma	DF Marcelo Granado	207	241	262	226	167	189	193	186	156	88	7	150	2.072	173	
	DF Aluisio Goncalves de Castro Mendes	190	236	255	210	161	176	193	184	133	155	38	153	2.084	174	
	DF Ricardo Perlingeiro	186	223	226	198	153	156	178	161	120	145	151	189	2.086	174	
6ª Turma	DF Salete Maria Polita Maccalóz	212	236	223	212	140	167	178	156	134	106	109	147	2.020	168	
	DF Nizete Lobato Carmo	209	259	225	206	137	155	178	158	104	127	119	176	2.053	171	
	DF Guilherme Calmon Nogueira da Gama	213	258	235	224	147	170	184	170	122	93	75	134	2.025	169	
7ª Turma	DF Jose Antonio Neiva	182	217	224	202	141	180	201	152	126	135	147	154	2.061	172	
	DF Luiz Paulo da Silva Araújo Filho	167	195	176	180	144	166	130	167	117	143	277	259	2.121	177	
	DF Sergio Schwaitzer	185	219	226	189	160	183	185	172	121	125	183	166	2.114	176	
8ª Turma	DF Marcelo Pereira da Silva	181	213	200	168	148	145	184	161	118	135	195	197	2.045	170	
	DF Vera Lúcia Lima	151	236	206	177	145	146	182	155	97	157	214	216	2.082	174	
	DF Guilherme Diefenthaler	177	211	199	168	145	147	188	160	115	150	180	175	2.015	168	
Total		4.236	5.252	5.202	4.912	3.762	4.001	4.744	4.364	2.934	3.410	3.392	4.342	50.551	4.213	

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - NUEST



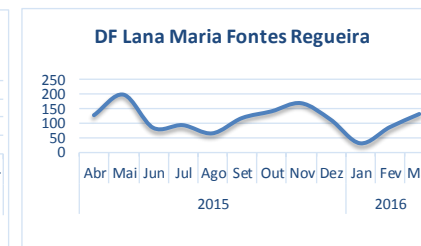
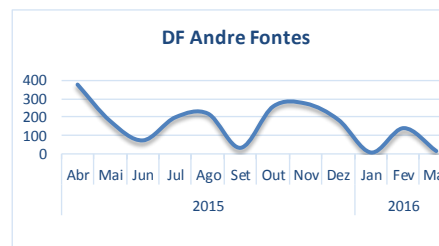
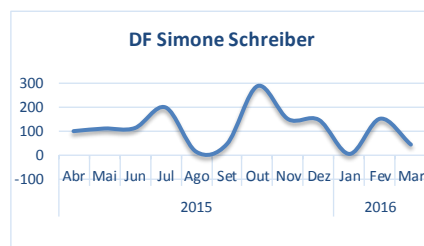
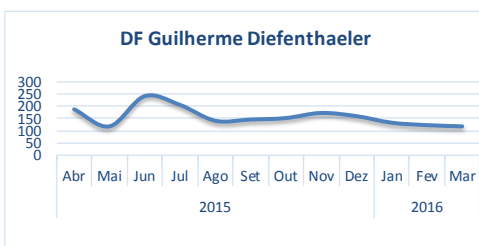
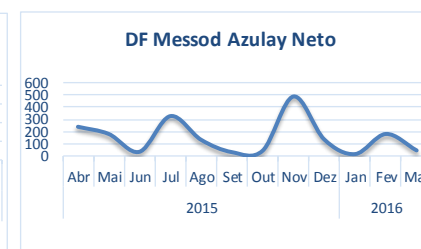
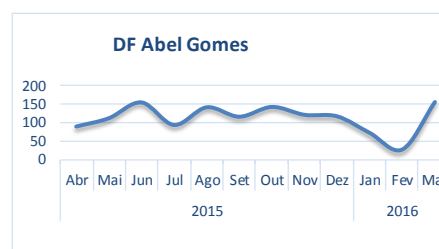
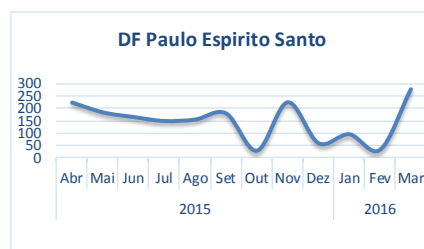
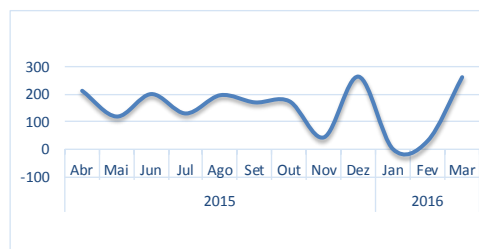
Quantidade de processos judiciais distribuídos por gabinete - Período: abril/2015 a março/2016



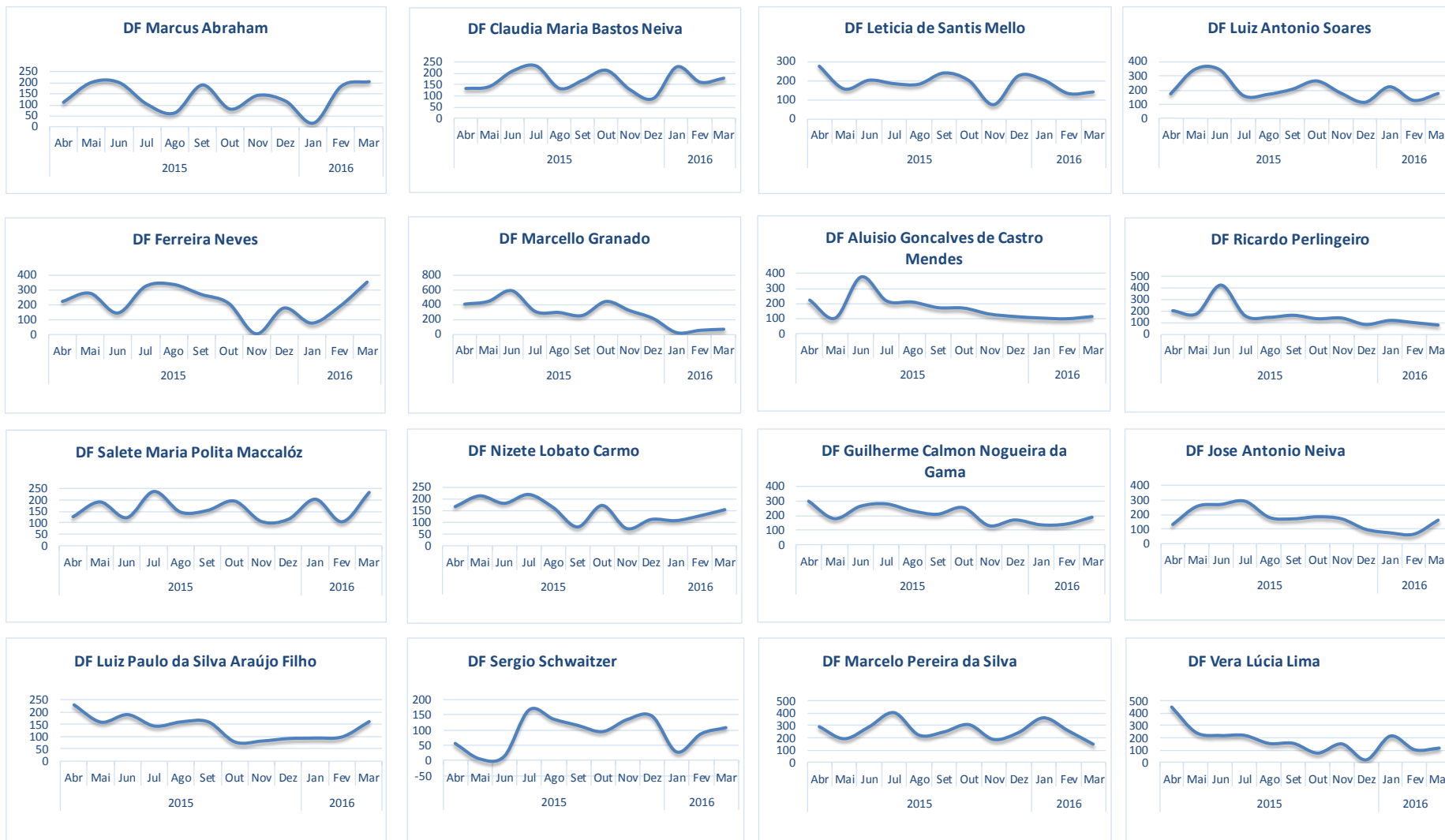
Quantidade de processos judiciais julgados por gabinete - Período: abril/2015 a março/2016

Turma	Gabinete	2015										2016			Total	Média
		Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar			
1ª Turma	DF Antonio Ivan Athiê	213	120	201	131	197	171	175	45	264	2	32	262	1.813	151	
	DF Paulo Espirito Santo	225	185	166	150	156	181	29	226	60	96	33	279	1.786	149	
	DF Abel Gomes	89	111	153	93	140	115	141	120	116	72	28	154	1.332	111	
2ª Turma	DF Messod Azulay Neto	240	181	35	327	133	32	44	488	136	16	181	46	1.859	155	
	DF Simone Schreiber	97	108	110	196	11	43	285	147	144	2	149	41	1.333	111	
	DF Andre Fontes	380	178	71	199	219	30	259	275	185	4	139	12	1.951	163	
3ª Turma	DF Lana Maria Fontes Regueira	128	198	85	94	66	118	141	169	113	32	87	132	1.363	114	
	DF Marcus Abraham	111	199	199	103	64	188	81	142	116	19	183	203	1.608	134	
	DF Claudia Maria Bastos Neiva	134	142	209	231	134	170	212	129	91	227	161	178	2.018	168	
4ª Turma	DF Leticia de Santis Mello	278	158	204	186	183	242	203	75	227	206	134	142	2.238	187	
	DF Luiz Antonio Soares	175	346	345	162	171	207	265	180	116	224	129	177	2.497	208	
	DF Ferreira Neves	221	275	144	321	334	268	209	6	177	77	186	349	2.567	214	
5ª Turma	DF Marcelo Granado	401	437	579	303	290	251	436	316	211	23	54	68	3.369	281	
	DF Aluisio Goncalves de Castro Mendes	223	102	379	217	210	172	169	129	112	102	97	112	2.024	169	
	DF Ricardo Perlingeiro	200	174	422	156	142	160	130	136	80	115	96	75	1.886	157	
6ª Turma	DF Salete Maria Polita Maccalóz	126	191	122	237	146	154	195	105	115	203	104	233	1.931	161	
	DF Nizete Lobato Carmo	168	214	182	220	164	81	173	74	113	108	129	155	1.781	148	
	DF Guilherme Calmon Nogueira da Gama	298	179	263	280	233	209	254	131	170	137	142	189	2.485	207	
7ª Turma	DF Jose Antonio Neiva	133	258	272	294	182	172	186	172	99	75	66	163	2.072	173	
	DF Luiz Paulo da Silva Araújo Filho	227	158	188	142	159	159	78	82	92	94	99	160	1.638	137	
	DF Sergio Schwaitzer	55	4	13	165	135	114	94	134	145	27	87	107	1.080	90	
8ª Turma	DF Marcelo Pereira da Silva	292	194	291	406	224	249	309	188	244	364	259	150	3.170	264	
	DF Vera Lúcia Lima	450	242	217	218	152	153	73	148	18	213	100	114	2.098	175	
	DF Guilherme Diefenthaler	190	120	244	208	143	148	154	175	162	135	125	120	1.924	160	
Total		5.054	4.474	5.094	5.039	3.988	3.787	4.295	3.792	3.306	2.573	2.800	3.621	47.823	3.985	

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - NUEST



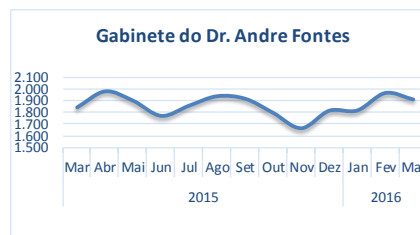
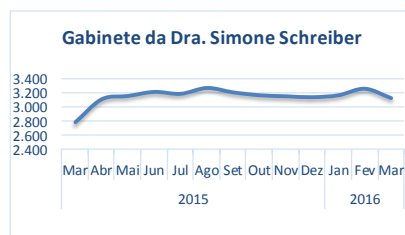
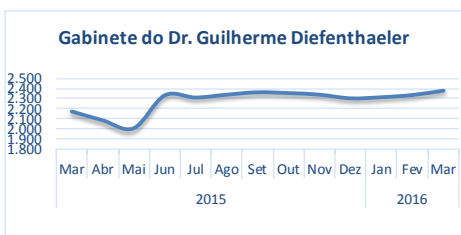
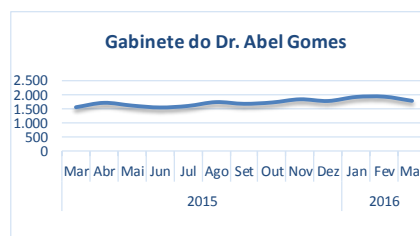
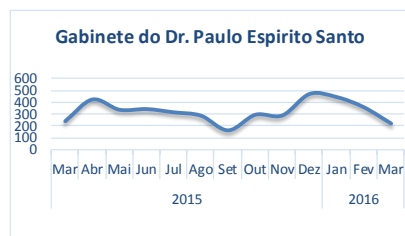
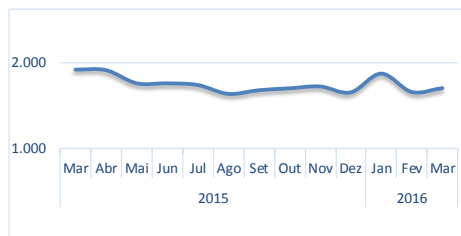
Quantidade de processos judiciais julgados por gabinete - Período: abril/2015 a março/2016



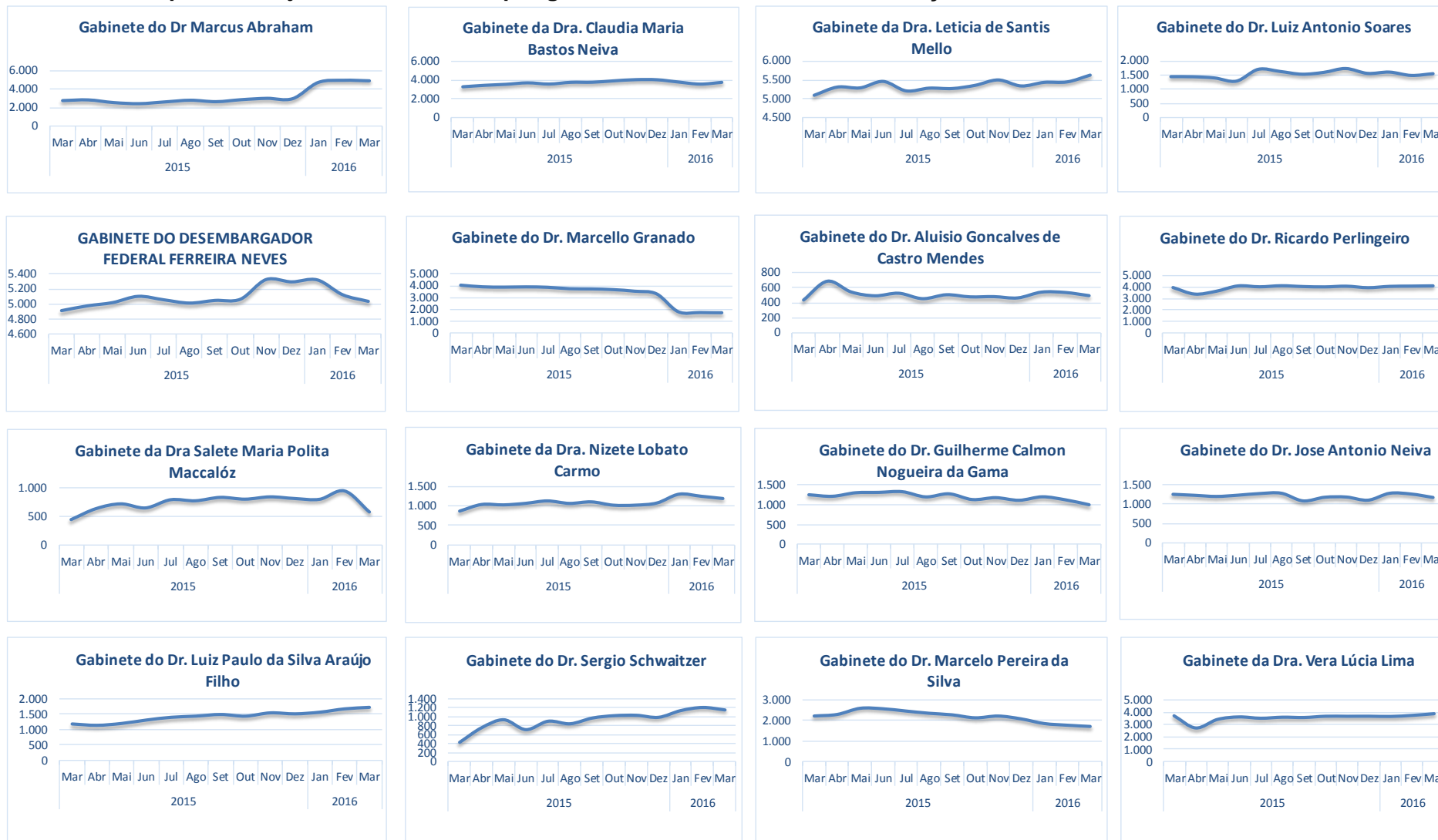
Quantidade de processos judiciais CONCLUSOS por gabinete - Período: abril/2015 a março/2016

Turma	Gabinete	2015										2016			Média
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	
1ª Turma	Gabinete do Dr Ivan Athiê	1.915	1.908	1.754	1.754	1.734	1.630	1.673	1.695	1.717	1.647	1.868	1.652	1.698	1.742
	Gabinete do Dr. Paulo Espírito Santo	241	427	339	345	317	288	162	296	291	475	448	360	221	324
	Gabinete do Dr. Abel Gomes	1.543	1.703	1.602	1.534	1.589	1.729	1.667	1.715	1.831	1.770	1.916	1.927	1.775	1.715
2ª Turma	Gabinete do Dr. Messod Azulay Neto	655	577	682	708	854	892	869	745	660	565	682	755	537	706
	Gabinete da Dra. Simone Schreiber	2.793	3.114	3.160	3.217	3.190	3.272	3.210	3.170	3.156	3.143	3.170	3.261	3.130	3.153
	Gabinete do Dr. Andre Fontes	1.842	1.978	1.898	1.770	1.857	1.937	1.915	1.795	1.665	1.814	1.816	1.964	1.909	1.858
3ª Turma	Gabinete da Dra. Lana Maria Fontes Regueira	5.040	5.001	5.077	5.118	5.112	5.230	5.301	5.392	5.493	5.512	5.594	5.599	5.787	5.327
	Gabinete do Dr Marcus Abraham	2.790	2.862	2.578	2.465	2.649	2.828	2.673	2.888	3.028	2.992	4.711	4.938	4.883	3.253
	Gabinete da Dra. Claudia Maria Bastos Neiva	3.337	3.491	3.597	3.754	3.627	3.808	3.815	3.962	4.084	4.074	3.835	3.619	3.805	3.754
4ª Turma	Gabinete da Dra. Leticia de Santis Mello	5.087	5.301	5.281	5.449	5.202	5.274	5.263	5.347	5.488	5.331	5.425	5.437	5.614	5.346
	Gabinete do Dr. Luiz Antonio Soares	1.438	1.434	1.391	1.275	1.707	1.628	1.528	1.595	1.736	1.558	1.605	1.483	1.547	1.533
	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES	4.916	4.977	5.020	5.101	5.056	5.014	5.048	5.064	5.318	5.288	5.314	5.121	5.036	5.098
5ª Turma	Gabinete do Dr. Marcello Granado	4.062	3.921	3.893	3.914	3.879	3.758	3.740	3.682	3.544	3.317	1.783	1.718	1.699	3.301
	Gabinete do Dr. Aluísio Goncalves de Castro Mendes	434	684	541	490	524	452	504	476	479	462	539	534	492	509
	Gabinete do Dr. Ricardo Perlingeiro	3.948	3.379	3.626	4.086	4.009	4.101	4.031	4.001	4.061	3.933	4.046	4.070	4.091	3.952
6ª Turma	Gabinete da Dra Salete Maria Polita Maccalóz	445	634	717	647	788	770	829	798	838	809	796	940	577	738
	Gabinete da Dra. Nizete Lobato Carmo	870	1.035	1.025	1.063	1.124	1.062	1.100	1.018	1.018	1.073	1.291	1.240	1.183	1.085
	Gabinete do Dr. Guilherme Calmon Nogueira da Gama	1.248	1.210	1.297	1.307	1.323	1.195	1.271	1.129	1.176	1.111	1.197	1.121	1.001	1.199
7ª Turma	Gabinete do Dr. Jose Antonio Neiva	1.250	1.222	1.190	1.225	1.271	1.280	1.065	1.167	1.173	1.085	1.279	1.257	1.161	1.202
	Gabinete do Dr. Luiz Paulo da Silva Araújo Filho	1.182	1.139	1.198	1.307	1.394	1.432	1.484	1.431	1.536	1.504	1.557	1.663	1.711	1.426
	Gabinete do Dr. Sergio Schwaitzer	435	754	926	711	894	839	963	1.015	1.023	979	1.125	1.193	1.139	923
8ª Turma	Gabinete do Dr. Marcelo Pereira da Silva	2.199	2.275	2.579	2.555	2.442	2.333	2.256	2.109	2.197	2.056	1.827	1.744	1.683	2.173
	Gabinete da Dra. Vera Lúcia Lima	3.734	2.715	3.427	3.637	3.527	3.614	3.590	3.696	3.692	3.698	3.679	3.767	3.905	3.591
	Gabinete do Dr. Guilherme Diefenthaler	2.166	2.078	1.999	2.325	2.304	2.332	2.356	2.348	2.332	2.296	2.307	2.329	2.372	2.273
Total		53.570	53.819	54.797	55.757	56.373	56.698	56.313	56.534	57.536	56.492	57.810	57.692	56.956	56.181

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - NUEST



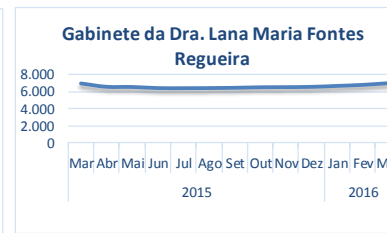
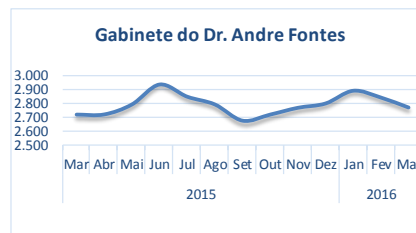
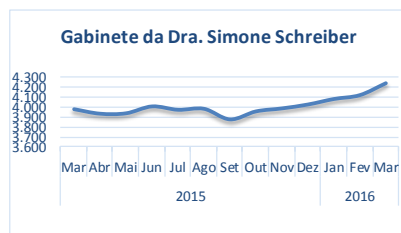
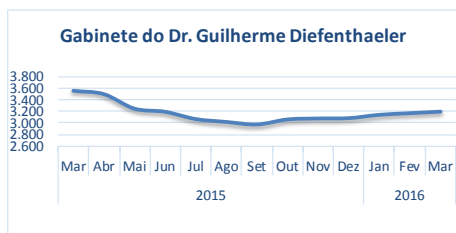
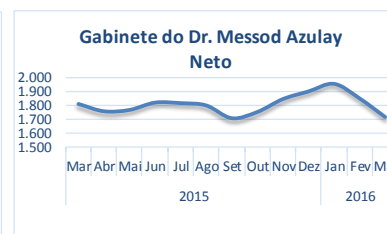
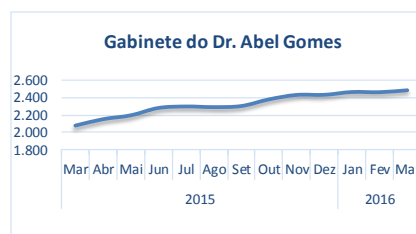
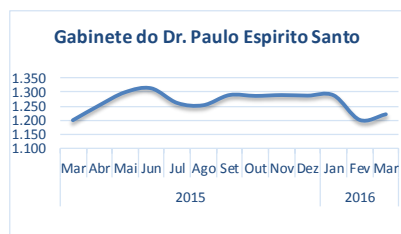
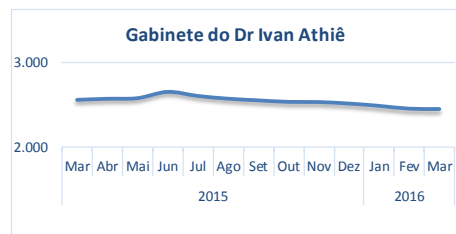
Quantidade de processos judiciais concluídos por gabinete - Período: abril/2015 a março/2016



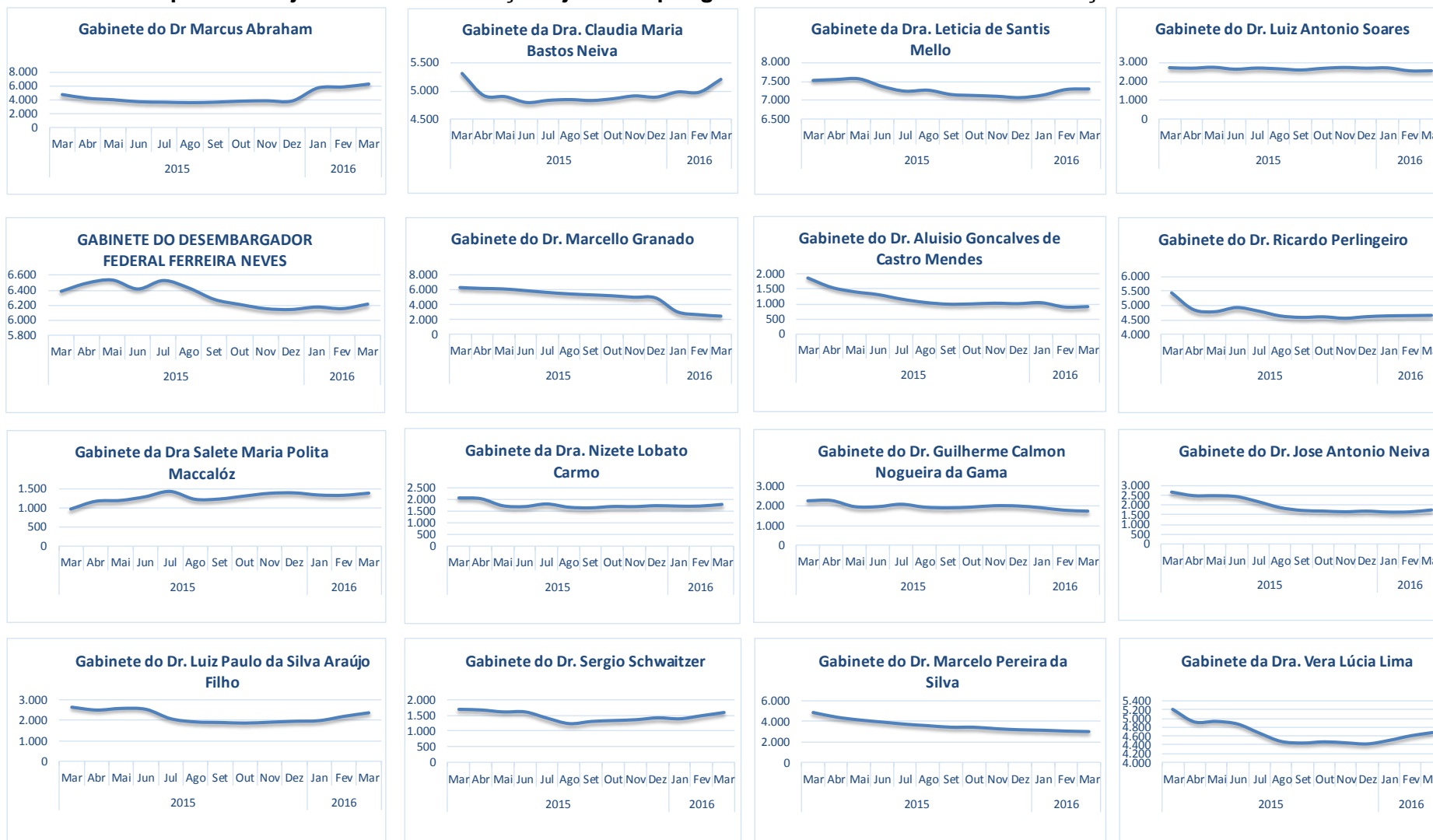
Quantidade de processos judiciais em tramitação ajustada* por gabinete - Período: abril/2015 a março/2016

Turma	Gabinete/Nome do Desembargador	2015										2016			Média
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	
1ª Turma	Gabinete do Dr Ivan Athiê	2.558	2.570	2.577	2.648	2.602	2.571	2.552	2.535	2.533	2.516	2.490	2.458	2.454	2.543
	Gabinete do Dr. Paulo Espirito Santo	1.199	1.251	1.298	1.312	1.260	1.252	1.288	1.285	1.288	1.286	1.287	1.200	1.220	1.264
	Gabinete do Dr. Abel Gomes	2.076	2.149	2.193	2.277	2.294	2.287	2.299	2.375	2.426	2.427	2.459	2.457	2.479	2.323
2ª Turma	Gabinete do Dr. Messod Azulay Neto	1.810	1.756	1.766	1.820	1.816	1.799	1.705	1.751	1.846	1.902	1.958	1.851	1.714	1.807
	Gabinete da Dra. Simone Schreiber	3.976	3.931	3.935	4.004	3.970	3.980	3.874	3.954	3.984	4.023	4.078	4.117	4.236	4.005
	Gabinete do Dr. Andre Fontes	2.718	2.719	2.791	2.935	2.847	2.791	2.674	2.718	2.767	2.798	2.890	2.841	2.769	2.789
3ª Turma	Gabinete da Dra. Lana Maria Fontes Regueira	6.967	6.534	6.510	6.365	6.352	6.368	6.401	6.470	6.489	6.523	6.644	6.777	6.995	6.569
	Gabinete do Dr Marcus Abraham	4.787	4.247	4.031	3.744	3.679	3.614	3.679	3.829	3.884	3.852	5.735	5.895	6.314	4.407
	Gabinete da Dra. Claudia Maria Bastos Neiva	5.317	4.921	4.899	4.794	4.833	4.847	4.830	4.862	4.913	4.891	4.984	4.980	5.211	4.945
4ª Turma	Gabinete da Dra. Leticia de Santis Mello	7.526	7.550	7.568	7.364	7.235	7.261	7.145	7.119	7.097	7.061	7.130	7.279	7.295	7.279
	Gabinete do Dr. Luiz Antonio Soares	2.728	2.695	2.754	2.635	2.706	2.658	2.588	2.686	2.741	2.699	2.714	2.535	2.537	2.667
	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES	6.386	6.498	6.541	6.418	6.534	6.431	6.274	6.205	6.148	6.136	6.170	6.148	6.210	6.315
5ª Turma	Gabinete do Dr. Marcelo Granado	6.335	6.215	6.143	5.918	5.670	5.472	5.341	5.210	5.012	4.921	3.026	2.632	2.441	4.949
	Gabinete do Dr. Aluisio Goncalves de Castro Mendes	1.860	1.553	1.404	1.312	1.164	1.055	996	1.004	1.027	1.012	1.044	902	915	1.173
	Gabinete do Dr. Ricardo Perlingeiro	5.453	4.868	4.792	4.938	4.815	4.646	4.592	4.613	4.563	4.618	4.646	4.655	4.664	4.759
6ª Turma	Gabinete da Dra Salete Maria Polita Maccalóz	964	1.167	1.190	1.286	1.426	1.220	1.228	1.305	1.377	1.388	1.331	1.325	1.382	1.276
	Gabinete da Dra. Nizete Lobato Carmo	2.070	2.034	1.718	1.680	1.798	1.652	1.623	1.684	1.678	1.721	1.700	1.703	1.777	1.757
	Gabinete do Dr. Guilherme Calmon Nogueira da Gama	2.264	2.281	1.955	1.952	2.082	1.928	1.890	1.929	2.003	1.990	1.895	1.764	1.716	1.973
7ª Turma	Gabinete do Dr. Jose Antonio Neiva	2.684	2.502	2.499	2.453	2.192	1.892	1.746	1.712	1.676	1.709	1.661	1.672	1.770	2.013
	Gabinete do Dr. Luiz Paulo da Silva Araújo Filho	2.614	2.477	2.556	2.510	2.056	1.902	1.876	1.847	1.888	1.934	1.965	2.172	2.344	2.165
	Gabinete do Dr. Sergio Schwaitzer	1.685	1.666	1.606	1.606	1.414	1.247	1.314	1.342	1.367	1.425	1.396	1.492	1.588	1.473
8ª Turma	Gabinete do Dr. Marcelo Pereira da Silva	4.890	4.433	4.143	3.931	3.717	3.565	3.411	3.409	3.258	3.155	3.108	3.023	2.972	3.617
	Gabinete da Dra. Vera Lúcia Lima	5.199	4.914	4.925	4.865	4.660	4.471	4.434	4.461	4.438	4.414	4.494	4.599	4.671	4.657
	Gabinete do Dr. Guilherme Diefenthaler	3.558	3.500	3.251	3.198	3.073	3.024	2.981	3.067	3.083	3.089	3.146	3.174	3.201	3.180
OUTROS	Gabinete da Presidência	7	8	10	7	10	10	9	11	11	10	11	11	12	10
	Gabinete da Vice-Presidência	33.720	34.216	34.524	35.109	35.460	35.336	35.086	33.908	32.878	31.440	30.768	30.766	24.771	32.922
	Gabinete da Corregedoria	162	156	152	152	168	172	173	150	142	138	230	233	233	174
Total		121.513	118.811	117.731	117.233	115.833	113.451	112.009	111.441	110.517	109.078	108.960	108.661	103.891	113.010

Nota: * Não inclui os processos suspensos e sobrestados
 Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - NUEST



Quantidade de processos judiciais em tramitação ajustada* por gabinete - Período: abril/2015 a março/2016





JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Corregedoria-Geral da Justiça Federal